

obra  
política  
de  
Paul  
Próença

*Volume IV*  
páginas  
de  
política (4)



SEARA NOVA

Shi





4 vols  
vid. 10



EDIÇÕES DO CINQUENTENÁRIO  
1921 / 1971

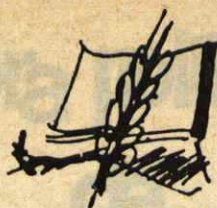
Luqueta de  
Acácio Santos

© Ilustrações de Raul Proença  
e Empresa de Publicidade Seara Nova, S. A. R. L.  
Rua Bernardo Lima, 23, 1.º B. | Lisboa-1

*Maqueta de*  
Acácio Santos

© Herdeiros de Raul Proença  
e Empresa de Publicidade Seara Nova, S. A. R. L.  
Rua Bernardo Lima, 23, 1.º E. | Lisboa-1





EDIÇÕES DO CINQUENTENÁRIO

1921 / 1971

*Volume IV*

*páginas  
de  
política (4)*



SHARA NOVA

1973





EDIÇÕES DO CINQUENTÁRIO

1921 / 1971

Estado de  
Açúcar de  
Cana-de-açúcar

3. História de São Paulo  
a. História de São Paulo, São Paulo, S. J. R. L.  
Rua Marquês de Pombal, 23, 1º B. - São Paulo, S. P.

obra política  
de  
**Raul Proença**

---

*Volume IV*

---

páginas  
de  
política (4)



SEARA NOVA

1975



Obra Política  
de  
Raul Proença  
Volume IV

*Nota do editor:*

O presente volume das *Páginas de Política* compreende os escritos políticos do Autor dispersos pelos jornais e revistas em que colaborou, nomeadamente «O Republicano», semanário de Alcobaça; na «República», de 1908 e 1909; na «Alma Nacional», de 1910, no período anterior à Revolução Republicana; e na Revista «Águia», de 1915. Com este volume — em que também se inclui significativa colaboração na *Seara Nova* — terminamos a publicação da Obra Política de Raul Proença.



# Índice

Pág.

- 9 *Apresentação de Raul Proença feita por ele próprio*
- 42 *Da Cruzada Nuno Alvares*
- 46 *A área da renúncia*
- 46 *Separações*
- 47 *Novos e Velhos*
- 47 *Um documento*
- 48 *O defunto movimento nacional e as últimas eleições*
- 49 *Socorram os famintos russos!*
- 51 *O Sr. Cunha Leal*
- 52 *O nacionalismo*
- 53 *As direitas*
- 54 *As damas*
- 54 *António Sérgio e o seu monarquismo ante o olhar puríssimo de certas vestais republicanas*
- 59 *«O Rebate»*
- 60 *«O Mundo»*
- 61 *«Diário de Notícias»*
- 61 *«A Época»*
- 62 *«A Batalha»*
- 63 *Convicções da Associação Comercial de Lisboa*
- 63 *O conflito da aviação*
- 66 *O Sr. Jorge Nunes e a «Seara Nova»*
- 67 *O Sr. Abranches Ferrão e o seu maior delito como Ministro*
- 68 *Camilianismo inteligente e Camilianismo torpe*
- 69 *O Congresso Democrático*
- 71 *Lugares selectos*
- 72 *Conhulo*
- 73 *O Sr. Fernandes Tomás descobre a Infalibilidade do «Jornal de Notícias»*
- 75 *O Grosso Cacete*
- 77 *«Toujours un Plus Sot»*
- 79 *«Flatus Vocis»*
- 81 *Incompetência e Corrupção*
- 81 *«J. B. ou le Polémiste Imaginaire»*

Pág.

88 *Uma Carta*

93 *Do Estado absoluto e do Estado liberal*

105 *O meu projecto sobre um novo regime de imprensa*

107 *Como se redige uma noticia em Portugal*

110 *O meu projecto sobre um novo regime de imprensa*

114 *Ainda a liberdade*

118 *Algumas considerações sobre a minha colaboração na «Seara Nova»*

123 *O ultra-romantismo político do «Diário de Notícias»*

135 *Inteligência e política*

146 *Sobre a Internacional Nacionalista*

166 *O direito da crítica*

203 *Perdoar, não! Carta aberta ao director de «O Século»*

207 *O programa do Sr. Gomes da Costa: «integralista por sugestão»*

210 *A grande miséria do nosso ensino*

216 *No álbum da senhora Democracia*

220 *O nosso fim*

222 *Liberdade*

226 *Revolução*

228 *Tipos da nossa terra — os dissidentes*

232 *As avessas*

235 *A legião vermelha*

239 *O Partido Republicano e as crenças religiosas*

247 *Da ditadura à suspensão dos direitos políticos*

266 *Unidos pela Pátria*



## Apresentação de Raúl Proença feita por ele próprio

O primeiro número da *Seara Nova* é de 15 de Outubro de 1921. Datam de 18 de Outubro de 1931 os meus últimos artigos. Uma campanha intensa, dirigida por um certo número de ideias fundamentais.

Repassando hoje pelos olhos a produção desse tempo, noto nela, acima de tudo, duas coisas: em primeiro lugar, uma lógica quase sempre inflexível, a partir dum certo número de postulados iniciais, que eram os postulados da democracia liberal e socialista; em segundo lugar, uma quase perfeita, se não perfeita unidade mental, através de toda essa fase. Já vinha, aliás, de trás, da colaboração em um ou outro jornal de Lisboa ou da província, desde o primeiro *linguado* que enchi para o *Círculo das Caldas*, aí por 1900 ou 1901, lamentando o agravo da Inglaterra aos Boers, mas prevendo o triunfo da Inglaterra. Essa corrente ideativa é patente a toda a pessoa que leia esses artigos. São sempre as mesmas convicções essenciais que lhes constituem o substrato e o arcaboço. É uma unidade evidente, e cada vez mais una. O meu espírito não era uma bússola doida à procura dum pólo magnético, um móvel em busca dum equilíbrio. Houve evolução, com continuidade nas ideias: uma evolução a partir dos mesmos princípios e da mesma génese inicial.



Essa evolução foi determinada por uma sistematização que tem a sua razão de ser primordial na lógica íntima do espírito, sistematização que se foi aliás fazendo e suscitando em face dos factos sociais que eram objecto de experiência. Mas essa evolução não foi tergiversante e oscilante; não se fez aos ziguezagues. Através de toda ela se observa a constância dos mesmos pontos de vista fundamentais. É uma evolução contínua que se define sempre no mesmo sentido, pelo desencadeamento natural e espontâneo das mesmas premissas, por uma intensificação e acentuação das mesmas tendências originais. Em caso nenhum se poderão nela notar influências espúrias, ou um servil espírito de imitação, menos ainda um acomodatismo ou um interesseiro conformismo com os poderes ou as influências dominantes, a Moda, a Finança, os Partidos, como quem não quer formar com os adoradores do Bezerro de Ouro ou do Sol Nascente.

Se digo isto, não é porque esteja convencido que a coerência nas ideias (na simultaneidade e na duração) seja um facto invariavelmente meritório, sem nenhuma espécie de restrição ou de reserva (porque, quando andamos afastados da verdade, uma quebra de unidade ou um desfalecimento de lógica, embora o processo não seja o bom, pode aproximar-nos dela), mas porque a ausência de unidade e de lógica no pensamento, de unidade na sucessão, de lógica na coexistência, é sinal evidente dum grave estado doentio, dum espírito falso, versátil e instável. Só a este título (e porque ninguém ignora que me encontro hoje em tratamento numa casa-de-saúde) eu me permito tocar no assunto. Não era por falta de sistema que eu adoecia; a verdade é que eu tinha um sistema — sistema perfeitamente concatenado e harmónico, quase invariavelmente harmónico em todas as suas partes.



Uma doença é sempre caracterizada por um certo número de sinais, e uma doença distingue-se de outra precisamente por esses sinais. E poder-se-ia levar a diagnose daquela que me assaltou, até ao ponto de se me atribuir incoerência ou descoordenação nas ideias, versatilidade nos pontos de vista e paralógica na lógica. Ora eu julgo que não há em nenhum dos artigos que hoje publico nenhum paralogismo. Na leitura que tive de fazer dessa anterior produção — nos escritos relativos ao integralismo, à Cruzada, ao revolucionarismo, à doutrina de tradição, às ideias nacionalistas e reaccionárias, às formas de governo autocráticas e de ditadura, à literatura e ao jornalismo nacionais —, em tudo e por toda a parte só encontrei consequência mental, perfeita concatenação dum pensamento que pôde evoluir, que certamente evoluiu, mas que evoluiu afirmando cada vez mais as suas tendências, sendo cada vez mais fiel a si mesmo, respeitando cada vez mais os seus pontos de partida e cada vez mais se inserindo no sulco e desenhando a linha axial das mesmas ideias iniciais.

Portanto, unidade e lógica íntima — ou, numa só palavra, unidade na coexistência e na duração. Mas isso assim, talqualmente, foi apenas até 1931. Ora eu mentiria se dissesse que, de então para cá, as minhas ideias não tinham sofrido nenhuma evolução de outra espécie. Sofreram. Mas essa evolução foi ainda natural, porque necessária. Uma evolução que não podia deixar de se produzir, que toda a gente devia esperar que se produzisse. O que aqui suscitou ainda a transformação não foi uma tendência de servil acomodação ou de interesseiro compromisso, antes bem sinceras, profundas e sólidas razões, cujo direito ninguém me poderá decerto contestar. Se algum direito ainda subsiste neste crepúsculo das democracias, é o de cada um se curar dos seus erros, e entre eles daquela doença política que teve



em alguns dos homens que de mais prestígio gozaram por muito tempo neste país, não os seus censores e detractores, mas os seus coriféus e apologistas. Erros que se corrigiram naturalmente, necessariamente, porque a realidade, tocada como de súbita luz, se tornou patente a nossos olhos. Vimo-la como nunca a tínhamos visto, porque tudo para tal se proporcionou e dispôs, como nessa espécie de *connexio rerum* de que falavam os Estóicos.

.....

Se pretendo agora encontrar, em *raccourci*, aquelas ideias permanentes, aquelas *constantes* como se diz em linguagem matemática, que se afirmaram no decurso dessa «campanha», julgo poder resumi-las da seguinte forma.

Antes de mais nada, a minha atitude perante a vida em geral, e a social em particular, era uma atitude realista dum lado, e idealista do outro. Contradição? Justaposição de dois termos antitéticos, que brigam um com o outro, que se excluíam num pensamento lógico e coerente? Por forma nenhuma.

A conjugação das duas palavras *idealismo* e *realismo*, que podiam parecer aqui contraditórias, se não posso, de memória, citar agora precisamente qualquer texto dum «idealista» político que a tivesse já empregado (como Fouillée ou Parodi), no domínio da moral e da política, encontra-se, pelo menos, como síntese operada entre duas atitudes estéticas no *Le Rire*, de Bergson, e, na metafísica e na teoria do conhecimento, se não em Boutroux, em Hamelin (1). Creio mesmo existir uma doutrina ontológica que se poderá designar indiferentemente por essas duas denominações, porque é, ao mesmo tempo, essencialmente idealista, num sentido, e

---

(1) «Un tel idéalisme est d'ailleurs ce qu'on peut imaginer de plus réaliste.» (Hamelin, *Essai sur les élém. princ. de la représentation*, 2.<sup>a</sup> ed., 1925, p. 19.)



realista, no outro; refiro-me à de Platão, com a sua teoria das Ideias-arquétipos, realidades supremas e modelos transcendentos, de que os fenómenos e os seres individuais mais não seriam que a imperfeita cópia temporal.

Mas aqui não se trata de estética, nem de teoria do conhecimento ou de metafísica: trata-se de ética e de política.

Chamei *realismo*, através de todo o decurso da minha doutrinação, a todas as doutrinas que partem ou pretendem partir do conhecimento integral das realidades, e não admitem que se ponham fins objectivos, planos, programas, ideias, métodos, modos de agir, fora desse conhecimento realista e objectivo. Por as não julgar realistas desta maneira, muitas doutrinas tidas na conta de avançadas, como o anarquismo, o comunismo puro, o pacifismo à Romain Rolland, o absoluto universalismo e cosmopolitismo, foram julgados como inviáveis, por não se prenderem às raízes mesmas da realidade e da vida, por não contarem com a verdadeira natureza do homem e dos factos sociais.

Portanto o meu idealismo não era dessa espécie. Mas, se não se identificava com eles, ainda menos se identificava com essa espécie de realismo a que chamei «realismo materialista» ou «realismo do inferior», e a que poderia dar também o nome de «realismo determinista» ou «intransformista», que considera certos modos de ser e certas formas da vida social como dados uma vez por todas, como resíduos e limites infrangíveis de todas as transformações sociais. Refiro-me à doutrina da *política do facto*, o realismo da *Action française* e seus sequazes, aderentes e simpatizantes, entre os quais é de justiça colocar os integralistas portugueses.

Provavelmente esses homens surpreender-se-iam ou protestariam por se verem assim rotulados de deterministas e materialistas, eles católicos praticantes, ini-



migos declarados de todas as heresias. Devo esclarecer que dou aqui à palavra *materialismo* o sentido que ela tem na linguagem de Comte (1), e que, ao que leio em Boisse, Ravaisson teria designado por *empirismo*, embora tanto um como outro termo me pareçam só recomendáveis à falta de melhor — quer dizer, no sentido de explicação ou redução do superior ao inferior, de explicação do físico pelo mecânico, do fisiológico pelo físico, do psíquico pelo fisiológico, do social pelo biológico, do espírito pela matéria, de Deus pelo homem: Huxley, Maudsley, Vogt, Bain, Fechner, Büchner, Moleschott, Haeckel, Le Dantec, os biólogos e os psicólogos do epifenomismo e do associacionismo, da psicofísica e da antropologia criminal e os filósofos da ala esquerda hegeliana. Ora esta redução do superior ao inferior é essencial à ideologia integralista. Do seu determinismo há provas concludentes: os integralistas são os fatalistas da hereditariedade, da história, das tradições, das *necessidades inelutáveis*. Foi o seu materialismo e o seu naturalismo que os fez acolher no aparelho probatório da sua doutrina as mais materialistas explicações mecanicistas e transformistas, a doutrina da selecção e o darwinismo. Eles são, como Nietzsche, darwinistas sociais.

Esses vêm na sociedade actual — que digo? na sociedade de Luís XIII ou de Luís XV, de D. João II ou D. Manuel —, um modo de ser elementar e irredutível, um conjunto de instituições em que se não pode tocar sem tocar no substrato, no núcleo resistente e intransformável de todo o organismo social perdurável. Numa

---

(1) Alguns filósofos, como Leibniz, opõem ao termo *idealista* o de *materialista*, e outros também o de *naturalista* (Fouillée). Talvez fosse esta ainda a melhor palavra.



palavra, eles não criam no progresso. O progresso era uma ilusão, uma perigosa utopia, mais: a origem de todas as outras, porque «origem de todas as abstracções revolucionárias», como escreve um deles: a doutrina de Satan revoltando-se contra Deus. Para eles, a história era uma fatalidade (1).

Ora, para mim, o progresso era a realidade mesma. O facto, e o ideal proponível; muitas vezes mesmo, um impreterível dever. Se não era, entre as realidades, a mais alta e a mais indiscutível, era uma das mais altas e indiscutíveis. Eu não via nele Satan, via Deus: Deus não nos podia impor que nos detivéssemos ou retrográdssemos, em obediência a uma estulta constância ou a uma condenável fidelidade. Deus queria seguramente que marchássemos para a frente.

E não vejo nenhum motivo para modificar, nesse ponto, as minhas convicções.

Repito: hoje, mais do que nunca, as minhas circunstâncias pessoais forçam-me a contar com faculdades insuspeitadas e extraordinárias de evolução progressiva, que se riem, que não podem deixar de se rir, que têm necessariamente de se rir, de todas as pretensas fronteiras, barreiras, balizas, muralhas, cordões de arame farpado, de todos os necessitarismos fisiológicos e psicológicos, de todos os decretos improgressivistas erguidos diante da vontade e da intenção do homem, de todos os *non possumus* à Du Boi-Reymond, de todas as colunas de Hércules, de todos os determinismos psicológicos, históricos e sociais dos Nietzsche e dos Gobineau, dos Garofalos e dos Lombrosos, dos Bourget e dos

---

(1) V. sobre o assunto, «Páginas de Política», 1.ª série, *passim*, nomeadamente pp. 21-22 e o cap. V da série do Integralismo, pp. 79-100.



Barrès, dos Maurras e dos Rougier. Eles falavam em condições imperiosas da vida. Pois bem, é em nome da vida que o progresso se impõe; «parar é morrer», segundo a fórmula de Cazelles; é a vida mesmo que exige outra espécie de realismo, aquele que vê no homem um realizador. Era o realismo que estava no meu espírito como intenção, como tendência consciente, e que eu queria exprimir nestas páginas. É o realismo que impõe o progresso como uma necessidade.

Tal atitude realista, no bom sentido da palavra, não podia deixar, se eu não era inteiramente cego, de levar a certas previsões políticas, como idêntica atitude de espírito já me valera, ao escrever o meu primeiro artigo para a imprensa, o prever (o que foi, claro, ainda a minha mais fácil profecia) o triunfo da Inglaterra na campanha contra os Boers. Assim julguei também que o exame desapassionado e objectivo das realidades políticas e sociais me habilitavam a prever na Espanha o triunfo da república, na Inglaterra o do trabalhismo, e na Alemanha a consolidação da República (não democracia) com a eleição de Hindemburgo. Permitia-me tal atitude futurar muita coisa, mas não me permitira futurar o triunfo do nazismo, ou o dos homens da esquerda na política francesa. Em Portugal julguei-me ainda autorizado a prever que nunca os republicanos nacionalistas se encontrariam em circunstâncias de formar um governo estável que pudesse servir de contrapeso à força demasiadamente absorvente do partido democrático. Também essa espécie de realismo a que quis manter-me fiel, não me fazendo futurar apenas o que me servisse e o que lisonjeasse os meus gostos ou pontos de vista particulares, me autorizou a prever a eclosão da ditadura alguns anos antes de ela vir por aí abaixo, de Braga até ao Porto e do Porto, pela Avenida da República, até ao Terreiro do Paço e os



ministérios de Lisboa. Assim como o prosseguimento dela para além daqueles termos que de vez em quando, como uma esperança com que acenavam, eu via marcar ante mim, em Paris, para uma data mais ou menos próxima.

Sendo realista, a minha filosofia política era relativista e progressivista, porque realismo político e evolucionismo político me pareciam termos correlativos. Como não esperava nem exigia de nenhum regime o absoluto, não era partidário, em política, das mutações bruscas e dos saltos milagrosos, como por processos de mágica. Eu não esperava da democracia a realização do paraíso terrestre, a criação do absoluto no tempo, nas coisas do temporal.

Mas, definidas as doutrinas da reacção como fórmulas nacionalistas, tradicionalistas, antidemocráticas e autoritárias, preciso naturalmente de marcar a minha atitude de então de maneira mais nítida, quanto às ideias de pátria, de tradição, de democracia e de autoridade. E como essas escolas viam um dos maiores males dos tempos que correm no predomínio das oligarquias financeiras, também quero dizer alguma coisa sobre o assunto.

Quanto ao primeiro ponto, eu não era antipatriota, nem universalista (entendido o termo como a significação de doutrina que visa à constituição duma única pátria humana, duma Cosmopolis, duma República universal sem a realidade das fronteiras nacionais), mas também me pronunciava contra a estreiteza e o exclusivismo dos nacionalistas belicistas, à Barrès, e contra o mais vulgar, o retrospectivo e sensibilista, vivendo dos mortos e da memória dos mortos, como uma espécie de necrolatria, que nos levava à constante memoração e comemoração das glórias passadas.



Tal ideia coloca-nos em pleno no meu segundo ponto, a questão do tradicionalismo. Sendo pelo progresso, não podendo deixar de crer no progresso, veria eu necessariamente só mal na tradição? Ou, se havia tradições que aprovasse, não era *a título nenhum* por serem tradições? Nem a uma nem a outra pergunta eu poderia responder pela afirmativa. Eu não era adversário declarado e absoluto da tradição, mas não via na tradição um critério suficiente. Em parte, porque reconhecia a possibilidade de boas tradições e de más tradições (as más, por exemplo: o sistema do empenho, o compadrio, o regime dos caciques, o tiroteio revolucionário, etc.), e daí a necessidade de aferir do seu bem ou do seu mal por critérios externos ao próprio facto da tradição. Nada se impunha ao meu espírito simplesmente por *ter sido*, pelo prestígio da sua venerável velhice. Como se devêssemos manter e proteger os nossos erros só porque são históricos. De outra parte, porque para mim a tradição não era simplesmente a história, o facto histórico, o passado. Eu não tinha da tradição esse conceito imobilista, *figé*, como que petrificado e fossilizado, que me parecia ser o dos reaccionários e críticos da democracia. O sentido próprio da palavra parecia-me ser (e com tal interpretação estava de acordo a etimologia do vocábulo: *trahire* é deslocar-se, é passar do passado para o futuro) o que, *sendo passado, é presente também*, quer dizer, aquilo que, vindo do passado, tendo as suas raízes no passado, persevera no presente, não é simples costume, usança, lei ou instituição antiga, simplesmente porque antiga. São essas as *tradições vivas*, porque foram as que resistiram à luta da vida, ao embate dos séculos, revelando condições de sobrevivência. Quanto às outras, não são senão *tradições mortas*, que foram superadas na luta pela existência. E restaurá-las hoje já não seria obra de continuidade histórica, mas de reforma e de



revolução: tudo ou quase tudo se passa como se não fossem tradições. Assim teríamos que destrinçar, praticamente, o que é tradição morta, sem existência actual ou nada que actualmente a indique ou justifique, e o que é tradição viva, existindo, manifestando-se em costumes, usanças do dia de hoje, e que, além disso (porque era preciso *julgar* a tradição, para a conservar ou superar), o que corresponde às necessidades de hoje. daquelas tínhamos de desembaraçar o nosso terreno, cortá-las cerce, limpar delas a árvore da vida, como se cortam as raízes adventícias, o escalracho e a grama. Tradição assim entendida não é invenção, mas é qualquer coisa de análogo à criação continuada.

Em suma, as tradições pareciam-me ser para as sociedades o que os hábitos eram para os indivíduos. Como para estes, o moralista, o legislador, o psicólogo, o médico, o político têm de averiguar se elas são para conservar, para favorecer ou para revolver. Nenhuma tradição, como nenhum hábito, tem a sua razão de ser suficiente em si mesma. Mas quando uma coisa era boa, julgava que ainda acrescentava à sua benemerência a qualidade de ser tradicional. Se era má, é claro, era precisamente o contrário, porque ela se afigurava então mais difícil de desarreigar e suprimir. *O facto de uma virtude ou de um vício ser tradicional aumentava ao seu bem e ao seu mal.*

Isto parecem-me hoje lugares-comuns, na medida em que os povos são susceptíveis de ter hábitos e tradições. Mas não era essa a doutrina do realismo tradicionalista, porque ele queria simplesmente que regressássemos, sem mais forma de processo. E era exactamente em nome do «regresso» (e não propriamente do «progresso», que malsinavam), por espírito de histo-



ricidade, por *passéisme*, que eles nos queriam impor o autoritarismo e a monarquia (1).

O terceiro ponto da minha questão com os integralistas era o relativo à democracia. Ora eu entendia que se podiam conciliar com as condições da realidade, e que a realidade no-las mostrava mesmo ante os nossos olhos, a possibilidade e a legitimidade duma democracia liberal e socialista, que me parecia ver gradualmente realizada nas sociedades mais evoluídas, na Inglaterra, nos países escandinavos, na Austrália. E enquanto, ao lado dos homens da *Seara Nova*, eu doutrinava assim em Portugal, outros na França, na Grã-Bretanha, noutros países, faziam uma doutrinação igual ou semelhante.

.....

Resta-me um último ponto a elucidar: a questão da autoridade. Longe de ver na autoridade qualquer coisa de contrário à liberdade, eu via também nela, nesse tempo, politicamente, a sua própria condição; e longe de ver a democracia e a república como exclusivas de toda a autoridade, entendia que, mais do que nenhum outro regime, esse carecia de manter bem alto o seu prestígio. As revoluções, as insubordinações, os motins, os actos dia a dia mais numerosos de indisciplina nas ruas e nas casernas, revelavam uma verdadeira *crise da autoridade*, que ameaçava subverter o Estado ou a

---

(1) Sobre a questão da tradição, v. 1.ª série, pp. 56-57, 62, 83, e 3.ª série, artigo n.º IX do *Para um evangelho duma acção idealista no mundo real*, publicado no n.º 192 da *Seara Nova* (Dez. 929) e por inadvertência não incluído na 1.ª série. A destacar, deste artigo, as frases: «[As boas tradições] são boas porque são boas, e ainda porque são tradições. ...As más tradições são más porque são más, e ainda porque são tradições. Quer dizer: o facto duma virtude ou dum vício nacional ser uma tradição encarece o valor dessa virtude ou agrava o dano desse vício» (p. 378).



democracia. Reconhecia assim a necessidade desse vigoramento do princípio de autoridade de que depois, exilado em França, eu veria constituir-se paladino um dos chefes radicais-socialistas, Joseph Caillaux. Cria que era mister pôr termo, neste ponto, à tradicional *brandura* dos nossos costumes, que tinha conseguido para os delitos políticos uma espécie de impunidade e tinha quase consagrado o direito à insurreição.

Mas autoridade não quer dizer, necessariamente, nem autoritarismo, nem intolerância. Se não pode haver transigência para com as ideias falsas, se nesse sentido não podemos ser *liberais*, continuo a julgar que devemos ser tolerantes para com os homens, enquanto não estiver provado que não têm outras ideias ou não procedem de outra maneira, porque decididamente o não querem, e se obstinam, deliberadamente, em pensar, julgar e proceder desse modo. Os doentes não se devem tratar pelo estadulho ou por sistema equivalente; os processos adoptados para o caso devem ser os das casas de correcção e os das casas de saúde. Aliás, os integristas eram os primeiros a erguer a voz contra a tirania e a opressão, contra o despotismo das maiorias, com o seu furor de nivelamento, lesivo das individualidades de relevo, dos valores mais altos e mais prestantes. Não havia ninguém que mais do que eles erguesse a voz quando se sentiam ofendidos nos seus direitos e lesados nos seus interesses. É que a tirania é sempre odiosa para aqueles que sofrem dela.

Num ponto me encontrava, porém, plenamente com eles: era no seu combate às plutocracias, na parte em que as potências do Dinheiro pretendiam chamar a elas o poder público, se apossavam da grande Imprensa, pervertiam o sufrágio, enfeudavam os políticos aos seus interesses mercantis, estendiam por toda a parte os numerosos tentáculos da corrupção.



Eis em que pontos a minha ideologia realista se aproximava e se afastava do integralismo: os pontos de conformidade e os pontos de divergência. Eu, apesar de tudo, era democrata, liberal, republicano e socialista, antiliberalista-económico e antiplutocrático.

Eis a ideologia que eu encontrava, nesta República, *por trás* de mim. Vamos ver a que encontrava *pela frente*.

Nesse ponto, o que eu ouvia apregoar mais ou menos em todos os campos era uma *política de soluções*. Das tais soluções orgânicas, positivas, fundadas sobre a razão política e sobre a experiência do passado: Cruzada Nuno Álvares, Acção Nacional, Homens Livres, Liga dos Interesses Económicos...

Todos traziam a sua fórmula mágica, a sua doutrina de salvação.

Viam uns a cura radical dos nossos males na substituição dos governos de políticos pelos *governos de técnicos*, homens competentes e abalizados na economia, na pedagogia, na arte militar, na marinha, nos assuntos coloniais, na finança, em todas as esferas da actividade nacional. Desconfiados dos políticos, atribuíam-lhes o maior quinhão de responsabilidade nas nossas desgraças e desatinos. Era desses, acima de tudo, a frase: O mal é dos políticos. («O que eles querem todos é comer», é «encher a barriga», «o que eles querem é governar-se», eram as frases consagradas: «todos eles se estão a bugiar para o país».) Só bons técnicos, bem especializados nas suas respectivas tarefas, por um trabalho bem aturado e bem disperso *devant le mur*, podiam pôr a direito a governação. Só quando o Estado fosse gerido pelos métodos e com o espírito de *business*, de qualquer casa comercial, de qualquer empresa mercantil (grande armazém, banco, companhia, roça, feitoria, xácara),



com esse mesmo espírito prático e realista, o Estado português poderia passar da era dos reles politiqueros à era dos administradores. Também conhecíamos lá de fora este tema: era o do realismo de Tardieu e dos tecnicismos de Lysis.

Outros não se contentavam, nesta via, só com isto. Nisso de técnicos, queriam mais e melhor. Queriam o sistema vigente da representação nacional substituído por uma representação exclusiva dos grêmios científicos e das corporações económicas, ou em que, pelo menos, uma das câmaras fosse de simples representação corporativa. Também conhecíamos isso lá de fora. Dos mesmos males se queixava a França. Lá havia os mesmos projectos de delegação e representação corporativa.

Outros visavam mais alto. Iam do Executivo e do Legislativo ao Moderador, ou antes, ao Agravador, que era assim que eles o queriam, agravador, atarrachador da democracia, e era assim que eles viam a maneira mais prática de resolver o problema da autoridade e da estabilidade ministerial. Numa palavra, queriam o Presidencialismo, mais e melhor que com o Sidonismo. Também isso não era novo nem original. Vinha da América.

Outros não faziam a coisa por menos do que por uma modificação da estrutura e da orgânica ainda mais essencial, pela transformação do regime, não só numa república presidencialista, como também numa república federalista, à maneira da Suíça, e também das Américas.

Outros pensavam que a melhor maneira de evitar o nosso revolucionarismo crónico, o continuarmos a procurar no campo da Rotunda, com as metralhadoras, o que não conseguíamos no campo das urnas e no Parla-



mento, e de assegurar uma certa estabilidade governamental, era a polarização de todas as forças políticas em dois únicos partidos, que monopolizariam toda a vida partidária republicana, absorvendo os pequenos grupos do regime, e se alternariam no poder, com aquiescência prévia de ambos eles, como num jogo de rapazes bem conhecido ou os alcatruzes duma nora. *Rotativismo*, outro ensaio de rotativismo, como ele se fizera durante algumas dezenas de anos na chamada monarquia liberal, desde o pacto da Granja até às dissidências franquista e alpoïnista. Sistema já conhecido, e contra o qual os republicanos tinham consumido uma parte dos seus tropos nos jornais e nos comícios. Já conhecido também lá de fora, da Inglaterra, por exemplo, de antes do vigeramento eleitoral dos trabalhistas, que os instituía num terceiro partido de governo.

Mas esses queriam a continuação do *statu quo*, atenuado ou agravado, consoante o espírito optimista ou pessimista com que tais inovações pudessem ser apreciadas. E havia quem quisesse, pura e simplesmente, a supressão do parlamento. No parlamento é que estava o cancro; dizia-se mesmo: o cancro. O mal era dos políticos? Sim, se os políticos se confundem com o sistema parlamentar. Sem parlamento, já os políticos, os maiores políticos, os mais exclusivos dos políticos, os maiores realizadores, em política, do *princípio exclusivista*, como o chefe dos Balilas, passam a ser não-políticos. Esta trampa da política... Sim, enquanto se não suprime toda a concorrência política, toda a divergência, *toda a influência diversa e oposta*. Este caso adquirira mesmo já, em Portugal, um tom de *scie*, era uma *blague* científico-prática quase universal, de quase todos os grupos e partidos. Todos, mais ou menos, uns declarada outros secretamente, aspiravam à *sua* ditadura. Berravam sempre contra a ditadura, contra as revoluções — mas



contra a ditadura, a revolução dos outros. Não havia quase ninguém que não tivesse, lá no mais íntimo do peito, fisgada, para momento oportuno, *a sua ditadura*. (Já se sabe, não falamos dos monárquicos constitucionais, nem dos monárquicos absolutistas ou antiparlamentares, que esses estavam *atrás de nós*, nos seus projectos de reacção.)

Assim, uns após outros ou ao mesmo tempo uns dos outros, apelavam, uns e outros, para essas possibilidades de salvação. Isto sem falar, já se vê, dos grupos de esquerda ou da extrema-esquerda, dos socialistas, dos sindicalistas, dos comunistas, dos que os homens da direita e os conservadores diziam estar «a soldo de Moscovo».

Foi no meio destas dificuldades e das complicações crescentes do regime parlamentar (e que, reconheço-o hoje, vinham mais da vontade dos homens do que da sua insuficiência ou da carência do sistema) e, por outro lado, do mais ou menos constante apregoamento destas *soluções*, que eu fiz toda a minha campanha da *Seara Nova*. Foi assim que foi ganhando consciência e consistência e se foi particularizando, caracterizando, acentuando cada vez mais e mais fundo, o que eu chamei a minha evolução. Não era só uma evolução espontânea das ideias, em virtude do seu desenvolvimento lógico, por obra e graça dos seus preexistentes germes ideativos. Foi uma evolução que se fez também em face da vida, também *devant le mur*, ao som dos *tum-tuns* e dos morteiros, no concreto, em face do inimigo, e das tendências, das fórmulas adversas.

Para mim, esses *grupos de soluções* eram *grupos de ilusões*: a ilusão dos técnicos, a ilusão corporativa, a ilusão presidencialista, a ilusão federalista ou municí-



palista ou provincialista, a ilusão rotativista, a ilusão monárquico-constitucional, a ilusão ditatorial. Vejamos.

Já está dito: eu não cria que o político fosse o único culpado dos nossos males. Tudo inocente, tudo santo, tudo génio: só o político era o pecado, o crime, a maldade, a besta. Só ele. Fora do campo da política, todos cumpriam o seu dever. Se não fosse o Terreiro do Paço, o país seria um paraíso, o «torrão de açúcar» daquele corregedor de Viseu de que falava Link. Era preciso destruir o Terreiro do Paço. Alguns iam mais longe: era preciso destruir a Universidade de Coimbra, como alfobre que era dos políticos. Mas como seria isso possível se, hoje, todos nós somos doutores? — Não cria também que o técnico, em geral, desse um bom político. Excepcionalmente, sim. Não era impossível. Tinha-se visto. Mas a excepção não é a regra, e não podíamos fazer uma política realista e experimental fundada em excepções. Portanto confiar o poder político aos técnicos era para mim uma heresia política, se não dissesse melhor chamando-lhe uma heresia psicológica. Porque uma era a competência do técnico, outra a competência do político. Uma a competência dos especialistas da técnica, do economista, do financista, do contabilista, do comercialista, do engenheiro, do agrónomo, dos Adam Smith, dos Marnocos, dos Lesseps, dos Ricardos, e outra a dos Pombais, dos Mouzinhos, dos Bismarcks, dos Mazarinos ou dos Cavours. Em geral, todos aqueles especialistas, *como propriedade das médias*, falhariam na administração do Estado; na realidade um Estado não se administra como uma companhia ou uma roça; neste sentido, não haveria piores políticos, piores administradores, piores órgãos de correlação e de coacção, quer dizer, de actividade sintética, coordenadora. Para essas tarefas, era o político o competente, o especialista, porque, mais do que ninguém, devia ter esse *espírito*



*realista* de que tanto se falava, com as maiores qualidades desse espírito, que eram a finura, a subtileza, o requinte mental, a capacidade de apercepção das grandes massas e das vistas de conjunto, a visão íntima dos problemas concretos e complexos, com a noção, o sentimento agudo da sua interdependência e solidariedade (cada caso em política e em medicina é talvez um caso único e ao mesmo tempo uno, não se podendo abstrair duma qualidade, dum vício, dum defeito, duma dificuldade, dum carácter do real), e aquela percuciente penetração psicológica, aquele conhecimento arguto, perfeito, profundo dos homens, aquele equilíbrio, aquela cultura geral, aquele espírito arquitectónico, o espírito que poderia chamar de *organização e de construção*, que fazem, quase por definição, o grande homem de Estado, o verdadeiro político. Porque o Político é, como ninguém mais, o Homem de Acção. Acima ainda do médico e do psicólogo, do cura das almas e do cura dos espíritos, eu via no político a suprema realização do poder humano e do génio criador do homem. Quando eles eram grandes, geniais, verdadeiramente, e não se limitavam aos trabalhos de fazer a guerra. Como queriam, pois os senhores técnicos substituir os políticos? Homens das competências especializadas (nenhum técnico da finança se sente, em geral, autorizado a intervir na agronomia ou na engenharia hidráulica, e vice-versa), com que espécie de veleidades queriam intervir nas questões que só competiam *aos técnicos mais especializados*, aos mais raros, que são aqueles que têm a *competência sintética do político*, que têm o *talento criador do político*, que têm a *cultura geral do político*, os *conhecimentos de conjunto do político*, as qualidades de subtil penetração psicológica do político para o conjunto da grei humana, enfim, que são os verdadeiros Políticos? Então a Banca, a Rega, a Luz Eléctrica, os Seguros, as Caixas Econó-



micas, as Culturas de Sequeiro, exigiam competências técnicas especializadas (era este o princípio expresso, admitido), nenhum engenheiro hidráulico, fora casos inteiramente excepcionais, se permitiria meter o bedelho no Sequeiro, nenhum banqueiro na Luz Eléctrica, nenhum electricista nos Bancos populares ou nos Seguros — e os técnicos da Finança, só porque são técnicos da finança, e os agrónomos, só porque são técnicos da agricultura, deviam dar bons ministros da Finança e da Agricultura? Então não há mais nada? Então há só isto a ter em conta? E o resto? E a grandeza, a finura, a força do homem? Isto, evidentemente, se se admite o princípio de que nem todos servem para tudo, se não se tem por verdadeira aquela regra de que, em política, *n'importe qui* é bom para *n'importe quoi* e *n'importe comment*, que muito raros são os homens omniscientes e omnipotentes (*de omne re scibili*), que os génios e os talentos enciclopédicos, universais, omnímodos, são uma rara e gloriosa excepção, e portanto cada um para o que é feito, para a sua poda, *the right man in the right place*. Ainda hoje creio que, no fundo, isto é assim. Que poucos homens haverá que possam dizer, com verdade, a frase que se atribui a Leonardo da Vinci: que podia fazer tudo (desde pintura e escultura até arte de fortificação e engenharia ou poesia épica) *tão bem como qual-quer outro*. Como qualquer outro. Suprema consciência do próprio valor, e também suprema modéstia! Continuo a julgar que em tudo para que se requer valor e mérito é necessário, por hipótese, competência; e que cada conjunto de tarefas e de actividades requer um conjunto preciso de qualidades e de méritos. Afinal de contas, a política é também uma técnica, a maior, a mais difícil, a mais complexa das técnicas — uma técnica, mas diferente das outras técnicas. A técnica de quem tem, mais do que ninguém, que lidar com realidades con-



cretas, complexas, particularíssimas, muitas vezes, outras vezes muito gerais, e com homens (1).

Se, no domínio do executivo, não partilhava da confiança nos governos de técnicos, tantas e tantas vezes exaltados nos editoriais da grande imprensa diária, também pelo que se refere ao legislativo não participava da confiança que outros punham na substituição do parlamento dos políticos pelo parlamento dos técnicos, a representação nacional constituída por partidos pela representação das competências, das ciências, das classes, dos ofícios, dos misteres. No fundo, pelo mesmo sistema de razões, ou por outras ainda, que não quero esmiuçar agora, para não alongar demais a extensão deste prefácio.

Quanto ao presidencialismo, dera má conta de si, na experiência que fora feita. Liquidara com o atentado, a revolta, a tentativa de restauração monárquica, e o resto: a curva, a bela curva que vai do 5 de Dezembro ao 28 de Maio. Em vez de uma fortificação do regime, como na América, deixara o seu enfraquecimento mais agravado. Além disso, o poder pessoal, entre nós, parecia-me degenerar, por vezes, em formas inferiores. E era menos democrático. Isto muito em resumo. A oposição à ideia não era irreductível, mas a simpatia pelo sistema era pequena.

---

(1) Então, *politique d'abord*, como Maurras? perguntar-me-ão. Não. *D'abord*, não. Como remate, como cúpula, *comme couronnement*. A ética está na base de toda a política. Quer dizer, o ético, para mim, sobre-põe-se e subentende o político. Tanto assim que, na 1.ª série destes artigos (p. 301), declarava que a «sobre humana energia dos homens de acção» fora «quase sempre consumida em pura perda», por quase sempre o homem de acção não subordinar a sua acção a fins éticos superiores, ou não encontrar, para se morigerar, o *contrôle* dos governados. — Devo dizer ainda que esta questão do tecnicismo na gestão dos negócios públicos está intimamente associada à questão dos partidos.



O federalismo também me parecia de mau agouro. Descentralização municipal, com larga autonomia dos concelhos, independência da política municipal da política central, já me bastava. Mais do que isso parecia-me arriscado. Se os nossos Mazarinos e Bismarcks tinham dado tão fraca prova de si na política geral do Estado, do Estado unitário, já se vê, ver-se-iam eles proliferar e aumentar de génio político e de *savoir faire*, se o Algarve, o Alentejo, o Minho, fossem *cantões* independentes, e viriam a surgir Canovas e Gambettas, mesmo Césares (Césares!), em Faro, em Portalegre, e em Cabeço de Montachique? Pode ser — quem sabe?

Quanto ao Rotativismo, não lhe poupei os meus ataques. Parecia-me a melhor solução para nada solucionar, para fechar o caminho de todas as soluções, para consagrar os nossos vícios de governação, e para assegurar o sistema de Compadrio. Então o que os republicanos tinham combatido, havia de voltar? Então a falência do que de próprio tínhamos introduzido no sistema da sucessão governativa, o sistema da Zaragata, da Balbúrdia, do Tiro, levar-nos-ia a cair precisamente naquilo mesmo que tínhamos combatido como um dos vícios maiores do sistema monárquico então em vigor? Então Rotunda — ou Rotação? Era esse o dilema? Um entendimento entre dois compadres, por uma espécie de *renewal* do pacto da Granja, entre António Maria da Silva e Cunha Leal (e que foi saudado pelo Sr. Brito Camacho como a coisa mais supinamente inteligente saída do cérebro daquele primeiro estadista e que já Cabeçadas, muito antes, me dizia ser a única solução para o problema português? Era parar a meio caminho do totalitarismo por uma espécie de tácita concessão ao seu espírito (o sistema bipartidário, em vez do unipartidário, realizado pelo totalitarismo), uma fórmula de compromisso, como se a democracia fizesse concessões



ao seu contrário e quisesse encontrar plataformas de entendimento com os seus adversários, com ofensa para o seu espírito. Nesse ponto de vista, parecia-me que ela contemporizava, para arranjar a melhor maneira de bater em retirada. Mas o desígnio mais confessado era o intuito de pôr termo à instabilidade governativa, pela supressão das pequenas patrulhas, dos guerrilheiros da democracia, dos pequenos grupos oposicionistas, e à forma de derimir os pleitos entre os partidos pela violência (ou pelo jogo do quem-mais-as-tem, as armas) é quem melhores pedras tem na mão, evitando assim o prosseguimento da era revolucionária e dos ministérios-relâmpagos. Mas teria essa vantagem, ao menos, tal sistema? Os pequenos partidos, com as suas ideologias próprias, os seus princípios particulares, a sua maneira de conceber a resolução do problema político, as suas reivindicações, os seus interesses, resignar-se-iam a ser sacrificados aos dois Molochs combinados e por assim dizer reconciliados, como para a divisão da pele leonina, a ver-se assim excluídos da governação por este sistema de partilhas, em que os dois partidos dominantes constituíam um bloco com dois subgrupos ou secções, um que tomava na comédia o papel de dizer que sim, e o outro o de dizer que não, isto alternadamente, porque estava assente, por uma espécie de novo pacto social, que cada um devia ceder as cadeiras da governança ao outro, quando soasse certa hora no hemiciclo parlamentar? Não é natural. O mais provável seria lançarem-se na batalha, e a luta dos grupos e grupelhos tornar-se mais acesa.

Chegamos agora ao remédio heróico, à solução mais preconizada, à que tinha o mérito de concitar maior número de aderentes e simpatizantes, a abolição pura e simples do parlamento, a ditadura. Parece que tudo convergia para essa solução, para esse desenlace; que



todos procediam de maneira como se não quisessem outra coisa. Afinal todos estavam de acordo. Só variava o modo de contribuir para ela, a maneira de apelar para ela, de a chamar, de a incitar ao começo do ser, como diria Kant. A tal ponto que já não era preciso grande esforço, aí por volta de 1924 ou 1925, para ver, por sobre a praça central da Cidade, do Ágora, onde aquele «dador» da primeira constituição liberal parecia uma ironia de humorista, desenhar-se uma figura simbólica: a figura e o símbolo da Ditadura. Tanto, como ia dizendo, ela andava no ar, e na boca de toda a gente.

E era esse o outro pomo da discórdia, a outra *scie*, a outra tecla tantas e tantas vezes batida, tão insistente era a toada, tão frequentes os recursos à revolução. Da direita como da esquerda: de Nobre de Melo e Afonso Lucas a Emílio Costa.

È que o parlamento chegara, especialmente em Portugal, a um grau extremo de descrédito. Por todos os lados parecia meter água, porque de todos os lados o atacavam. Não se curava de indagar se os vícios que se lhe notavam eram inerentes à própria instituição, como constitucionais, orgânicos, e incuráveis. Sem mais forma de processo, a maioria decidira já, lá no íntimo, que não merecia a pena conservá-lo: havia que suprimi-lo. Como um médico que, em face dum doente que se queixasse do encéfalo, resolvesse que a melhor forma de o curar era desembaraçá-lo da cabeça. Assim, em fins de 1925, o *remédio* da ditadura já encontrava toda a gente preparada para o engolir. Toda a gente se resignara porque já não havia democratas. Sem conciliábulos, a coisa já estava resolvida. Nem pareciam ver sequer aqueles que da esquerda também para ela apelavam (como Emílio Costa, em artigos impressos na nossa revista), que estavam a contribuir, simplesmente, para a ditadura do adversário. Que andavam a deitar lenha



na fogueira que os havia de queimar a todos. Nesse ponto, eu era uma excepção. É que eu não via maneira de dispensar o parlamento, sem o perigo de cair naqueles vícios mesmos, mas exacerbados, naqueles mesmos males, mas agravados, que eu lhe via atribuir e a que por esse processo intentavam pôr fim. No poder pessoal, incontrastado, dum homem, duma oligarquia, dum partido, duma seita, dum corrilho, eu não via um remédio, mas uma doença ainda maior do que aquela de que já sofríamos. Porque com os integralistas tinha esta ideia de comum: que os regimes têm virtudes e defeitos próprios, independentes das virtudes e dos defeitos dos homens. É o que se depreende de tudo o que afirmo nos artigos que se vão ler e do que já se leu nos anteriores. Nestes (1.ª série, pp. 56-58) faço referência à doutrina integralista sobre a questão, embora acrescentasse que se me afigurava que os seus sequazes exageravam o valor, para eles como que incondicional, dos regimes, em relação ao valor dos homens. Para mim, era ainda o homem a maior realidade. Quando os homens nada valem, os regimes nada valem. Não há regime algum capaz de fazer de feras santos. Os integralistas exageravam. Exageravam quando diziam, com H. Raposo, que criam, que devíamos crer, «mais nos homens que nas ideias». Exageravam quando supunham que a capacidade das pessoas é mais discutível que a dos regimes, como se diz no artigo de apresentação da *Monarquia* — exageravam, e, em certo sentido, contradiziam-se. Exageravam quando atribuíam todos os vícios de que enferma o mundo actual, mais do que às deficiências da economia liberal (como pretendiam os socialistas), aos regimes políticos de democracia: «o mal não está nos homens, está nos regimes», escrevia João do Amaral. Exageravam quando asseveravam, com este, que «o primeiro preconceito que o integralismo lusitano encontrou



pela frente foi aquele que subordina à capacidade intelectual e moral dos homens a superioridade moral dos regimes» e quando, ainda com ele, conclamavam contra aqueles que atribuíam «à virtude dos homens uma força eficiente anterior à virtude dos regimes».

Se havia, portanto, no seio da escola, conceitos sobre os quais pareciam estar todos de acordo, um deles era certamente esse. Isso parecia-me, como escrevi, um novo *idealismo* («crendo menos nos homens que nas ideias»), mas mais excessivo; um novo optimismo, mas mais absoluto. «A ideia — acrescentava — continua a vogar livremente num mundo sem matéria e sem resistências, pois que, numa sociedade de *homens*, não é o homem que é considerado como a mais positiva realidade, mas a ideia.» Eis no que vinha a dar a *política do facto*, tão desprezativa da *política da ideia!*

Desse idealismo, assim tão desdenhoso do valor dos homens concretos, reais, tais como o revelava a experiência, com os seus méritos e os seus defeitos, não partilhava eu. Que os regimes tinham um valor próprio, parecia-me incontestável, não, porém, o suficiente para que puséssemos de parte a questão dos homens. Mas exactamente porque via defeitos e virtudes nos homens, e méritos e defeitos nos regimes, é que a questão do regime me não era indiferente, e eu me pronunciava pela manutenção e reforma do parlamento, contra a ditadura. Julgava eu que o absolutismo, o despotismo, o arbítrio, o cesarismo, a ditadura, quer dizer, todos os poderes mais ou menos discricionários, tinham defeitos próprios independentes dos monarcas, dos césares, dos déspotas, dos ditadores. Pois quê! já tanto nos queixávamos nós dos políticos, tendo para nos defendermos dos seus excessos e dos seus abusos um sistema inteiro de meios de fiscalização e de contraste—e seríamos tão ingénuos e tão imprudentes agora que condescendêssemos em presen-



teá-los com o poder absoluto? Na série de artigos relativos ao livro de Benda, «*La Trahison des clercs*», e sobretudo no capítulo X dessa série (por sinal numerado IX, por falta da inclusão dum dos capítulos, na colectânea organizados pela *Seara Nova*), nomeadamente na parte que, no volume, vai de pp. 287 a 311, alongara-me bastante sobre o assunto. «Ninguém é digno do poder absoluto — escrevia eu. — Porque não é o mau rei que torna mau o poder absoluto, mas o poder absoluto que torna mau qualquer rei. O absolutismo é um mal em si mesmo. O abuso do poder resulta naturalmente do simples exercício ilimitado do poder. A excepção dum homem não pode servir de justificação a um regime. Nenhum regime pode ter como ponto de partida a particularidade dum acidente feliz. ...A primeira verdade da psicologia política é que os regimes têm virtudes próprias e defeitos próprios, inseparáveis do valor dos seus homens» (pp. 305-310). As minhas conclusões eram as de Alain e de Faguet, de Locke e de Stuart Mill, de Hume e de La Bruyère. Eu via no Príncipe, ao contrário da doutrina maurrasiana, não uma *virtude de posição*, como lugar geométrico de interesse nacional, mas um *vício de posição*. Julgava que, desde que há homens que governam e outros que são governados, é duma necessidade quase inevitável que os primeiros criem interesses não só diferentes, como opostos aos dos segundos. Julgava que a situação do governante absoluto é tal que a sua perspectiva não pode deixar de ser falseada, e, pelo simples facto de exercer o poder, de abusar do poder. Julgava, com Alain, que todas as vezes que damos carta branca aos poderes, volvemos à tirania e à tortura, que é «a flor da civilização oligárquica». Julgava mesmo que isso podia suceder com os próprios governos democráticos, se não tínhamos o cuidado de exigir na prática e nos costumes os princípios consignados nas leis. Julgava, enfim, que



«não há governos democráticos, há regimes democráticos, o que é diferente. Todo o poder é autocrático tanto quanto pode sê-lo.»

Assim, em 1926, eu não estava ainda convencido da inutilidade do parlamento, e tinha muito receio do que pudessem fazer os políticos se nenhum processo de *contrôle* organizado os morigerasse e fiscalizasse. Nesta ordem de ideias, eu não deixava de ver ainda alguma vantagem no «bavardage parlementaire» (1). Por isso combati os projectos de ditadura. E sobretudo a ditadura do desconhecido, do primeiro que surgisse à volta duma esquina, e ainda mais a de todos os candidatos e pretendentes à ditadura que havia à vista, daqueles que arrogando-se tais pretensões apareciam na cena política, dos únicos, afinal, que tinham força, elementos, condições, armas, os homens do dinheiro e das metralhadoras, os grupos da direita social e das oligarquias financeiras, os reaccionários e os militaristas. E exprobase aos republicanos, aos socialistas, aos comunistas, o facto extraordinário de estarem a fazer com as suas campanhas antiparlamentares, pró-ditaduras, a atmosfera da *única ditadura possível*, da única revolução ditatorial que tinha condições de êxito, que era o contrário, precisamente, daquela ditadura que eles sonhavam. Assim atevavam a labareda que os devia devorar.

Afinal todos ficaram «comidos», como era lógico, e como era justo. Lógico, porque, quando se trata de apelar para a força, e apenas para ela, não é natural que quem a detenha se sirva dela em proveito dum *tertius gaudet*. Justo, porque grupos que se diziam e se criam democrá-

---

(1) A afirmação é de Claude Farrère; mas em toda a parte se dizia a mesma coisa.



ticos não deviam visar nem apregoar ditaduras sistemáticas, e sobretudo servir de instrumento aos que detinham a força. E assim o que veio foi uma ditadura militar. O Exército quis exaltar os votos da nação. A ditadura tinha de ser militar, por uma espécie de necessidade lógica.

O que eu previra durante meses consecutivos consumara-se. Eu escrevera que mais dia, menos dia, um general no-la traria, num dia de nevoeiro. Esse general foi Gomes da Costa, esse dia foi o 28 de Maio. Só não sei se houve nevoeiro.

Sendo assim, eu tinha o direito de perguntar hoje aos que se diziam republicanos e tinham feito a campanha da ditadura, se eles estavam satisfeitos com a sua obra: — Então quem tinha razão?

... Se eu não soubesse que, mais ou menos, eram *tutti marchesi*, que aquela ditadura era afinal a ditadura que todos tinham sonhado.

A minha solução era outra. Eu não apelava para o César, para o Rei, para o Messias (1). Eu não apelava mesmo para um capitão de artilharia. E, em vez de fazer esse ataque inconsiderado e imoderado ao Parlamento que notava em volta de mim — e que não era a este ou àquele parlamento, mas à própria instituição, como se ela fosse intransformável e a causa única ou

---

(1) No que estava de acordo, ao que parece, se não com Hobbes ou com Hegel, com a Sabedoria das Nações. Das Rãs que pedem um Rei já se fala nas fábulas de Fedro, se não nas de Esopo. E na própria Bíblia, no livro intitulado mesmo dos *Reis*: «Pois eu invocarei o Senhor, e enviará trovões e chuvas: e sabereis, e vereis que fizestes um grande mal para vós diante do Senhor, pedindo um rei, sobre vós.» (*Reis*, XII, 17.)



maior de todos os males de que sofríamos —, preconizava uma solução que me parecia simultâneamente mais prudente, mais razoável e mais orgânica.

Permita-se-me, porém, nesta altura, um parêntese. Poder-se-ia realmente perguntar se, com as minhas campanhas contra certos daqueles políticos e aquele parlamento, não estava também a combater de facto o parlamentarismo, também a fazer ambiente para aquela ditadura, a ditadura de abaixo-de-Braga, que num dia de florido Maio viria a irromper em Lisboa, não, certamente, porque advogasse a ditadura ou combatesse o parlamentarismo, mas porque, combatendo o único parlamento que tínhamos à vista, eu contribuía também mais ou menos para o descrédito da própria instituição. Como se não tivesse sido ele que houvesse dado origem àquela ditadura! Mas foram os meus artigos contra aquele parlamento, ou foi aquele parlamento que fez a ditadura?

Mas reatemos as nossas considerações. A solução para mim, dizia eu, era outra. A solução inteligente, orgânica, positiva. Numa democracia, eu cria na necessidade dos partidos, o que não excluía a necessidade de movimentos fora dos partidos, como o iniciado pela *Seara Nova*. E assim também a necessidade, por vezes, dum conjugação de várias forças partidárias, dum bloco constituído pelos elementos mais sãos e mais honestos de vários partidos para purificar o ambiente político, meter na ordem os que andavam fora dela, impossibilitar o prosseguimento do domínio das oligarquias e impor as reformas necessárias. A *Seara Nova* dera para isso os primeiros passos: com alvaristas, e alguns elementos dos partidos democrático, esquerdista, radical e até nacionalista.

Assim também eu queria a Revolução, mas por outros processos. Também eu queria reformas, mas outras.



Sem o tum-tum, o sistema da balbúrdia, a indisciplina nas casernas, a dissolução da vida pública, as manifestações subversivas, o obstrucionismo parlamentar e o pau de bater bifés. Julgava que se podia meter aquilo nos eixos, sem necessidade de bombardear os prédios da Bitesga. Sem necessidade de metralha. Nem de apelar para o Messias. Sem processos revulsivos, sem agitação revolucionária, sem coaxido de rãs a aclamar e a pedir um Rei. A formação dum governo estável e actuante, mas sem aquelas vias de acesso: o assalto aos ministérios, pela calada da noite. Abrir as portas do Terreiro do Paço, sem usar duma gazua. Pôr nas cadeiras do poder gente honesta e competente, sem escaladas de surpresa, à Geraldo-sem-Pavor. A possibilidade de atingir o Terreiro do Paço sem passar pela Rotunda. Parecia-me que se podia lançar as bases duma nova política sem recorrer à guerra civil.

Supunha que a reformação era possível, embora nem fácil nem expedita. Que se podia carrilar a vida pública sem processos catastróficos. O tiroteio, a intervenção do quartel não os cria indispensáveis. Os defeitos que se assacavam ao parlamento, não os julgava inseparáveis do sistema, como se as câmaras não pudessem ser constituídas de outro modo, recrutadas por outros processos e funcionar de outra maneira. Não julgava o parlamentarismo irremissível, por ter atingido uma forma *ne varietur*. Creio que ele admitia a possibilidade duma evolução, em função das novas necessidades duma vida cada vez mais complexa e mais dura, em função dos ensinamentos fornecidos pela experiência. As instituições parlamentares eram susceptíveis de aperfeiçoamento. Pôr a democracia mais de acordo com o seu espírito e com as realidades e as necessidades prementes da vida, eis o que me parecia então a mais essencial tarefa.



Se não me pronunciava, porém, pela constituição de parlamentos corporativos, também estava longe de julgar, como o disse logo nos primeiros números da revista, que se devesse continuar a manter o regime de duas câmaras eleitas pela mesma forma de sufrágio, pela mesma massa de eleitores, que era o sistema bicamaral que possuíamos e em que o Senado aparecia como uma espécie de duplicação, de redundância, fazendo *double emploi* com a outra casa do parlamento. Entendia que a segunda câmara se podia substituir com vantagem por uma assembleia técnica, em parte profissional, em parte científica, uma câmara de «competências», mais do que representativa de interesses de classes e de egoísmos corporativos, e a que se reconheceria, não poder deliberativo, mas consultivo e informador, dotada ainda dum direito de iniciativa limitado na proposição das leis e que a outra câmara obrigatoriamente consultaria antes de pronunciar os seus votos, tomar as suas decisões e editar as suas leis. Por esta forma, a vontade nacional só se encontraria representada por uma única sâmara, eleita por um sufrágio democrático, pelo voto geral da nação, enquanto a outra, eleita por sufrágio especializado, reuniria as competências profissionais e científicas, proporia medidas legislativas e regulamentares à outra casa do parlamento, estudaria os projectos e propostas dela emanados, submetê-los-ia a uma análise suficiente, proporia as modificações essenciais, pronunciar-se-ia, pela sua secção de jurisprudência, sobre a sua redacção. Nos seus juízos, nas suas informações, nos seus esclarecimentos, os técnicos não se limitariam a dar o seu parecer, devidamente justificado, sobre os métodos, os meios, as minúcias, os pormenores de efectivação de qualquer princípio reformador; pronunciar-se-iam também sobre os próprios *fins* (que também para isso lhes reconhecia competência), marcando-lhes



os limites e as condições de realização (1). Assim, sistema de sufrágio, composição, carácter, atribuições, prerrogativas, autoridade ou poder de decisão, forma de funcionamento, natureza da obra a realizar, em tudo difeririam esses dois organismos, complementares, mas não redundantes, um deles essencial, o outro subsidiário, mas, ao que me parecia, indispensável para um bom exercício do sistema.

Por uma curiosa coincidência, eu fechara as minhas duas séries de artigos doutrinários, que formam o recheio do que depois devia ser reunido em volume como 1.ª série das *Páginas Políticas*, com o espírito suspenso sobre o mesmo problema: a organização da democracia, a reforma do sufrágio, a reforma constitucional do regime. Exactamente nos artigos susequentes, eu iria esmiuçar a questão, e propunha-me chegar àquela pormenorização exigida pelo assunto em que até então eu não tinha tocado (2). E não cheguei a escrever nem um nem outro artigo. Como se isso fosse também um sinal do *Finis Democratiae*.

(Na Seara Nova, N.ºs 1391/1392 e 1393/1394,  
de Agosto a Dezembro de 1961)

---

(1) A propósito dum assunto inteiramente estranho a coisas políticas, escreve Borel: «Le premier point qui est de toute évidence, c'est que la majorité ne peut pas posséder des lumières qui font complètement défaut à chacune des individualités qui la composent: un jury d'aveugles ne saurait juger des couleurs.» (*Le Hasard*, p. 254.)

---

(2) O capítulo VII da série do Integralismo deveria intitular-se, como foi anunciado (por ex.º, no n.º 15, p. 42), *O Sufrágio e a competência na democracia*. O último da série sobre *La Trahison des clercs*, depois de demonstrar a necessidade do *contrôle*, encerrava-se por estas palavras: «Mas quem exercerá o *contrôle*? Como se exercerá o *contrôle*? Quais são as condições de todo o *contrôle* eficaz? É este o problema.» Resolveu-o a ditadura: suprimindo-o.



## Da Cruzada Nuno Álvares

Pequenos trechos do primeiro manifesto publicado pela Cruzada Nuno Álvares:

1. «A Cruzada Nacional Nuno Álvares Pereira não é um agrupamento político.» (Cf. 16.)
2. «A Cruzada Nacional Nuno Álvares Pereira pertence a todos os portugueses sem distinção de classes e sem distinção de partidos.» (Cf. 16.)
3. «Tem por sagrado emblema Nuno Álvares na plenitude das suas virtudes.»

Fins da Cruzada:

4. «Acordar e utilizar todas as energias do povo português, radicando nele o amor da sua terra e o culto dos seus heróis...»
5. «Pugnar pela formação do carácter.»
6. «Reconstituir a família tradicional, base de toda a sociedade organizada, porque a Pátria nada mais é do que o agregado das famílias que a constituem.»
7. «Nacionalizar o espírito científico, cuidando da instrução geral, técnica e artística nos seus diferentes graus.»
8. «Promover a unidade moral da nação portuguesa, e conseqüentemente concorrer para a solução do problema da ordem pública, sem a qual não há vida possível.» (Cf. 15.)
9. «Preconizar a disciplina social, como meio de se obter a unidade de força e a ordem na sociedade...»
10. «Intensificar a riqueza nacional, pelo aproveitamento de todos os factores do seu solo e subsolo.»



11. «Chamar à actividade todos os valores colectivos e todos os valores mentais e morais da sociedade portuguesa.»
12. «Procurar, nos vários continentes, a expansão de Portugal, expansão reclamada pela sua história, pela sua tradição e pela sua situação geográfica...»

Mais:

13. «Nuno Álvares ... em nome de Deus e em nome dos homens abriu em Aljubarrota e em Valverde o caminho que nos conduziu à Renascença...»
14. «A Cruzada pretende “reintegrar a Pátria no culto da sua tradição violada”...»
15. «A Cruzada ... não vem fazer afirmações políticas no meio do delírio geral. Vem, pelo contrário, proclamar, agitar, realizar uma obra. Não poderá fazê-lo, porém, sem que a solução do problema da ordem pública seja um facto consumado. Sem ordem, nem vivem povos nem vivem governos.» (Cf. 8.)
16. «A guerra e o problema russo dividiram o mundo em dois campos distintos e opostos. Dum lado, a ordem; do outro lado, a anarquia. Dum lado, a revivida tradição da autoridade imperial da velha Europa dos séculos xiv e xv; do outro lado a revolução, desencadeada por um messianismo sacrílego, que já começa a afundar-se na própria tormenta que provocou. Entre tradição e revolução não há partidos nem estados intermédios. Entre tradição e revolução, há um abismo.» (Cf. 1, 2 e 15)...
17. «Sem ordem, o Estado não pode viver. E quem diz Estado, diz, pelo menos, três funções harmoniosas de carácter permanente: a função legislativa, a função judicial e a função executiva. É à volta destas funções que toda a vida pública gira. Ferida



- qualquer delas, pela invasão das outras ou pelo desequilíbrio, toda a vida do Estado paralisa e expira.»
18. «A Cruzada... nada mais pretende do que exaltar o país a olhos de nacionais e a olhos de estrangeiros...»
  19. «Um povo inteiro aguarda que o reinstalem na sua tradição violada, na sua crença secular, na sua regalia, no seu foral, na sua liberdade, na inviolável paz dos seus deveres e dos seus direitos...»
  20. «Portugueses: pela Pátria eterna no tempo e no espaço!»

Subscvem *estas monstruosidades lógicas, históricas, estilísticas, gramaticais, políticas e sociológicas* homens como os Srs. Braamcamp Freire de Andrade, Anselmo de Andrade, Eduardo de Sousa, Pedro J. da Cunha, Egas Moniz, António Centeno, Celestino de Almeida, Trindade Coelho, Jacinto Nunes, Lobo de Ávila, Cunha e Costa, Almeida de Eça, Herculano de Medeiros, Afonso de Miranda, etc., etc., economistas, historiadores, políticos, coloniais, médicos, advogados, oficiais graduados do exército, professores de escolas superiores, etc.! Não vêem melhor maneira esses senhores de honrar a sua pátria senão publicando *um documento que compromete a Intelectualidade portuguesa e a Pátria* aos olhos de nacionais e estrangeiros. Num dos próximos números mostraremos à evidência estas duas coisas:

1.<sup>a</sup> — *Que não há em Portugal associação mais reaccionária que a Cruzada Nuno Álvares Pereira;*

2.<sup>a</sup> — *Que nunca em Portugal se ergueu, como no manifesto dessa Cruzada, um monumento mais colossal de psitacismo colectivo.*



Não há um só trecho desse manifesto (um só!) que não contenha um erro ou um desconchavo; não há uma só passagem desse esmagador documento *do que é e do que vale a mentalidade conservadora* no nosso país, que não seja *um insulto a toda a intelectualidade portuguesa*.

E é essa gente, com aquele espírito e aquelas afirmações, que se julga com a capacidade necessária para salvar o país! Eles, que já nem «salvados» podem vir a ser, pretendem a categoria de «salvadores»! E o Estado republicano amima, protege, obedece àquela confraria retrógrada, *mais reaccionária, no espírito e nos processos, que o mais reaccionário monarquismo!*

O que fez até agora esta Cruzada mirífica? Lançou morteiros e armou uma rede. Uma festa e um plano. *Uma festa para glorificar um herói militar; um plano para assassinar, de facto, a República.*

Seria aqui do velho estilo: Republicanos, em guarda! Não é necessário. Para inutilizar aquela caranguejola, basta que a *Seara Nova* lhe dê o golpe de misericórdia!

O que é necessário, republicanos, é irdes fixando muito bem esta ideia: *Há republicanos (ou pseudo-republicanos) mais inimigos do futuro que os mais reaccionários integralistas.*

Mais ainda: a real opposição de hoje em dia — a opposição que impõe e a verdadeira encruzilhada em que está a história do mundo —, não é bem entre Republicanos e Monárquicos, mas entre radicais e conservadores. *Não ser conservador, eis o que verdadeiramente importa, eis o timbre da verdadeira nobreza.*

Isto é que é preciso que vós saibais. Precisais de vos habituar a aprender os factos e as ideias para além do artificio e da mentira das palavras!

(Na *Seara Nova*, N.º 1, de 15 de Outubro de 1921)



## A ária da renúncia

Enquanto o ministério se matricula na escola da governança, para *estudar* agora o que convém fazer, de todas as partes chovem pedidos de demissão, afastamentos voluntários, renúncias, suicídios morais. A *Seara Nova*, longe de ver com simpatia esse movimento de desânimo, desaprova-o energicamente e contra ele se revolta em nome dos seus mais altos princípios. Não há nada, *absolutamente* nada, que dê a alguém o direito de fugir ao cumprimento do seu dever social. O bom marinheiro só abandona o navio quando ele vai ao fundo. Os portugueses precisam de mestres de heroísmo e persistência. Meus senhores, é *com os pés na lama* que nós salvaremos isto. A vileza do meio constitui mais uma razão para não abandonarmos o nosso posto. Haja o que houver, e por mais que isto nos cause náuseas e receemos as balas dos assassinos — *cravar bem rijamente os pés na lama*, firmá-los bem solidamente nesta amargurada terra portuguesa!

(Na *Seara Nova*, N.º 2, de 5 de Novembro de 1921)

## Separações

*Separação do serviço* é o grito de guerra que hoje soa para os funcionários públicos que não deram a sua completa adesão a um regime que muitos pensam representar a pura essência do sistema republicano. Pena é que os cidadãos protestantes não peçam a separação do serviço, pura e simplesmente, para os que não servem a República, *embora se digam republicanos*, sendo o



exemplo vivo da incúria e da desonestidade profissional. Não acreditamos que nenhum republicano de princípios consinta no afastamento do serviço de funcionários distintos, pelo simples facto de serem monárquicos. Eles sabem bem que se serve melhor a República trabalhando para ela, ainda que dela divergindo, do que berrando-a nos comícios atraído-a na profissão.

*(Na Seara Nova, N.º 3, de 20 de Novembro de 1921)*

## Novos e Velhos

Grande disputa, a propósito do caso das Belas Artes, sobre artistas novos e velhos. No fundo, tudo uma questão de palavras. A velhice dos artistas não se mede pelos anos, eles bem o sabem. Diz-nos o Sr. António Ferro que é novo. Pois, segundo nos parece, não há nada mais velho no mundo que a tolice.

*(Na Seara Nova, N.º 6, de 14 de Janeiro, de 1922)*

## Um documento

O Sr. Dr. Afonso Costa lançou epístola aos coríntios. Nela afirma S. Ex.<sup>a</sup> que, se não foi «imediatamente organizar governo, foi somente porque ainda não estavam resolvidos certos problemas relativos à ordem pública, nos quais tenho sempre dito ao senhor Presidente da República que me não agradaria ter de intervir.» Tranquilizem-se pois, os povos. Quando já não houver perigo algum, S. Ex.<sup>a</sup> virá. E será então a ocasião de encarecer



a coragem heróica do grande homem de estado, que «não hesitará em tomar o compromisso de obedecer aos votos do senhor Presidente da República e aos da Nação, retomando o seu lugar na governação do Estado e, assim, aceitando perante a melindrosa situação da nossa Pátria a sua quota-parte nos sacrifícios e nas responsabilidades». É o que se chama ter uma elevada e patriótica nação da... segurança individual.

Mas para que perderia o Sr. Afonso Costa tempo em afirmar em carta tão solente o que toda a gente já sabia?

(Na Seara Nova, N.º 9, de 1 de Março de 1922)

## O defunto movimento nacional e as últimas eleições

Um nosso assinante escreve-nos estranhando que a *Seara Nova* tenha patrocinado qualquer lista política nas últimas eleições. Está o nosso assinante mal informado. É certo que ela entrou em combinações com elementos estranhos, não partidários, para a elaboração dum plano de salvação nacional e uma intensa actividade de propaganda em torno das ideias basilares desse plano. Tendo para isso sido convidada por pessoas que lhe pareceram inteiramente respeitáveis e animadas dos melhores propósitos, a *Seara Nova* não poderia recusar-se a colaborar numa obra tão necessária e tão patriótica. Pondo de parte todos os exclusivismos, julgou que não atraiçoaria os seus princípios juntando a sua acção à de outras pessoas, para, em bases mais largas em que todos estivessem de acordo, procurar resolver os mais instantes problemas nacionais.



Alguns membros da *Seara Nova* nada deram, desde logo, pela tentativa: nenhum foi, porém, contrário a que ela se fizesse, porque não queriam que se dissesse que o plano abortava por culpa da *Seara Nova*, e julgaram ainda que todas as tentativas desse género têm pelo menos o mérito de experiências elucidativas.

Se assim procedeu o grupo que dirige esta revista, em relação ao caso do movimento nacional que se projectava, em relação às eleições ele defendeu o ponto de vista de que se não patrocinasse qualquer lista eleitoral, mesmo quando alguns membros do grupo entendessem dever apresentar-se como candidatos. Foi este o ponto de vista que prevaleceu. Já vê o nosso prezado leitor que estava mal informado.

Se me perguntar agora pelo tal grupo de salvação pública, dir-lhe-ei que dia a dia o foram abandonando sucessivos elementos, incluindo os próprios que tinham provocado o movimento. No fim quase nos vimos sozinhos, nós, os da *Seara Nova*. A experiência tentada (para mim não fora senão uma experiência) dera este resultado: no meio de tantas ficções e fantasmagorias, a *Seara Nova* ficava a única realidade positiva. Ela só tinha consistência, vontade, solidariedade, intenção verdadeira de se dedicar ao sacrifício. Tudo o mais era ilusão. E, como isto foi reconhecido, voltámos a cavar no nosso próprio terreno, e aqui estamos e continuamos na brecha — poucos, mas unidos.

(Na *Seara Nova*, N.º 10, de 15 de Março de 1922)

## Socorram os famintos russos!

Até agora a fome da Rússia tem sido para nós um mero instrumento de retaliações políticas. Da própria



miséria sem nome dum povo infeliz, miséria que tem a sua causa principal num bloqueio inumano e injusto, queremos tirar um «rendimento» egoísta. É necessário que essa miséria, que essa fome, de que fomos os principais causadores, fortifiquem de algum modo o estado social presente. É necessário que essa fome, que essa miséria nos «rendam» como rendem os capitais que temos depositados nos bancos estrangeiros. A catástrofe sem par, o mais aleijador espectáculo da dor humana, capaz de comover as próprias feras, não nos tem servido senão para atacar o regime comunista. Parasitas do trabalho alheio, queremos ser também os parasitas da enorme dor alheia! A crueldade e o cinismo humanos tomam por vezes formas inéditas e imprevisas. Dir-se-ia que após a guerra o coração lançou raízes de ódio e de suprema indiferença pelos males do universo.

Em nome da consciência, em nome do coração, em nome da bondade ofendida, protestamos energicamente contra a vil exploração, e repetimos o nosso brado de angústia, nós, que não somos comunistas, mas que somos homens, homens vibrando simpaticamente ante a dor e a aflicção de outros homens. A desgraça russa não é o resultado do crime dos russos, é o resultado do crime de toda a Europa coligada para o extermínio de milhões de criaturas inocentes. Lavemos as mãos desse crime; expiemos a nossa infame culpa! Todas as almas bem formadas, todas as consciências generosas, todas as bolsas abertas à imensa desventura humana — por amor dos homens ou de Deus, que elas acudam aos nossos irmãos que morrem na Rússia, aos filhinhos dos nossos irmãos que morrem na Rússia e que nós matámos! Arrependimento e misericórdia para os que morrem e se devoram de fome!

(Na Seara Nova, N.º 11, de 1 de Abril de 1922)



## O Sr. Cunha Leal

As sessões do parlamento em que os Srs. Cunha Leal e Tavares de Carvalho tão violentamente se esmurraram marcam na história dos nossos costumes políticos. Fica-se sabendo (e parecia haver ainda ingênuos que o ignorassem) que nas camadas da sociedade a que se dá o nome de cultas há bandos de sicários e assassinos. Que havia ladrões, muitos ladrões, e servidores, cúmplices, protectores, advogados e perdoadores de ladrões já toda a gente sabia, visto como a sociedade portuguesa é a organização racional da exploração e do latrocínio, e como no fundo não há bandos políticos, mas alcateias financeiras, de que cada jornal é órgão e caudilho. Mas, quanto a nós, desde os acontecimentos monárquicos do Norte que sabemos, por experiência própria, poder conciliar-se a qualidade de militar com a de apache.

Mais uma vez ficou também definido, nessas sessões, o feitiço atrabiliário do Sr. Cunha Leal. Se houvesse na câmara um só *parlamentar* monárquico, a República teria sofrido nelas um fundo golpe. Mas descansem. Está já dito e redito: são as nossas fraquezas que alimentam as esperanças monárquicas, e as fraquezas dos monárquicos que aguentam de pé a caranguejola republicana. Chega a enternecer esta fraternidade na impotência. Dignos adversários uns dos outros, deviam cair ainda um dia nos braços, em homenagem à *sancta imbecilitas*.

E porque falámos no Sr. Cunha Leal, devemos dizer que este político, impertinente sob todas as cores e demagogo sob todas as bandeiras se vem tornando insuportável. Fala S. Ex.<sup>a</sup> como um super-homem a que toda a nação deva culto. Mas porquê? Que provas deu de tacto político, de inteligência geral, de larga visão dos homens e das coisas, de sinceridade nos intuitos, ou que energia na repressão dos abusos? Que planos são os



seus? Radicais, como seria de esperar do deputado popular, ou conservadores, como é de esperar do deputado liberal? Como funcionário superior da República, qual foi a sua obra? Que sinal deixou S. Ex.<sup>a</sup> de si nos serviços de estatística do país? Nunca ninguém se lembrou de fazer ao Sr. Cunha Leal esta pergunta, porque toda a gente admite que um político possa ser ou ter sido um péssimo funcionário. Mas para nós um político é sobretudo um fiscal da actividade administrativa; e como pode fiscalizar actos administrativos quem, como administrador, só deu exemplos de desleixo e incúria?

E que confiança pode merecer ainda dos eleitores quem atraiçoa tão levemente o seu mandato, passando da extrema esquerda para a extrema direita, com a mesma facilidade com que se passa do Maxime para o Monumental? Fez S. Ex.<sup>a</sup> esta conversão miraculosa em homenagem, disse, à memória de António Granjo. Singular maneira de pôr luto! Nós, nesse caso, costumamos usar uma gravata preta.

De acordo que o Sr. Cunha Leal se portou briosamente nos dias trágicos de Outubro. Houve-se como um valente e leal adversário. Mas seria fazer lógica sentimental ver nesse procedimento uma garantia de seriedade ou capacidade política. Aconselhamos, pois, S. Ex.<sup>a</sup> a que modere os seus ímpetos de autolatria, e a que dê o direito a alguns portugueses de duvidar das suas capacidades, dos seus méritos de estadista e até da sua própria sinceridade no conflito dos partidos.

(Na Seara Nova, N.º 16, de 1 de Agosto de 1922)

## O nacionalismo

Os senhores podem juntar todas as deliquescências, todos os anacronismos, toda a retórica, todos os vícios



verbais, toda a megalomania, todas as faltas e perversões do sentido do real, ainda assim não conseguirão formar, em deliquescência, anacronismo e tatibitatismo mental, qualquer coisa que possa lembrar, de longe, o nacionalismo português.

Essa chafarica anemiada e nefelibata, que faz do sebastianismo o ideal nacional — e que é constituída pelos mais perigosos doentes da nossa doença colectiva — acaba, porém, de sofrer com a constituição do *partido nacionalista* (fusão dos dois partidos conservadores da República) um golpe bem terrível. Tirando-lhe a palavra, pode-se dizer que lhe tiraram tudo. Seria, sob esse aspecto, um lance bem jogado, se fosse permissível a um partido da República ignorar o sentido irritantemente *chauvinista*, patrioteiro e reaccionário que essa palavra tomou no vocabulário político do nosso tempo. E temos muito receio de que, tendo conseguido liquidar a bretoeja nacionalista (atitude de *poseurs* sobretudo), o partido nacionalista se não tenha comprometido irremissivelmente aos olhos dos republicanos. O conservantismo já estava sendo uma pílula difícil de fazer engolir ao republicano português. Esses senhores, em vez de a dourarem, tornaram-na mais amarga... Uma «habilidade» que redundava numa *gafe* tremenda. Rezemos um padre-nosso por alma do partido nacionalista português.

## As direitas

«No estado actual da sociedade, consideramos... as direitas o grande peso morto que esmaga as pátrias do ocidente da Europa. São o detrito burguês da revolução — ossificaram-se, não se renovam. Será antes das



esquerdas que a força transfiguradora há-de sair. Dêem-lhes uma doutrina — um sentido orgânico dos problemas actuais — e a civilização se salvará.»

Julgareis que estas palavras foram ditadas pelo optimismo democrático de qualquer jornalista radical? Não; saíram, segundo o *Diário de Lisboa*, da boca dum integralista. O mundo reserva-nos muitas surpresas, e Offenbach não esgotou o infinito reportório das coisas cómicas.

## As damas

Em moda as conferências das damas. Um cheiro insuportável a *boudoir* e pó-de-arroz. Ideias com saltos à Luís XV. Doutrinas políticas azuis e brancas, com camadas de *rouge*. Uma autolatria de animaizinhos satisfeitos, narcisando-se perante a própria voz fresca e doce. A venda da flor... de retórica, nas pontas dos dedos róseos. Ao acabar de as ouvir, sentimos a ânsia de gritar: Um homem!, um homem! — Mas virá a fazer conferências em Portugal, algum dia, *um homem?*

(Três textos da Seara Nova, N.º 21, de Março de 1923)

## ANTÓNIO SÉRGIO

E o seu monarquismo ante o olhar puríssimo de certas vestais republicanas

Como nada de essencial haja a dizer contra António Sérgio — uma das mais vastas e nobres mentalidades



que em Portugal têm surgido nas últimas dezenas de anos — tratam de confundir certas vestais puríssimas da República sob a grave acusação de que nunca foi republicano. A verdade, porém, é que quem nunca foi republicano de princípios, por mais alto que arvore a tabuleta republicana, é quem assim nega aos outros o direito de evoluir nas suas opiniões políticas, e à própria República a vantagem incalculável de se poder servir, para sua mais perfeita consolidação, dos homens de valor que até agora têm combatido no campo monárquico ou se têm mantido indiferentes perante as formas de governo. Há aí um desprezo dos direitos mais sagrados do indivíduo, uma negação do princípio evolutivo, uma admiração pelos dogmatismos enquistados e pela política *fechada* dos corrilhos, um desrespeito das vantagens supremas e dos interesses vitais da República, que são precisamente o contrário dos verdadeiros princípios e do verdadeiro *espírito republicano*. Quem tais anomalias defende pode julgar-se republicano, e muito bom republicano: mas de facto não é. Para os que o são de verdade, a adesão de António Sérgio, *mesmo que só agora tivesse sido prestada*, não poderia constituir evidentemente senão um motivo de regozijo. Oxalá todos os homens do seu valor e do seu carácter aderissem neste momento ao regime que defendemos!

Feliz ou infelizmente para o caso, porém, porque muito folgaríamos em defender a questão naquele pé, e mostrar a que abismos de estupidez e sectarismo obscurantista baixam os bons republicanos a quem tantos engulhos mete mais uma adesão à República (como se nisto de República só se tratasse de *comer*, e devessem comer apenas os que chegaram mais cedo) — feliz ou infelizmente para o caso, ia eu dizendo, a verdade é que António Sérgio, já antes de entrar para o Ministério, fazia parte do grupo Seara Nova, e a nin-



guém é lícito ignorar que o grupo Seara Nova é, não só um grupo republicano, mas da esquerda republicana. Nunca o Sr. António Sérgio, por maior que seja a consideração pessoal que nos merece, faria parte da Seara Nova, e, o que é mais, do seu corpo directivo, se tivéssemos a mais pequena dúvida sobre a sua atitude política.

Mas há mais: não esperou António Sérgio que se houvesse formado o grupo Seara Nova para fazer a sua profissão de fé republicana. No n.º 7 do *Pela Grei*, revista que sustentou com outro republicano, Ezequiel de Campos, escrevia em 1919 António Sérgio:

«Entre as forças que procuram intervir na sociedade portuguesa, uma só apresenta hoje condições de se poder preparar desde já para uma obra construtiva: a que afirma (melhor ou pior, com mais ou menos consciência) o ideal da democracia republicana. Neste sentido se deve dizer que a salvação da comunidade, agora, está na consolidação da República. A esta conclusão nos parece deverem chegar — confessem-no ou não publicamente — os espíritos a quem não cegam preconceitos, ou preocupações de classe ou de partido.

A verdadeira consolidação da República, numa sistemática obra de administração e de reforma, de fomento das forças produtivas e de melhoria das condições de vida, é a solução mais favorável aos interesses de toda a Grei, e a que devemos desejar, como benefício imediato, desde os conservadores de bom senso aos revolucionários previdentes.»

E mais adiante:

«Uma política republicana com fortalecimento da nossa estrutura económica é a condição da existência de um verdadeiro sindicalismo em Portugal.



Urge criar uma doutrina republicana *positiva* nos domínios da educação e da economia...»

Noutra parte o eminente pedagogo fala-nos, sem tergiversar, de uma *pedagogia republicana* — o que quer dizer que António Sérgio, não só aderiria à República como *facto*, mas aos seus princípios basilares.

Aqui está como falava há cinco anos o homem que, segundo os seus críticos de agora, só hoje teria posto o pé esquerdo na República — isto sem falar já na activa e constante pregação democrática a mais pura e esclarecida, que tem vindo fazendo no decurso da sua obra educativa e filosófica. A única coisa que se pode dizer de António Sérgio, e essa com inteira justiça, é que nunca ele transigiu perante os nossos processos de jacobinismo demagógico, a nossa falta de idealismo, o nosso negativismo político, a série de traições ao verdadeiro espírito democrático que tem sido a existência desta República. Não sendo, pois, paradoxal dizer que o que este pseudomonárquico não tem perdoado aos governos republicanos, não é que eles tenham feito a República — mas antes pelo contrário, que a não tenham realizado suficientemente.

Quem ouvir estes políticos há-de julgar que no seio dos seus partidos só se aquecem, ao fogo sagrado dos primevos princípios, republicanos de gema histórica, e que seria possível fazer remontar a Abraão o ovo inicial das convicções, que através dos tempos teria dado neles, por uma fatalidade orgânica, a bossa republicana e democrática. Esquecem eles que alguns dos seus mais prestigiosos elementos vieram do campo monárquico? Ou não se diria antes que o que eles não perdoam a António Sérgio é que este não tivesse aderido... ao seu próprio partido? Bem-vindos os monárquicos quando vêm



para o nosso lado, mal-vindos quando vão para o lado oposto — tal é a história velha e revelha das nossas mútuas acusações e da nossa entranhada hipocrisia política. Insistir nisto não vale, porque não queremos mostrar até que ponto o mais impudente charlatanismo está inveterado nos nossos processos de combate.

Não terminaremos este comentário sem fazer referência a algumas palavras que o Sr. Jorge Nunes ousou proferir no Parlamento a propósito do grupo Seara Nova, palavras honrada e altivamente repelidas, cumpre registá-lo, pelo dedicado e honesto republicano Carlos Olavo.

Teria dito o Sr. Jorge Nunes que António Sérgio, não só era um republicano de fresca data, como se encostara a um grupo de homens que não poderiam ser considerados como *combatentes republicanos*. Muito nos obsequiava o Sr. Jorge Nunes se nos dissesse se eram republicanos de mais velha data ou monárquicos de mais recente, os que com ele colaboraram nesse período funesto da República a que poderemos chamar de «Terror estrelado».

Muito nos obsequiava ainda o integérrimo combatente declarando-nos onde se encontrava e onde combatia, no momento em que Jaime Cortesão e Augusto Casimiro lutavam pela Pátria e pela República nos campos da Flandres; no momento em que eu, simples soldado raso então (porque não fugira, como tantos outros republicanos, vergonhosamente, ao cumprimento dos seus deveres militares), em que eu declarava, ante as bochechas do governo sidonista, e em pleno regime do Terror, que preferia a monarquia do Sr. D. Manuel à República do Sr. Sidónio Pais; no momento em que Jaime Cortesão era preso pelos conservadores pelo seu radicalismo político; no momento, finalmente, em que



eu e Cortesão subíamos um pouco as alturas de Monsanto, para dar o corpo ao manifesto, em defesa da República.

Em todos estes momentos, segundo creio, a fogosa combatividade do Sr. Jorge Nunes só foi notada no sítio e ao lado dos que batiam e perseguiam republicanos, dos que instauraram em Portugal a política cesarista, dos que só não puderam preparar inteiramente a restauração monárquica porque outros combatentes republicanos formavam a outro lado e obedeciam a outros princípios.

E se se me concede que ninguém em Portugal, no campo das doutrinas, deu ainda mais largo combate às ideias reaccionárias do que o autor destas linhas, sempre quero que me digam os leitores quem de nós deve ser considerado como autêntico *combatente republicano*.

(Na Seara Nova, N.º 29, de 20 de Janeiro de 1924)

## O Rebate

*O Rebate* (jornal que se crê republicano) publicou há dias um eco em que afirmava que a *Seara Nova* «sugere justificadas dúvidas aos leais republicanos». Não devemos esboçar sequer a sombra de uma resposta, tanto mais que, se nos déssemos ao trabalho de aprofundar um pouco a ideia que lá na casa se deve formar de um *leal republicano* (tipo grosseiro, tacanho, feanhuado, intolerante e *arrinca-cristos*), decerto nos veríamos obrigados a reconhecer que não somos leais republicanos, à maneira como os concebe esse baluarte da intolerância e da grosseria indígenas. Apenas nos



cumpre declarar que nos sentimos honrados com os ataques de *O Rebate*, e que se ele amanhã (do que Deus nos livre), com o mesmo corpo directivo, o mesmo estilo, a mesma falta de cultura, a mesma mentalidade de trogloditas, o mesmo reaccionário jacobinismo, o mesmo jesuitismo de processos, que desonram a democracia, tivesse para a *Seara Nova* uma só palavra de apreço ou de louvor, perguntaríamos a nós mesmos, apreensivos, se teríamos porventura cessado de ser inteligentes ou teríamos diminuído a pureza do nosso ideal republicano. Há jornais que a gente desdobra, olha, e não precisa ler: o seu aspecto é a sua psicologia. O aspecto de *O Rebate* é a psicologia de *O Rebate*: fica-se tendo a impressão de que aquela gente se não lava, e que para fazer boa obra de orientação republicana lhes falta tudo: ideias, talento, nobreza, clareza e lealdade de processos — e um bidé.

## «O Mundo»

Depois de vários meses de suspensão, reapareceu *O Mundo*. Não podemos deixar de felicitar o nosso colega e o povo republicano, por este feliz successo, pois que *O Mundo* é dos poucos jornais que, não estando vendidos à Banca e mantendo íntegro o puro ideal da democracia, constitui uma força positiva do regime. Não podemos também esquecer que, no meio do silêncio, do desprezo ou da cólera dos outros jornais republicanos, *O Mundo* sempre tem compreendido inteligentemente a nossa attitude e prestado justiça às nossas intenções. O nosso abraço, pois, e as nossas felicitações, a Derouet, Bourbon e Meneses — e a todos os amigos.



## «Diário de Notícias»

Pelo visto, estamos hoje na maré de escavar os ídolos. Segundo este, não havia dantes nada de pior em política od que o idealismo. Meses passaram, o Sr. João Chagas pediu a sua demissão, e nas mesmas colunas, no mesmo artigo de fundo, vemos sustentada doutrina absolutamente contrária, o idealismo é realmente o que há de melhor em política. Que milagre teria convertido o Sr. Augusto de Castro ao idealismo? O ideal da legação de Paris, evidentemente, que ainda é das coisas mais adequadas a elevar um espírito às transcendências hiperfísicas do sétimo céu platónico.

### «A Época»

Quando o Sr. Leonardo Coimbra, embora cristão e místico, não era católico, não havia palavras ofensivas e desprezadoras que *A Época* poupasse para ser desagradável ao ilustre escritor, um dos mais robustos talentos da sua geração. Hoje, que Leonardo Coimbra se converteu ao catolicismo, não há também palavras de louvor e reverência que *A Época* não empregue, para exprimir a sua admiração pelo talento de Leonardo Coimbra. Pelo que se vê, não há nada como o catolicismo para conferir talento retroactivo, não sendo dos menores milagres da Igreja o que acaba de ser feito nesta terra de hipócritas e tartufos.

Onde se abriga, Deus meu, onde se abriga, em que igreja doutrina, partido ou facção, a perfeita lealdade de consciência?



## A Batalha

Longo artigo do Suplemento Literário de *A Batalha* para estranhar o nosso ateísmo e o de António Sérgio, absolutamente respeitoso das crenças e opiniões alheias. A uma pergunta que ali se nos faz temos a responder que, se não ministramos a nossos filhos a educação religiosa, é porque não sentimos o direito de os instruir naquilo em que não acreditamos. Nada nos condói tanto como ver estes homens de *A Batalha*, que deviam ser espíritos novos e livres, ainda nas faixas menineiras dum anticatolicismo sedição de *arrinca-cristos*, comungando na crença livre-pensadeira de Mr. Homais e igualando-se (só nisto, é claro) aos colegas vermelhuscos de *O Rebate*. Torno a insistir que sou ateu, por motivos de ordem científica e preferências de atitude moral. Mas o meu ateísmo não se incomoda nada com o catolicismo dos outros, visto que ateísmo e catolicismo não são reivindicações sociais ou modos diferentes de considerar os problemas políticos: *são simples atitudes da alma, simples disposições interiores*. Que nos deve importar a nós, ateus, que os outros não tenham a mesma atitude e a mesma disposição *interiores*, *se essa diferença se não traduz praticamente em nenhuma consequência de ordem social?* Verdadeiramente, eu não teria o menor prazer em converter ao ateísmo um só cristão que fosse. As almas sem Deus são mais fortes e mais heróicas, mas também mais ásperas, se mais profundas. Ora eu não posso exigir que o heroísmo metafísico seja a lei geral dos homens...

(Os últimos cinco textos da Seara Nova, N.º 31,



## Convicções da Associação Comercial de Lisboa

Pensa a A. C. L. que, «esgotada como está a capacidade tributária do contribuinte, a regeneração económica do País só se poderá obter com insofismáveis medidas de economia, integrando-se numa forma iniludível as despesas do Estado dentro das suas actuais receitas». Não podemos compreender estas subversivas palavras da A. C. L. senão como uma *reductio ad absurdum* da «regeneração económica do País». Entrou já no domínio das coisas introvertidas e intuitivas que o equilíbrio financeiro se não pode alcançar pelo simples recurso das economias. Portanto: se o País não pode fazer mais, o País está perdido, Q. E. D.

Por nossa parte, não obstante o *non possumus* da A. C. L. cá ficamos a acreditar que a capacidade do contribuinte não está esgotada. O que se vai esgotando, certamente, é a nossa paciência em suportar o egoísmo monstruoso e a falta de patriotismo das chamadas *forças-vivas*.

Revolta-se ainda a A. C. L. contra a falta de respeito pelos contratos firmados. Fazemos votos para que a poderosa Associação defenda, no caso das 400 000 libras, esse mesmo princípio absoluto do respeito pelos contratos que, quando se trata de combater os interesses do Estado, tão solícita é em invocar.

(Na Seara Nova, N.º 32, de 1 de Março de 1924)

## O Conflito da Aviação

Ninguém pode negar aos aviadores que na Amadora se insubordinaram as mais altas qualidades de audácia



e de valor. Entre todos os Portugueses foram eles, sem dúvida, os que escolheram a profissão mais perigosa. Mas, por outro lado, ninguém de bom senso e que não contorça a lógica ao sabor das suas baixas conveniências políticas, poderá também esquecer que esses homens faltaram, desta feita, aos mais essenciais deveres militares. Concebe-se facilmente um exército sem heroísmo; não se concebe um exército sem disciplina. Antes de ser heróico, o oficial tem de ser respeitador e disciplinado. Os aviadores, força é confessá-lo, poderão ter procedido como valentes, não procederam como soldados.

A acrescer a isto, vibraram mais uma forte machadada no prestígio do Poder e no respeito do princípio da autoridade, agravando o espectáculo da dissolução de todos os laços sociais e contribuindo, também por sua parte, para tornar a atmosfera de Portugal cada vez mais irrespirável para os verdadeiros homens livres. Não se prevaleça ninguém das altas florescências do valor, do que poderíamos chamar o glorioso supérfluo da virtude, para esquecer e menoscabar os deveres essenciais do cidadão. Não vale a pena subir tão alto nas nuvens, se o solo que pisamos há-de ficar mais movediço e a vida na terra menos digna de ser vivida.

O acto dos aviadores, seja qual for a razão que lhes assista e por mais desastrosamente que haja procedido o Ministro da Guerra, não tem, pois, justificação possível. Que o não reconheçam homens exaltados, possuídos de uma estranha obsessão heroicizante, do que podemos talvez denominar o delírio da valentia, e de uma noção mal-entendida do ponto de honra militar, ainda se admite, ou, pelo menos, compreende. Mas que partidos que se pretendem de governo, partidos de ordem, com responsabilidades ligadas à gestão do Estado, desçam a aproveitar o desvairamento de umas dezenas de homens para fazer avançar no tabuleiro da



política a sua miserável pedrinha colorida, sancionando, de alguma maneira, e explorando afinal, em seu pretenso benefício, o descabro da disciplina e a destruição lógica de toda a ideia concebível dum Exército organizado, é o que se não explica senão por uma profunda perversão do senso moral e uma completa obliteração do sentido das conveniências.

Foram esses homens de partido (cegos para os postulados comuns de todas as agremiações partidárias) e a maior parte da nossa imprensa (excluindo três ou quatro jornais, como *O Mundo*, *A Pátria*, *A Época* e as *Novidades*) que criaram essa atmosfera moral de hesitação, ambiguidade e complacência, que levou os bravos oficiais a assumir uma tão lamentável atitude de resistência inadmissível e obstinada. Chegaram mesmo, na sua leviandade ou na sua estupidez criminoso, a sugerir a necessidade dum dilema: o triunfo ou a morte. Tivessem os partidos, tivesse a imprensa cumprido o seu dever, flagelando *una voce* o germe da indisciplina, não houvesse em Portugal tamanha ausência de solidariedade, e tanta *sensiblerie*, imbecilidade e cobardia, e os aviadores, para honra sua e tranquilidade nossa, não teriam levado tão longe o seu protesto. Afogá-los-ia o veto unânime do país. E eles, que se julgaram demasiado fortes para afrontar as leis militares, não sentiriam coragem para afrontar a consciência da nação. O governo, por sua parte, teria procedido com mais energia e decisão, e não se tornaria possível essa guerra civil da Porcalhota, morta pelo ridículo antes de dominada pelas armas.

Mas mais uma vez a nossa brandura de fêmeas histéricas, a nossa falta de virilidade, as nossas ruínas paixões, a nossa alma pusilânime, favorecedora de todas as impunidades, fizeram de 17 homens as vítimas de uma ideia falaciosa e de uma perversão da honra militar. Quem



ficará derrotado? Os aviadores? O governo? Pela marcha que as coisas vão tomando, temos justificadas dúvidas de que a derrota seja, mais uma vez, para o prestígio, as conveniências e a honra de Portugal.

(Na Seara Nova, N.º 36, de Junho de 1924)

## O Sr. Jorge Nunes e a Seara Nova

Mais uma vez se intrometeu o Sr. Jorge Nunes com a gente da *Seara Nova* a propósito da entrada no actual governo do nosso amigo Ezequiel de Campos. E como, ao que parece, está infinitamente longe de ser um homem de espírito, repetiu a piadinha fácil e corrente das «espigas da Seara», que qualquer pessoa medianamente inteligente enjeitaria por inane, mas que teve o condão de fazer rir do alto do seu pedestal marmóreo certos bonzos parlamentares da seita, criaturas em geral profundamente conspíquas e calvas. Realmente é preciso não ter nenhuma espécie de pundonor intelectual para reeditar nesta altura uma piada tão velha e tão fácil que até o Sr. Trindade Coelho (uma das mais completas negações do espírito que conhecemos) a usou contra nós há um bom par de anos... Mas porque será que o Sr. Jorge Nunes, que tem fama de ser um vertebrado ordinariamente inofensivo e pouco dado a ataques de hidrofobia, aproveita todas as ocasiões para arremeter de dentuça arreganhada contra a pobre *Seara Nova*? Modere os seus ímpetos, meu caro senhor, e se o que o impele nos seus ataques, não é o ódio, mas a fome, queira reparar V. Ex.<sup>a</sup> que a seara pode ter já dado espiga, mas ainda não deu palha.



## O Sr. Abranches Ferrão e o seu maior delito como Ministro

Já aqui o nosso amigo Mário de Castro protestou, nos mais nobres termos, contra a nomeação para a reitoria da Universidade de Coimbra desse político talentoso e atrabiliário, corrompido até à medula dos ossos, exemplo monstruoso da maior tergiversação e mutação caleidoscópica de ideias de que há memória na história política dos últimos tempos, o Sr. Cunha Leal. Não é este, porém, que nós devemos invectivar. O Sr. Abranches Ferrão — ele e só ele — deve ficar chumbado a este desacerto, a esta afronta, a esta ignomínia — um dos maiores escândalos que na sua vida de desvarios a República tem perpetrado. Que obras publicou o Sr. Cunha Leal para justificar tal nomeação? Quais os seus títulos científicos? Que ideias, que princípios, que invenções lhe deve a sociedade portuguesa? Que lição de actividade, de desinteresse, de consciência, de patriotismo, de organização está implícita na sua vida profissional e administrativa? Qual, ao menos, a sua autoridade moral? Mas estamos decerto no país dos Hotentotes — um país que pode ter reitores de Universidade como o Sr. Cunha Leal e ministros de instrução pública como o Sr. Abranches Ferrão.

Até esse acto do Sr. Abranches, julgávamos apenas S. Ex.<sup>a</sup> uma criatura imensamente pequena; mas desde ele, não temos já o direito de atribuir a simples deficiências intellectuais alguns dos escândalos praticados na Instrução quando S. Ex.<sup>a</sup> ocupou as cadeiras do Ministério. Há maus actos da vida que podem explicar por debilidade mental, mas a nomeação do Sr. Cunha Leal para reitor da nossa primeira universidade já não pode atribuir-se, decididamente, senão a um inveterado



hábito de mal-fazer. Se neste país houver ainda uns restos de vergonha, nunca mais o Sr. Abranches Ferrão será ministro da República.

## Camilianismo inteligente e Camilianismo torpe

A literatura camiliana é, como é sabido, uma das formas mais fáceis e rendosas do «conto do vigário». Preopipinante reumático e escrofuloso, de pernas trôpegas, que já não sinta coragem para assaltar o lapús no Terreiro do Paço à chegada dos vapores, impingindo-lhe pedras por ouro em pó, já sabe que pode impunemente e com êxito seguro armar a sua cilada aos camilianistas. Pode acontecer que o lapús evite o logro e o vigarista ordinário, pouco feliz nas suas digressões psicológicas, vá bater com a psicologia e os ossos às lajes da cadeia; mas não há memória de que um pescador de camilianistas não traga presos pela boca todos os fiéis ao seu anzol... É um desporto absolutamente garantido, e de que falam as gazetas com louvor.

Assim se publicam diariamente obras que dão escoante a uma admiração de trogloditas, ou onde se nos conta, com infinita seriedade, o número de ceroulas que o grande homem vestia ou quantas vezes restituía à terra o que devia oferecer a alguns dos seus admiradores. Creio que já não há piolho ou pulga mortos pelo dedo maior do Maior de todos que não tenha nas estantes a sua biografia perfeitamente documentada, com a árvore genealógica de toda a piolheira ascendente e descendente e dos ramos colaterais. E tendo sido dito tanto sobre o refugiado de Seide que parece que já foi dito



tudo, quem é que algum dia empreendeu sequer a «crítica» da sua obra — vendo-a, não no desvairamento da paixão ou sob o impulso de admirações de primário, mas à luz duma análise serena, desapaixonada, inteligente e distintiva de valores? Quase meio século de camilianismo desenfreado não aumentou dum só ápice o nosso conhecimento sobre o que importa mais em Camilo — o seu espírito, as qualidades do seu espírito, os recursos do seu estilo, o seu processo de composição, e mil outros problemas interessantíssimos que os biógrafos das pulgas que morderam Camilo mal podem conceber.

Até que a crítica apareça (e há-de aparecer um dia) a obra mais útil, mais séria, mais perdurável com que se pode render homenagem a Camilo, é publicar os seus inéditos e coligir os seus esparsos. Será uma parte do *dossier* que o crítico terá de compulsar para formular o seu *verdictum* e mandar para as profundas do inferno os que o sagram como o Maior de Todos. Ora é exactamente um trabalho deste género que ficamos devendo ao Sr. Júlio Dias da Costa com os seus «Dispersos de Camilo», cuja volumosa e interessante primeira parte acaba de sair da Imprensa da Universidade. Bem haja o benemérito camilianista, que por momentos nos fez esquecer esses fanáticos que instituíram o culto camiliano — para que na caixinha das almas continuem a pingar devotadamente os escudos dos fiéis...

(Os últimos três textos da Seara Nova, N.º 40, de Janeiro de 1925)

## O Congresso Democrático

Foi mais uma manifestação delirante da nossa demência colectiva e da ausência que temos vindo reve-



lando de todas as capacidades criadoras. Não saiu dele uma única ideia definida sobre a política geral do país. Não se afirmou nele uma força consciente de si mesma, com um fito nacional, sabendo, ao menos, impor aos seus partidários um plano de acção e essa disciplina e convergência de esforços sem as quais se concebem hordas, mas não verdadeiros partidos organizados. Voltou-se a ferir a nota do anticlericalismo, como se o pudesse fazer um partido que se diz democrático e que tem, portanto, a contar com as crenças da grande maioria da gente portuguesa. Assim vão contrariando os jacobinos as intenções respeitabilíssimas dos nossos Bispos, assim vão prolongando a confusão entre religião e política (como se os católicos italianos não fossem antifascistas!), e assim se vai fazendo o jogo dos monárquicos, para os quais a nossa clerofobia, se não existisse, era preciso inventá-la. Finalmente acabaram por endereçar um entusiástico telegrama de saudação ao Sr. Dr. Afonso Costa — implorando-lhe mais uma vez, sem sombra de vergonha, que haja por bem iluminar com seus raios olímpicos e ultramarinos as trevas em que jazemos! Ninguém tem a consciência do que há de monstruoso em um homem ser ao mesmo tempo dirigente político e advogado dum banco, e ninguém exigiu aos deputados e senadores do partido que fizessem esta coisa essencial para o seu prestígio e a honra do regime: ou o Estado e a sua implacável defesa *contra todos*, ou os bancos e companhias!

Dizem que também eu fui elogiado nessa assembleia partidária. Eis um elogio que me não consola e uma solidariedade que me não desvanece.

Já estão a dizer naturalmente alguns leitores que agora, sim, é que eu estou todo voltado para os nacionalistas... Ah, por Deus, não! Apesar de tudo, antes quero ir com Afonso Costa para o inferno que com Cunha



Leal para o paraíso. E nunca esquecerei que o partido democrático ainda é o único grande partido da República.

A única esperança está numa revivescência dos sentimentos democráticos, numa revolução profunda, numa *fascização* (não haja confusões!) de todos os republicanos honestos, que os há — certamente, aos milhares — em todo o país. A minha crítica não me leva nem para a desilusão nem para a indiferença. O indiferente, o desiludido, eis para mim o homem mais desprezível. Se não confio em muitos homens dos partidos, se julgo que alguns deles deviam ser metidos na cadeia juntamente com vários potentados das Forças-Vivas, continuo a confiar na grande massa republicana — precisamente aquela que não aparece nos congressos partidários, e entre a qual eu conheço pessoalmente, *de visu*, para minha grande satisfação, alguns altíssimos exemplos de limpeza de mãos e de nobreza moral!

(Na Seara Nova, N.º 40, de Janeiro de 1925)

## Lugares selectos

Do Sr. Trindade Coelho, em *O Século*, de 9 de Junho, em artigo de fundo:

«A vida humana? Um farrapo! A moral colectiva? Um trapo! O carácter? Um sapo! Um sapo que rasteja, que mendiga, que coleja, que se acomoda, que envenena, sapo viscoso, sapo pastoso, sapo barboso!»

Do artigo «Imprensa», do mesmo jornal e da mesma data:

«A República, para ter uma grande imprensa, precisa, antes de mais nada, de ser republicana, ou



melhor, de possuir aquelas virtudes íntimas de que democracia alguma pode prescindir: tolerância, hierarquia, disciplina; consciência, competência e obediência.»

A isto se baixou, pobres de nós, em matéria de estilo jornalístico! A rima e aliteração dos paranóicos (estuda-se isto nos tratados de psiquiatria, sob o nome de ecolália) a substituir a trama do raciocínio. Por muito menos, Sr. Trindade Coelho, tem sido internada gente em Rilhafoles!

Isto não impedirá, porém, o grande e inexcedido jornalista de receber cartões de enternecida admiração do Sr. Jacinto Nunes, do Sr. Fernando de Sousa, e até da própria redacção da *Capital*. O gosto, o senso crítico e o faro do patológico estão pela hora da morte... Continue, pois, a rimar o Sr. Trindade Coelho, mas, por Deus, com música de Offenbach!

(Na Scara Nova, N.º 40, de Janeiro de 1925)

## Conluio

Em tempo — há quantos anos! — dizia-nos Reis Santos que se estava esboçando o choque entre a malta vermelha e a malta dourada. Afinal o choque transformou-se em conluio. Os dois compadres, reconhecendo que o país tinha pano para mangas, acabaram por entender-se.

E senão vejam:

Um dos homens mais influentes das Forças-Vivas, o famigerado Carlos de Oliveira, secretário de *O Século* e dirigente da União dos Interesses Económicos, mantinha relações directas ou indirectas, como se apura dos documentos já publicados, com alguns dos piores extre-



mistas dos *bas-fonds*. E sabemos também, por cartas apreendidas aos legionários vermelhos, que eles recebiam dinheiro de vários bancos. A *Legião Dourada sustentava, acarinhava, protegia, alimentava a Legião Vermelha como se ela fosse feita à sua imagem e semelhança*.

E todavia quando se trata de obras benemerentes, que deveriam merecer a calorosa simpatia de todos os homens de fortuna, sistematicamente os grandes bancos se recusam a contribuir, ou deixam pingar apenas uma esmola vexatória, que escalda as mãos de quem a recebe, sem trazer quase a sombra dum beneficio. Aqui só o mal merece auxilio, só o crime piedade, só o cabotinismo louvor, só o roubo protecção! Portugal está sendo realmente o paraíso dos pulhas e dos canalhas.

E assim será sempre, senhores republicanos, enquanto os senhores não mandarem fazer para seu uso umas dezenas de cabeças, e não se resolverem a fazer da República um *regime de autoridade*.

(Na Seara Nova, N.º 40, de Janeiro de 1925)

## O Sr. Fernandes Tomás descobre a Infalibilidade do «Jornal de Notícias»

Postal que me envia o Sr. Fernandes Tomás:

«Li há dias no *Jornal de Notícias*, em nota política, o seguinte, pouco mais ou menos: “O Sr. Afonso Costa, para introduzir em determinada lei um certo artigo, recebeu 700 contos. Será pelo facto de o grande estadista



assim realizar *colossais* negócios que V. lhe prefere, mesmo no inferno, a companhia? Se é... felicito-o.»»

Porque leu isso no *Jornal de Notícias*, entende o Sr. Fernandes Tomás que devo aceitá-lo como verdadeiro. A honra alheia, para S. Ex.<sup>a</sup>, está sujeita a esta contingência: uma casca de laranja, a ponta duma navalha, o eco dum jornalista. A calúnia não tem, no juízo desse cavalheiro, nem apelação nem agravo. S. Ex.<sup>a</sup> descobriu a infalibilidade da letra redonda, e jura sobre o *Jornal de Notícias* como sobre os santos Evangelhos. Perante os caracteres de forma, não admite mais forma de processo. E felicita-me ironicamente, por eu não participar desta mentalidade pitoresca!

Ah!, Sr. Fernandes Tomás, ainda não chegámos aqui a essa simplicidade de processos e a esses juízos sumários e infalíveis. Tudo para nós é um pouco mais complicado. Temos um respeito pela honra alheia que talvez classifique de supersticioso, e ainda por cima um respeito pela nossa própria inteligência que nos não permite acreditar na primeira infâmia que ouvimos à volta duma esquina. A Letra de Forma não é, positivamente, a nossa divindade!

Mas dê-se S. Ex.<sup>a</sup> ao trabalho de me *provar* com factos e testemunhos fidedignos que o Sr. Afonso Costa recebeu os 700 contos, e verá como esse estadista será aqui tratado. Até lá, continuarei a julgá-lo o maior responsável pelo insucesso da política republicana, mas obstinar-me-ei a distingui-lo dos que já deram provas públicas insofismáveis da sua absoluta desonestidade. Distinguir, reparar, hierarquizar é a mais alta função da inteligência. Da inteligência — compreende, Sr. Fernandes Tomás? O senhor deve saber o que isto é — pelo menos por ouvir dizer.

(Na Scara Nova, N.º 53, de 15 de Setembro de 1925)



## O Grosso Cacete

«A crítica não é só a consciência escrita duma literatura, é também a polícia da literatura. Onde ela falta, como entre nós, há logo, como entre nós, anarquia e barbúrdia na cidade literária. Se nós tivéssemos um corpo constituído de críticos — três ou quatro, investidos de autoridade e de saber, independentes e inflexíveis como a própria Lei, e armados dum grosso cacete — já a rapaziada não escrevia essas prosas reles, que correspondem a sair à rua em ceroulas e chinelos, nem produzia esses versos insensatos, que correspondem a cantar bêbedo a uma esquina. Assim, sem polícia crítica, não têm medo...»

Não se julgue que isto saiu agora a escorrer da minha pena, ou que foi escrito com os olhos postos nessa vibrante rapaziada apocalíptica, que para aí bate o *record* da asneira com o ar profundamente convencido de quem descobriu a pedra filosofal. Não, ao tempo nem o Sr. Norberto de Araújo fazia orgias líricas, nem o Sr. Ferro espagíricas, nem o Sr. Trindade Coelho peripatéticas. Ainda nos não tínhamos erguido a tão altos voos de fantasia esdrúxula. Ainda se não gritava: ó heroísmo céltico e trágico-marítimo! Ainda se não dizia que os defeitos valem mais que as qualidades, e que andar com a cabeça pelo chão e os pés no ar dá uma sensação de doçura inexprimível. Ainda então se não tinha descoberto este prodígio de graça alada, este jogo de palavras tão requintadamente original: *as minhotas que não são minhas*; nem se fizera chorar o oceano nos necrológios dos marinheiros. Enfim, era já a decadência, mas ainda não era a bacanal. Podia-se escrever pessimamente, dizer tolices, usar um estilo descosido e de trazer por casa, cantar Elvira em versos detestáveis, ou pôr a gramática



a tratos de polé, mas não reinava esta preocupação do estranho, do paradoxal, do funambulesco, das quinta-essências subjectivas com que estes rapazes desafiam o senso comum, tentam espantar o burguês e se dão a si mesmos a ilusão de que são pessoas de talento. Os nossos pais estavam muito atrasados: ainda não tinham descoberto o partido que se pode tirar de uma asneira, nem essa maravilhosa conquista de dispensar todas as ideias como um estorvo à afirmação duma personalidade.

El por isso o que deixámos transcrito nem é da minha pena, nem de qualquer outro contemporâneo de maus fígados, que canalizasse os seus instintos de violência e destruição na crítica acerba dos homens e dos factos. Não, isso é dum dos mais finos, requintados e calmos temperamentos de escritor que ainda teve a nossa língua. Eça, esse mesmo! Eça, o Ironista supremo, que de além-túmulo engrinalda de flores o meu grosso cacete de panfletário!

Mas, segundo os meus contemporâneos, mais do que em quaisquer concepções de estética ou de moral, a minha indignação teria as suas raízes numa secreta indisposição nervosa ou numa insuficiência digestiva. O que a minha idiossincrasia estaria a reclamar, não seria propriamente boa literatura, mas brometo de potássio. Perante a minha atitude em face dessa assembleia colorida de papagaios, que se chamam escritores e jornalistas, e dos críticos que os incensam e palmejam, os homens do meu tempo acham simplesmente que eu padeço de hemorróidas.

Por isso me foram boas as tuas palavras, claro Mestre, tu, que nunca desprezaste o cacete, alheio, pelo facto de usares uma *badine*. Enquanto estes homens têm



sempre o ar de me dizer: «Senhor, por quem é, mode-  
re-se, não vá morrer duma sufocação!»

(Na Seara Nova, N.º 64, de 12 de Dezembro de 1925)

## «Toujours un Plus Sot»

Segundo o Sr. Trindade Coelho a justiça (por cujo grau de maior ou menor sensibilidade se aferem as democracias, é ele que no-lo afirma!) não é uma criação absoluta dos códigos: é um elo entre os homens que «ou o fortifica a Ordem personificada no Estado, ou o parte a Anarquia, simbolizada no anti-Estado». «Quando, porém», continua o desgraçado senhor, cujo cérebro cada vez mais se enevoa e enleia na rede inextricável das rimas, das aliterações, das consonâncias e das tolices que formam a trama dos seus raciocínios, «esta força hostil ao Estado parte dele próprio, ou melhor, dos homens que o estratificou (!!!) e o atraioam, a Justiça então irrompe do delírio das massas prevertidas pelo exemplo do alto... A *impersonalidade* gerou a *cumplicidade*, e esta, por seu turno, a *impunidade*». E mais adiante: «Quem diz *autoridade* diz *austeridade*». Para este homem a chave de todos os enigmas está no dicionário das Rimas...

Mas Trindade afirma que tem feito um barulho dos demónios, e que poucos acordaram. Os que acordaram, declara, «viram somente na tragédia dos sintomas o carnaval dos absurdos»!!! Este *carnaval dos absurdos na tragédia dos sintomas* parece inventado por um ébrio depois de ter metido no estômago dois quilos de presunto regados por dez litros de cerveja. Só a cerveja dá de



facto essas bebedeiras espessas, pesadas, paquidérmicas, onde não espuma um floco de graça ou sequer uma crepitação de *humour*.

E por fim, para não citar mais (que todo o artigo daria matéria para um capítulo dos *degenerados inferiores na arte e na literatura*), a explicação genial, estupefante, inverosímil, e todavia sólida, absoluta, incontraditável, do caso do Angola e Metrópole. «Origem?» — pergunta; e logo após, dogmaticamente, responde: «Abolida a *reforma mental* da sociedade portuguesa, na instrução superior, abolida incidentemente ficou a sua *reforma moral*.» É por ter sido abolida a reforma mental na instrução superior (vejam os senhores que *trouvaille* de intuição metafísica!) que o José Bandeira e o Alves dos Reis falsificaram as notas. Era por estas profundas razões que as meninas emudeciam nas comédias de Molière.

Evidentemente, noutras circunstâncias, isto só causaria dó. Mas o pior é que este imbecil ocupa um posto que lá fora só se confiaria a pessoas de talento e envergadura. O pior é que, em vez de o internarem numa casa de saúde, o põem nominalmente à frente dum jornal de grande circulação — e digo nominalmente, porque toda a gente sabe que o verdadeiro director da casa (e com razão, porque é infinitamente mais inteligente que o Sr. Trindade Coelho) é o Sr. João Pereira da Rosa. O pior é que ele dá todos os dias o triste espectáculo do seu gagaísmo literário numa folha que vai a toda a parte do país e que contamina e perverte por consequência o gosto público, consolidando o sistema da Estupidez colectiva, que é, mais do que maus governos, maus parlamentos e maus políticos, o fulcro sobre que gira toda a nossa incapacidade nacional. O pior é que este homem é admirado como um dos grandes jornalistas



da nossa terra, e que lhe não faltam os louvores dos panegiristas.

Os senhores duvidam? Ora vejam este primor, publicado ainda há poucos dias no *Diário da Tarde*:

«A sua colaboração (de Trindade Coelho) em *O Primeiro de Janeiro*, do Porto; em *A Manhã*; em *A Pátria* e em *A Época*, marcou pela coragem e pela nobreza. Os seus artigos eram contundentes; a sua crítica dos acontecimentos e dos homens irreverente, mordaz, satírica. Trindade Coelho teve, por isso, contraditores, como era natural, e criou muitos inimigos. Mas a sua carreira como jornalista estava afirmada.»

É caso para dizer que

*un sot trouve toujours un plus sot qui l'admire.*

Isto sem ofensa, bem entendido, dos que por sua vez admiram o Sr. Alberto Xavier.

(Na Seara Nova, N.º 65, de 19 de Dezembro de 1925)

## «Flatus Vocis»

Muitas vezes pergunto a mim mesmo como foi possível que tantos que se dizem republicanos aderissem tão prontamente às ideias fascistas, ou pelo menos se revelassem como seus simpatizantes. (Penso em Trindade Coelho, em Filomeno da Câmara, em Cabeçadas...) A explicação é que, para eles, a República é um simples agregado de nove letras, numa fórmula cabalística — embora muitos estejam dispostos a morrer por ela



heroicamente. O seu amor à liberdade, as suas crenças democráticas — que estão muito acima dessa coisa miserável que é a República quando esta não realiza a Democracia —, sentiram-se abaladas ao primeiro embate, na sugestão do primeiro êxito, como esses caules frágeis dos arbustos que não suportam as primeiras ventanias. *Ora resistir aos embates do êxito é que constitui a prova real da verdadeira convicção* — só assim podemos certificar-nos das profundidades a que a árvore ideológica fez descer as suas raízes.

A verdade é que nenhuma das suas ideias (na maior parte) corresponde a uma *necessidade viva*. Neles tudo se passa — quer estejam a favor da liberdade ou contra ela — no domínio das ideologias inconsistentes. A liberdade foi uma etiqueta que eles colaram no seu vestuário, não uma necessidade sentida pela sua própria alma. As suas ideias são fluidas, incorpóreas, indecisas e oscilantes, como essas nuvens que flutuam em contornos indecisos, tomando, segundo os acasos atmosféricos, a forma dum animal fantástico, dum palácio ou dum navio flamejante. Não pergunteis que força íntima as impele, que realidade está por trás delas: é o vento que as impele. Vivem apenas uma vida fictícia, uma vida de empréstimo. Postas num plano exterior à vida íntima do espírito, não mergulham nele as suas raízes, não tomam dele as suas energias, não recebem ali a sua organização concreta. Por isso os acontecimentos encontram esses homens sempre dispostos a todas as abdições e transigências — contanto que lhes fique nos lábios, com o sabor da última mentira, o último *flatus vocis*.

Quantos poucos de nós, aqueles que nos dizemos intelectuais, temos independência e firmeza de espírito! Quantos poucos de nós nos mantemos intransigentemente numa atitude intelectual, e resistimos ao *succès*, à moda, ao snobismo, às correntes dominantes, e aos



puros impulsos duma emotividade superficial e transitória! Quantos poucos de nós, finalmente, têm isto a que poderei talvez chamar — *um amor quase físico pelas Ideias?*

(Na Seara Nova, N.º 81, de 1 de Abril de 1926)

## Incompetência e Corrupção

Todo o esforço duma política nova tem de ser dirigido contra a Incompetência e a Corrupção. Quem não atacar *expressamente* estes dois vícios do regime não merece a confiança do país. Quem se não pronunciar *expressamente* contra António Maria da Silva, e sobretudo contra Cunha Leal, não é digno do apoio de nenhum cidadão português.

Fala-se por aí muito na possibilidade dum governo em que entraria, como uma das principais figuras, o homem de *O Século* e do Banco Ultramarino.

Isso seria um impudente desafio lançado à consciência nacional. Levantar-se-iam as pedras das calçadas...

(Na Seara Nova, N.º 83, de 15 de Abril de 1926)

## J. B. ou le Polémiste Imaginaire

L'esprit dépend si fort du tempérament et de la disposition des organes du corps que, s'il est possible de trouver quelque moyen qui rende communément les hommes plus sages et plus habiles qu'ils n'ont été jusques ici, je crois que c'est dans la médecine qu'on doit le chercher.

DESCARTES



*Em defesa do jornalismo* publicou um tal Sr. J. B., na *Batalha*, um artigo em que sou acusado:

— de estar fazendo nas colunas da *Seara* uma campanha contra um único político (quer-se aludir ao Sr. Cunha Leal), quando deveria ser dirigida contra *todos*, pois «*todos* são maus ou imbecis, ou ainda as duas coisas juntas»;

— de me considerar o único homem honesto de Portugal;

— de me julgar, sem cerimónia alguma, o primeiro jornalista da República;

— de fundar todos os meus ataques à Imprensa num conceito primário da mecânica jornalística;

— e por fim de pensar que é «um crime receber o jornalista remuneração pelo trabalho que produz».

Isto com numerosas e depreciativas referências às minhas «vertigens», aos meus «delírios», aos meus «disparates», aos meus «disfarces», às minhas «sandices», aos meus «conceitos primários» e às minhas ideias de «farmacêutico de sertão» — ao mesmo tempo que se procura insinuar, candidamente, que cheguei ainda a horas de apanhar as melhores «postas» do regime, sendo, pois, «delicioso ter a manutenção assegurada e nas horas vagas escrever de graça campanhas moralizadoras», o que não impede de se esboçar ainda a engenhosa hipótese de eu não pôr os pés na repartição.

Ser-me-ia talvez permitido arriscar timidamente algumas ligeiras atenuantes a este tremendo requisito, afirmando, com licença do meu inflamado acusador:

— que talvez os Srs. António Maria da Silva, Vitorino Godinho, Trindade Coelho, Filomeno da Câmara, e tantos outros, não participem das ideias do meu antagonista, quanto ao exclusivismo dos meus ataques, pelo menos com tão imperturbada convicção;



— que *combater toda a gente*, duma forma vaga, impessoal, absolutamente genérica, talvez seja ainda a melhor maneira de não combater ninguém — reunindo assim o ímpeto cavalheiresco de D. Quixote ao bom senso comedido e cauteloso de Sancho Pança;

— que do *amigo* e do *inimigo do género humano* (do primeiro falou Molière em versos imortais) nunca vieram nem bem, nem mal ao mundo;

— que o simplismo dos sistemas, tão vantajoso nas arengas públicas, não é inteiramente adequado a traduzir a complexidade das coisas, e que para ser inteiramente justo há por vezes a necessidade de fazer certas distinções, como entre o homem que nos rouba o relógio ou o lugar no «eléctrico», que nos pisa um calo ou nos aperta calorosamente os gorgomilos, que nos dá os bons-dias com ar irónico ou nos despacha para o outro mundo sem sequer nos dar as boas-noites;

— que acusar um homem, no mesmo dia, na mesma folha, na mesma coluna do mesmíssimo jornal, por se ter na conta da única pessoa honesta do seu país, e por não afirmar que todos os políticos são desnecessariamente desonestos, será porventura incorrer numa evidente contradição, e ver no olho do vizinho o pequeno argueiro, sem reparar que se tem no próprio olho... a Torre dos Clérigos;

— que é mais fácil apanhar um mentiroso do que um coxo, e mostrar a fraqueza ingénua dum polemista à sobreposse, que as entranhas de trapo dum Napoleão de títeres ou dum Duguesclin de pacotilha;

— que depois de conhecer este redactor de polpa, me resigno à modesta situação de segundo jornalista da República;

— que, embora o meu vencimento seja opulento e bastante maior que o dum pedreiro, a minha ucharia farta, as minhas horas vagas dum epicúrio sensualismo,



e a minha obra profissional inteiramente dispicienda, talvez possa reclamar ao menos o direito de preferir ser jornalista de graça, nas horas vagas, a ser, também nas horas vagas, funcionário, mas pago pelo erário da Nação;

— e enfim que o facto de muitos jornalistas profissionais realizarem este último ideal com tão grande tranquilidade de consciência, não deve fazer-nos esquecer a vantagem da diversidade de gostos e de ideais, para podermos gozar, celebrando a suprema sabedoria do supremo Arquitecto do Universo, o espectáculo impressionante da multiforme maravilha das coisas. Todos nós entramos, meu caro antagonista, no plano providencial da divindade. Se todos tivéssemos pela nossa obrigação de funcionários o amor que em geral revelam os jornalistas profissionais, o mundo seria duma desesperadora monotonia — e as moscas pensariam, na sua inocência, que teria chegado a hora de serem contempladas no festim orçamental. Deixem-nos os senhores jornalistas profissionais o prazer de nos sentarmos às nossas secretárias, como nós lhes deixamos o de irem, depois de assinado o ponto, censurar nos jornais a burocracia e a formidável desorganização do Estado. Sempre lhe digo, Sr. J. B., que Frei Tomás colabora na imprensa portuguesa com divertíssimos pseudónimos.

Desprezemos, porém, as questões secundárias, e mudemos de tom. Vamos ao essencial.

Acusa-me o enérgico panfletário de eu considerar «um crime receber o jornalista remuneração pelo trabalho que produz». Sou capaz de requerer em papel selado, a esse senhor, que me indique, não já um período, mas uma frase, uma palavra, onde ideia tão risonhamente



estúpida possa estar contida, para minha vergonha eterna e triunfo incontestado do meu acusador.

Os textos onde o nariz de J. B. farejou o escândalo devem ter sido: 1.º — a campanha que tenho feito contra a grande Imprensa; 2.º — uma passagem da carta que, por ocasião da minha *pendência* com Vitorino Godinho, dirigi a *O Século* e ao *Notícias*, e em que declarava estar escrevendo exclusivamente no jornal que não podia pagar os meus artigos.

Eis o corpo de delicto. Não compreendeu J. B. que apenas fiz referência à minha situação especial na *Seara Nova* para fazer ressaltar o contraste com a «dignidade» gananciosa de Vitorino Godinho. Não compreendeu que, se tenho combatido a Imprensa, não é porque despreze a profissão jornalística *como tal* (que idiotice!), mas porque creio que ela está corrompendo a sua missão da forma mais impudente e sectária, abusando da sua força, desonrando no gemer dos prelos a invenção de Gutenberg, arrastando pela lama o ceptro do seu Poder Espiritual, invertendo os valores, assooprando ignobilmente as vaidades, fazendo da reportagem uma monstruosa ostentação das piores pústulas morais, mentindo sistematicamente ao público como uma vilíssima rameira, e fazendo todos os dias o *étalage* duma literatura alambicada e preciosa, cheia do *odore di femina* — uma literatura que nivela os sexos no mesmo rolar das ancas, nos mesmos delíquios sensuais, no mesmo contorcer de olhos em alvo, como se todos estes tipos, ao matricular-se nas letras, houvessem feito, junto ao altar de Vénus Fagundes, o sacrificio da própria virilidade. Junte-se a isto uma mediocridade mental quase absoluta. Depois do *pathos* junqueireano e das nefelibatices consequentes, parecia que, sob o ponto de vista da mentalidade, já se não podia baixar mais. Baixou-se. E hoje o que está em moda é já a suprema deliques-



cência — a contradição erigida em norma estética e a simulação do paradoxo pelo puro disparate. Já não são as banalidades junqueireanas (1) apresentadas como o supra-summum do pensamento filosófico; é o facto de que, para dizer alguma coisa interessante, uma geração que perdeu toda a capacidade das ideias tem de voltar do avesso a lógica tradicional.

Querer, para tudo isto, bodes expiatórios; querer convencer-nos que são a Moagem e a União dos Interesses Económicos que são culpadas de toda esta inani- dade de espírito é não fazer uso, ao menos uma vez na vida, da própria inteligência, ou não contar com a inteligência do adversário. E diz este senhor que somos nós que temos conceitos demasiadamente «primários»...

O Sr. J. B. tresleu. Supôs que eu tinha atacado o estí- pendo quando ataquei a obra. Metido nestas coisas da inteligência, como não é um cerebral, fez no espaço o *looping-the-loop*.

Que admira, pois, que se dê ao desporto de ter ilusões sobre si próprio? Do Sr. J. B. se poderá dizer que é *le Polémiste imaginaire*. «Se o Sr. R. P.», escreve, «sabe enfileirar as palavras que ferem como punhais e sibilam como chicotadas, também eu sei.» Não sabe nada. O senhor nem sabe escrever. Digo-lhe mesmo, meu amigo, que, se houvesse justiça neste país, já teria sido relegado a tarefas somenos. Para notícias de mosco, crimes pas- sionais, suicídios, abortos, chegadas de chefes políticos, atropelamentos, estava bem... Até o atropelamento ainda

---

(1) Permito-me insistir sobre Junqueiro (grande apenas como poeta erótico e satírico), porque esta crença num Guerra Junqueiro filósofo é uma das que mais desonram a minha geração. Sob o ponto de vista do pensamento, Junqueiro (prova-o toda a sua obra poética) está abaixo de *qualquer* — de Martins e de Eça infinitamente, e de Fialho e de Ramalho ainda sem contestação.



o senhor vai. Daí para cima acho-lhe os pés compridos — e as ideias curtas.

Que tenha «uma vasta reserva de boas frases plebeias para atirar ao parceiro», como diz, com um desvanecimento que deve revelar a uma análise científica ancestralidades de eguariços arremengados, não contesto: a sua educação, a sua cultura, o seu gosto literário não fazem supor outra coisa. O senhor, para o plebeísmo, deve ser um alho! Mas quanto ao resto, não confundirá a polémica com os jogos florais das regateiras?

Não há maneira de convencer estes senhores que o vigor dum polemista consiste sobretudo no movimento da frase, na *verve* dialéctica, na energia e poder incisivo da expressão, e nessa arte, ao mesmo tempo beneditina e diabólica, de surpreender os bicharocos dissimulados do sofisma com o pente da análise e a pinça duma lógica simultaneamente luminosa e contundente, filha dos amores de Marte com Minerva, sob o claro céu da Hélade!

O polemista é o ponto de encontro da fuga dum temperamento combativo com a calma absoluta duma razão límpida — o campo de batalha em que os estos fisiológicos fazem aliança com a Inteligência discursiva — ímpeto e ideias claras, poder de compreensão e de sarcasmo, noção precisa da Verdade sem a indiferença, afirmação dum desejo ilimitado de consciência e de virilidade. Um espírito desta ordem precisa sempre de partir de uma *atitude crítica*. Ter razão não é para ele completamente indiferente, e a única paixão que o domina é a da Verdade, da Justiça, das Ideias claras. Assim se resolve, no mesmo tipo psicológico, uma falsa antinomia do espírito.

É certo que, em casos extremos, também o polemista *de verdade* deve lançar mão dos epítetos que retalham a



própria carne viva. Simplesmente esses epítetos nunca se inserirão abruptamente na malha do discurso, antes se fundirão e enastrarão de maneira inextricável na teia do raciocínio. Sem a força e rizeza dessa teia, todo o palavrão soa falso, como essas cunhas que os maus poetas introduzem no verso para lhe completar a medida. Além disso, Sr. J. B., um termo vigoroso na sua pobre prosa lembra um corpo duro que se introduzisse violentamente num tecido mole e desfibrado, já dessorado pela gangrena. Decididamente, o meu infeliz contraditor não nasceu com a estrela de polemista. Contraindica-o para o efeito uma profunda miséria fisiológica, uma degradação do *tónus* vital. Todavia, quem sabe?, talvez um dia lá chegue. Para este fim, meu caro senhor, não lhe recomendo os bons autores: recomendo-lhe histogenol.

(Na Seara Nova, N.º 84, de 22 de Abril de 1926)

## Uma Carta

«20 de Junho, a caminho da Serra da Estrela.»

Meus Amigos: — Tarefas prementes do *Guia de Portugal* impediram-me de escrever para este número da *Seara*, como era do meu desejo, um extenso artigo sobre a situação. Esta surgiu quando eu me encontrava no período da mais laboriosa actividade. Lamento, mais do que pode parecer, não fazer agora da minha vida um panfleto iluminado e vibrante. Como eu desejava ser rico, para me dar infinitamente mais do que me dou!

Não quero, porém, deixar de marcar a minha atitude nem de focar os principais aspectos do momento. Segundo o provérbio, há *tempus loquendi et tempus tacendi*. Este não é o tempo nem de me calar, nem de me conformar.



Por isso — ainda com o pó da estrada, numa estalagem do caminho — enquanto os democráticos anichados nas suas rendosas conezias se agacham, os jornalistas que têm por mister esclarecer e orientar a opinião pública mentem à sua própria consciência, o Sr. Vasco Borges agradece as amáveis referências dos jornais que acoimaram de hipocrisia o seu chefe político, e os homens de mil feições embandeiraram em arco as fachadas dos seus prédios, como ontem cobriram de insultos os vencimentos de 18 de Abril, vou escrever-lhes, amigos, uma pequena carta sobre o joelho, abrindo-lhes com toda a sinceridade o meu pensamento, pois sabem bem que o risco nunca teve outro efeito senão o de tornar mais exigente e angustiosa a necessidade que tenho de falar claro. Ser claro como a água das fontes e impetuoso como a torrente das montanhas, seria este hoje o meu maior desejo. Eu quereria empunhar o Panfleto, como uma espada — claro e vibrante como ela. Não posso, neste momento, em virtude das dificuldades da minha vida, senão enviar-lhes esta carta apressada, como o bater de motor do carro que me espera. Tenho de sujeitar o ritmo da minha prosa ao seu ritmo de respiração convulsa, e o meu desejo de ser perfeito à febre da sua pressa.

Depois do meu último artigo da *Seara* e da entrevista que concedi à *Tarde*, a situação não tem feito mais do que inclinar-se, decisivamente, para a extrema direita. Tem-se criado em torno dela uma atmosfera crescente de simpatia monárquica e um vácuo crescente de dedicações republicanas. Esta lei, que marca, com a essência do movimento, o seu *progresso* íntimo, a sua *vis* orgânica, e o seu desenvolvimento lógico, é que é o fundamental. A *queda* de Mendes Cabeçadas — chame-mos-lhe assim, por brevidade —, não é mais do que um episódio. Ela estava prevista, como os eclipses do próximo ano e os dias de lua cheia.



Um episódio, sim — cuja gravidade reside apenas no que ele vale como sistema. Não lamentemos: verifiquemo-lo e compreendamo-lo. Liguemo-lo às causas essenciais. É necessário que nos não confundamos com Cunha Leal e outros políticos que criaram uma aura de simpatia ao movimento, enquanto julgaram que ele serviria os seus interesses, hoje desesperados e raivosos porque se não mostrou disposto a curvar-se aos seus desígnios. Não temos, como eles, o direito de pensar que a República sofreu uma perda sensível com a derrota do Sr. Cabeçadas. Os intuitos do movimento adquiriram uma maior nitidez: ganhámos, pois, por esse lado. E não perderam com isso nem o prestígio nem a segurança das instituições. Realmente, o Sr. Cabeçadas apenas mostrou, nos curtos e inglórios dias do seu consulado, as faltas mais imperdoáveis de visão, a carência dum plano de governo, uma incapacidade inconcebível para preparar e organizar a resistência, uma indecorosa subalternidade perante as paradas teatrais e as empoladas frases tonitruantes, uma frouxidão, uma lassidão, uma conformidade, uma apatia, um linfatismo dessorado de quem só tem nas veias capilé de cavalinho... O seu governo, se assim lhe podemos chamar sem forçar o sentido das palavras, foi, sobretudo, um triste e deprimente espectáculo. O Sr. Cabeçadas passou a vida de transigência em transigência, de humilhação em humilhação — nominalmente como um chefe, sempre e realmente como um subalterno. Arrastado pela onda da mentira, mentiu também — a si próprio e à Nação. *Tudo estava de acordo*, e no entanto devia já sentir a serpente do dissídio apertar-lhe a garganta. Tudo conspirava para a sua perda; o pouco que valia como governante, e sobretudo o que ainda valia como elemento republicano. Quis atribuir tudo às intrigas e aos boatos. Todos estavam de acordo, como dizia também o Sr. Gomes da Costa. Mas, acres-



centava este, à maneira de Calino — cada um pensava de sua maneira.

O valente marinheiro não foi, pois, no governo, nem um timoneiro nem um piloto: antes parecia uma bóia de cortiça flutuando sobre as vagas. Caiu de pé? Não, porque desde o seu primeiro dia a história do seu governo é a história da sua queda. Verdadeiramente não caiu, escorregou, afundou-se. Atascou-se na vasa, na lama morta do pego, lentamente. Quando os espectadores já lhe não viam a cabeça, foi então que eles gritaram que caíra...

Mas a constatação deste facto não deve desarmar a nossa cólera perante o «galope» de Gomes da Costa e dos seus homens, que se vinha esboçando e organizando desde os primeiros momentos. Só se pode triunfar assim à custa duma degradação moral. O seu trono foi erguido sobre a lama.

Que se vê agora? Um regime estranhamente paradoxal, que tem ao mesmo tempo o seu quê de Tartufo e de Grã-Duquesa —, uma República apenas apoiada na boa vontade dos monárquicos, uma democracia que, impotente para se organizar, se nega e destrói pela aceitação de princípios contraditórios (não são os integralistas que se convertem à República, mas a República que se converte ao integralismo), um regime de lealdade e de heroísmo militar que vence pela mentira e pela traição, um governo de competências em que os ministros começam por declarar a sua falta de preparação e de capacidade governativa, um movimento de salvação nacional presidido por um homem sem tino político, imensamente sugestionável, dotado da mais dolorosa instabilidade mental, e useiro em atitudes pouco claras. Assim se pretende realizar a verdadeira democracia e carrilar a vida política, fazendo dos lugares de ministros um novo sistema penitenciário ou uma condenação a tra-



balhos forçados. Em que artigo do Código Penal se teriam luminosamente inspirado os ministros actuais do regime para fazer do governo uma espécie de castigo correcional? Mas vá, que se castiguem a si próprios; não há, porém, o direito de castigar, com eles, toda a Nação.

Meus amigos, é assim, exacerbando os nossos vícios, os nossos equívocos, a nossa fatal inépcia, acogulando até ao último extremo a nossa provisão de mentiras — que se ressurgem em Portugal. No dia em que morrermos — deveremos considerar-nos salvos. Caminhamos, a passos decididos, para o aniquilamento do Nirvana. A estupidez nacional não conhece limites. Pode dizer sempre *plus ultra*.

Exprimindo assim no rápido *raccourci* exigido pelo almoço e pelo automóvel, o meu sincero juízo sobre o actual momento político, não julgo formular, é evidente, meus amigos, o desejo de um novo período de corrupção democrática, nem creio que alguém pense que estou abrindo um crédito às suas futuras munificências. Todos sabem que a combati denodadamente, no próprio momento em que outros, que hoje se alçapremam às culminâncias do Poder, a serviam e exploravam contra o interesse e o decoro da Nação. Não quero, por mim, mais democratismo, enquanto ele se subordinar ignobilmente aos métodos do Sr. António Maria da Silva. Levanto a minha voz, com autoridade e com a alegria profunda de cumprir um alto dever, por um regime de verdadeira e reconhecida Competência, de verdadeira e reconhecida Integridade. Por isso combati aqueles, por isso combato estes. Senti vômitos perante os Vasco Borges, os Vitorino Godinho, os Cunha Leal. Mas ante o ministério do Sr. Gomes da Costa sinto as náuseas do mar tormentoso.

Que o Exército se não iluda. Ele tem de convencer-se que nada de mais fraco e inconsistente do que a força



das armas, quando por detrás dos seus sarilhos compactos e das suas lâminas coruscantes não fulge o esplendor imaculado da Ideia. Só a Ideia vivifica e redime. É ela a espada que faz os valentes, os heróis, os mestres, os apóstolos, os estadistas, os salvadores. Neste instante o espírito de todos os homens de consciência e coragem deste país paira sobre as espadas — no meio das quais os *commedianti* e *tragedianti* dão a impressão de estar a salvar a Pátria. Paira sobre as espadas, e mostra-lhes a verdade, mais nua e firme do que elas. Ainda o meu espírito se não ergueu à altura das Penhas Douradas, para onde me transporto, a 1500 metros sobre o mar e o Terreiro do Paço — e já eu vejo o Sr. Gomes da Costa como um pigmeu. Ah, meus amigos, como basta uma certa altitude moral para reduzir os *commedianti* e *tragedianti* da vida a pequeníssimas formiguinhas do imenso teatro da mentira humana! E uma das coisas que aos portugueses falta, amigos, é o sentido crítico — a altitude, e com ela a visão perfeita dos relevos e dos horizontes. Vemos como montanha a chateza da planura. Falta-nos, para observar com exactidão as coisas e os homens, pelo menos alguns metros de alma.

Quando nos convenceremos nós de que não basta a força das armas para vencer — que não se pode viver, como dizia Antero, sem Ideias? Nesse dia muitas ilusões nos deixarão; veremos melhor os relevos e as altitudes. Teremos subido, todos um pouco, às Penhas Douradas...»

(Na Seara Nova, N.º 93, de 23 de Junho de 1926)

## Do Estado absoluto e do Estado liberal

(Carta ao Sr. Carlos Bana, da *Liberdade*)

A minha carta que V. Ex.<sup>a</sup> fez publicar na *Liberdade* não era destinada ao público. Tratava-se do cumpri-



mento dum simples dever de cortesia, a que tomara a liberdade de juntar um conselho aos seus jovens camaradas.

Lamento tal publicação, porque não me é lícito, nas actuais circunstâncias, defender com toda a nitidez e latitude os meus pontos de vista.

Arrisco-me assim a aparecer, o que sinceramente me aborrece, como um advogado da impunidade que tem sido uma das maiores e mais indignas fraquezas do nosso Estado republicano. Mas, enfim, o mal está feito; e não me resta mais que esclarecer, mediante o obséquio de V. Ex.<sup>a</sup>, o meu pensamento essencial.

Não me alongarei sobre a questão do Cristianismo, nem sobre a frase de Poincaré. Isso levar-me-ia longe e não merece a pena. Simplesmente lhe digo que quando o Sr. Cerejeira definiu, como eu, o ponto de vista do direito e da moral em face das verdades de facto em que a Ciência é autoridade incontroversa, não fez mais que definir simples verdades de senso comum, admitidas por todos os sectores do pensamento filosófico... excepto pela escola realista da *Action Française*, e por V. Ex.<sup>a</sup> Sabe-se como a *Action Française* pretende fundar a sua ideologia reaccionária precisamente sobre a Ciência, sendo sua pretensão de que só *o que é*, e não *o que deve ser*, tem verdadeira importância para o homem. Os factos são, para essa escola reaccionária, as únicas normas da Moral e da Política. Tudo o mais são simples *nuées*, fantasias descabeladas de metafísicos impenitentes. Como Mauras, como o mestre integralista, V. Ex.<sup>a</sup> pede às verdades de facto a luz da Moral e do Direito, comungando assim na ilusão empírica dos que pensam que a face das coisas traz esculpida a lei da consciência. Por outro lado, pensa que a actividade científica esgota toda a actividade racional do homem, quando a verdade é que nem a Ciência é tão-pouco como quer o Sr. Cerejeira,



nem tanto como querem os seus adversários. E ainda V. Ex.<sup>a</sup> labora num tremendo equívoco quando supõe que o interesse colectivo em que uns fundam a moral, a piedade em que a fundam os outros, etc., etc., não entra na categoria do que *deve ser*, mas na do que *é*. A verdade é que nada no mundo é competente para nos ensinar a moral do interesse colectivo senão a Consciência; em nada se poderá fundar a piedade senão na Consciência. Só da Consciência íntima do homem, que não se submete ao que é, antes faz acto de criação voluntária, instaurando o mundo dos fins, o mundo do que *deve ser*, só dela poderá dimanar a lei moral. Isto parece-me axiomático, mas para que insistir? Uma necessidade mais imperiosa, a correcção de erros mais graves me força a pegar na pena. O que importa com efeito, acima de tudo, é combater uma doutrina que não é só de V. Ex.<sup>a</sup>, que não é só da *Liberdade*, que, depois destes quatro anos de férias ideológicas e de silêncio doutrinário, vejo hoje defendida por numerosos Republicanos, uma doutrina a que se chamou a *organização do Estado republicano*, e a que eu chamo, mais propriamente, a instituição do Estado absoluto.

Diz-me V. Ex.<sup>a</sup> que existe uma diferença muito grande entre fazer-se uma Revolução e construir-se uma Democracia», que «o que em 5 de Outubro unicamente se fez entre nós foi uma revolução nas ruas; a revolução nas mentalidades nunca se chegou a fazer, pelo que jamais tivemos uma Democracia. Isto dito a um homem que, como eu, tem passado toda a sua existência a dizer isso mesmo, que tem posto toda a sua esperança e o seu esforço, na reforma da mentalidade, não deixa de ter a sua graça. Sei muito bem, e tenho-o afirmado muitas vezes, que o *pum-pum* revolucionário, interessante pelo que possa destruir, nada vale pelo que constrói. Quem pensa o contrário ilude-se absolutamente. Toda a revo-



lução armada só vale alguma coisa se é o termo necessário duma evolução de ideias anterior, ou o começo duma evolução nova; pelo que completa ou pelo que inicia. Toda a virtude do acto revolucionário está na destruição de obstáculos. Tudo o mais ou já foi feito pelo Verbo, ou terá de ser feito pelo Verbo. A pólvora não dá para mais.

Mas exactamente porque pretendo, acima de tudo, a reforma da mentalidade — exactamente porque só nela confio —, exactamente porque me parece ilusório, ou charlatanesco, buscar noutra parte a salvação —, é exactamente por isso, meu jovem amigo, que eu me revolto contra o que se chama, hoje em dia, a *organização do Estado republicano*. É precisamente porque existe uma diferença capitalíssima entre fazer uma revolução para colocar uns certos sujeitos em determinadas prebendas ou sinecuras, e construir-se uma Democracia, que eu quero que se construa uma Democracia — uma Democracia *de verdade*, entenda-se, e não um novo e mais intolerante despotismo mascarado de vermelho e verde, um despotismo que possa pôr-se a par, em inspiração doutrinária, do fascismo ou do bolchevismo.

Mas — diz-me V. Ex.<sup>a</sup> — o mal da República é que ela haja querido fazer a Democracia sem que o povo estivesse preparado para ela. Segundo entende, haveria que fazer a educação democrática do povo, para fazer depois a Democracia. Quer dizer, se bem compreendo: um pequenino desportismo que nos educasse para a liberdade... Simplesmente, como faria V. Ex.<sup>a</sup> a educação democrática do povo? Por mim, não creio na educação da liberdade senão pela liberdade. Há só uma maneira de aprender a liberdade: é exercê-la. Só ela é capaz de fazer homens livres.



«Só o Estado estruturalmente republicano, e, por isso, servido apenas por cidadãos republicanos, pode criar a mentalidade democrática, por meio da escola republicana, única existente.» Isto soa aos meus ouvidos como se estivesse escrito: «Só pela negação da Democracia se pode criar a mentalidade necessária a toda a Democracia.» Porque é negar a Democracia querer que a escola seja republicana; querer que seja única: e querer, ainda por cima, que o Estado seja apenas servido por cidadãos republicanos. É isto um verdadeiro monopólio das consciências. Nunca nenhum regime, por mais absoluto, encontrou uma fórmula mais completa da subordinação total do Indivíduo ao Estado.

Espantoso! Então V. Ex.<sup>a</sup> entende que se possa chamar republicano e democrata, ou sequer civilizado, a um Estado que, antes de admitir qualquer cidadão ao seu serviço, lhe pergunta sobre as suas opiniões políticas? Quer-me convencer que um despachante da alfândega, um conservador do registo civil, um professor de Histologia ou de Resistência de Materiais, só podem ser úteis ao Estado republicano se comungarem ideias republicanas? Fosse eu ministro da Instrução (mal que, todos o sabem, nunca acarretarei ao meu país, pois serei dos que farão parte, eternamente, da *galeria*), e V. Ex.<sup>a</sup> veria se eu não iria buscar onde ele estivesse, se a lei mo permitisse, é evidente, o mais *competente* professor de Histologia, muito embora ele fosse ainda mais antidemocrático, o que é difícil... que muitos republicanos. E isto pela simples razão de que um professor de Histologia não tem por missão fazer bons republicanos, mas bons histologistas. Isto de pensar que não há laboratório de químico, gabinete de escriturário, baiúca de servente, onde a questão do regime se não ponha, é simplesmente uma manifestação de *estatite* aguda, a pretensão de fundir todos os cérebros no mesmo molde



doutrinário. É mais ainda: é supor que não há especulações desinteressadas, inteiramente estranhas à política. Não, a política não açambarca, para bem da humanidade, todas as preocupações dos homens. Pedir a um mestre de charanga convicções republicanas quando nos deve dar Beethoven, a um professor de história de arte ideias democráticas quando a sua missão é falar-nos de João de Ruão ou de Castilho, é sobretudo ininteligente. Os Reis eram Reis, e não faziam questão de religião e de doutrina para os seus médicos e os seus astrólogos. Estaremos já abaixo dos senhores Reis de poder absoluto? A Política, repito, deve pôr-se nos cargos políticos, nos postos de direcção, nas manivelas de comando ligadas ao grande motor central do Estado. Fora disso, é uma aberração. Bem sei quanto estas distinções são susceptíveis de desagradar a certos sectores da opinião, mais habituados a ser lisonjeados que esclarecidos. Por motivos mais ou menos nobres (não quero agora discutir-lo), há quem exija critérios maciços e princípios absolutos, e prefira não distinguir, o que é a forma mesma da injustiça. Eu não empunho, porém, uma pena para lisonjear as paixões do povo, mas para tentar esclarecê-lo. Prefiro ser útil ao Povo a que o Povo me seja útil. Prefiro dizer-lhe a verdade a ser coroado por ele.

É, porém, sobre a Escola Neutra (que V. Ex.<sup>a</sup> diz, nem menos, só poder formar mentecaptos!) que incidem os mais vivos dos seus ataques. A Escola para V. Ex.<sup>a</sup> não pode ser neutra, tem que ser republicana. Oponho-me completamente a este ponto de vista. Certamente, deve a escola primária, devem certas disciplinas da secundária (ao invés do que a nossa Democracia tem feito) preparar o indivíduo, pelo exercício, já na escola, do sistema electivo e representativo e por uma instrução cívica adequada, para o exercício futuro dos seus direitos de cidadão. Não, porém, incutir princípios pretendi-



damente incontrovertidos, pôr o regime fora da discussão. Pelo contrário, é preciso pôr tudo em discussão. Só assim se ensina a liberdade, o respeito da inteligência, o espírito crítico. O professor não é um sectário que tenha de formar o aluno à sua imagem e semelhança, tratando-a como cera mole onde tudo possa gravar-se. A criança é um Espírito. Há que tratá-la como em Espírito. Há que ter um infinito respeito por essa alma em formação, por esse espírito que se desenvolve e mais nos não pede que o ajudemos a caminhar com as suas próprias forças. Que tem, pois, que fazer o professor? Ajudar a criança a ser livre, intelectualmente livre, de maneira a poder formar amanhã liberrimamente a convicção que mais lhe convenha. Não se trata de impingir uma doutrina, repito, trata-se de auxiliar o desenvolvimento dum espírito, de modo a que ele possa pôr os seus problemas com inteira liberdade e resolvê-los com a mesma liberdade. A Escola que não fizer isto será republicana, como V. Ex.<sup>a</sup> diz, mas formará súbditos, em vez de cidadãos, escravos, em vez de homens livres. Que seria duma República constituída por republicanos formados pelo processo que conquistou as suas calorosas simpatias? A Democracia, meu caro senhor, não se aprende na sebeta. Os republicanos que só por este método aprenderam o seu republicanismo foram sempre o júbilo de todos os Césares; sobre eles se cimentam todas as tiranias.

E fala V. Ex.<sup>a</sup> ainda em *escola única* no sentido de proibição de todo o ensino particular! Que monstruosidade! Seria não permitir amanhã que se expusessem aos discípulos senão as ideias que tivessem a chancela do poder central do Estado, isto é, de meia dúzia de figurões detentores da governação, quando não dum César!



Quanto à minha afirmação de que a exclusão em massa dos monárquicos como servidores do Estado criaria uma casta privilegiada, ela não seria mais, segundo V. Ex.<sup>a</sup>, do que uma girândola de foguetes. Nunca me reconheci com habilidade para fogueteiro; mas se o que V. Ex.<sup>a</sup> respondeu à minha argumentação não é um foguete, é, pelo menos, um sofisma. Como pensou efectivamente responder àquele argumento? Dizendo-me que o problema do funcionalismo é uma questão de competência! Eu não diria melhor. Mas se o problema do funcionalismo é uma questão de competência, para que fazer dele, como quer, uma questão de opinião? Então as opiniões políticas dos funcionários já entraram no domínio da sua competência profissional?

Objecta-me ainda V. Ex.<sup>a</sup> que a doutrina da *Liberdade* não se «construiu para estabelecer prémio». Evidentemente que não. Mas a verdade é que o estabelece. E não me parece indiferente, sob o ponto de vista social e moral, que as instituições políticas a que essa doutrina tende, venham a constituir-se num prémio aos piores. Nenhum regime, e muito menos nenhum regime democrático, pode desinteressar-se das consequências de ordem moral que as suas reformas sejam susceptíveis de ocasionar. São os reaccionários que dizem: *Politique d'abord*. Nós dizemos: *Morale d'abord, politique ensuite*. Não demos, pois, ao republicanismo maior prémio do que, num Estado republicano, ele já possui pela própria natureza das coisas.

Em seguida, escreve V. Ex.<sup>a</sup> que a República não pode permitir que se invoque a liberdade para matar a liberdade. Mas é V. Ex.<sup>a</sup> que a invoca, para a reprimir! O que eu defendo é um regime de verdadeira liberdade — e não um regime que só pela supressão da liberdade e pela negação da liberdade, pela asfixia, na própria criança, de todo o germe de liberdade, acha maneira de



preparar e fundar a liberdade. E quando falo em liberdade, tenho, evidentemente, no espírito o respeito pelo meu direito e pelos direitos de todos, e não essa licença ilimitada que V. Ex.<sup>a</sup>, como alguns outros, supõe gratuitamente que eu defendo, e cuja afirmação os reaccionários nos seus ataques ao liberalismo (vejam-se os artigos do Sr. Ameal no *Diário de Notícias*) não deixam de invariavelmente nos atribuir.

O importante, porém, é que no fundo desta discussão (para que o ocultar?) há duas concepções absolutamente antagónicas. É isso que nos divide: uma concepção que, sem ofensa para V. Ex.<sup>a</sup> e sem glória para mim, em V. Ex.<sup>a</sup> é demagógica, e em mim é crítica. Por mim, defendo o *Estado* liberal — o Estado que se limita, que não pretende o açambarcamento de toda a actividade espiritual e o monopólio de todas as consciências, que admite fronteiras inultrapassáveis para além das quais lhe é vedado fazer uso da sua autoridade e do seu poder, que reconhece acima dele uma moral, e nutre um respeito absoluto pela eminente dignidade da pessoa humana. Quero assim o Estado como meio, e não como fim; o Estado que existe para o indivíduo, e não o indivíduo para o Estado; o Estado, instrumento de que eu e meus irmãos lançamos mão para nos aperfeiçoarmos em espírito, aumentarmos em liberdade, defendermos a nossa vida, os nossos direitos, a nossa legítima fazenda, e não — nunca! — uma massa formidável que, logo após o ter sido criada por mim e por meus irmãos, *para nosso exclusivo benefício*, se arroga interesses próprios e particulares, se transmuda de meio em fim, de instrumento em Ente Supremo, para nos cair em cima da cabeça como uma calamidade. Isto é o que eu defendo. Quanto aos senhores, os senhores defendem o *Estado absoluto*: o Estado pode tudo, tem direitos sobre tudo, até sobre as consciências; o que ele quer, o que ele manda é



divino; ele é incorruptível, ele é infalível, ele é onisciente, ele é sagrado. Numa palavra, V. Ex.<sup>as</sup> falam no Estado como quem fala numa divindade. Altares, altares para este novo deus, para este novo Saturno devorador de seus filhos!

Esta é, no fundo, a vossa doutrina, aquela a minha. Qual vingará? A minha, certamente. Não tenho sobre isso dúvidas nenhuma. Mas se fosse a vossa doutrina a triunfante, desde já declaro que me recusaria terminantemente a fazer parte de semelhante Estado.

V. Ex.<sup>a</sup> julga, porém, imperecíveis os princípios do *Estado absoluto* (porque se chamam então V. Ex.<sup>as</sup> a *Liberdade?*), faz uma enorme confusão com o Estado grego (onde a liberdade de espírito, fora raros acidentes, foi prezada ao máximo), e diz-me que os princípios em que se funda o fascismo são muito mais velhos que Mussolini. De facto, eles devem datar da idade das cavernas; já o escrevi algures. Mas não é porque eles são antigos que são defensáveis; demonstre-me V. Ex.<sup>a</sup> a sua razão, e não a sua antiguidade. Em vez disso, invoca-me a Rússia, onde os mesmos processos foram adoptados e que põe neles, conforme a sua frase, «a esperança mais forte da remodelação social entre-sonhada». Sobre as lindezas dessa remodelação, remeto-o para a Batalha, o «órgão do operariado português organizado»; ela o poderá elucidar sobre as excelências desse regime; ela lhe dirá que não tem havido na Rússia mais que «diversos grupos de ambiciosos e aventureiros que entre si disputam furiosamente o direito de explorar e oprimir as classes produtoras». (*Batalha*, N.º 9, de 8-11-1930.) E nada há aí de natureza a surpreender-nos: o Estado absoluto foi, é, e será sempre, o regime de eleição dos ambiciosos e aventureiros, que precisam do despotismo, da arbitrariedade e do silêncio.



Não, meu Ex.<sup>mo</sup> amigo, regime algum é defensável se não assenta sobre a *liberdade de todos os homens*. Assassinem, pois, de vez, o Estado absoluto. Caia V. Ex.<sup>a</sup> em si. Reconheça que tenho razão. Que o Estado seja apenas o instrumento social que dominamos, e não o colossal Leviathan que nos domina.

Mas, defendendo a igual acessibilidade de todos às funções públicas, sem mais distinção que da competência, eu *naufragaria* no erro cultivado «pelos homens ilustres que fizeram a República», donde o não ter havido, até hoje, um Estado republicano, mas uma simples «mudança de rótulo».

Pelo contrário, eu afirmo que quem *naufraga*, quem *afoga* a República a pretexto de a defender, quem dela faz apenas um rótulo, é V. Ex.<sup>a</sup> e todos os que pensam como V. Ex.<sup>a</sup>

Porque o mal da República não está no que V. Ex.<sup>a</sup> diz.

O mal da República está na miséria da sua ideologia e na estreiteza de vistas, na fraqueza ou na corrupção de grande parte dos seus homens.

O mal da República está em não ter sido tolerante quando deve, e quando deve enérgica.

O mal da República está em que prometemos sempre mais rigores do que o permitem os princípios, para, afinal, termos sempre menos do que o exige a prudência.

O mal da República está em que prometemos sempre guido a atitude certa, correcta, exacta, em não sabermos dominar, por vezes, as nossas paixões de revindicta, outras vezes, muitas mais, os nossos sentimentalismos de piedade, não tendo sabido nunca ser justos ou inflexíveis na punição do crime.

O mal da República está em termos ligado uma importância absoluta às formas exteriores do regime, o hino, as cores, a cartola do Presidente, a bandeira — que para



mim me são estética à parte, absolutamente indiferentes — e nenhuma às suas aspirações, às suas doutrinas e às suas realidades essenciais.

O mal da República está em nos verem sempre prontos a confiar no primeiro imbecil agalooado que possua os recursos materiais de subverter a ordem legal, e em termos esperado a salvação pública de todos (dos Heróis, dos Chefes, dos Messias e até dos Asnos), menos de nós mesmos.

O mal da República está em termos feito consistir o nosso republicanismo em aclamar e vitoriar os homens públicos, em vez de os fiscalizar e controlar (1).

O mal da República está na criminosa impunidade com que temos dado imperecível alento a todos os movimentos revolucionários, introduzindo, por assim dizer, o direito de insurreição permanente — e sem ideias, entre as regalias fundamentais do Cidadão.

O mal da República está em não termos a coragem de castigar o *crime*, o verdadeiro, o único *crime* (o de facto, não o de opinião, que não há Crimes de opinião numa Democracia) — prosseguindo assim, em vez da punição dos verdadeiros delinquentes, dos obstinados inimigos da ordem, a míseros bodes expiatórios que nada têm a ver com as sucessivas traições à República per-

---

(1) Da varanda da Estação do Rossio, ao ver-se aclamado por uma multidão em delírio (que eu tenho visto muitas multidões em delírio a aclamar muito parvo e muito tirano), Sidónio Pais exclamava: «Isto é que é a democracia!» Este grito é admirável. Sidónio Pais era, nessa altura, o magnífico intérprete de toda a nossa bárbara ideologia. Isto de se gritar: «Viva o senhor A», «Viva o senhor B», «Viva o senhor C», é que é, para o senhor A, para o senhor B, ou para o senhor C, respectivamente, a Democracia. Pelo contrário, quem exerce o seu republicaniíssimo direito de crítica sobre o senhor A, o senhor B ou o senhor C, é um inimigo da República. Ser republicano é vitoriar os chefes republicanos.



petradas de há vinte anos a esta parte por muitos dos que se dizem republicanos.

O mal da República, finalmente, está em que se deseja prosseguir no mesmo modo de vida — continuar a admitir as mesmas ilegítimas intervenções — e longe de aspirarmos a uma maior e mais efectiva liberdade, a um maior e mais efectivo *contrôle* de todos os Poderes por uma reforma total do regime da Imprensa (que deveria instituir-se, em grande parte, num serviço colectivo dirigido e fiscalizado por representantes eleitos de *todos* os partidos), se pensamos em reformar esse regime, é, pelo contrário, para colocar *toda* a imprensa, ou a que conta, sob a tutela do Estado, dirigida por representantes do poder constituído, o que é falsear inteiramente o funcionamento da Democracia e suprimir de facto, como fizeram, com os óptimos resultados que se conhecem, o fascismo e o bolchevismo, todo o *contrôle* governativo.

São estes e outros males análogos que é preciso combater.

Para isso conte V. Ex.<sup>a</sup> com a coragem cívica de quem se assina, com muito reconhecimento.

(Na Seara Nova, N.º 231, de 29 de Dezembro de 1930)

## O meu projecto sobre um novo regime de imprensa

Por uma ou outra alusão, vejo que se não compreendeu ainda o sentido em que desejo ver evoluir o regime da imprensa em Portugal.

Como falei em *contrôle*, houve quem concluísse que eu queria restringir a liberdade de imprensa!...



Até que possa mais largamente explicar-me sobre o assunto, devo desde já declarar que o meu projecto visa à *mais prodigiosa extensão da liberdade de imprensa* que ainda foi realizada ou concebida.

Se ele vier a ser adoptado em Portugal, daqui a 2, 10, 20 ou 30 anos (não há reforma verdadeiramente progressiva que não seja o resultado duma longa paciência), toda a gente continuará a usar da liberdade de imprimir à sua custa, ou à custa dos seus amigos, do seu grupo ou do seu jornal, o que muito bem lhe aprouver, embora sujeitando-se naturalmente às responsabilidades inerentes ao exercício de qualquer liberdade. Mas *além disso* — e nesta extensão é que está o interesse do projecto —, *além disso* reconhecer-se-á a cada indivíduo, a cada grupo, a cada partido, a possibilidade *real* (e não simplesmente teórica e fictícia, como até aqui) de intervir nas discussões públicas sobre *assuntos de incontestável interesse colectivo*. Assim a imprensa tornar-se-á acessível a todos, sejam quais forem as suas opiniões ou os seus meios de fortuna. Assim acabará o intolerável monopólio de facto que hoje sofremos. Assim a Democracia conhecerá um dos seus mais incontestáveis triunfos sobre a Plutocracia. As consequências desta verdadeira revolução <sup>(1)</sup> serão incalculáveis.

Simplesmente, como cada jornal contém um número de páginas limitado —, e como há que distinguir entre o que é de interesse colectivo e o que o não é, o que é uso e abuso, liberdade e licença, o que é correcção do que é insuportável grosseria, o que possui algum valor e o que é obra dum louco ou dum cretino —, *como tudo isto se põe necessariamente*, até à consumação dos séculos —,

---

<sup>(1)</sup> São estas as verdadeiras *revoluções*, e não as que meia dúzia de sujeitos têm a impressão de fazer de quando em quando em Portugal.



é por isso que falo na necessidade absoluta e permanente dum organismo de *contrôle*, uma espécie de direcção desse grande serviço público, constituído por intelectuais, jornalistas e políticos *de todos os partidos constituídos*. Aí e só aí é que está o *contrôle*. Não há, pois, *contrôle* algum para quem queira publicar seja o que for à sua custa, dos seus amigos, do seu grupo, do seu partido, do seu jornal; não há *contrôle* para os direitos já existentes; há *contrôle*, muito simplesmente, e *pela força mesma das coisas*, para a enorme extensão de direitos que me proponho defender.

Sobre a justificação e o *modus faciendi* deste projecto, muito, evidentemente, há que dizer. Será isso o assunto dum longo artigo futuro. Mas fique desde já entendido que o meu único intento é promover, ou, pelo menos, sugerir uma nova realização dos ideais de liberdade por que sempre combati. Se, mais que a Declaração dos Direitos teóricos do Cidadão, importa a Realização e Efectivação dos Direitos reais do Indivíduo, quero crer que a reforma que proponho é um novo e grande progresso real das realizações da Democracia. Até lá, a liberdade da imprensa existirá, mas para apoiar e lisonjear a plutocracia, ou para quem tiver meio de pagar esse caríssimo luxo.

(Na Seara Nova, N.º 241, de 5 de Março de 1931)

## Como se redige uma notícia em Portugal

Que edificante espectáculo nos oferece o grave *Diário de Notícias!* Desde o artigo de fundo aos anúncios, pas-



sando pela «crítica» literária e pelos «pensamentos» do Sr. Bourbon, que sublime arte de pensar sem ideias! E que cachoeiras de elogios hiperbólicos para todos os que em Portugal usufruem do glorioso mérito de existir! Veja-se, por exemplo — e é só um exemplo, porque o mesmo espectáculo se repete em todas as páginas e em todos os números do jornal — o simples eco de 22 linhas publicado no dia 26 de Março sob o título *Hoje na casa da Imprensa*. Começa logo: «Prosseguindo na sua notável acção...» Vem após: «o eminente jornalista e ilustre director...»; (se dissesse apenas *eminente*, o noticiarista sentiria um grande peso na consciência; acrescenta, porém: *ilustre*; e respira!) Mais adiante: «alguns dos nomes mais prestigiosos das letras e das artes». Mas, na verdade, haverá alguém que não seja *prestigioso* para o *Diário de Notícias*? Ele seria lá capaz de fazer essa ofensa a algum escritor ou artista português!) E ainda: o *ilustre* professor, acadêmico, escritor e jornalista...» E mais: «dada a alta categoria intelectual do conferente». E por fim: «Presidirá e apresentará o conferente o *ilustre* escritor e jornalista...» E mais: «dada a alta categoria intelectual do conferente». E por fim: «Presidirá e apresentará o conferente o *ilustre* escritor e jornalista...» Isto em pouco mais de 20 linhas! Todos ilustres, todos eminentes! Dizer simplesmente, naturalmente: o Sr. A., o Sr. B., o Sr. C., é para o noticiarista português, uma coisa absolutamente inconcebível. Ele sente uma impreterível necessidade de pregar em cada um o rabo leva dos adjectivos, dos ilustres, dos distintos, dos eminentes. Todo aquele que lhe passa ao alcance da pena — ó menino, dá-me daí um alfinete! — truz! logo lho prega nas traseiras da celebridade, em grandes tiras multicolores. Se assim não fosse, o Sr. A., ou o Sr. B., ou o Sr. C., sentir-se-iam desconsiderados. Até se julgariam talvez com o direito de



enviar testemunhas ao director da folha. Um jornal, em Portugal, tem que estar em permanente attitude de admiração. Todos os seus artigos se podem classificar num único género literário: o Panegírico. A Imprensa tem que soprar o nosso nome, quotidianamente, mas mil-e-uma tubas da Fama. E de cada uma das suas colunas sobe outra coluna, e essa enorme: de incenso. Ah! houvesse uma só derrogação à regra, e o leitor, intrigado, murmuraria entre dentes: «Que diabo de questão pessoal haverá entre o Schwalbach e o José Jagodes, para que o *Notícias* lhe não chame pelo menos escritor eminente? Aqui há coisa!» E, efectivamente, ali não poderia deixar de haver coisa.

Jornalista amigo, paz aos adjectivos! Todos nós sabemos que os cavalheiros que incensais a propósito e a despropósito de tudo são eminentes. Todos o sabemos; e é por isso mesmo que eles são ilustres! Mas então, por que não poder falar neles sem lhes pôr a auréola, o reverbero, sem concentrar sobre as suas veneráveis calvas o holofote, o foco luminoso do adjectivo? Ah, amigo noticiariista, o homem verdadeiramente ilustre não precisa de adjectivos. O seu nome diz tudo. E sobretudo não façais aos vossos leitores a ofensa incomportável de supor que eles poderão ignorar que o Sr. Bento Carqueja é *professor, académico, escritor e jornalista*. Que diabo! um eco de jornal não é precisamente a mesma coisa que um atestado do registo civil. Guarde, pois o Sr. A. os seus títulos — e dê-nos a sua conferência.

O mais interessante é que, se continuais a chamar ilustre a tanta gente, acabaremos todos por ser ilustres, ou, o que é o mesmo, por ninguém o ser. Nesse dia, aprovo. O Adjectivo encomiástico terá morrido de apoplexia.

(Na Seara Nova, N.º 247, de 23 de Abril de 1931)



## O meu projecto sobre um novo regime de imprensa

— Não somos desses paradoxais republicanos que se contristam com os acontecimentos da Espanha. Dir-se-ia que a República, para eles, é uma calamidade. Mas não se sabe então bem porque é que eles são republicanos... Pelo contrário, nós rejubilamos. Eis uma República que se proclamou republicanamente, segundo as fórmulas do direito, sem nenhum recurso à violência. Espectáculo único na história, mais belo que todas as revoluções da França: espectáculo supremo de consciência e de cordura, digno realmente dum povo que tivesse atingido a plena maturidade política. Nem foi sem uma grande alegria que vimos a República espanhola, forte duma consciência e duma experiência que não deixaram de lhe ministrar os últimos decénios da história da Europa, aderir aos princípios do liberalismo — do liberalismo *estafado* e *velho*, segundo os integristas e alguns pseudodemocratas — liberalismo que afinal é sempre novo e está longe de ter produzido todos os seus frutos. Como estamos afastados do velho e estafado demagogismo, que todos os sectores da opinião democrática, desde os mais radicais, sobretudo os mais radicais, vêm combatendo como expressão duma fase já ultrapassada de infantilismo político! Vemos assim reconhecida pelo governo provisório da República a todos os espanhóis (dos Monárquicos aos Comunistas) a plena liberdade de exprimirem as suas opiniões — enquanto, por outro lado, os sindicalistas de Barcelona confessam que as liberdades políticas são a condição *sine qua non* da construção do Socialismo. Ao mesmo tempo que isto se faz, declara o governo que está pronto a reprimir com a máxima energia todas as alterações da



ordem. E Queipo de Llano afirma a plena submissão do Exército ao poder civil. Assim ficam desfeitos todos os equívocos daquele lado da península. Assim se dissociam o republicanismo e o radicalismo da demagogia, e a Liberdade da impotência e da fraqueza. Simplesmente se torna mister que o governo espanhol não acredite na boa-fé de Afonso XIII e só confie os lugares de comando e direcção a autênticos republicanos. Confiamos absolutamente em que se há-de chegar a esta fórmula.

— Julgar-se-ão talvez um pouco impertinentes algumas das afirmações feitas por Nitti aos republicanos espanhóis, em nome de todos os emigrados italianos. Mas como essas afirmações traduzem o mesmo estado de espírito, o mesmo liberalismo, sempre novo, cada vez mais novo, cada vez mais enérgica e conscientemente afirmado como o ideal da livre Europa renascida, não nos abstermos de as transcrever:

«A República espanhola — diz, nomeadamente o célebre chefe antifascista — deve, no seu interesse e no nosso, não só viver e vencer, mas afirmar-se na sua sinceridade como uma grande força de renovação e de vida. A primeira condição para viver e vencer é a moderação. Quem promete demasiado é um inimigo; quem quer fazer demasiadas grandes reformas, rápida e inconscientemente, sobretudo no campo económico, é um inimigo; quem promete mutações que nem em países mais ricos e progressivos se produziram ainda, é um inimigo.»

Assim é. Mas não esquecer que medeia uma grande distância entre fazer grandes reformas, rápida e inconscientemente, e não fazer nenhuma. Para encontrar o exacto e justo termo, o que se pode e o que se não pode fazer, o que urge e o que é necessário diferir — para isto é que serve o sentido das realidades políticas, essa subtil apreensão das limitações e das contingências que não



deve abandonar um só momento mesmo o mais idealista — sobretudo o mais idealista.

— Segundo o Sr. Maeztu, a mocidade portuguesa podia dar lições ao mais pintado político espanhol. Pensa o ilustre escritor ditatorial, embaixador de Primo de Rivera na República Argentina, que a mocidade lusa continua a ser reaccionária, como a encontrou na sua última viagem a Portugal, há coisa de 6 ou 7 anos. Mas daí para cá, meu caro Sr. Maeztu, muita coisa mudou aqui, em si e no mundo. Então a mocidade era, quase toda ela, monárquica e reaccionária, e hoje, quase toda, republicana. Como o Sr. Maeztu era então republicano e inimigo de Afonso XIII... Quanto a nós, os da *Seara*, ficámos onde estávamos, como não perde ensejo de o dizer o eminente publicista. Mas há que reconhecer que, fora de nós, o mundo deu muita volta...

— Grande êxito para o *Notícias* a sua reportagem dos acontecimentos de Espanha — escrevem ao conspícuo órgão todos os seus correspondentes da província. E o orgulho dos moageiros é tão grande que se diria terem sido eles que proclamaram a República.

— Para fazer algumas dessas reportagens foi enviado a Madrid o Sr. António Ferro, democrata denodado e convicto. E antes da sua partida, a direcção, a administração, a redacção embandeiraram em arco. O grande jornalista, o repórter incomparável ia partir... Para Schwalbach, para os outros serventuários da Moagem, toda essa literatura postíça, de receiptuário, feita de narizes de cera e de constantes repetições (não sei se os senhores já repararam, mas o contrário é impossível, que toda a frase do Sr. Ferro é invariavelmente seguida de outra frase cujo sentido é substancialmente o mesmo, mas que a traduz em esgar, em pirueta, em cabriolice de *clown*, em cambalhota desavergonhada de truão) — para esses homens essa literatura falsa, insincera,



apalhaçada, tem miolo, coberta de carmim e de alvaiade, com os seus estafadíssimos *clichés*, os seus ouropéis, os seus *tic* e os seus *trucs*, e que é o mórbido produto duma imaginação essencialmente viciosa, é a obra-prima da reportagem. Ainda nutrimos em tempo a esperança de que o Sr. António Ferro, com os anos, viria a enjeitar essa literatura sem probidade, que vive apenas do brilho fácil da lantejoula, do prurido da cócega, da tolice aliteratada, do desejo estulto de lançar poeira nos olhos do leitor. Baldada esperança. O Sr. Ferro é impenitente. Francamente, ainda não percebeu que a sua prosa ultramoderna, as suas prestidigitações verbais já cheiram a cadáver? Quer essa prosa ser uma coisa desarticulada e viva, e a gente vê-lhe o mecanismo por todas as costuras — um mecanismo invariável, de fantoche. Creia o Sr. Ferro: a sua arte é absolutamente efémera. Esvair-se-á como o fumo. Só o que é sincero tem probabilidades de durar.

— Não sei o que levou as *Novidades* a fazer a suposição que eu enjeitaria o eco aqui publicado sobre a atitude política do Catolicismo português. Apenas uma única expressão eu não subscreveria inteiramente, mas isso em nada altera, como se vai ver, o meu acordo fundamental. Essa expressão é aquela que pretende erguer uma barreira absoluta entre o mundo de César e o de Cristo. *O meu idealismo político consiste precisamente em destruir essa barreira*. Concebo, julgo mesmo necessário que os sacerdotes de Cristo, e o mais alto, o pretenso representante de Cristo na terra, intervenham em certos momentos de crise na vida política do mundo para defender Cristo contra César. Mas ai! não é a Cristo, é a César que eu os tenho visto defender. Não são eles nacionalistas, não sobrepõem eles os Entes colectivos ao individualismo cristão, que consideram um mal e uma mentira, não são os inimigos da verdadeira liber-



dade, não são o desmentido perpétuo, a inversão completa do Verbo e do Espírito de Cristo? Nunca os vimos condenar nenhuma violência quando essa violência foi exercida contra os que eles julgam seus inimigos — e que, na sua maioria, são apenas os inimigos dos inimigos de Cristo. Quem é que eles hoje exaltam acima de todos os habitantes deste pobre globo? A Mussolini, suma essência do espírito anticristão...

Diz o articulista que defende, ele também, a liberdade. Sim, a liberdade de ser católico. Mas uma liberdade que se condiciona é precisamente o contrário da liberdade. Não é essa a liberdade que me interessa, mas a liberdade *de todos os homens*, católicos e não católicos — em face das Igrejas, das Corporações, das Oligarquias e dos Poderes. Não, nada há de comum entre o meu conceito de liberdade, que é cristão e universal, e o conceito que dela forma a maioria, não digo dos católicos, mas dos sacerdotes portugueses, que é o de Nero, de Torquemada, de Calvino, de Pio XI, de Luís XIV, de todos os históricos opressores da consciência humana. Ser liberal, sinceramente liberal, é ser capaz de defender, mais ainda do que a própria liberdade, a liberdade do adversário. Como têm defendido a liberdade dos seus adversários os católicos portugueses?

(Na Seara Nova, N.º 250, de 11 de Junho de 1931)

## Ainda a liberdade

O sofisma com que se pretende agora combater as minhas doutrinas de liberdade é coisa de pouca monta, como vão ver. Consiste só nisto: em pôr *único* onde eu pusera (e com que clareza, valha-nos Deus!) *supremo*



e essencial. A sofismas desta ordem recorrem aqueles mesmos que a gente supusera terem-se convertido às regras da boa consciência. E como se me dissessem: «Você diz-nos que o ar é essencial. Que sem ar não se pode viver. Que suprimir o ar é atentar contra a vida humana. Portanto (e aqui teria metido o burrinho filósofo a pata da sua lógica conclusional) a única coisa que importa é o ar. Vivamos de ar. Desfaçamo-nos da água, da manduca, dos trapos, de tudo, enfim. Nus e abstmios, em pura inocência adamita, entreguemo-nos doravante à volúpia de respirar. Morreremos todos seis dias depois, mas teremos assim cumprido à risca as vossas prescrições.» Não, não teríeis cumprido à risca as minhas prescrições; teríeis praticado uma tolice, o que é diferente. Porque nunca eu sustentei que o ar fosse alimento *suficiente*. O que sustentei é que ele é *absolutamente necessário*. Que importa, com efeito, que haja água a jorros, se ela só pode ser adquirida à custa do ar que respiramos? Que nos matem a sede para sempre, se daí a alguns minutos morreremos sufocados? Também eu quero que nos dêem água, sim, e muita, e boa, mas que, para no-la meterem pela boca, não nos tapem o nariz. Enfim, para um verdadeiro democrata, não há *apenas* a liberdade, mas nada existe, como fim humano, *superior* à liberdade; nada se pode fazer *só* com a liberdade, mas nada de humano se pode fazer também *sem* ou *contra* ela. Que ideias tão maneirinhas não tenham ainda penetrado na consciência republicana (na daqueles mesmos que pretendem fazer propaganda republicana) é o que nos pode explicar muita coisa. Com um espírito destes, muito nos pode surpreender que tenhamos já suportado, em menos de 20 anos, três ditaduras. Numa palavra, somos em geral maus democratas porque somos maus pensadores; por outras palavras, porque pensamos falsamente. O maior serviço que se pode prestar, pois, a



este país, é obrigá-lo a pensar justo. Obrigá-lo — entenda-se! que porção de palavras a mais não é preciso empregar em Portugal! — significa aqui criar todas as condições necessárias para se criar uma nova mentalidade.

Mas voltando à minha: que os reaccionários incorram em sucessivas confusões de ideias para aguentar de pé as suas doutrinas, nada há aí que nos possa surpreender, pois que toda a sua filosofia política se funda num confuisionismo permanente. Tal é o tão célebre sofisma de Veuillot, que eu nunca pude deixar de considerar indecoroso, mas ante o qual tenho visto tanto democrata estarecido; tal a confusão que os reaccionários têm o mau sestro de estabelecer entre a liberdade de opinião e o indeterminismo intelectual, como se as leis íntimas da razão pudessem obrigar o pensamento a submeter-se a uma autoridade estranha e irracional. Mas que cometam confusões dessa ordem, em coisas que são do *b, á, bá* da democracia, em doutrinas que são princípios *testes*, cruciais, definidores, linhas de cumiada da consciência política da nossa época, homens que dizem comungar o nosso credo, isso não poderá fazer-se, ao menos, sem o meu protesto.

E quando assim escrevo, sei bem o que faço e porque o faço. Não me deixo ingenuamente arrastar por um efémero jornal de juventude. Olho o futuro. Quem vê só o dia de hoje é indigno de manejar uma pena política. Porque é no dia de hoje que se gera o dia de amanhã. E é sobretudo isto, o dia de amanhã, que nós temos de garantir. Quem vê só o dia de hoje está condenado a ver galgar os factos sobre a sua obra, e sobre a obra dos que viram para além do dia de hoje. Já em 28 de Maio os factos galgaram por cima das intenções de todos, porque havia muita gente obstinada a ver o 27, e não o 29...



Cada hora que passa torna, pois, mais necessária ai de mim! — a definição das ideias da democracia. Disse há pouco, num congresso, um professor de ensino secundário: «Deixemo-nos de filosofias!» Pois bem: ao contrário deste curioso mestre, eu afirmo que morremos precisamente da falta duma filosofia...

Se tivéssemos tido uma boa filosofia — quer dizer, meia dúzia de sãs ideias gerais — não teríamos tido, desde 5 de Outubro, não sei quantas revoluções. Só isto, pelo menos, meu caro senhor mestre inimigo de Spinoza. Só isto senhores propagandistas do desenvolvimento da agricultura, do comércio, da frota navegável, e das quedas de água. Para que um povo viva, hoje em dia, em verdadeira ordem, em verdadeira paz, em progresso social, em desenvolvimento da justiça — precisa, antes de mais nada, não ter mestres desses, mas duma filosofia. Em política, hoje, o princípio é este: *Primum philosophari*.

Filosofar é ver em conjunto. Filosofar é ter a visão sintética das coisas. Filosofar é tentar tudo compreender — para tudo fecundar. No último congresso de ensino secundário começou-se a filosofar — e felicitemo-nos por isso. No dia que grande número dos Portugueses filosofar com justiça, não tardarão muito a aproveitar-se as quedas de água.

P. S. — Conceito que, no meu entender, se devia pôr, em todos os números como epígrafe desta revista: «O que importou sempre, acima de tudo, em todas as épocas da história, foram meia dúzia de ideias nítidas.»

(Na Seara Nova, N.º 251, de 18 de Junho de 1931)



## Algumas considerações sobre a minha colaboração na Seara Nova

Se em Portugal se ganhasse a vida a escrever artigos pensados como a escrever artigos pulados (género António Ferro), mais assiduamente eu poderia escrever nesta revista. Mas um jornalista de ideias, em Portugal, *mesmo democrata e em período de crise para a democracia, para não morrer de fome*, pode fazer tudo, menos jornalismo de ideias. O país não paga o pensamento, porque lhe não sente a necessidade. Raça de impulsos, de reflexos, em que o Instinto cego e a Retórica pura estão no trono... Não há até professores de ensino secundário que gritam nos seus congressos: «Deixemo-nos de filosofias!»? Quando o ódio inveterado ao pensamento assume formas tão selvagens em homens que têm justamente por missão formar o pensamento, que podemos esperar dos outros?

Só estas circunstâncias, que obrigam o escritor a empregar as melhores horas da sua vida em fainas que estão infinitamente longe do mister em que podia dar o «dó de peito», quando o não obrigam muitas vezes a tocar o violino d'Ingres — só estas circunstâncias explicam certos adiamentos na aparência inexplicáveis. Quantas vezes me não está a pular o pé para lançar na balha a palavra própria, a definição que julgo precisa, intervir numa discussão para desfazer a teia de equívocos em que somos tão fecundos — neste país cujo «clima» intelectual se caracteriza essencialmente pela atmosfera nebulosa, e em que muitos daqueles mesmos que se julgam claros são incapazes de escrever uma só frase com transparência e limpidez? Impossível: impede-me de o fazer a descrição da estrada de Cacilhas a Caparica, para que



tenho leitores... Porque a descrição da estrada de Caci-lhas a Caparica pode dar-me de comer. Escrever um artigo chocho, oco, esqualido, como um artigo de fundo do *Noticias*, pode alimentar-me. Mas passar três, quatro dias sobre um assunto, meditá-lo largamente, profundamente, andar com ele na cabeça e na alma para toda a parte, sentá-lo à mesa connosco, sair em sua companhia, dormir a seu lado, abraçá-lo, possuí-lo, como se abraça e possui a mulher da nossa eleição — isso não dá de comer, no meu país, nem a mim, nem a ninguém.

Não digo isto para me lamentar. Não me sinto mesmo com nenhuma vocação para Jeremias. Pelo contrário. Agora mesmo, sobre a verdura que distingo ante a minha janela aberta, passa um frémito de luz. E só isto, este nada, este frémito, este adejar de asas da grande borboleta luminosa, é o bastante para me fazer feliz.

Demais, acho tal facto inteiramente natural num país que contém 60 por cento de analfabetos, 99,5 por cento de indivíduos que pensam vir a sair-lhes um dia a salvação nacional por lotaria, em sorte grande <sup>(1)</sup>, e que, em menos de 20 anos já conheceu vinte e sete revoluções e várias ditaduras. Lamentar tal facto seria o mesmo que lamentar qualquer fatalidade de ordem natural — embora o Poeta haja escrito, num dia de mau humor, que *sunt lacrimæ rerum*.

Se falei no facto (e é útil fazer convergir sobre ele a atenção, para dar o grau barométrico da nossa inferioridade no quadro da Civilização mundial), foi tão-somente para dizer aos raros leitores que, comprando a *Seara Nova*, mostram assim ter ainda alguma con-

---

(1) A atitude normal do Português é a atitude dum homem que espera sempre o Milagre. E quase nenhum deles se convenceu ainda de que os milagres, para serem feitos, têm de começar por ser feitos por nós próprios.



sideração pelo pensamento, que, mesmo no exílio, nunca estou ausente de Portugal, que Portugal é o meu pensamento dominante, e que, se não escrevo mais frequentemente na revista que no país se tem mais intransigentemente batido pela democracia, é porque não há o gosto do pensamento nem o sentimento profundo da democracia em Portugal.

Assim, só as circunstâncias me têm impedido de responder há muito às amáveis considerações bolcheviques do Sr. Luís Manteca — só elas impediram até hoje a publicação do meu folheto sobre a *Peste* que assaltou alguns tubarões, subtubarões e lagartixas da República — e são ainda as circunstâncias que me forçam a deixar para mais tarde o comentário a um artigo do Sr. Ferro no *Notícias*, e finalmente — Deus meu! — a adiar a conclusão do meu estudo sobre esse assunto tão palpitante que é a intervenção do intelectual na vida política.

É muito a propósito devo dizer que só a não conclusão desse estudo poderia ter dado porventura à viva inteligência do Sr. Agostinho da Silva a impressão de que em Portugal a tese do Sr. Benda foi discutida com os mesmos argumentos que os de lá de fora. Como já há muito tive ocasião de escrever nesta revista, a minha tese particular é: 1.º — que todos os intelectuais dignos deste nome deveriam intervir na vida política *em determinadas circunstâncias históricas* (é precisamente a tese do Sr. Agostinho da Silva); 2.º — que nenhum intelectual, *em momento algum*, se deveria *desinteressar* da vida política do seu país, embora não consagrando a ela a sua actividade, visto nem todos poderem ter os lazeres que toda a intervenção política necessariamente exige; 3.º — que há *clerics* dum tipo especial de espírito e de carácter que se devem consagrar *predominantemente e permanentemente* à vida política, e isto no próprio exer-



cício da sua missão de *clercs*, como uma actividade especial da sua «clerezia». Sustento ainda que o exercício desta função específica de certos *clercs* é incompatível com toda a actividade política partidária. Há que escolher entre querer exercer, em política, uma actividade de *clerc*, e querer, embora ficando sempre *clerc*, consagrar-se às lutas das facções. Um *clerc* que queira exercer, em política, uma função de *clerc*, não pode ter o espírito de facção: tem de colocar-se, constantemente, sejam quais forem as circunstâncias, numa atmosfera de independência, de justiça e objectividade (1). Assim não são as duas funções, a de *clerc* e a de político activo, que são inconciliáveis, mas a do *clerc* que quer intervir na política como *clerc* e a do indivíduo, *clerc* ou não, que pretenda intervir na política como membro dum partido. Entre servir a verdade política e servir um partido há pois uma opposição irreductível. O que não quer dizer que o intellectual que intervenha directamente na vida política não possa ser útil ao seu país e até à humanidade —; mas apenas que não será útil daquela forma de utilidade a que eu chamo a «clerezia» política, e que pode muito bem ser, em alguns casos, a sua vocação e o seu destino.

Estou com efeito muito longe de pensar que os verdadeiros *intellectuais* são necessariamente lunáticos, incapazes de toda a intervenção política eficaz e de todo o

---

(1) Ser imparcial não quer dizer evidentemente não tomar partido, mas tomar, através de tudo, o partido da verdade e da justiça. Imparcialidade não é, como muita gente supõe, sinónimo de ataraxia. Pelo contrário: um homem que faz o voto de não se pronunciar, de não tomar partido, toma afinal o pior partido — que é o de não procurar saber de que lado está a justiça. Não desonremos, pois, a ideia de justiça identificando-a com a indiferença moral ou a falta de coragem. Com vista aos que pretendem ver uma opposição entre os meus desejos de clerezia política e a minha actividade de polemista.



sentido do real. Pelo contrário, creio que não há ninguém menos cândido, ninguém com maior sentido das realidades, com maior intuição da complexidade infinita das coisas, que o verdadeiro intelectual. O que ele não tem é esse sentimento simplista do real que dá a muita gente a ilusão de ver a realidade na quimera mais inferior e mais grosseira. (Tenho encontrado no mundo alguns destes ingénuos especiais, que se dizem «realistas» porque reduzem todas as realidades humanas às realidades «viscerais»). Evidentemente, há nisto uma enorme escala (os que, sob este ponto de vista, se acham menos favorecidos são indubitavelmente os matemáticos ou os que não aliam, ao que Pascal chamava o *espírito geométrico*, o *espírito de finura*). Mas querer afirmar que o intelectual é, politicamente, um incapaz, é provar que se não viu a questão... intelectualmente.

Em resumo, a vida política activa, e portanto *partidária*, não interdiz a ninguém nenhuma actividade de *clerc* — excepto uma precisamente: a da «clerezia» política (1). E esta julgo-a, não só útil, como absolutamente necessária — e de cada vez mais indispensável.

Tal a minha tese. Pode ser que o Sr. Agostinho da Silva a tivesse lido algures. Eu não li. Mas é certo que leio muito pouco.

(Na Seara Nova, N.º 261, de 10 de Setembro de 1931)

---

(1) Ou exprimindo-me doutra maneira: são precisamente os que querem e podem dedicar-se à política como *clerics*, que não devem ser... políticos. Como se vê, não lanço «exclusivas» sobre ninguém. O meu critério é o mais largo possível. Enquanto poucos há que não tenham querido convencer-me de que é absurdo pretender exercer uma função política sem intervir directamente na vida política. O que tanto monta dizer que a *Seara Nova* não teve, até aqui, nenhuma espécie de função. Além de tal conselho implicar uma confiança nos meus méritos de político de que ninguém, intimamente, está convencido.



## O ultra-romantismo político do Diário de Notícias

A Tito Sousa Lopes e Rodrigo Caeiro Vieira  
— dois amigos, dois democratas, dois Irmãos.

«*Le romantisme... c'est le jeu inespéré... en même temps le plein et le rond, le diamétral, le pyramidal...*» Assim se exprime, na primeira das suas cartas a Dupuis e Cotonet, o poeta da *Nui d'octobre*. E no prefácio dos *Cantos do Crepúsculo*, não é na «confusão da hora presente» que Vítor Hugo descobre o veio donde brotou, como de oculta fonte, o romantismo? Como atitude espontânea do espírito, como reacção involuntária e profunda, ele seria «esse estado crepuscular da alma e da sociedade, no século em que vivemos, essa bruma lá fora, esta incerteza cá dentro...»

Pondo de parte o abismo que separa o génio da pirueta do palhaço e da cambalhota do *clown*, não é esta em suma a linguagem que pensamos estar ouvindo ao ler as «confissões» de alguns jornalistas contemporâneos?

«Época singular a nossa, época perturbada, paradoxal, desorientada. Encruzilhada desconcertante, a verdadeira cruz dos caminhos. Estradas iguais, destinos diferentes. "Todos os destinos vão dar a Roma" é um aforismo posto de lado. Quando se julga, às vezes, tomar o caminho de Roma, toma-se o caminho de Paris, de Berlim, de Moscovo... Onde está a Verdade? Onde está a Justiça?»

Assim pergunta, no *Notícias*, o Sr. António Ferro. Estado de alma essencialmente romântico: «en même temps le plein et le rond, le diamétral, le pyramidal...»

E todavia é a nós, que nestes tempos conturbados, crepusculares e confusos, não nos deixamos nem deso-



rientar nem confundir; que, no meio da agitação e do desarrazoado universais, estamos calmos; que não nos encontramos dispostos a admitir indiferentemente o Redondo e o Piramidal; que, na cruz dos caminhos, mais facialmente nos deixaríamos crucificar que aderir a um ideal que não é o nosso; é a nós que esta criatura (ao mesmo tempo redonda e piramidal) pretende atribuir as maleitas do romantismo (¹).

No seu artigo *Como se fundem os sinos*, o Sr. Ferro toca o carrilhão de todas as confusões e de todos os sofismas antiliberais.

Segundo ele, necessário se torna corrigir a «noção romântica da liberdade» — que é, parece, aquela que «põe as feras à solta». E para isto, só vê um meio: criar um novo officio, o officio da autoridade. «É necessário criar os homens que saibam mandar.» (Só assim, pelo visto, deixaria de haver feras à solta.)

Não se nos diz (e seria interessante sabê-lo) como se fará essa criação. Mas o que não sofre dúvidas é termos muito mais a fazer do que preocupar-nos com a política, e que nada mais sensato do que abandonarmos a nossa fazenda nas fortes mãos dos homens criados para mandar. Tudo o mais é romantismo.

Facílmo seria provar, porém: 1.º — que nenhum liberal, de nenhuma feição, de nenhum tempo, de nenhum país, defendeu ainda a peregrina doutrina de se porem as feras à solta; 2.º — que a concepção da liberdade política, qual a defendemos, é muito anterior ao romantismo; 3.º — que os românticos, ou não foram liberais (Balzac

---

(¹) Não há aqui, da nossa parte, nem podia haver, o menor sentimento de injustiça para com essa grande escola, que renovou o lirismo e deu à França e ao mundo uma das maiores gerações literárias que conheceu a história. Há apenas o repúdio duma forma de sentimento que não é a nossa — e que é, apesar de tudo, a do Sr. António Ferro.



é um exemplo clássico), ou, quando entoaram hinos à liberdade, a sua concepção «individualista» se parecia, em geral, o mais possível com... a do Sr. António Ferro.

Nada exerceu efectivamente um prestígio mais inventível sobre os românticos do que a personalidade forte, exuberante, *mussolínica* — a *liberdade dum só* opondo-se e superando a liberdade de todos, opressiva e anárquica como uma força da natureza que achasse no seu próprio exercício o seu destino e o seu prazer supremos. Napoleão foi por isso o ídolo de muitos, como hoje o é, para o Sr. Ferro, Mussolini. Esta fascinação do «tipo napoleónico» tinha que ser bastante duradoura para que, ainda na época democrática e socializante dos *Miseráveis* e dos *Castigos*, ela obcecasse Vitor Hugo:

*car nous l'avons pour dieu sans l'avoir eu pour Maître.*

Toda a sua vida seduziu Henri Beyle o culto da «energia» pura, do «super-homem» antes da letra, que calca aos pés os direitos de todos, e não conhece outro fim senão o de oferecer-se a si e aos outros como um espectáculo de beleza e de força. E qual foi o «tipo humano» idealizado por Julien Sorel, o conhecido herói stendhaliano? Ainda e sempre, Bonaparte.

Este culto pela energia em si, e não pelo fim que a racionaliza e legitima — este gosto pelo «homem-fera», pelo animal de presa, que viria depois a erguer o seu mais alto cântico no lirismo exaltado de *Zarathustra* — esta *paixão do Raio* — é um culto, um gosto, uma paixão, românticos au *premier chef*.

Romântico, pois o Sr. António Ferro.

Romântica a sua fraqueza por uma época em que contempla, como num espelho amplificador, a sua própria desorientação, e lhe permite assistir ao desenrolar da história como duma «torrinha» de S. Carlos.



Romântico o seu gosto pelo indeterminado, pelo paradoxal, pelo contraditório. O que sairá daqui, diz-nos ele, é uma coisa que não será «nem monarquia nem república, nem comunismo nem anarquismo», ao mesmo tempo «le plein et le rond, le diamétral, le pyramidal...»

Romântico enfim o seu prazer de entregar-se ao homem forte, ao varão que saiba mandar.

Um romantismo bem tratado, bem comido, confortável, que viaja no *Sud-Express*, um romantismo que é ao mesmo tempo uma superalimentação — mas, enfim, romantismo, e do pior.

Ponhamos esta desorientação — ponhamos o carácter do jornalista — ponhamos um país que caiu nos pegos da mais absoluta insensibilidade intelectual e moral, na mais profunda letargia do Espírito — e não nos pode surpreender ver este desgraçado postado na encruzilhada dos caminhos, a ver que pé há-de avançar, e para onde, conforme o caminho que tomar a massa, esfarapada ou dourada, que vem, sôfrega de violência e de mando, atrás de nós.

E como um desses caminhos é o que leva a Moscovo, não terá pejo, ele, que ainda há pouco tomara o de Roma, de empregar esta linguagem socialista: «Há injustiças a reparar, há desigualdades sociais que urge limar (*sic*), há um sol que nasce e que deve ser para todos (e sobretudo para ele), há terras que devem pertencer às raízes («partagismo» agrário), há um excessivo desnivelamento de classes... Pobres das nações que não tiverem a inteligência de ir ao encontro de certas reivindicações sociais, *maré que sobe e que nenhum dique pode conter.*»

Se estou bem lembrado, foi sempre esta, com menos narizes de cera e com uma ou outra modificação, a doutrina da *Seara*. Mas do Sr. António Ferro, e no *Notícias?!...* Dir-se-ia que só agora lhe chegou a inteligência...



Pouco senso seria, porém, o do leitor se ligasse demasiada importância às afirmações que acaba de ler. Uma perturbação no barómetro, uma baixa de temperatura, uma rotação dos ventos, e o Sr. Ferro falará amanhã, com a mesma desenvoltura, a linguagem precisamente oposta. O destino não é coisa que lhe importe, contanto que as estradas sejam idênticas: «Estradas iguais, destinos diferentes». Ele não sabe onde está a verdade e a justiça. E se o leitor o souber, não lho diga. Isso não o interessa. A verdade e a justiça não são qualquer coisa de independente e de abstracto: estarão onde estiverem o triunfo e o êxito. Se o Fascismo vencer em todo o mundo, o Sr. Ferro dirá, com uma enorme convicção: «Ora aqui está a verdade e a justiça.» Se for o Bolchevismo, exclamará com uma convicção igualmente enorme: «A verdade e a justiça estão aqui.» Porque sempre para o Sr. António Ferro a verdade e a justiça estarão naquele que dominar e vencer.

Nesta doutrina acomodatória e flexível, apenas um risco, ou antes, um palpite. Ao Sr. António Ferro não lhe palpita a liberdade, e por isso é contra ela que joga. Por mais caminhos que enxergue, por mais encruzilhadas que vislumbre, todas as direcções possíveis lhe parecem convergir num ponto: o regime ditatorial. O Sr. Ferro não permite à Europa que ela procure a sua via noutra direcção. «O que vai definir esse novo regime. esse regime a dar à luz? *Uma ditadura consentida*, legalizada, “constitucional”, que represente a vontade do povo, servida por um parlamento *com funções meramente consultivas*, e com o direito de veto *em circunstâncias excepcionais*? Um regresso ao *consulado romano*? A criação dum Conselho de Estado..., *um conselho supremo, sem máscara?*...» Eis tudo! Para mais não dá a imaginação histórica do Sr. António Ferro. Que ama-



nhã a sua pena possa vir de novo a ser a dum homem livre, isso não o interessa, nem prevê. *Ave Cesar!*...

Ora eu quero dizer-lhe aqui muito à puridade, já que tanto nos fala em *ditaduras consentidas*, que as ditaduras consentidas, como regime constitucional (e quanto mais constitucional pior!), valem ainda menos que as não consentidas — além de (como já aqui o disse) não ter existido ainda ditadura alguma que não houvesse sido consentida <sup>(1)</sup>. O essencial para nós não é, pois, que as ditaduras sejam ou não consentidas, mas que não haja ditaduras.

A ciência política do Sr. Ferro é, porém, tal que quer encontrar «o segredo de certas nações que não se ouvem, que marcham com rodas de borracha, como a Dinamarca, como a Suécia e a Noruega, como a Holanda...» em pretendidas *ditaduras consentidas*. O Sr. António Ferro nunca ouviu dizer que a Dinamarca, a Suécia, a Noruega, a Holanda, são as nações mais liberais da Europa...

Não se vá, porém, imaginar que esta doutrina ultra-romântica da violência pura, da ditadura constitucional fazendo dominó para ambos os lados, do autoritarismo *passé-partout*, seja privativa do Sr. António Ferro. É num editorial do *ponderado*, do *grave*, do *ordeiro*, do *anti-revolucionário Diário de Notícias*, num editorial não assinado, e *portanto da responsabilidade plena da direcção*, que podemos ler esta admirável proclamação

---

(1) Quer isto dizer que não há regime algum que não exija, pelo menos, para se manter, a cumplicidade tácita da maioria. (Um individuo que recebe benevolmente uma bofetada, pode não concordar com ela, mas é indiscutível que a consente). Que não há maneira de governar contra a opinião, desde que esta atinja um certo grau de energia e de consciência, é o que não constitui segredo para nenhum político *de verdade*. «Os factos demonstram», dizia ainda há pouco, na *Revue des Deux Mondes*, Romanones, «que em Espanha, como em toda a parte, é a opinião pública que tudo pode».



revolucionária: «Nós vivemos hoje uma das mais estranhas e fecundas épocas da história da humanidade. Na ciência, na arte, na política, na economia, na própria moral, quantas transformações, quantas conquistas, quantas revoluções?... Ideologias em que estreitamente se casam o máximo de piedade e o máximo de violência seduzem a vontade e a iniciativa dos homens, mobilizam-nos para revoluções que ameaçam, nos seus fundamentos, a sociedade em que nascemos, a sua organização jurídica e as próprias normas seculares da nossa existência moral. Toda a vida contemporânea se sente já, de certo modo, penetrada pelo espírito revolucionário; onde não há a revolução social ou política, há a revolução dos costumes e dos factos.»

Onde pára a sua morigeração, ponderadíssimo Notícias?

O que acabamos de ler é uma apologia da Revolução — sem finalidade.

Um manifesto revolucionário — sem objectivo.

Uma apologia, um manifesto, é claro. Mas sem uma ideia, sem uma palavra sequer que precise, determine o sentido em que se irá fazer a revolução. A atitude é sempre a mesma. Espera-se. No *Diário de Notícias* toda a gente está à espera. À espera do cataclismo revolucionário, que será para eles o acidente feliz, por ser o que lhes fixará as ideias. Eles precisam de saber quem vence, para saber o que devem pensar.

Sim, meus senhores, a Imprensa portuguesa, a grande Sacerdotisa, já não acha sabor algum neste verbo: *orientar*; o seu verbo hoje é outro: é *seguir*.

Seguir! Eis a grande descoberta que eles fizeram. Seguir, ser transportado no fluxo dos acontecimentos, como uma folha que redemoinha ao vento. Não sentir dentro de si nenhuma espécie de resistência espiritual, nenhum centro de gravidade, nenhuma obstinação



sagrada e profunda, mas ser como a pena que obedece ao sopro quase insensível dum bebé, e aí vai na atmosfera, só porque uma boquilha de criança a tocou da leveza do seu hálito. Seguir, não ser autónomo, ser massa, prazer supremo — ir na corrente que leva os outros...

Não pergunteis, pois, aos nossos jornalistas de grande «circulação» o que é que eles pensam. Eles não pensam — circulam. Circulam, vão com os outros, seguem. Daqui em diante não lhes pergunteis mesmo: «Como vai o senhor?», mas: «Como segue o senhor?» Porque na maneira de seguir é que está toda a higiene do espírito. Almas sem nenhuma espécie de profundidade, que passam a vida a fazer gestos vãos, cabriolas, retórica, lindezas, jogos de palavras — almas sem paixão, almas sem existência séria, grave, profunda, almas áridas e pobres onde as ideias, os sonhos, as paixões não criaram raízes — almas de contrabando, de prostíbulo, de quem-mais-dá, de aluguer, eles só possuem hoje um instinto: o do desfile; um prazer: o do acompanhamento; um espectáculo em que desejem colaborar e fundir-se: o da procissão. Nem por um só momento eles poderiam vislumbrar a natureza da atmosfera que respira uma rude alma solitária. Fundem-se os sinos, tocam os sinos — e ei-los na rua, à primeira badalada, a caminhar em série, a ir com os outros, a seguir. Neste sentido, que é o mau sentido da palavra, o jornalista português é o mais «democrático» de todos os homens — quer dizer, o mais desprezível.

Que pode, pois, surpreender-nos que eles imaginem ter invocado um argumento teórico quando nos dizem que o mundo não seguirá o caminho que desejamos (*pensa-se hoje* e outras fórmulas análogas são-nos sempre opostas como argumentos), como se o nosso papel de doutrinários consistisse em advogar o que pre vemos, e não o que desejamos; como se não nos fosse



lícito entregarmo-nos ao prazer de ficar, quando os outros seguem; de sermos os *sedentários da opinião* quando os outros são os *andarilhos da opinião*; como se um erro deixasse de o ser só porque o comete a grande maioria dos homens, e um facto, um acontecimento, uma transformação das coisas se encontrassem justificados, só porque foram históricos (1).

Sim, nós ficamos, caríssimo *Diário de Notícias*. Desde que existe, a *Seara Nova* tem passado a sua existência a *ficar*. Nós lançámos no mar da vida a âncora da nossa fé, e decididamente, não queremos ser transportados. Quanto a si, espreite a chegada do *sinaleiro dos tempos*, que, de braço erguido, com o bastão de comando na mão, lhe diga: «Siga à direita!» ou «Volte à esquerda!»

Todo o vosso evangelho se pode, pois, encerrar nestes mandamentos:

Para diante é que é o caminho — e de olhos fechados, meus senhores!

---

(1) Não quer isto dizer que o jornalismo deva desatender os factos, mas que *o facto como a multidão reage perante os factos* não deve ser para ele o determinante exclusivo duma opinião. Não se julgue poder retorquir-nos com argumentos desta forma: que o instinto das massas obedece a necessidades profundas. Porque o instinto das massas pode obedecer a necessidades profundas, sem que o movimento a que ele as conduz seja o mais próprio a satisfazê-las. Já aqui citei o caso da borboleta que, por instinto, busca a chama em que se vem a queimar. (Num dos seus discursos da Academia, e com um intuito análogo, Paul Valery retomou a mesma comparação.) A maneira como nós, portugueses, temos *instintivamente* reagido perante as nossas dificuldades internas, em sucessivas revoluções que dia a dia mais agravam a nossa crise nacional, deveria bastar para nos pôr de sobreaviso contra as armadilhas que o instinto nos lança, sob a forma de fofos tapetes orientais. Temos passado os últimos vinte anos a correr para a revolução salvadora — como a borboleta para a luz.

Por isso não há missão hoje em dia mais importante do que criar isto: a Consciência.



Para diante é que está o futuro da Europa e do mundo — e de rastos, meus senhores!

Para a frente é que podemos esperar salvação — e com uma boa mordação, camaradas!

Sim, a liberdade é a única coisa que os senhores hoje temem e odeiam. O que deveria fazer a vossa honra é o que faz o vosso terror. Se algum dia viésseis a sentir nas mãos uma pena livre, deixá-la-feis escapar dos dedos, como um peso demasiado. Vós já não tendes mãos para suportar semelhante peso. A pena que manejaís parecer-vos-ia ter tomado o peso do mundo.

Assim, já se desvendou, aos olhos de todos, o sofisma tantas vezes aqui denunciado: *Fascismo ou Bolchevismo*, e que era nos vossos artigos uma espécie de *leit-motiv*. Dizíeis em tempo que era mister sufocar a liberdade, para salvar a civilização. Aceitar o fascismo, para evitar o bolchevismo. Agora ergueste-os, um e outro, à mesma altura, e a alternativa passou a indiferença. Agora dizeis: «Venham o Fascismo ou o Bolchevismo — mas que não venha a liberdade.» Porque a liberdade é que vos parece um monstro que desonra o mundo.

Com esta indiferença entre dois princípios antagónicos, entre a tirania do Feixe e a do Martelo, nenhum destes jornalistas actualmente estipendiados pela burguesia tem força moral para resistir à mais pequena aragem de além-fronteiras. Eles perderam toda a religião do espírito. E talvez a sua convicção mais forte seja ainda esta: quem tem razão é quem paga.

A burguesia expiará o seu crime... Se persistir na sua louca obstinação, se continuar a resistir *duma maneira estupidamente instintiva* às ideias de justiça que os seus próprios jornalistas dizem avassalar o mundo, se entender continuar a recorrer à opressão, sujeitar-se-á à expropriação violenta, caminhará para o mais ridículo, estulto e perigoso suicídio que ainda viu a história.



E assim se cumprirá mais uma vez a euripídica sentença: *Quos vult Jupiter perdere, dementat prius*; ou por outra: confia-os à cegueira do instinto.

*Daigne, daigne, mon Dieu, sur Mathan et sur elle  
Répandre cet esprit d'imprudence et d'erreur,  
De la chute des Rois funeste avant-coureur!*

(RACINE, *Athalie*)

Se, na brutalidade do conflito, se não perder senão a burguesia, manda, porém, a verdade confessar que não se perderá grande coisa. Porque o que ela com direito à vida tinha a perder já o perdeu: toda a fé, todo o ideal, tudo o que justifica e enobrece a existência humana.

... Só nós, os socialistas liberais, constituímos hoje a verdadeira garantia da ordem e da justiça na terra. Só nós somos os verdadeiros defensores da civilização ameaçada pelo apetite de uns, pelo egoísmo de outros, e pela cegueira de todos. Nós não concebemos o futuro como uma linha quebrada fazendo brusca inflexão sobre a linha do passado, mas como a própria linha do passado prolongada. Não renegamos nenhuma das mais altas tradições da nossa espécie. Não queremos que tivesse sido em vão que Sócrates bebeu a cicuta, que Cristo expirou na Cruz, que Bruno morreu na fogueira. Não nos resignamos a que a história do homem seja eternamente uma coisa bruta, cega, inconsciente, como muito provavelmente o é o Cosmos. Nada queremos perder do que foi grande e belo. À imitação dum dito maurrassiano, mas num espírito inteiramente diferente, nós dizemos que tudo quanto é humano é nosso. Para nós, o progresso da Civilização não consiste, pois, numa negação total, mas numa afirmação mais alta e mais plena.



O contrário estes Hunos. Estes Hunos só concebem o progresso como uma negação. Por isso vão sempre para diante, para a frente, com os outros, com o número, com a força, com a violência, — a canga na nuca, e exclamando, tergicolantes, desvairados, os braços atirados violentamente para o céu: «Onde está a Verdade? Onde está a Justiça?»

*P. S.* — Alguns dos meus mais queridos amigos desejariam que eu só altercasse com Aristóteles. Mas Aristóteles não reside em Portugal, e se residisse, não teria com certeza 300 000 leitores. Não vejo, pois, outro remédio senão discutir afirmações de indivíduos que, pouquíssimo valendo em si, são, porém, lidos por uma enorme massa de gente deseducada e que eles pretendem deseducar ainda mais, para garantia da sua existência e do seu poderio. A importância dum homem na vida social não é a que eu e os meus amigos lhe possam atribuir, mas a que lhe atribuem os outros e a situação em que as circunstâncias o colocaram. Nada fazer para desintoxicar alguns dos 200 000 ou 300 000 leitores que eles envenenam, sob o pretexto de que estamos muito acima dos intoxicadores, é um argumento que o médico e o higienista não conhecem, e deixarmo-nos convencer por ele é tornar-mo-nos, por um orgulho mal entendido, cúmplices, quando não joguetes, duma obra malévola.

Anatole France discutiu Georges Ohnet. Isto seria uma lição suficiente para o meu orgulho.

*Segundo P. S.* — A ideia que neste artigo eu desejaria que sobretudo fosse retida é a seguinte: que as ditaduras, quanto mais constitucionais e quanto mais consentidas, pior. (Um dia explicarei amplamente porquê.) Só há um caso em que a ditadura tem plena justificação: o da guerra civil ou com o estrangeiro <sup>(1)</sup>. Mas é esse precisamente um dos motivos por que a guerra nos deve ser insuportável.

Que a guerra nos force a recorrer à ditadura, eis uma das razões do meu pacifismo.

---

(<sup>1</sup>) Não se veja, porém, aqui uma justificação das ditaduras de 1914 e 1918, que foram inspiradas por tudo, menos pela lógica da guerra.



## Inteligência e política

*A Câmara Reis, o maior de nós todos,  
pela perseverante e desinteressada  
dedicação.*

### Vida intelectual

— O homem que aspira a uma verdadeira vida superior deve fazer da própria alma trapézio. Deve dar sucessivos saltos sobre si mesmo.

— Quem julgou ter apreendido logo tudo, ter visto logo tudo, não pode deixar de ser um superficial. O pensamento que verdadeiramente conta, caminha sempre no sentido da profundidade.

— Quando começamos a pensar, o nosso pensamento é uma criança. Mas, no seu sorriso pueril, há já a gravidade do nosso primeiro cabelo branco.

— Cada um de nós encerra em si vários entes. Entre todos eles, dar predomínio efectivo, direcção, *contrôle* supremo a um só, fazer esta obra de escolha deliberada, é um acto de vontade. Neste sentido, é legítimo dizer que é o homem que cria a sua própria alma.

— Um indivíduo que faz a sua evolução mental sem uma ideia fundamental na cabeça, é como um navegante que pretenda navegar sem bússola. Com efeito, a que instância suprema, a que norma reguladora referirá ele a sucessão ininterrupta dos seus juízos? Mudará, transformar-se-á — dirão alguns — porque os *factos* lhe imporão tal transformação. Mas os *factos* em si, desligados de toda a norma antecedente e superior, nunca impuseram coisa alguma. A atitude perante um dado *facto* tem que se encarar sob dois aspectos: objectivamente e pragmaticamente. Objectivamente, só há uma coisa a fazer: reconhe-



cê-lo. Pragmaticamente, porém, posso ter perante ele estas duas atitudes: aceitá-lo, aproveitá-lo, dirigi-lo; ou recusá-lo, repeti-lo, combatê-lo. É o caso da electricidade — *facto* que aproveito nos dínamos e que combato nos pára-raios. No fim de tudo, se os factos influem sobre nós, a última instância não está neles: está em nós; somos nós o único juiz. (Se me apontam uma pistola à cara para me obrigarem a praticar uma baixeza, eu tenho, pelo menos, uma maneira de evitar a baixeza: é escolher o tiro; mas, mesmo que escolhesse a baixeza, o caso não mudava de figura; era sempre o *meu* maior amor à vida ou à honra, a *minha* escala de valores, a *minha* lei de vontade que decidiria.) Não são os factos, pois, que *comandam*, em última análise, a atitude do homem; antes é o *fim* concebido pelo homem que comanda a sua atitude *perante os factos*. Isto quer dizer apenas que, se o homem não cria o mundo exterior, é ele que, ante as solicitações desse mundo, fixa o seu gesto, que esculpe a sua atitude, assim compreendida como uma interferência do facto com uma norma necessariamente superior a ele. Por isso necessidade sempre dum princípio regulador. Necessidade sempre duma norma, duma ideia fundamental, por que aferir todas as outras. A *doutrina do facto* é uma doutrina de «primários» em filosofia. O «realismo» maurrassiano é a ausência de normas convertida em norma.

### Mania das grandezas

— Nunca nenhum homem realizou grandes coisas que não tivesse uma espécie de mania das grandezas. Para realizar grandes coisas, é em geral preciso desejar grandes coisas. É o que Renan exprimia desta forma: que tudo é fecundo no mundo, menos o bom senso.



— Pode-se, porém, objectar: mas um homem pode realizar uma grande coisa, de cuja grandeza não haja tido a consciência. É possível. Simplesmente, há coisas que, ao ser concebidas, trazem logo a marca da sua própria grandeza.

### Triunfo do adversário

— Quantas vezes não ouço dizer: «Veja como procedem os reaccionários! É assim também que devíamos proceder!» Mas se assim é, em que ficamos divergindo deles? Se devemos proceder como os reaccionários, não ficaremos também reaccionários? Ou haverá para vós diferença substancial só porque há nomes distintos para exprimir coisas idênticas, e cabeças e bocas a alternar-se à mesa do orçamento? Não, nós não podemos *proceder* como eles sem *ser* como eles, sem deixar de ser o que somos. Porque não tratamos aqui (recuso-me absolutamente a tratá-lo) de triunfos, vitórias, vantagens de ordem *pessoal*. Trata-se de princípios, de doutrinas, de ideais. E o que eu asseguro é que, se nós, os republicanos, procedêssemos como os reaccionários, seriam eles, *doutrinariamente*, os vencedores. Pois nos teríamos convertido em massa às doutrinas que eles professam.

### Liberdade, liberdade!...

Digamos aos que se nos opõem, que sabemos muito bem — melhor do que eles — o que é a liberdade. Que a liberdade não é a licença, que a liberdade não é a calúnia, que a liberdade não é a anarquia. *Que sabemos muito bem que a liberdade não é aquilo que eles desejavam que nós pensássemos que fosse — para nos não*



darem senão aquela *que* eles desejam *que* nós tenhamos. (Este *nós* do último termo da frase, sou eu e tu; — sim, tu, meu Inimigo e meu Irmão!)

— A liberdade deve ser regulamentada? Decerto! Mas cuidado!

— Quem tem tanto horror à imprensa que não pode suportar uma crítica ou mesmo uma caricatura (se eu fosse ministro, pagava do meu bolso para que mas fizessem) <sup>(1)</sup>, errou a vocação entrando para a política: deveria entrar para um convento.

### Poltrões morais

— Num artigo aqui publicado sobre Talleyrand por um nosso ilustre colaborador, transcreveu-se este pensamento do Príncipe do... Cinismo...: «Poltron moral, ainsi que le sont les gens de bien.» É a verdade mesma. Se um homem de bem decidisse, para combater os mariolas, tomar o comando de todos os homens de bem do seu país, ao primeiro reconhecimento, pelo binóculo, da existência, a três quilómetros de distância, duma patrulha inimiga, reconheceria que o tinha abandonado o grosso do Exército. É esta a tragédia dos raros homens de bem que não consideram o próprio pêlo como o seu maior bem.

### Intelectuais e Política

— Se escrevi há pouco que nem todo o intelectual é inapto para a política, tomei logo o cuidado de advertir que nem todos são aptos para ela. Muito longe disso.

---

<sup>(1)</sup> Se eu fosse ministro, digo eu... Mas a gente sabe lá nunca o que faria, se fosse ministro!



Julgo mesmo que muito raros são aqueles que poderão exercer o que eu chamei o mister de «clerezia» política. Sobre esse ponto escrevi que tal mister poderia e deveria ser exercido por «intelectuais com certas qualidades de inteligência e de carácter». As principais dessas qualidades parecem-me ser: a apreensão viva das realidades, o que se chama vulgarmente o golpe de vista; faculdade de reconstituição psicológica dum indivíduo por um gesto, um discurso, ou qualquer outra manifestação da sua vida pública, como Cuvier reconhecia um animal só por um osso do seu esqueleto; capacidade de pensamento no abstracto e no concreto; possibilidade de ver claro numa situação emaranhada, confusa e na aparência inextricável; absoluto desinteresse; perfeita sinceridade de consciência; independência de todos os partidos; coragem moral absoluta.

— Eu ia acrescentar (obedecendo não sei a que sugestão de voz amiga) — o sentido das nuances. Mas o sentido das nuances não será a própria finura da inteligência? Se assim é, seria preciso dizer que o *intelectual* que se dedica à política tem que possuir certa finura? A única coisa que poderia acrescentar é que ele tem de levar até aos seus últimos limites a precisão e a subtilidade das ideias, laminá-las, por assim dizer, até ao extremo grau da ductilidade, e ao mesmo tempo dar-lhes uma luminosa transparência, de maneira a dissolver as nuvens de confusão que reinam no pensamento político vulgar. O ideal absoluto do homem deste tipo talvez fosse Sócrates — com uma voz mais quente.

— Falei em coragem. Uma das teses mais estranhas do Sr. Benda é efectivamente a que tende a negar a legitimidade da atitude *corajosa* na vida do pensamento, o conceito do valor que muitas vezes lhe é atribuído nessa vida. Isto chega-me a confundir... Pois quê! o *clerc* seria, segundo o Sr. Benda, aquele que jurou dedicar-se, mesmo



à custa da própria vida, à verdade e à justiça — e esta dedicação absoluta à verdade e à justiça, que pode ir até ao martírio, não lhe exigiria coragem moral? Cita-nos Benda o exemplo de Aristóteles, que era poltrão. Mas não é o poltronismo de Aristóteles, é a lucidez e a vastidão do pensamento de Aristóteles que são exemplares. Distinguir as coisas, distingui-las até ao fim, ilustre mestre! Não queiramos deduzir da coexistência fortuita, e lamentável, dum grande pensamento e duma alma tibia, a estranha conclusão de que todo o grande pensamento tem que sentir desprezo pelo heroísmo e pela coragem. O contrário é que é verdade, pois que a própria actividade íntima do pensamento exige, para se exercer, um constante acto de coragem (coragem contra as nossas prevenções, contra as nossas simpatias e antipatias, contra a própria preguiça de pensar), e só o pensador verdadeiramente heróico pensa todo o seu pensamento até ao fim. Não se pode pensar bem, honestamente, conscienciosamente, desinteressadamente, sem muitos actos de coragem quotidianos.

— Julgar que toda a gente pode discernir, *por si*, sem ser elucidada pelos homens competentes, as *relações gerais das coisas*, os grandes problemas da vida política, é um dos maiores erros que se podem cometer em democracia. Eu sustento precisamente o contrário, sustento que a capacidade de elaborar ideias gerais, de ver espontaneamente relações gerais, não só é privilégio de muito poucos, como muito mais rara que a capacidade dos chamados especialistas. (Pode-se mesmo ser pouco inteligente, e ser-se um especialista exímio em certas questões, e tanto mais quanto mais restritas; na Rússia diz-se que se estão a fabricar especialistas em série, *à la minute*, e eu quase que acredito.) Simplesmente, e esta é a diferença: se as relações gerais das coisas são as mais difíceis de ser *apreendidas* por espontânea



apreensão, são também as mais fáceis de *comunicar*. Tanto que a toda a gente parece a coisa «clara como água» quando alguém teve o talento de a clarificar. Quem uma vez se apossou completamente desta ideia possui a chave da Democracia — ou antes, dum dos aspectos do *exercício* da Democracia, o regime da opinião. Está forte contra todos os super-Maurras e os super-Rougier do mundo.

— «Ah! sempre se chega ao bom caminho! E revoltava-se você, no outro dia, contra os jornalistas que *seguem!* Afinal hoje — como se muda depressa nestes tempos desvairados! — também quer que a grande massa, e mais do que a grande massa,  *siga* o homem de claro pensamento político, o educador...» — «Sim, mas não confunda, meu amigo. Há seguir, e seguir. Seguir *quando* se deve seguir, *a quem* se deve seguir, *como* se deve seguir. Há o homem de pensamento (ou que se reputa tal) a seguir a massa, e a massa a seguir o homem do pensamento. Há ainda a massa a seguir um homem simplesmente porque ele a *domina*, lhe lisonjeia as paixões inferiores, as paixões diabólicas (por ex., Mussolini), e a massa a seguir um homem porque ele a *convence*, a eleva até à espiritualidade e a moralidade, apela para as suas boas paixões (por ex., Cristo). O que eu ontem condenei foi a última das baixezas: o intelectual que segue as massas, e que as segue sem *convicção*. O que advogo hoje é, pelo contrário, o regime da persuasão, a pura Democracia.

— Ditadura do homem do pensamento? Quem fala aqui em ditadura? Quem fala em ditadura onde há persuasão e o apelo constante à liberdade do espírito — para aceitar ou para repelir? Quem fala em ditadura dos homens que querem a liberdade do seu inimigo?

— Muitos há que identificam coisas gerais, ideias gerais, relações gerais das coisas, com ideias vagas.



É uma grande confusão de ideias. Não há coisas, ideias, relações que exijam maior nitidez, maior precisão de pensamento do que essas coisas gerais, essas ideias gerais, essas relações gerais das coisas — *que são precisamente as mais importantes em qualquer momento da história humana*. Pode-se fundar o programa mais concreto, mais minucioso (por exemplo, o programa da vida russa) sobre um equívoco inicial. (Por isso reccar o regime dos técnicos na política! São *em geral* os piores cegos políticos a que se poderão confiar os destinos duma nação! Imaginem o que será um desgraçado país conduzido por um cego! e por um cego que imagina ver, que é ainda o pior!) (1) O que nunca se dedicou senão a essa especialidade especialíssima que eu chamo a especialidade da generalidade tem muito mais probabilidades de ver o erro original donde parte o técnico. Cabeças de políticos, cabeças de técnicos: eis duas categorias diferentes de inteligência, ambas eminentemente úteis — no seu lugar... E não consinta nunca o Político subordinar-se ao Técnico. É a técnica que deve ser a *ancilla Politicæ* — a servidora dos fins políticos do homem.

— Fala-nos Gasset, num livro que acabo de ler e onde encontro alguns dos meus mais caros pensamentos, por várias vezes expressos na *Seara Nova*, em *rebelião das massas*. Será assim? Por mim, onde vejo a verdadeira rebelião é no político activo, que pensa poder dispensar o auxílio do golpe de vista sintético do intellectual político, e no técnico, que pensa poder dispensar as capacidades do político. É esta, só esta, a tremenda rebelião. É ela que ameaça toda a Civilização, toda a

---

(1) Palavras de Cristo, segundo o Evangelho de S. Mateus (XV, 14): «São cegos que conduzem cegos. Se um cego conduz outro, cairão ambos ao fosso.»



Cultura. A hierarquia natural é: intelectual político, político activo, técnico. O regime russo realizou a inversão desta hierarquia. Para o soviétismo é a Política que se subordina inteiramente à Técnica, à criação duma grande Indústria, e o intelectual político que tem que se subordinar inteiramente ao político activo. Quem teve um dia a percepção nítida deste facto, compreendeu um dos aspectos do pavoroso equívoco em que se funda o regime dos Sovietes. Na Rússia são os carros que andam adiante dos bois — e o céu sepultou-se debaixo da terra.

— Não se julgue que todo o intelectual que pode exercer um mister de «clerezia» política poderia ser um «político» no sentido restrito do termo. Em primeiro lugar, já o sabemos, não deve sê-lo. Mas, mesmo que o quisesse ser, há 999 probabilidades contra 1 de que não saberia sê-lo. As qualidades que exige a «clerezia» política são absolutamente diferentes, e por vezes mesmo opostas, às que exige a intervenção imediata na vida política.

— O político *sensu strictu* não vai aplicar na política as suas ideias particulares. Vai aplicar as que o estado do espírito público lhe permite — que constituem, por assim dizer, o imperativo político no momento dado. O político é um executante da opinião pública. Evidentemente que pode agir sobre ela, e formá-la em certa medida. (Uma coisa é a linha geral dos regimes políticos, outra as reformas particulares dirigidas segundo essa linha.) Mas os grandes fautores da opinião são aqueles que se dedicam ao mister de «clerezia» política. Tem que ser assim, foi sempre assim, legitimamente, em todas as épocas da história, sobretudo em todas as épocas de renovação. (Meditese na influência dum Voltaire, dum Montesquieu, já não falo na dum Rousseau; na dum Kant, dum Fichte, dum Renouvier.)



— Compreendo que se seja tentado a pensar que, para formar ideias nítidas em política, necessário se torne *meter as mãos na massa*, lidar com as pequenas, as quotidianas realidades da política. É uma ideia incompleta das coisas, e tem sua origem numa grande falta de imaginação. Toda a gente sabe que há coisas que se vêem melhor ao perto — e outras melhor ao longe. Desafio-os a que vejam a configuração geral de Lisboa dum dos balcões do Terreiro do Paço.

— Uma muito grande percentagem dos políticos activos buscam o «êxito» na política. Procuram, pois, acomodar-se o mais possível à corrente dominante. (Aí a explicação de muitas das suas mutações políticas.) Quando não se acomodam à corrente dominante, é, em grande parte dos casos, porque cometeram um erro de cálculo. Quanto ao que intervém na política por função de clerezia, deseja, é evidente, o «êxito» das suas doutrinas, mas não é a previsão do êxito que faz o motivo da sua escolha. Antes pode muitas vezes defender uma doutrina que sabe o levará à prisão perpétua, ao desterro ou à morte. Apreciar a sua derrota dizendo que ele cometeu um erro de visão, é um disparate emérito: porque não tomou partido pela doutrina que lhe parecia pessoalmente mais vantajosa, mas pela que a sua consciência lhe ditou. E «gabar-lhe o gosto», como se costuma dizer, também é idiota, porque cada um acha gosto nos seus próprios gostos — e prende o seu carro à sua estrela, como dizia Emerson.

Et j'ai fait le serment d'aimer sans espérance,  
Mais non pas sans bonheur: — je vous vois, c'est assez.

MUSSET, *A Ninon*.

— Outra distinção a fazer, e importante, porque no outro dia eu tive que condensar extremamente as coisas.



Além dos homens que eu disse deverem entregar-se à função da «clerezia» política, sustento que não deverão imiscuir-se na vida política partidária os *clerics* que, embora não fazendo da acção política indirecta a sua missão especial, são *clerics* de grande tipo — como os grandes filósofos, os grandes moralistas, os grandes educadores do pensamento. Não vejo nenhuma incompatibilidade entre ser-se Lamarck ou Painlevé e ministro da Guerra ou da Instrução; mas vejo-a, sim, entre chamarmo-nos Spinoza ou Kant e sujeitarmo-nos à disciplina dum partido.

### O possível, o imediato, o oportuno

— Quem tem o verdadeiro sentido das realidades sabe que muitas coisas são possíveis que o comum da gente crê impossíveis, e que outras são impossíveis que o comum da gente julga duma extrema facilidade.

— Nada conheço de mais nefasto e inepto em política do que não ver senão o *imediató* (isto mesmo sob o ponto de vista do êxito pessoal). E o pior é que uma das justas exigências que se fazem ao político — a que possua o sentido das oportunidades —, parece dever levar-nos a este respeito total e exclusivo do imediato, quando a verdade é que a oportunidade é uma coisa, e a falta de visão de tudo o que não é imediato, outra. Porque muitas vezes a oportunidade pode consistir em não atender apenas ao que é imediato.

— Aquele que trata apenas da destruição dum determinado regime social é um louco. Porque após a destruição, existe algo, o mundo não acabou. E o que existe não é a ausência do regime que caiu: é alguma coisa de positivo, que nós criámos, ou que deixámos criar sem a nossa intervenção.



## Previsões, doutrinas

— Julga muita gente que, tendo dito: «A Europa vai neste caminho», tem invocado um argumento contra o que teoricamente sustentamos. Mas uma coisa é uma previsão histórica, e outra uma adesão política e social. Eu posso ver perfeitamente que a Europa tem tendência a ir em tal ou tal caminho, sem contudo avançar por ele, coroado de mirtos, cantando o evoé e com a taça de espumante nas mãos.

— A incerteza e confusão do nosso tempo não justificam as do verdadeiro intelectual. Porque se a inteligência não serve ao homem inteligente para ver claro nas situações confusas, para que lhe serve ela?

— Devo todavia confessar que as minhas previsões últimas (e isto sem qualquer espécie de transigência com um optimismo poltrão) coincidem aproximadamente com os meus desejos íntimos. Julgo que amanhã (amanhã não quer dizer amanhã, sexta-feira, evidentemente) toda a gente se lembrará do Fascismo e do Bolchevismo como dum pesadelo. E que todos perguntarão, ainda um pouco extremunhados, tal se tivessem acordado dum longo sono: «Mas como pôde isto ser?!»

(*Ne Seara Nova, N.º 271, de 12 de Novembro de 1931*)

## Sobre a Internacional Nacionalista

Por várias vezes me referi às contradições do actual nacionalismo, nos meus artigos da *Seara Nova*, alguns dos quais já publicados nestas páginas de colectânea. Veja-se, por exemplo, nas *Páginas de Política*, 1.º vol.,



p. [32]-52, 101-102, os artigos da série *Acerca do integralismo lusitano* intitulados *As contradições íntimas do nacionalismo integralista* e *Nacionalismo e internacionalismo*, e no n.º 192 da *Seara Nova*, de 16 de Dezembro de 1929, o artigo IX da série Benda. Nesses artigos afirmava eu que as hodiernas doutrinas nacionalistas apresentavam, sob o ponto de vista da sua comunidade e expansão, um carácter universalista, e, como tal, tinham «na sua expansão a causa da sua própria morte». Afirmava que «não é o seu monarquismo [o dos integralismos] que está subordinado ao seu nacionalismo e ao seu tradicionalismo; a tradição e o carácter nacional — acrescentava eu — só lhes servem quando são monárquicos e no grau exacto em que o são: podendo, pois, dizer-se que, longe de serem monárquicos por serem tradicionalistas, eles são antes tradicionalistas por serem monárquicos... Estranhos nacionalismos «integrais» que assim se podem impor uns aos outros, doutrinar-se uns aos outros, substituir-se inteiramente uns aos outros — afirmar a verdade que eles nos negam, a existência duma consciência internacional. Para longe as verdades lorenas, as verdades francesas, as verdades portuguesas: no fundo — quem o diria? — há só uma verdade em política, a verdade *tout court*, a pobre verdade sem determinativo gentilício, a verdade que pode viajar de automóvel e atravessar as fronteiras nos expressos — a verdade burguesa e incaracterística, sem cor local, sem *cachet* local, como uma «*déracinée*»... Nesta contradição íntima do nacionalismo tradicionalista está o germe que destrói as oposições nacionalistas; dando-se à tarefa de se justificar racionalmente, coloca a razão acima da tradição, a verdade humana acima da experiência nacional. No fundo, é-se monárquico, e monárquico de tal ou tal cor, não porque tenha sido a monarquia, e tal ou tal Monarquia, o regime tradicional da nossa raça; é-se



monárquico muito simplesmente por se supor ter demonstrado a verdade lógica e experimental da Monarquia. E vão ver como está lógica oculta dos seus princípios e as necessidades do seu proselitismo vão fazer a doutrina nacionalista explícita doutrina internacional... Eles não são, pois, monárquicos, antiparlamentares, descentralizadores, etc., etc., porque sejam tradicionalistas e nacionalistas; eles são *nacionalistas* e *tradicionalistas* porque, para eles, é a tal monarquia antiparlamentar a forma de governo superior.

Se invocam a tradição, é quando ela coincide com a monarquia; quando coincide com a democracia (como na Suíça, nos Estados Unidos, na Inglaterra), já o argumento é dado sem valor, e se ergue sobranceira «a autoridade matemática da razão». Tradição quando lhes convém, razão e experiência universal quando lhes convém. Numa palavra: a tradição é sempre má quando não é monarquia; o nacionalismo é sempre mau quando é democrático. Assim se contradizem e negam o tradicionalismo e o racionalismo, para maior bem da monarquia. Tais são as contradições íntimas de todo o «nacionalismo moderno». Identificando a «verdade portuguesa» com a «verdade francesa», com a verdade universal, com a verdade «*tout court*» eles afirmavam, «implícita e explicitamente», dizia eu, «a existência duma Internacional Monárquica». Tal é o primeiro sistema de contradições em que os envolvem as insuficiências da sua doutrina e do seu espírito: um nacionalismo inconsistente, um tradicionalismo inconsistente, para maior triunfo dum monarquismo consistentíssimo.

«Aucune foi n'est aussi intime et caressante, que celle qui embrasse tout le genre humain.» Estas palavras diz-me um livrinho que tenho presente que são do internacionalista Barbusse; e poderiam ser também — quem o diria? — dos nacionalistas portugueses.



E falando dos perigos de tais nacionalismos agressivos dizia eu:

«A atitude “guerreira” dos nossos reaccionários lembra a dos cordeiros que, em face dos lobos, se pusessem, como Zarathustra, a cantar o louvor da força. “Meus irmãos”, diriam eles, “os cordeiros foram feitos para a guerra!”

«Que os pobres animais não continuem a cantar, com tanta ingenuidade, o triunfo da goela que os há-de engolir...»

Foi isto escrito por 1922, na série de artigos dedicados à filosofia integralista. Sete anos depois, escrevia eu na mesma ordem de ideias no artigo IX da série Benda.

Dizia eu nesse artigo que, segundo a exposição mais ordinária e mais corrente nos mestres reaccionários, «o facto de um regime convir a uma determinada nação é para eles a prova crucial de que não convém às outras», o que os não impedia de assumir uma atitude universalista, e de proclamar a validade de todos os seus dogmas nacionalistas, ao fazer na sua actividade polémica em face dos outros partidos nacionais e no seu procedimento em relação aos partidos congéneres estrangeiros «a apologia em abstracto, *sub specie eternitatis*», das formas de governo reaccionárias. «Quem se lembra então», acrescentava, «das “experiências históricas”, das “criações do génio particular de cada nação”, de “ses assises terriennes et géniales”, na frase de Barrés? A Democracia é então “um absurdo universal e intemporal” e o seu oposto “uma verdade incondicional, eterna, absoluta — para cá e para lá dos Pirenéus, de aquém e de além Mancha, de todos os tempos, de todas as latitudes, de todos os climas... Colocam-se assim no plano do universal; a comunidade humana é afirmada na uni-



versalidade das suas proposições». «Se não temos coração para os 2800 milhões de habitantes que vivem à superfície do globo, para que pregar o nacionalismo como panaceia universal? Como pode importar aos nacionalistas a salvação duma humanidade que lhes não interessa? Ora a cada momento nos oferecem hoje esse espectáculo; não os vemos senão exultar com os triunfos de todos os nacionalismos — aclamar Mussolini, mesmo em Portugal, mesmo em França e noutros países que não são poupados, já nas suas arengas, já pela sua política militar e colonial. Para que isto seja possível, é porque há então alguma coisa acima da Pátria. E, todavia, a crer nas suas palavras, só o amor exclusivo que cada um destes homens jurou à sua própria Pátria inspiraria o seu amor recíproco. É curioso ver tanto egoísmo desentranhar-se em tanta amizade. Estranho internacionalismo, o de todos estes nacionalistas!

«Assim, os reaccionários ergueram hoje o nacionalismo à altura duma religião universal, embora ninguém se lembre de lhes perguntar em nome de que amor ou de que interesses comuns fazem eles essa pregação.

«E nós, à primeira vista, não compreendemos. Parece-nos, em primeiro lugar, que o nacionalismo se nega na medida mesmo em que se universaliza. Exultar com a prosperidade nacional dos outros, é já admitir (pelo menos), ao lado do amor da Pátria, o amor dos outros. Estou em jurar que eles se caluniam, quando negam os estos do seu coração.

«E depois, mais praticamente, afigura-se-nos que a mais elementar coerência exigiria que o nacionalismo conservasse secretas as suas receitas de fortificação nacional. O nacionalismo consequente é esotérico. Comunicar os métodos nacionalistas é como comunicar um plano de batalha: crime de alta traição!



«Por todos estes motivos, universalizar o nacionalismo é deixar de crer nele. Não será mesmo mais alguma coisa: deixar de crer no próprio patriotismo? A suspeita é sobretudo procedente para os nacionalistas das pequenas potências. Pregando no modo universal as soluções nacionalistas, o estado de espírito nacionalista, não se esforçam eles, por um lado, pela fortificação militar das grandes potências, e por outro pelo desprezo, da parte delas, do Direito e da Justiça? Que as grandes nações tenham o maior culto da força e nenhum respeito pelo direito — tal doutrina não lhes parece incompatível com os sentimentos patrióticos. Estes nacionalistas dos pequenos povos lembram-me cordeiros que pegassem a moral dos lobos.

«As contradições parecem-me portanto evidentes entre o particularismo dos reaccionários e o seu universalismo, entre o seu anticristianismo e o seu catolicismo, entre o seu nacionalismo e o seu internacionalismo.

«É verdade que todo o pensamento um pouco complexo se nos afigura contraditório, quando nos não damos ao trabalho de resolver as aparentes contradições (que mais não representam que a complexidade das próprias coisas) numa síntese mais profunda. Mas contradições desta natureza é que eu não vejo maneira de resolver por qualquer espécie de síntese.

«Como explicar com efeito essas demonstrações *sub specie universalitatis* da excelência da Monarquia e das formas totalitárias da governação — em escritores que não cessam de nos objectar a legitimidade do recurso que fazemos a essa espécie de argumentos? E essa pretensão de fidelidade inteira ao catolicismo de homens que não são cristãos? E essa universalização do nacionalismo que implica a sua simples negação?



«Nenhuma síntese pode resolver estas antinomias. O que não impede que tudo, afinal, se possa compreender.

«Efectivamente, se se afirma a excelência universal da Monarquia e dos regimes totalitários, é porque se julga assim dar-lhes um carácter de mais irrefragável necessidade, firmá-los em alguma coisa de mais inabalável que as modalidades nacionais.

«Finalmente, o que eles põem em evidência quando exultam com o triunfo dos partidos nacionalistas de além-fronteiras, é mais uma vez, e tão-somente, a sua vontade de domínio. O que os transporta é a supressão de todo o *contrôle*, o exercício ilimitado do poder nas mãos duma facção. Esses exemplos, essas sugestões alheias, fortificam-nos nas suas paixões, constituem tipos, modelos, aureolados pelo triunfo, que apresentam à imitação dos seus compatriotas. E contra os que entre estes são democratas erguem a Maçonaria, a conspiração internacional da Reacção.»

Como se vê, o futuro não fez senão confirmar o que eu observara em 1922 e 1929 (1). O governo de Espanha foi concludente a este respeito. A verdade certa é que todos os nacionalistas de cada nação estão prontos a aliar-se com os nacionalistas de todas as outras nações no esmagamento da hidra da Democracia. Foi o que, nos campos de batalha da Espanha, fizeram os pretensos nacionalistas espanhóis, italianos e alemães: todos eles quiseram suprimir a Democracia para lhe substituir a autoridade brutal dum *Duce*, *Führer* ou Caudilho.

---

(1) «Ne s'est-il même pas constitué récemment», escreve Th. Ruysser, «une Action Internationale, destinée à réagir, sur le plan international contre le développement de l'internationalisme marxiste?» «Il est piquant de constater que cette organisation nationaliste constitue simplement une internationale de plus» (1938).



Podem eles, porém, objectar (e não lhes vejo outra saída) que, ao fazerem causa comum, como doutrinariamente o fizeram integralistas portugueses e maurassianos franceses, e militar e politicamente aqueles três grupos nacionais na guerra de Espanha, não faziam mais do que defender, nas lutas da pena e com as armas na mão, o princípio geral e comum a todos de que cada nação deve reger-se politicamente de maneira que lhe aconselha o seu génio, carácter e idiossincrasia particulares. Não se tinham associado, pelejando nacionais contra nacionais ao lado de estrangeiros — guerra civil e guerra estrangeira —, porque, como vimos que eles costumam dizer, tiveram coração para os 2800 milhões de habitantes que ocupam a superfície do globo: nenhuma ideia propriamente internacionalista e universalista, nenhuns estos de humanidade, nenhuns interesses largamente e profundamente humanos, superiores aos interesses pátrios, os teriam, se assim fosse, feito associar os seus esforços nessa grande luta. Não se trataria (eu não estou a dizer a objecção que eles levantaram, mas a que podiam talvez levantar) senão duma mera associação de egoísmos nacionais. Cada um desses grupos reconheceria que cada nação deve ser indiferente às dificuldades e desgraças das outras nações; mas, ficando insensíveis e indiferentes, dá-se o caso, na prática, de mais duma vez, na vida dos homens, um egoísmo irresistível aconselhar a associação dos indivíduos e dos grupos sociais. Eles não se bateriam portanto pela felicidade da Europa ou do mundo: não fariam mais do que defender um único *princípio* comum, o de que cada nação deve governar-se por *princípios* que lhe sejam próprios que se afeiçoem ao seu génio peculiar, e não por princípios igualmente válidos para todos os povos que tenham atingido uma certa maturidade e um certo grau de cultura. Nestas condições, não havia outra coisa, nessas



lutas conjuntas dos pretensos nacionalismos, senão mero conjunto de egoísmos nacionais. E desta forma se defenderiam os reaccionários de palpitar nas suas barracas de campanha alguma viração largamente humana.

Ora isto é inteiramente falso, porque sabe-se onde eles buscam as suas alianças e que tom apresentam as suas declarações de princípios. Não é de facto aos Ingleses, tradicionalistas na democracia, aos Estados Unidos tradicionalistas na democracia, à Suíça, à Bélgica, à Holanda, aos países escandinavos, todos tradicionalistas na democracia, que eles vão buscar os seus aliados, na defesa desse princípio geral (que seria de facto, o princípio essencial, especialmente nacionalista) de que cada nação tem que reger-se da forma que mais se coadune com as suas mais constantes tradições e a sua idiossincrasia particular. Não, não lhes servem quaisquer alianças, nesta base primária e comum. Eles não querem bater-se, tanto ao lado dos Ingleses, dos Norte-americanos, dos Suíços, dos Escandinavos, tradicionalistas na democracia, como dos Italianos e dos Alemães, tradicionalistas na governação antidemocrática — movidos apenas pela ideia de que cada país tem as suas tradições, e que a cada sistema de tradições tem que corresponder uma forma de governo particular. Eles bem sabem onde devem ir buscar as alianças. Eles vão buscar as alianças naqueles países que combatem pelas suas tradições nacionais (ou supostas tais), sim, mas apenas quando essas tradições são as mesmas: quer dizer, quando elas são antidemocráticas. O princípio geral, abstracto, independente de qualquer conteúdo concreto sobre as tradições em vigor, e *que portanto não implica tais ou tais tradições em particular*, este princípio que forma a essência do nacionalismo, não os interessa.



Fica assim provada a minha asserção que o que está em causa, para eles, não é o «nacionalismo» ou o «internacionalismo», mas a democracia; visto interessar-lhes, somente *uma forma especial do tradicionalismo*, uma tradição peculiaríssima — e essa tradição é a tradição antidemocrática, ou antiliberal, anti-socialista, reaccionária. Trata-se, para eles, de assassinar ou jugular a democracia, eis tudo.

Mas sendo assim, porque é que se dizem nacionalistas? Não será evidente que os nacionalismos hodiernos não podem pretender que realmente se batam pelos particularismos nacionais, sejam eles quais forem, mas exclusivamente por antidemocráticos, quer dizer — e é para esta conclusão final que converge toda esta argumentação — que eles colocam alguma coisa acima da tradição e das características nacionais — um credo *universalista* (e não estritamente nacionalista), válido para todos os países, todas as raças, todas as épocas? Eles procedem como se pretendessem instaurar a Monarquia e a Autocracia universais. O seu «nacionalismo» é, pois, uma tabuleta, um rótulo falso, que dissimula a verdadeira droga. O nacionalismo mente. Oculta e disfarça a *vis íntima* que lhe determina o comportamento. No fundo, é por considerações de valor, e não por considerações tradicionais — dizíamos nós nos nossos artigos, sobre o Integralismo — que ele presta adesão às formas de governo antiliberais e antiparlamentares, defendidas «mesmo por aqueles países que possuem uma forte tradição parlamentar e democrática». Desta forma, ele, que denunciava e verberava (em nome dum realismo cheio de consciência dessas diferenças e particularismos que uma observação percuciente da realidade faria descobrir nos diversos povos) toda a ideia universalista toda a pretensão de atribuir a um regime determinado uma validade universal e mesmo muito vasta — enquanto



os seus adversários sustentavam, no fundo, que essa validade existe para os povos que alcançaram certa maioria intelectual e política e certo grau de cultura, e que asseverava ser uma atitude de primários crer em formas de governos que sirvam para todos os lugares e para todos os tempos, independentes das circunstâncias concretas, das exigências multiformes da realidade, não se peja em declarar, sem dar pela contradição, que, para todos os lugares e para todas as épocas, como diz Maurras, se demonstra a «verdade» dos princípios autoritários e antiliberais como um *teorema more geométrico*, segundo «a autoridade matemática da razão». Lá se vai assim por água abaixo, em homenagem à Razão (que Maurras aliás ergue tão alto nos seus escudos ele, como lhe chamam alguns integralistas, o *último humanista*), toda a pretensão saudavelmente empírica, alentadora de todas as particularidades reais e como tal diferenciadora, para se aceitar um daqueles princípios que eles mais verberam no democratismo, a existência nos povos adultos, de caracteres humanos comuns determinadores duma política comum. No que fazem eco todos os nacionalistas integrais desde Sardenha a Hitler e a Mussolini. Por isso se afirma que o liberalismo «*de toda a parte é escorraçado por dissolvente e funesto*» — mesmo aí onde ele é tradicional! — o princípio democrático está «*desacreditado na Suíça, na Bélgica, na própria Inglaterra*» — declara Arnaldo da Silva no jornal integralista *Monarquia* (n.º 145).

«Meditando bem no caso da Suíça, que ele nos sirva para nos confirmar cada vez mais na nossa convicção raciocinada de que *em toda a parte, no espaço e no tempo, só a Monarquia é uma forma de governo superior*» — escreve por seu lado António Sardenha (*ibid.*, n.º 138) — esquecendo-se que ao pronunciar a sua condenação dos regimes liberais, o fez em nome das tra-



dições próprias de certas nações e só para essas nações, por serem a aclimatação impossível de certas plantas geradas noutras condições e que requeriam outros climas. Era nisto que o nacionalismo fazia finca-pé, como sendo a sua base doutrinária mais característica e essencial. De facto, eles tinham combatido, em França, as ideias liberais por serem «suíças e judaicas» (tal era a pretensão de Maurras), em Portugal por serem «francesas ou germano-francesas» (Sardinha, *O valor da raça*, 1915, p. XXI), Hitler, na Alemanha, também quis atribuir a origem judaica, em todo o caso por serem «importações estrangeiristas», «quimeras exóticas que deturpam a visão das realidades pátrias com ideologias saídas de outra conformação psicológica, com outros determinismos de ambiente e hereditariedade a regê-las» (id., *ibid.* e p. 107) (1), por representarem, numa palavra, o domínio do «estrangeiro do interior» (a expansão é de Franceses e de Portugueses). Por isso os integralistas declararam que o seu movimento era «nacionalista, essencialmente português» (*Monarquia*, n.º 7) [o que é essencialmente português parece que não é universalmente humano, sem o que tinham de declarar que era também essencialmente francês, essencialmente italiano, essencialmente alemão, essencialmente inglês, e assim por diante, a não ser que queiram dizer que só não é essencialmente zulu ou boximane, e que só entre os zulus e os boximanes têm condições de valibilidade os princípios e regimes da democracia, o que seria bem curioso], que o seu ideal é «o íntegro ideal nacional», em oposição com «as ideias de importação» (*Pequinto Rebelo*, id., n.º 112), que há uma *verdade portuguesa* [Sardinha, *O Valor da raça*, p. XXVIII; *Monarquia*, n.º 4], como

---

(1) Vide nota da pág. 163.



Barrés declarava que havia uma *verdade francesa* [e portanto diferente da portuguesa, não é assim?], «ce qui est bienfaisant, respectable, vrai en France» (*Appel au soldat*; a mesma doutrina é expressa, se bem estou lembrado, e quase nos mesmos termos, nos *Déracinés*), e que o que acima de tudo procuram combater é a «invasão duma religião *estrangeira*, duma mentalidade *estrangeira*, duma sensibilidade *estrangeira*, com que nos ameaçam os agentes do *estrangeiro*» (fundo semanal, *Monarquia*, n.º 80). Todavia, foi com *agentes do estrangeiro* que os nacionalistas espanhóis venceram os seus compatriotas que o não eram!) De maneira que, se todos os povos se convertessem aos ideais da Reacção, poder-se-ia dizer que eram todos estrangeiros, a admitir que esses ideais tivessem provindo da Alemanha ou da França; ou que os estrangeiros se teriam todos «portugalizado», a admitir a especificidade nacional, portuguesa, dessa mentalidade, dessa sensibilidade, dessas ideias, desse regime. Como se vê, já nesta segunda parte das transcrições feitas dos autores reaccionários se abandona a demonstração matemática, feita *more geométrico*, para valer *semper et ubique*; agora já se apela para a razão puramente experimental, já se trata apenas duma doutrina meramente empírica, assente numa base da observação dos particularismos rácicos e nacionais. E foi esta segunda modalidade da doutrina, contraditória da primeira, que deu *cor* especial e nome especial à ideia nacionalista. Ponham estes dois pares de afirmações «nacionalistas», aquele que diz respeito à oposição das doutrinas políticas antiliberais e antidemocráticas e o que se refere à exclusividade e particularidade de certos princípios, consoante a razão de que se trata; aquele que se socorre da «autoridade matemática da razão» e o que se escora no simples espírito realista e experimental; aquele que afirma a validade das ideias



e do regime reaccionários para todos os povos e latitudes e o que os considera como exigidos pelas condições particulares de tais ou tais povos, por um determinado *clima* fisiológico, como mergulhando as suas raízes na alma de tal ou tal nação e não nos caracteres comuns de todos os povos — ponham estes dois pares de afirmações «nacionalistas» em confronto um com o outro, em duas colunas paralelas, e vejam se são capazes de concluir que elas se harmonizam e conciliam.

Neste ponto, considero esta crítica irrespondível e definitiva. Mas a objecção que me podiam ainda pôr ao facto da actual «internacionalização do nacionalismo» e da maneira como a encaro, seria a de que, aliando-se entre si, na propaganda e nos campos de batalha, os diferentes nacionalismos mais não pretenderiam que opor-se aos progressos da Internacional Comunista, ao ruir das fronteiras, à formação duma associação humana universal, à constituição das nações numa vasta ou talvez mesmo única federação que deixasse de as erigir em face umas das outras, com as suas raias eriçadas de ameias e de armas de guerra, separadas pelos seus caracteres e pelos seus egoísmos nacionais. Sob a ameaça do perigo comunista, universalista, federalista, da Internacional moscovita, eles ter-se-iam unido para lhe dar batalha, afirmando o princípio das nacionalidades. — Mas não é também assim, porque a Alemanha e a Itália são imperialistas<sup>(1)</sup>; não foi em obediência ao «princípio das nacionalidades» que uma absorveu a Checoslováquia e invadiu a Polónia, e a outra submeteu a Abissínia e a Albânia. Os nacionalismos actuais são imperialistas, expansionistas, tentaculares; não se limitam a querer realizar a Grande Itália, a Grande Espanha,

---

(<sup>1</sup>) Que o leitor não esqueça que o Autor deste escrito morreu em 1941. (N. da Red.)



a Grande Alemanha, pela união num Estado único de tudo o que é itálico, hispânico, germânico (no que poderia haver respeito pelo estrito princípio das nacionalidades), pretendem também e sobretudo realizar uma política de domínio, de intrusão e de expansão — uma política belicista, que já não invoca a comunidade da raça e as liberdades nacionais, mas o direito à vida expansionista e invasora, ao *espaço vital*, e compara as nações fortes e poderosas às grandes árvores que na floresta sacrificam, para maior esplendor e glória da vida, os arbustos débeis e raquíticos que estão na esfera da sua influência. Não é, pois, o espírito de Guilherme Tell, Mickiewicz, Kosseith, Masaryk ou Mazzini, de Washington, Bolívar ou San Martín (que se pode chamar também *nacionalistas* no sentido de reivindicação das liberdades e da independência nacionais, em relação a um país que os oprime) <sup>(1)</sup> que constitui a essência dos actuais nacionalismos: os nacionalismos de hoje são agressivos e imperialistas, não lutam pelo direito e pela liberdade, exercem a opressão, pretendem escravizar e dominar; não são a expressão da vontade de independência e da autonomia, mas da vontade da heteronomia e da dominação. O espí-

---

<sup>(1)</sup> Nacionalismo, neste sentido, é também, evidentemente, o *sionismo*, «a fundação dum lar, ou mais exactamente, dum centro na Palestina, para homens da raça judaica», como escreve Einstein. «Chamais a tudo isso nacionalismo», acrescenta o fundador da teoria da relatividade, numa carta dirigida ao professor Helzbach, «e alguma razão tendes para o fazer. Um esforço para criar uma comunidade, sob a qual não podemos nem viver nem morrer neste mundo que nos é hostil, pode ser sempre designado por esse nome odioso. Em todo o caso, é um nacionalismo que não tem por objecto o poder, mas a dignidade e o restabelecimento da saúde. Se não fôssemos obrigados a viver no meio de homens intolerantes, egoístas e brutais, eu seria o primeiro a rejeitar todo o nacionalismo em favor do humanitarismo universal». (*Comment je vois le monde*, trad. fr. do coronel Cross, 1931, p. 146-147.)



rito, que preside a esses nacionalismos não é o daqueles «libertadores» de povos, daqueles heróis nacionais, mas o de Bismarck e de Metternich, o espírito que fez a rusificação da Polónia e das nações bálticas, e que, por uma extensão do pangermanismo, ergueu o estandarte da germanização total do globo — o espírito oposto a Versalhes!

Os que assim pensam e procedem podem, pois, vá, dizer-se adeptos dum *tradicionalismo humano*, fundado na consciência duma espécie de *constante universal*, de alguma coisa de constitucional e de radicalmente orgânico, comum a todos os povos e latitudes.

O que não podem dizer-se é *nacionalistas*, no sentido em que tomam o termo, pois toda a doutrina veridicamente *nacionalista* exige, por definição, a existência de particularismos nacionais, de distinções nacionais, por assim dizer irredutíveis, que constituem um princípio e privilégio especial de cada uma das nações do globo. Se a monarquia ou o totalitarismo são, aqui, tradições e necessidades nacionais, *especificamente nacionais*, é porque necessariamente, há outros solos, outros climas, em que o não são («Vérité en deçà des Pyrinnées, erreur au delà»). Se quereis ser monárquicos ou reaccionários por nacionalismo, tendes de admitir a democracia para muitos ou alguns dos outros países — sem o que a vossa doutrina, ficando simultaneamente autoritária e duma verdade unânime, se afirma como universal, e se nega como *nacionalista*. De outra forma é querer açambarcar as vantagens dos dois partidos, falar em nome duma razão universal e dum empirismo particular, apelar ao mesmo tempo para a *ratio* e para a *natio*, *joindre lex deus bouts de la chandelle*, ou, como se diz em português charro, *querer o sol na eira e a chuva no nabal*. De duas uma: ou os «nacionalistas» se resignam a tomar a sua doutrina como um credo particularista — e lá se vai a



demonstração da verdade dos princípios autoritários, no espaço e no tempo, como um teorema incondicional; ou se resignam a reconhecer, em certa medida, a legitimidade do credo universalista — e lá se vai o nacionalismo. As duas coisas ao mesmo tempo é que não pode ser; há que escolher. Ora, é o que eles se recusam absolutamente a admitir, porque, fora daquela declaração de princípios, no caso completamente vã e estéril, de que cada tipo geral de instituições convém apenas a determinadas condições mesológicas, a certos caracteres rácicos, a certo modo de sentir tradicional, os teóricos do nacionalismo, quando se envolvem na polémica com a parte adversa e pretendem tirar o maior partido da sua literatura apologética, as necessidades dialécticas (isto da gente tomar o partido da razão não é indiferente numa polémica, dá logo vantagens invisíveis sobre o adversário) forçam-nos a não querer ficar para trás no universalismo e no nacionalismo e não tardar a esquecer tal declaração inicial de princípios, dos princípios segundo eles tão «salutares» e individuais, dos princípios que são, em boa verdade, a essência dum autêntico nacionalismo que se conhece e se compreende a si mesmo, os únicos que, dentro do quadro geral das doutrinas políticas, podem justificar tal confusão, e são a razão de ser da sua posição especial dentro desse quadro. Então, já os vemos assumir uma atitude universalista, *sub specie generalitatis*, como qualquer de nós. Desta forma o nacionalismo integral e totalitário passa a ser o universalismo singular e utilitário, ou, por outra, o totalitarismo do totalitarismo (*ubique eadum*). Ora isto não é uma apologética, é uma sofística.

É atribuir-se em todos os domínios, a torto e a direito, *la bonne part*, querer vencer em todos os campos e com todas as armas, quando a própria essência da doutrina e a luta com certas armas e em certo campo os



impediriam naturalmente de recorrer aos processos de que lançam mão, logicamente, os adversários do nacionalismo. Eles, para consequência e solidez da doutrina, por uma necessidade de coerência elementar, deviam ficar-lhes vedados. Assim, para se defenderem em todo o rumo, enfraquecem e atraçoam a causa que queriam servir. É o que acontece a quem quer abarcar o mundo com ambas as mãos: *qui trop embrasse mal étreint*; poderiam ganhar em profundidade o que preferiam em extensão.

Realmente, repetimos, quando qualificamos qualquer filosofia ou doutrina de *nacionalista*, o conceito devia ficar, em rigor indeterminado quanto ao conteúdo preciso, tendências políticas que envolve, e das formas de regime, sem que tivesse de implicar necessariamente um determinado quadro institucional: o nacionalismo é uma árvore de Jessé de cujo tronco deveriam poder divergir muitos ramos diferentes e opostos. Um nacionalista consequente parece que devia defender tanto o regime do sobado para as tribos africanas, como o regime da democracia para a Inglaterra — deixando-se-lhe a liberdade de determinar a qual dos tipos de civilização pertenceria o país de que faz parte, e se ele se aproximaria mais da civilização dos sobas (em que a democracia é uma estultícia) do que a da civilização das repúblicas coroadas (em que a ditadura é uma humilhação revoltante, ou uma impossibilidade) (1). Mas

---

(1) Registe-se, por curiosidade, o facto interessante de a palavra *nacionalismo* designar na Inglaterra e na Áustria, uma doutrina de carácter socialista, que pretende a nacionalização dos instrumentos de produção e da distribuição. Duas obras que se referem a este movimento têm uma o título *Looking backward* (Olhando para trás), e é o seu iniciador, Bellamy; a outra, de Ely do *Socialisme and social reform*. Vejo isto na *The New International Encyclopédie*, L. XIV, 1911, s. v.



como já lhes disse, o nacionalismo é uma etiqueta falsificada duma droga que os pretensos nacionalistas nos pretendem impingir como panaceia pânica, isto é, geral, não nacional. Por isso, quando hoje se fala em qualquer parte em *nacionalismo*, vem-nos logo à ideia um conjunto de caracteres e reivindicações das quais se não pode dizer que são válidas ou não para todos os países cultos se não após demonstração — mas, se são válidas para todos os países cultos, onde está o nacionalismo? Esses caracteres e reivindicações são o antiliberalismo, o antiparlamentarismo, a aceitação duma censura pública restritiva do direito da crítica aos actos governativos, a suspensão do *contrôle* dos governantes pelos governados, o aumento do *contrôle* dos governados pelos governantes, etc. Dando a estes princípios uma validade incondicional, atribuem às suas doutrinas um valor mais do que nacional, porque é humano, eterno e intemporal: fazem, sem que expressamente o digam, uma profissão de fé internacionalista. Está a gente a ver que, se as ideias totalitaristas passassem a ter aceitação em toda a parte, os seus coriféus gritariam que se teria conseguido o triunfo absoluto do nacionalismo. Do nacionalismo? Que paradoxo! Seria então quando todos fossem iguais que todos seriam diferentes? Esta ainda tem mais pilhéria do que aquela duma pneumonia cada vez mais dupla.

Portanto o nacionalismo destes homens pode estar noutra parte, nas crenças religiosas (?), nos costumes, nos trajes, nos desportos, na casa, na literatura; onde não está, seguramente, é nos princípios directores da política. E todavia foi em função desses princípios que se inventou o termo *nacionalismo* quando aplicado aos Barrés e aos Maurras, aos Mussolini, aos Hitler e aos Franco. Não se trata aqui dum nacionalismo à Alencar ou à Tagore — em arte ou em literatura.



E por isto e por outras razões, não quero encerrar esta nota sem fazer uma advertência:

Ao manifestar, pela milésima vez, o meu pouco respeito pelo nacionalismo político (que cada vez partilho menos), não confundo, como nunca confundi, o nacionalismo político com o que atrás deixei definido, o nacionalismo na arte, na língua, na literatura, nos costumes (na parte em que os costumes são objecto da etnografia, não da moral): na casa, nos móveis, nos monumentos, no vestuário, na linguagem, pode-se ser tanto ou mais nacionalista do que qualquer aficionado nacionalista político, partilhando ao mesmo tempo ideias democráticas e liberais; e falar uma língua muito mais pura — sabido como é que grande parte dos nacionalistas portugueses põem de parte o seu nacionalismo aí onde há lugar para reais diferenças e onde o deviam mais prezar (pois se todos os povos da Europa podem ter regimes democráticos, nem todos têm que falar *franciú* e um português pode falar um português decente e nacional, que é o que eles em geral não fazem), por exemplo, quando se referem aos *sucessos* teatrais e às formas *bizarras* dos rochedos, etc., etc. Não quero com isto dizer que me considero, neste ponto, ao abrigo de todas as críticas; quero dizer apenas que, quanto a um bem entendido e sensato purismo, repudiador de todos os barbarismos de expressão, a minha intenção é tão boa como pode ser, por exemplo, a do nacionalista Afonso Lopes Vieira (1).

---

(1) Isto também não quer dizer que escreva a *Guia de Portugal*, em vez de *Guia de Portugal* e *Sant'Iago* com esta grafia, o que peço desculpa ao meu amigo Santiago Presado de dizer que é uma heresia filológica a título do respeito pela filologia (pois as leis mais positivas da filologia são as da evolução das línguas e da semântica). *Iago* não é hoje, por influência compreensível do *Santo*, um nome português — *Tiago* é que



...Viemos assim a descobrir o que era o famigerado nacionalismo — e como eram sinceros os seus apóstolos quando nos queriam impingir a monarquia e a reacção apenas por motivos tradicionais e por qualidades ráticas. Vimos assim a descobrir que a famosa verdade portuguesa era a verdade francesa, sem tirar nem pôr. Viemos assim a descobrir, finalmente, que o nacionalismo é uma mistificação absoluta.

(Na Seara Nova, N.º 1293/1294, Junho de 1954)

## O Direito da Crítica

Ao reler hoje os artigos que escrevi sobre os julgamentos, em tribunal especial, dos movimentos revolucionários de 18 de Abril e de 19 de Julho de 1925,

1) Será legítimo discutir as decisões dos tribunais — as sentenças passadas em julgado, como soe dizer-se —, ou há que considerá-las como factos *sui generis*, inconfundíveis, tendo, por assim dizer, o selo da infalibilidade, valendo como fórmulas dum direito racional e moral, e sendo, ao mesmo tempo, indiscutíveis e para qualquer jurisdição crítica inapeláveis? Quando

---

eu hei-de escrever sempre, por mais que o Sr. Leite de Vasconcelos ou o Sr. Augusto Moreno possam mandar o contrário. O espírito filológico está acima da determinação dos filólogos, como o espírito jurídico está acima das sentenças dos juristas. Parece-me que um dos pecados maiores da inteligência é a falta da largueza e da subtileza do espírito. Há uma certa forma do purismo que me parece, pura e simplesmente, pesporrentismo.



um homem se pronuncia do alto do estrado dum tribunal, revestido duma toga, temos que aceitar o seu julgamento como se fosse o próprio Deus que se pronunciasse? Se, por definição de democracia parlamentar e liberal (e era essa a democracia que, por convenção e nos termos da lei fundamental do regime, vigorava então entre nós), os poderes legislativo e executivo estavam sujeitos à discussão e ao *contrôle* públicos, exercendo-se pelos meios normais (a conferência, o comício, o livro, o jornal), o poder judicial gozaria da regalia de estar subtraído a essa discussão e a esse *contrôle*? Desfrutaria desse privilégio singular precisamente o poder cujas decisões, aplicando-se a actos determinados e individuais, *in concreto*, o instituem numa espécie de *coroa-mento* de todos os outros poderes, aquele que, segundo a expressão corrente em direito público, «declara o direito nos casos particulares» (Marnoco), o que mais contende e interfere, não só em especial com os interesses de cada um dos seus membros da colectividade, mas também com os interesses gerais desta —, os interesses da justiça, da ordem, da autoridade do Executivo, da autonomia do Legislativo, da soberania integral da Nação?

Esta importância peculiar dos actos do poder judicial creio que não a contesta nenhum tratadista do direito público. Não a podia contestar. De facto, muitos actos dos outros poderes do Estado só começam a ter efeitos a partir do momento da intervenção do poder judicial. Enquanto este se não pronuncia, o acto ou a omissão praticados pelo indivíduo não tem, por assim dizer, consequências; tanto assim que a maior parte das infracções às leis ditadas pelo legislativo e às ordens emanadas do executivo, é o poder judicial que as julga e lhes aplica sanções; a lei e o poder público não começam, por assim dizer, a ter realidade efectiva senão a partir dessa intervenção. E, pois, o exercício desse poder que se traduz



por consequências mais graves e mais duradouras, algumas vezes mesmo definitivas. Não há actos vindos do Estado que possam ter maior alcance para a vida dos particulares e das próprias instituições. E não há maior calamidade que possa cair sobre um país do que ser viciosa, ininteligente, subserviente ou venal, a maneira como nele se administra a justiça. Realizar a injustiça quem tem por missão fazer a justiça —, é isto que, para mim, brada aos céus.

Parece que é o que brada aos céus para todos os que sobre estes assuntos escrevem. Um dos padres-mestres portuguezes na matéria é Marnoco. Que dirá Marnoco a este respeito? <sup>(1)</sup> Evidentemente, tem que dizer lugares comuns, frases feitas, velhos *clichés*, para não ter que enunciar paradoxos ou contra-sensos. Não se inventou ainda justiça diferente. E muitas vezes há que resignarmos-nos a dizer lugares-comuns, para não termos que emitir descomunais barbaridades. Dirá, pois (nem poderá deixar de dizer), que desse poder «dependem a vida, a honra e a propriedade do cidadão», e, entre muito mais, que ele é e deve ser o «guarda da Constituição». Simples lugares comuns, como vêem. Mas não passa a ser verdade que 2 e 2 são 5, só pelo facto de ser um lugar comum que 2 e 2 são 4. Mas gente há que parece exigir-nos que enunciemos paradoxos, só para não termos o ar de enunciarmos lugares comuns. *Una paradoja, ó un punñetazo*: creio que era de Araquistain este irónico dilema.

Ils croiraient s'abaisser, dans leurs vers monstrueux,  
 S'ils pensaient ce qu'un autre a pu penser comme eux.

BOILEAU, *L'Art poétique*.

---

(<sup>1</sup>) Todas as citações que fizemos de Marnoco e Sousa se reportam ao seu *Comentário* à Constituição republicana, edição de 1913.



Ora, teriam de facto colocado as democracias os actos do poder judicial, quanto à sua intangibilidade pela crítica, tão acima de todos os outros poderes, que não só lhe confiariam aquela enorme importância, e aquelas incomparáveis consequências, não só as suas decisões poderiam destituir de toda a validade (é certo que apenas, e no nosso caso, a requerimento das partes, e não *ex-officio*, como noutros países), as leis votadas pelo parlamento, pela declaração da sua inconstitucionalidade (1), e revogar e substituir-se às decisões do executivo —, como desfrutariam ainda do privilégio de não admitirem espécie alguma de discussão?

Privilégio, sim. Porque é da essência dos próprios regimes democráticos que dela se não excluam os actos dos poderes legislativo e executivo.

Seria realmente interessante que, numa democracia, só os delegados daquela soberania que, segundo o estatuto jurídico fundamental, «reside essencialmente em a Nação» (2), usufruíssem das prerrogativas da discussão política, e delas fosse absolutamente privado o grande corpo social que os delega e de que as assembleias políticas não são mais do que a simples emanção.

Se as palavras, os actos públicos, as atitudes dos homens de governo e dos representantes do país não estivessem sujeitos à larga crítica deste, à sua censura serena, permanente e eficaz, como se garantiria o exer-

---

(1) Isto era o que se passava no regime parlamentar. No actual regime, a Assembleia Nacional desfruta dum privilégio que o Parlamento não conhecia: as suas leis não podem ser postas em causa, em caso algum, pelo poder judicial.

(2) Suponho mesmo que foram estas as únicas palavras que passaram da antiga para a nova Constituição.



cício da democracia? Como se impediria que o deputado que se houvesse revelado incapaz, imprudente, relapso ou venal numa legislatura, viesse a ser reeleito numa futura consulta ao país? Como se garantiriam ainda, da maneira mais prática e segura, numa evolução rígida da vida do direito, as reformas da legislação? O mesmo se diria dos ministros. Se os actos destes não estivessem sujeitos, como estavam, à censura dos representantes da nação e à discussão dos particulares, como se defenderiam os cidadãos dos actos de corrupção e de lenocínio dos membros do executivo, como se defenderiam eles do seu arbítrio e dos seus abusos de poder?

O exercício normal da democracia exige necessariamente essa espécie de garantias.

Um regime em que tal direito não é garantido e publicamente reconhecido não é senão uma forma de governo absoluto ou uma comédia da democracia. Pode-se-lhe dar esse nome, mas *de facto* não o é.

Que toda a gente reconhecia aos cidadãos o direito de crítica aos actos governativos e aos do parlamento, diz-no-lo a história do regime parlamentar entre nós e lá fora. Sabe-se como essa crítica se exercia largamente pela conferência, pelo *meeting*, pelo livro, pelo panfleto, pelos artigos de fundo, ecos e gazetilhas dos pequenos e grandes quotidianos, e sabe-se de que espécie de consideração pública gozavam os periódicos que não enfileiravam em qualquer linha de combate e a quem ninguém poupava o merecido e infamante apodo de *incolores*. Isto sem falar do teatro, especialmente no que se refere a essa formidável arma de combate e de crítica pública que é a «revista do ano», sucedânea das comédias helénicas, em que Crátino combatia Péricles, e Aristóphanes cobria de ridículo e de opróbrio o belicista Cleonte. Que o diga, repito, toda a história do constitucionalismo. Que



o diga a história da imprensa da nossa monarquia parlamentar, desde a *Revolução de Setembro*, de Sampaio, e o *Jornal da Noite*, de Teixeira de Vasconcelos, passando pelo *Nacional*, do bispo de Viseu, até ao *Tempo* e o *Diário Ilustrado*, de Dias Ferreira e Lobo de Ávila, o *Diário Popular*, de Mariano, o *Progresso* e as *Novidades*, de Navarro, o *Dia*, de António Enes, o *Correio da Manhã*, de Pinheiro Chagas, *Provincia* e o *Repórter*, de Oliveira Martins<sup>(1)</sup>; desde a *Democracia*, de Elias Garcia, o *Rebate*, de Carrilho Videira, *O Século*, de Magalhães Lima, *Debates*, o *País* e a *Vanguarda*, de Alves Correia, até ao *Mundo*, de França Borges, a *Luta*, de Camacho, e o *Repórter*, de João de Meneses — a que haveria de acrescentar os terríveis panfletos e os jornais de crítica humorística, arietes formidáveis do regime, o *António Maria*, a *Paródia* e os *Pontos nos ii*, de Guilherme de Azevedo e de Bordalo, as *Farpas*, de Ramalho, e os *Gatos*, de Fialho de Almeida (uns e outros de uma irreverência por vezes extraordinária, como, no que diz respeito ao último, as páginas consagradas ao ministro Barjona de Freitas), isto sem falar na *República Portuguesa* e nas *Cartas políticas*, de João Chagas. Que o diga a história da República dita democrática (e

---

(<sup>1</sup>) Nesta sugestiva lista de escritores pugnazes e sempre vigilantes da *coisa pública* impor-se-ia acrescentar (e só por lapso momentâneo de memória, Raul Proença não os incluiu, por certo) os nomes de Amorim Viana, Antero do Quental e Sampaio Bruno. O primeiro, como um dos mais representativos signatários do protesto contra a *lei das rolhas* de Costa Cabral e autor de muitos artigos de combate na imprensa liberal dessa época; o segundo, como promotor das *conferências democráticas* (ou do Casino) e autor da *Carta-protesto* que determinou (diz-se) a demissão do ministério do duque d'Ávila (1871); o terceiro, como jornalista de ideias e de combate, desde a época do *ultimatum* até à ditadura de João Franco (*Nota de Sant'Ana Dionísio*).



que, em certa medida, o foi) desde a *República*, de António José de Almeida até o *Povo de Aveiro*, de Homem Cristo, o *Dia*, de Moreira de Almeida, e a *Época*, de Fernando de Sousa! Isto sem excluir a imprensa técnica e as folhas menos combativas, desde o grave e ponderado *Economista*, de Carrilho, o conspícuo *Comércio do Porto*, o acomodaticio *Diário de Notícias* até à *Flor do Tâmega*, e sem esquecer que foi no *Jornal do Comércio* que António de Serpa fez algumas das suas campanhas políticas.

Qual destes celebrados jornalistas se pode eximir a essa glória? Passam-me pela memória os ditos mais acerosos: «O manto real é uma capa de ladrões»; «nas galés da História», — «tanto pior melhor», «os miseráveis de Vitor Hugo de Azevedo Coutinho», «antes Afonso XIII que Afonso Costa» — e tantos, tantíssimos outros que ficaram célebres nos anais da imprensa deste país e passaram de boca em boca, nada ficando a dever, em energia expressiva ou em irreverência, às tiradas mais escaldantes do parlamento e dos comícios: «Por menos crimes rolou no cadafalso a cabeça de Luís XVI, que «Isto é uma falperra de manto e coroa!»

Demais os diplomas que por esse tempo (ao da publicação dos artigos a que este apenso se refere) regulavam o exercício da liberdade de imprensa, bem expressamente reconheciam esse direito de crítica. Reconhecia-o a Constituição, no seu artigo 3.º, n.º 13; reconhecia-o o Código Penal, no título e no capítulo de que trata dos «crimes contra a honra, difamação, calúnia, injúria» dos particulares e dos oficiais públicos; reconhecia-o a lei da imprensa de 1910, ainda hoje vigente, em que tal direito é da mesma forma afirmado e garantido. Referimo-nos, neste último caso, ao artigo 12, do decreto n.º 12 008, que legislou sobre a imprensa e de que adiante faremos mais directa menção. Naturalmente a ditadura



proclamada em 28 de Maio não quis inovar grandemente em matéria de liberdades públicas (embora houvesse criado, o direito de resposta). Se uma lei de imprensa da ditadura reconhecia plenamente o direito «de discussão e de crítica», é natural que o não cerceasse muito mais a legislação anterior. E de facto garantia-se, como dissemos e mais adiante teremos ocasião de ver.

De outra forma, se o artigo 181 do Código, sobre o qual se tem querido fazer finca-pé nesta questão e que fixa matéria de direito quanto às ofensas dirigidas às autoridades, tivesse que ser interpretado independentemente da restante legislação sobre o assunto, incluindo a que consta de outras partes do mesmo Código, e fosse considerado como injúrias e difamações maliciosas, sem mais forma de processo, o que é o exercício dum direito inalienável e indiscutível de crítica, deveriam ter passado pelas cadeias todos os jornalistas políticos deste país, monárquicos e republicanos — Mariano, Navarro, Rodrigo da Fonseca, António de Serpa, Urbano de Castro, Alves Correia, Heliodoro Salgado, Higinio de Sousa, José Fontana, Camacho, João de Meneses, José Barbosa, Marinha de Campos, França Borges, Mayer Garção, Artur Leitão, Campos Lima, António José, Bruno, José Caldas, Pádua Correia, Basílio Teles — e muitos que apareceram depois (Fernando de Sousa, Pereira da Rosa, Homem Cristo, Trindade Coelho, Monsaraz, Sardinha, Hipólito Raposo, Rocha Martins), porque quase todos eles assinaram artigos de acerbíssima crítica, afirmaram o pleno direito de dissentir dos comediantes e de patear a peça, se envolveram em polémicas mais ou menos truculentas, e alguns fizeram mesmo campanhas que deram brado pela persistência e pela violência, e que chegaram a fazer cair ministérios (como a travada, por exemplo, em 1881, nas páginas de



*António Maria*, por Rafael Bordalo, que, segundo se diz, teria feito cair o gabinete de Braamcamp).

Deve dizer-se que a Monarquia liberal foi neste ponto duma liberalidade que excedeu a da República e que chegou mesmo a roçar por vezes por uma excessiva e criminosa complacência. Lembre-se que, a esse tempo, se foi até fazer circular um jornal intitulado *O Caçador Simão*, alusivo à pessoa do rei; se imprimiu largamente e em diferentes periódicos a poesia de Junqueiro que acabava com o verso profético: «É alguém, é alguém que foi à caça do caçador Simão»; que era a época libérrima em que Bordalo não hesitava em fazer, no *Album das Glórias*, a caricatura do próprio rei D. Luís e escrevia com todas as letras: «D. Carlos I, o Último»; e em que a *República Portuguesa*, de Chagas, digna de Rochefort, da qual dizia Guerra Junqueiro que dava «a impressão física da arremetida», publicava os retratos do rei D. Carlos e do Barjona, inserindo logo por baixo a seguinte pretensa errata a um artigo do número anterior. Onde se lia: «os sete homens que venderam à Inglaterra a África Portuguesa», leia-se: «Os nove homens que venderam à Inglaterra a África Portuguesa».

Devo confessar, aliás, que tais processos não tiveram nunca a minha aprovação; nunca fiz oposição por oposição (como fez Bordalo a Braamcamp, que, no fundo, considerava e respeitava): por detrás dos meus combates havia sempre uma ideia; nem nunca dirigi, em imprensa livre, ataque ou insulto algum a qualquer chefe de Estado português, fosse ele qual fosse, Presidente ou Rei. Isso era já o abuso, condenável, em quem o pratica e em quem o deixa praticar. Mas isso é outro aspecto da questão. O que importa, neste passo, é acentuar que se o artigo do código de que falei fosse aplicado sem mais exame, nem seriam exceptuados da pena infamante os dois nomes mais gloriosos da democracia portuguesa



— José Falcão e Rodrigues de Freitas. Isto sem falar nos próprios jornalistas monárquicos, que usaram e abusaram dessa criminosa complacência, que parecia ter a sua raiz, já então, numa pavorosa crise de autoridade. Pense-se que é de Mariano, no *Diário Popular*, a frase: «El-Rei protege a ladroeira e a delapidação». «Nunca os republicanos, os socialistas, os miguelistas, todos os inimigos da monarquia liberal — observa, como simples historiador, o Dr. Reis Santos, a propósito da campanha dirigida contra o governo e a Coroa pelos progressistas em 1878, depois da queda do Ministério Ávila, especialmente por Mariano e Navarro, os dois grandes jornalistas do progressismo — a tinham agredido com tanta violência, tantas injúrias...» (1)

Reis Santos poderia ter dito mais: «com tal truculência e tal virulência de linguagem».

Tal era o progressismo jornalístico na época do Fontes e do Hintze.

Ora, repito, se o direito de crítica, que, pela essência, pela definição mesma de democracia, se tem que reconhecer, e de facto ninguém pensava em derrogar, em relação ao legislativo e ao executivo; se esse direito estava consignado e garantido nas leis do país; se se fez largamente uso dele — uso e mesmo abuso (o que se não disse dos ministros!), chegando mesmo frequentemente, depois da República, a fazer gemer não só os prelos como as vítimas, e a clamar as bocas dos canhões, — eu pergunto se ele se não entende também com o poder judicial, se dele tem necessariamente de se excluir esse poder, sob a razão ou o pretexto de que não legisla nem ordena, mas julga, embora se instaure em poder

---

(1) Francisco Reis Santos, *O movimento republicano e a consciência nacional*, in-*História do regime republicano*, 1930, p. 281.



terrível, se exercido contra os ditames da razão, do bom senso e da justiça, se movido por interesses sectários ou por paixão, pois que tem muitas vezes a proeminência sobre os outros, visto dele depender, em última análise, em muitas circunstâncias, a segurança, a propriedade e o bom nome dos cidadãos. Do seu bom ou mau funcionamento decorrerá evidentemente um exercício normal ou não do regime.

É certo que se pode dizer isto de todos os poderes do Estado, dada a sua interdependência, mas tal afirmação é sobretudo válida em relação ao judicial.

Seja, porém, como for, é uma questão de facto que se reclama tal imunidade e inviolabilidade crítica para o poder judicial. Não só pela solenidade da sua missão «sacrossanta», mas sobretudo talvez porque, sendo ele sempre o último a julgar, ninguém deve ter a veleidade de julgar sobre o seu julgamento, o que pareceria a esses zelosos fiéis do poder judicial, além de impróprio, atrabiliário, impertinente, redundante. Assim todos nós, em democracia, desfrutaríamos, e em alto grau, a faculdade de julgar de todos os actos públicos, menos precisamente dos do poder judicial, pelo simples motivo de ser *judicial*.

A argumentação toma este significado particular: que de outra maneira não chegaríamos nunca a uma apreciação última e irrevogável, a um poder de sentenciar incontestado, que tivesse na função judicativa, por ele exercida, a última decisão e a *ultima ratio*. Segundo o que nos parece quererem-nos dizer, não se poderia admitir nos julgamentos uma cadeia sem fim que eternizasse a questão. Haveria que instituir ao cabo uma jurisdição definitiva e irrevogável — um julgamento não só inapelável mas indiscutível. Se não em si, tal julgamento teria que ser considerado como pragmaticamente infalível, por ter necessariamente de haver um último termo da série judicativa. E sendo isto necessário,



pela força mesma das coisas, não deveria o poder judicial constituir esse último termo, visto que Deus se abstém?

Pois a minha ideia era justamente que os tribunais que não deliberam à porta fechada, «à huis clos», como no primeiro processo Dreyfus, que têm a consciência de se encontrar sob o *contrôle* da consciência pública e de lhe ter de prestar, moralmente, contas, eram os que se achariam nas melhores condições de realizar uma justiça perfeita. Os outros, da *porta fechada*, os que não franqueiam todas as suas portas à devassa pública, e teriam interesse em fazer o silêncio sobre as razões que a outros possam assistir, são tribunais de violência e não de justiça, e os que mais facilmente cometeriam erros judiciários: Callas e Dreyfus.

Não quero tirar, como se verá, ao poder judicial o direito exclusivo de julgar em última instância, mas nem lhe reconheço julgamentos preestabelecidamente definitivos e irrefutáveis, nem nenhuma imunidade particular quanto à crítica alheia. E sobretudo porque o não creio infalível.

O quê? Teria a democracia, que com tanta largueza e tolerância submete todos os poderes à distribuição pública, dotado o poder judicial de privilégio da infalibilidade e da imunidade crítica? Teria cometido esse crime? Não pode ele — o próprio poder judicial — delinquir e prevaricar? Não há erros judiciários? Não há crimes de justiça? Nunca se viu? E não são esses, por sinal, os de maior gravidade, aqueles contra os quais mais se tem que acautelar a sociedade? Não é a mais larga crítica pública sobre os actos do poder judicial, pela convicção de inocência ou de culpa que é susceptível de levar a todos os espíritos, pelas maquinações e conluios que possa revelar, justamente a maneira mais prática de provocar a revisão de julgamentos iníquos, preci-



pitados ou inspirados pelo ódio político, o espírito de corpo ou o ódio de raça? Não teria havido o caso Callas? Teria sido um sonho o caso Dreyfus? Quem fez os *Crimes dos Reis* e dos *Papas* não poderia também escrever os *dos Jurados* e os *dos Juizes*? Seria *vox Judicis vox Dei*? E Zola, e Clemenceau teriam cometido realmente um grande delicto impugnado e acusando de iniquidade e parcialidade revoltantes o veredicto que condenou Dreyfus? O quê, a democracia ficaria indefesa, desarmada ante os abusos desse poder, fosse ele qual fosse? Seria tão desmazelada e imprudente que não tivesse tomado todas as prevenções, todas as providências, para rectificar os erros, restabelecer a justiça, manter e fazer respeitar o prestígio dos outros poderes de Estado que por ele houvessem sido agravados? A democracia teria sido tão imperdoavelmente imprevidente que não tivesse tomado todas as garantias para que esse poder não tivesse possibilidade alguma de fazer obra de insurreição, de agravar a consciência pública e ofender, com o espírito mesmo do direito, a lei moral? Ficaria inerme, de braços cruzados, perante uma conspiração, uma tremenda cabala contra ela urdida? Capitularia perante os tribunais, ela que é a realização mesma da justiça?

Não tivesse ela tomado estas providências, ditadas pelo mais elementar bom-senso, não se tivesse ela acautelado, — e nem por isso eu me sentiria coagido a não fazer o processo de semelhante pretensão de infalibilidade, ou me absteria de reclamar contra tal erro ou tal incúria. Porque acima daquele direito positivo estabelecido nas leis, daquelas conquistas do direito já realizadas, há os princípios da razão e do direito puro; acima do direito constituído, o direito constituendo; este é que é o gérmen fecundo das conquistas jurídicas a realizar. Era por isso, porque havia uma evolução *contínua* (não zigzagueante) da consciência jurídica, cada vez



mais atenta às realidades sociais e em face da complexidade cada vez maior das relações sociais, que tinha havido uma história do direito e um progresso do direito. De contrário, não nos seria lícito provocar nenhuma reforma de legislação: teríamos que aceitar o direito positivo, a lei estabelecida como um *ne varietur*, como uma fatalidade, como um imenso facto consumado.

Ora é evidente que assim não é, que assim não foi, que assim não poderia ser.

Escudado nessas razões, eu ousaria discordar, se qualquer lei houvesse estabelecido como intangível e inacessível à crítica a soberania dos tribunais, na parte que se refere aos seus julgados? A lei moral, que vale muito mais que a lei dos códigos, visto esta não valer senão no grau em que é a expressão daquele, ou, pelo menos, em que a não contraria, podia obrigar-nos a tomar uma atitude de rebelião, — duma rebelião que não seria atentatória do direito, mas uma emanção da sua própria, e que portanto assumiria a inteira responsabilidade do seu protesto, o que imediatamente me singularizaria em relação aos nossos revolucionários, que atentavam contra aquele direito e se eximiam às consequentes responsabilidades. Pela parte que me toca, fiz tudo quanto podia fazer para que a consciência pública, uma vez consumados os factos nos tribunais militares, não sancionasse essa infracção ao bom senso e ao direito.

A verdade, porém, é que a lei, se, como verificaremos mais adiante, não acautelou suficientemente a democracia e a justiça, defendendo-as dos erros do poder judicial, ao menos não o dotara de nenhuma espécie de infalibilidade e garantia juridicamente o direito de discutir os seus julgados.

Já a própria organização da justiça tal como ela foi estabelecida pela Constituição e leis jurisdicionais, envolvendo o conceito de *erro judiciário* possível, como expres-



samente é declarado na própria Constituição que a esse tempo entre nós vigorava, estabelecendo várias *instâncias de julgamento* e a faculdade de *revisão dos processos* (ampla e latitudinária nos países germânicos, mais restrita em Portugal, na Inglaterra e na França), quis despir as decisões dos tribunais de todo o prestígio de infalibilidade e se recusou a excluir a possibilidade de delitos ou de erros de justiça. O n.º 34.º do art.º 60.º da Constituição bem claramente estabelecia o direito de reparação de perdas e danos no caso de *injusta condenação criminal*. Assim presta ela flanco, como não podia deixar de ser, para ser justiça, pela maneira como se organiza, limita e constitucionaliza, a toda a discussão aberta.

Muitas vezes, o tribunal de primeira instância condena, o de segunda absolve, para a terceira condenar. Quando foi a justiça infalível, quando foi «intangível e sagrada»? Quando condenou, ou quando absolveu? É essa decisão n.º 3 que será o sinal de infalibilidade? Goza por acaso esse número de propriedades mágicas e cabalísticas? Três? E porque não dois, ou quatro? Em virtude de que razões (ou razão) o número três, na série judicativa, é o grau supremo do julgamento? Não se vê, com evidência, a necessidade disso, a não ser por esta razão de ordem estritamente prática: que era preciso que houvesse um termo, razão que não pode, porém, invalidar os superiores interesses da justiça, quase tão susceptíveis de ser desrespeitados à terceira vez como à primeira. Se há Tribunais Supremos neste mundo, é pela simples razão de se pensar que não podemos continuar a julgar *ad infinitum*.

Apesar disso, a nossa lei admitia, embora apenas para o caso de ser invocada a absoluta inocência do acusado, exclusivamente no interesse dele, a revisão das sentenças condenatórias, mesmo quando ditadas pelo



Supremo; e as leis alemã e austríaca tinham chegado até a estabelecer, pelo menos a esse tempo, o revisionismo no caso de absolvição ou de pena diminuta, e em proveito da sociedade. O que prova à evidência que se não reconhecera tal termo à função judicativa, segundo o direito de algumas nações tidas como das mais civilizadas, pois não só se admitiam três instâncias de justiça como a faculdade ilimitada de conhecer e examinar de novo qualquer processo, em face de novos factos ou de novos testemunhos.

Eis no que vem a dar a infalibilidade do Infalível!

Dáí dimana (visto não ser ainda religião do Estado e da Cabala, com grande contrariedade, ao que parece, de certos juristas) uma grande lição de modéstia e de falibilidade jurisdicional. Não há nenhum preceito racional ou moral, nenhuma razão de Estado, nenhum respeito humano, que me faça inclinar perante a pretensão que possa arrogar-se seja quem for de ter exercido a justiça absoluta.

Que os tribunais deliberem, e só os tribunais. Que nenhuma decisão seja tomada sem a deliberação do poder judicial e sem que ele tenha ditado o veredicto. Mas que a opinião pública, o parlamento, o governo tenham o poder de provocar tantos julgamentos de revisão de sentenças (condenatórias ou absolutórias) quantos os que forem necessários. Para impedir todos os abusos neste ponto, não seria difícil encontrar a fórmula.

O que não pode constituir matéria de direito é que haja direito a qualquer de rebelar-se e insurreccionar-se, só porque se pode dar o caso de ter vindo para a rua *com os olhos postos na Pátria*.

É isto que era preciso que não fizesse jurisdição. E era isto que deviam ter previsto todos os homens de



direito e todos os parlamentos que na nossa terra tiveram intervenção nas constituições e nas leis penais.

Ora o curioso e o espanto aqui é que o Governo de 1925, ao ver-se desprestigiado em absoluto, desprestigiado o Parlamento, desprestigiadas as instituições, desrespeitada a lei, ratificado o delito, impune o crime, e fixada uma jurisdição monstruosa, se viu inteiramente manietado, *sem uma lei a aplicar* — o que o obriga a entrar no caminho dos abusos, fazendo cortejo com os desrespeitadores da lei. E o mais espantoso ainda é que, tendo, poucas semanas depois destes escandalosos factos, de estabelecer um novo código de justiça militar, não tivesse aproveitado a lição, e não houvesse introduzido, como se verá, no novo código o princípio da revisão dos julgados em caso de absolvição.

Mas os reaccionários e outras espécies exigiam mais: queriam que a decisão da Sala do Risco não houvesse manietado apenas o governo: queriam que ela manietasse também a pena dos jornalistas. E isto era, sob certo ponto de vista, mais grave. Porque era a completa homologação e consagração do escândalo. Não só a sentença passava a fazer matéria de jurisprudência, mas também matéria de moral: o verdadeiro direito e o espírito jurídico ficavam à mercê do primeiro aventureiro.

Ora a verdade é que os juristas, nessas circunstâncias, não só não invocavam o verdadeiro espírito jurídico, mas passavam também por cima de todas as leis, *visto que as leis portuguesas de então garantiam absolutamente o direito de crítica sobre todos os poderes (incluindo o judicial), sem distinção.*

É certo que a Constituição, no seu art.º 60.º, garantia a «irresponsabilidade» do poder judicial cuja «independência» fora já assegurada pelo art.º 6.º: «Os juízes — preceitua aquele artigo — são irresponsáveis nos seus



juízos, salvo as excepções consignadas na lei.» O que se deve, porém, entender por estes termos? Então os juízes, quando julgam, são uns irresponsáveis? Pois um dos actos mais graves que o homem pode praticar, o de mais sérias consequências, e o que dele exige o maior grau de consciência e de isenção, poderá ser revestido do signo da irresponsabilidade? É óbvio que tal interpretação desse texto da lei não é admissível, visto não haver precisamente coisa alguma que mais implique com a responsabilidade intelectual e moral. Se aí se fala de irresponsabilidade, não é decerto para isentar os seus juízos de toda a responsabilidade moral ante a própria consciência do julgador e ante a consciência dos outros homens.

*Quem julga, assume, só porque o faz e pelas consequências que daí podem advir para a liberdade, a propriedade e a reputação alheias, uma responsabilidade enorme.*

Falo aqui em particular dos juízos que se traduzem sobre outrem por qualquer efeito de ordem prática.

Não foi portanto isso que a lei constitucional quis dizer. Se assim fosse, teria estabelecido uma monstruosidade, e esse artigo seria a perfeita negação do espírito jurídico: denegar responsabilidade aos actos mais importantes e de maiores consequências da nossa vida moral.

Não, quando a lei dota o juiz de irresponsabilidade, é para garantir não a irresponsabilidade jurídica e moral dos seus actos, mas somente a independência e por assim dizer a suficiência das suas deliberações — é para que o poder judicial não possa ver invadidas as atribuições por qualquer outro poder, e para que nenhum magistrado se veja coacto perante o executivo, obrigado a fazer justiça que convenha aos seus interesses de mando e de



clientela e sujeito às suas vinganças e represálias por não ter satisfeito ou lisonjeado esses interesses. O que a lei quis foi que nenhuma sentença de qualquer tribunal pudesse ser invalidada por qualquer outra sentença que não emanasse também dum tribunal — isto *com as excepções consignadas na lei*. Foi para assegurar a independência dos poderes, base do sistema constitucional do nosso tipo, no tempo da democracia parlamentar, e que, como todos sabem, se filia teoricamente nas concepções formuladas por Montesquieu, no seu *L'Esprit des lois*, que a lei fundamental tomara a precaução (embora insuficiente, como se vai ver) de atribuir aos julgadores públicos uma quase perfeita independência em face do poder executivo, como irresponsáveis de facto, perante eles, pelas sentenças que proferissem, como não podendo sofrer perseguição ou castigo da parte desse poder do facto das suas decisões, dando azo a qualquer intervenção ilícita dos governantes, sobretudo em relação a qualquer contenda em que estes estivessem directamente interessados. Isto, excluindo, evidentemente, o direito que pudesse atribuir-se ao executivo de recorrer para outro tribunal.

Devemos ajuntar, de passagem, que tal garantia era aliás insuficiente e quase que puramente verbal, pois, estabelecendo limites e restrições e admitindo excepções às suas normas nas prescrições das leis não constitucionais, e concedendo a estas toda a latitude de derrogação da norma expressa pela lei fundamental, se suprimia de facto toda a garantia constitucional que tivesse um carácter absolutamente obrigatório para o legislador ordinário. Assim se infringia, na própria enunciação da norma constitucional, o princípio da hierarquia absoluta da lei constitucional. Os particulares e o poder judicial podiam ficar defendidos do puro arbítrio do executivo (com a única excepção de este assumir, por meio



de ditadura, a plenitude de todos os poderes), mas não ficavam defendidos do arbítrio do legislador ordinário, que encontrava na fórmula constitucional a maneira legal de se arrogar o poder de limitar o princípio jurídico por ela estabelecido até ao ponto que entendesse e que quisesse. Ele podia assim abolir ou ab-rogar ilimitadamente os princípios mais sagrados e fundamentais da Constituição, quando eles são expressos por essas fórmulas. Desta maneira, a lei não garante o direito ou a prerrogativa que faz semblante de defender, e deixa a porta escancarada a todas as contravenções ao espírito da norma constitucional, contanto que seja por meio de uma lei. Ora como as leis são feitas normalmente pelo legislativo, veja-se se ao judicial fica de facto garantida a independência, num texto constitucional que admite vaga e latamente todas as excepções a esse princípio normativo e, mais ou menos, toda a espécie de *arbítrio legal*.

Estas considerações podiam-se aplicar, em geral, a quase todo o domínio do direito público.

Em todo o caso, tendo encontrado ou não a mais lídima e prática expressão para a limitação da chamada «irresponsabilidade dos juizes, do que não resta dúvida é de que a Constituição da República, de 1911, não a estabeleceu como um princípio absoluto, não assegurou que não pudesse haver exclusões.

Demais, é esta a opinião dos constitucionalistas, e nomeadamente a opinião do nosso mais autorizado intérprete de direito público, o professor Marnoco.

Referindo-se à independência do poder judicial, escreve ele a pág. 571 do seu *Comentário à Constituição da República*, publicado em 1913: «A independência do poder judicial deve referir-se às suas funções, *consistindo por isso em as decisões não poderem ser invali-*



*dadas e as suas atribuições não poderem ser absorvidas pelos outros poderes.»*

«Daqui deriva que a independência do poder judicial não se pode entender no sentido da completa emancipação dos outros poderes do Estado, consentindo mesmo a fiscalização do poder executivo sobre os seus actos... A independência... tem de ser interpretada em harmonia com a divisão dos poderes, sancionada pela Constituição, onde se não chega até a separação. É por isso que se admite a nomeação dos juizes pelo poder executivo, e a inamovibilidade não é absoluta. Em todo o caso, rodeou-se este poder das garantias necessárias para evitar os abusos do poder executivo.»

O mesmo jurista reconhece, como consequência da irresponsabilidade apenas relativa que a lei lhes atribui, a possibilidade de os juizes terem que responder por perdas e danos, «quando, por via de recursos competentes, as suas sentenças sejam anuladas ou reformadas por sua ilegalidade, e se deixa expressamente aos lesados o direito salvo para haver perdas e danos» (art.º 2401.º do Código Civil).

Demais todos os textos legais reconheciam plenamente o direito de crítica aos vários poderes do Estado. «A expressão do pensamento — declarava desde logo a Constituição, no seu art.º 3.º, n.º 13.º —, seja qual for a sua forma, *é completamente livre*, sem dependência da caução, censura ou autorização prévia...»

Suspendemos aqui a reprodução do artigo, para a retomarmos mais adiante.

Comentando este preceito da Constituição, escreveu Marnoco: «Não haveria verdadeira liberdade se não houvesse a livre faculdade de manifestar o próprio pensamento, por qualquer das suas formas de expressão...



A liberdade de discussão e crítica é o necessário pressuposto da vida intelectual e moral do país.»

Em seguida, Marnoco tenta responder aos que pensam combater a liberdade de pensamento, sustentando que ela não pode existir nas leis naturais, pois, segundo eles, contradizer «os princípios estabelecidos pela ciência, não é acto de liberdade, mas de insensatez». Como se não fosse precisamente na crítica que fosse necessário fazer acto de maior liberdade, para nos libertarmos dos prejuízos, dos erros, das estreitezas e limitações da ciência anterior! Como se a evolução da ciência se não fizesse por aprofundamento e afirmamento sucessivos. Como se toda a história da ciência não fosse uma história de contradições e de reformas por vezes radicais, com mudanças catastróficas *saltuárias*, como dizem os Italianos, de conceitos e de doutrinas. Como se Galileu, Lavoisier, Pasteur, Einstein fossem insensatos, pelo facto de se terem oposto, de terem contraditado a ciência constituída no seu tempo. Isso equivalia a fechar o caminho, em nome de uma ciência fossilizada e de pretensos dogmas científicos, à audácia dos inovadores e dos criadores. Como teriam chegado até nós os nomes de Copérnico, Tico-Brahe, Kepler, Newton, Dalton, Becquerel, Curie, Planck, se eles não tivessem cometido a «insensatez» de contradizer — e de que maneira absolutamente revolucionária, algumas vezes! — a ciência tradicional e a própria ciência da sua época. Só os incultos e os insensatos não tiveram nunca ocasião de contradizer os princípios estabelecidos pela ciência: podem ignorá-los, mas não os contradizem. O avanço da ciência é feito, em grande parte, como se sabe, destas contradições. Porque em ciência não se dá o que acontece em moral; a evolução, aí, não é nem invariavelmente lenta, nem contínua. Entre as concepções de Planck e de Einstein e as que reinavam na ciência do seu tempo, há um abismo. Por outro lado,



a biologia de Lamarck e de Darwin estende a mão, para além de toda a ciência moderna e de toda a ciência da Idade Média, à de Empédocles e de Epicuro; quanto à teoria da luz, foi emissora com Empédocles, ondulatória com Aristóteles, voltava a ser corpuscular com Epicuro e a sua escola, novamente vibratória com Huyghens e corpuscular com Descartes e com Newton, para tornar a ser a da ondulação com Fresnel, e em seguida mista, ondulatório-corpuscular com Schrödinger e com Broglie.

Não houve capítulo da ciência que não sofresse nos séculos XIX e XX uma remodelação profunda: geometrias não-euclidianas e pangeometria, na matemática; radioactividade, quantística, relatividade, teoria ondulatória, na física, evolucionismo, transformismo, darwinismo, mendelismo, e por fim finalismo e neovitalismo, na biologia. Nada houve que tivesse escapado ao bafo, simultaneamente devastador e construtor, da ciência do nosso tempo; sobre as ruínas do passado, juncado dos destroços da ciência de Newton e de Galileu, ergueram-se construções revolucionárias, gigantescas e audaciosas, as sínteses científicas mais completas de todos os tempos da história, como a de Einstein. Nunca mais energicamente do que hoje a ciência se proclamou revolucionária, até ao ponto de a palavra não bastar, de se falar, não já de revolução, mas de subversão, e de se contrapor uma ciência não-clássica à ciência «clássica»; como se fala de uma literatura clássica e de uma música clássica. Um ano após outro, foram aparecendo essas assombrosas revelações, em que a luz é electricidade e tem peso, o espaço é incurvado, o tempo relativo, a energia possui massa, e a massa, no fundo, não é mais do que energia.

Vê-se bem que a *ciência que se faz* não pode estar na sujeição da *ciência que se fez*: o seu único dever é não a ignorar. Não há pior inimigo dessa ciência que se fez do



que a *ciência feita*, quando a pretendem erigir em qualquer *summum bonum* e *non plus ultra* do conhecimento positivo, elevando como que estorvos e barreiras à audácia intemerata e criadora dos inovadores. A objecção dos nossos homens é, pois, dum ignaro e estreito positivismo, que parece não ter pensado sequer um minuto na obra eminentemente revolucionária cumprida pela ciência, em todas as suas épocas, desde Pitágoras e Filolau, Heraclito de Ponto e Aristarco, Hipócrates e Galeno, até a revolução operada pela última geração de físicos, de químicos e de naturalistas. Não representa esta verificação aplauso incondicional desse movimento, nem afirma a boa qualidade inalterável dessas sucessivas e por vezes catastróficas transformações, em que se houve frequentemente como que um baque de derrocada. Quero dizer apenas, como disse no Intróito deste volume, que em coisa alguma devemos negar o esforço ascendente da vida, e que a ciência feita não deverá nunca ser invocada como constituindo motivo de estorvo para a ciência a fazer. Esse respeito *béant* e *béat* pela ciência feita só se encontra nos que não tomaram o mínimo contacto com ela, se não embeberam da sua alma, nos ignorantes crassos e nos destituídos de espírito científico —, pois o verdadeiro *espírito científico*, fora raras excepções, não pode admitir a existência de questões difficilmente fechadas e resolvidas. A ciência nada tem que ver com o espectro da ciência. A ciência não pode negar a vida.

O que Marnoco opõe a essa objecção, se não é expresso tão nitidamente, é, em substância, o que deixei dito. «A verdade — escreve — vai-se revelando pouco a pouco, e por isso a última palavra da ciência nunca está pronunciada» (fl. 105).

Não é só isso; não se trata apenas dum movimento que se vai fazendo *pouco a pouco*, pois a marcha da ciência, como já vimos, nem sempre se fez por incremento, reto-



que e aprofundamento, *no sentido do movimento exterior* (como não pode deixar de suceder, para honra da espécie humana, em moral), antes, pelo contrário, se opera frequentemente em oposição a esse sentido, quer dizer, revolucionariamente, e isto muitas vezes duma maneira brusca, que faz lembrar a evolução por mutações bruscas de De Vries. Verifica-se na ciência, mais que na própria arte, o regresso a teorias e conceitos que passaram de moda e se julgam terem feito o seu tempo: o conhecimento de factos novos reabilitou formas e doutrinas havia muito desaparecidas e que pareciam definitivamente enterradas no entulho dos séculos. É um facto, na ciência, de muito maior tomo que a revivescência dos artísticos estilos, como o helénico e o romano no período clássico das nossas artes, isto para não falar nos casos de imitação proposital, como os que citam os manuais de história de arte, ao falar nos seus exemplos de arcaísmo deliberado da arquitectura galo-romana na Provença do século XII (1). Não há hoje um matemático, um físico, um químico, um biólogo, e até um historiador de arte, que desconheça estes movimentos que alternadamente se produzem, ora por reacção e oposição a uma tradição anterior, ora por via de regresso a uma tradição mais antiga.

Prosseguindo no seu comentário, o célebre tratadista de direito público exprime a ideia de que a liberdade de Imprensa se encontra hoje, no mundo moderno, «plena e incontestada». Ainda então não tinham surgido e proliferado as ditaduras de carácter proselitista e cesarista, as ditaduras de *regime*, para as distinguir assim daquelas ditaduras de ocasião que, como a de João

---

(1) Cf. J. Brutails, *Pour comprendre les monuments de France*, 4.<sup>a</sup> ed., 1922, p. IX.



Franco e a do governo provisório, sendo ditadas pelas circunstâncias, marcaram apenas um lapso no intervalo do regime parlamentar e não tiveram, sobretudo a segunda, um carácter de constitucionalidade. Naturalmente não faltam à Itália e à Alemanha constituições: elas erigiram a ditadura em constituição, mas nisto de ditaduras, como nas doenças, quanto mais constitucionais pior. Para fundamentar e justificar a liberdade de Imprensa na parte que diz respeito ao direito público, Marnoco invoca a «necessidade de fiscalizar os actos do governo». «A liberdade de discussão» é, além disso, segundo escreve, «absolutamente necessária para a descoberta da verdade e o progresso da civilização». E agora, com um *nervo* raro na sua pena, geralmente um pouco linfática e de certa moleza: «Não há doutrina que se possa considerar infalível... E a quem se havia de confiar esse poder de limitar antecipadamente a liberdade da publicação das investigações do espírito humano? Às Igrejas, que são dogmáticas e intolerantes? Aos governos, que, como representantes de uma maioria, tendem a oprimir a minoria? À ciência, quando os seus adeptos têm pontos de vista diferentes? As ideias falsas não devem ser suprimidas, mas discutidas... Não pode haver governo livre sem a liberdade de Imprensa, pois é o melhor meio de corrigir os abusos do poder e de dar publicidade aos factos da vida política dum país. Por meio da Imprensa, todo o cidadão, embora não seja deputado ou ministro, pode ter intervenção no governo dum país, fiscalizando o executivo e iluminando o legislativo.»

Regulando ainda o n.º 30 do mesmo artigo da Constituição o direito de petição, que «envolve o exercício de uma espécie de iniciativa legislativa, de uma certa participação no exercício do poder político», o mesmo tratadista (Marnoco e Sousa) reconhece que a Imprensa «é um meio muito mais poderoso para impor uma questão



à atenção dos poderes públicos do que o modesto direito de petição. «Pode levantar a opinião pública e forçar a acção do parlamento e do governo».

Assim parecia que se passavam realmente as coisas, quando havia neste país *meneurs* de ideias e da opinião.

Quanto ao Código Penal, é o art.º 181.º que regula a matéria no que se refere às ofensas aos diferentes poderes do Estado. No de 1852, o artigo estava redigido de uma maneira a cominar o facto de «directamente ofender... em sua presença publicamente no exercício das suas funções... ou por ocasião das suas funções, em relação a algum acto deles» os membros dos vários poderes. O código de 1886, que era o que estava em vigor em 1925, e ainda agora, tornou extensiva tal cominação as ofensas dirigidas aos membros de qualquer poder, tanto fora do exercício das suas funções, como no exercício ou por ocasião delas. O artigo ficou assim redigido: «Aquele que *ofender directamente* por palavras, ameaças ou por actos ofensivos da consideração devida à autoridade, algum *ministro*, ou *conselheiro do Estado*, *membros das Câmaras Legislativas*, ou deputado das mesmas câmaras, *magistrado judicial*, administrativo ou do ministério público, jurado ou comandante da força pública, na presença e no exercício das funções do ofendido, posto que a ofensa se não refira a estas, ou *fora das mesmas funções, mas por causa delas*, será condenado a prisão correccional até um ano.»

Houve inovação. Anteriormente o artigo não se applicava às ofensas dirigidas a esses funcionários, quando feitas fora do exercício das suas funções; mas ficou estabelecido:

1.º — que não se cerceou com a nova redacção, nem se podia cercear, por estar isso em contradição com o espírito jurídico e o espírito das instituições que nos regiam, nenhum direito de crítica, em primeiro lugar



porque discutir, mesmo com vivacidade, os actos de qualquer poder do Estado, não é ofender os seus detentores, faltando-lhes assim à *consideração devida à sua autoridade*: a lei fala de *ofensas directas*, não fala de censuras, nem de crítica — e discutir não é ofender. Julgar-se-ia o poder judicial ou qualquer parcela do «poder militar» que nele se institua, *directamente ofendido* por se discutirem os seus actos? Se der lugar a essa crítica por algum acto menos justo, o melhor remédio para o caso seria ser mais justo para a outra vez. Que justiça é essa que, não só se inculca como infalível, mas requer o abafarete e a mordação, em vez da mais ampla e livre discussão, da maior ventilação dos factos que digam respeito à coisa pública? Como pode ele opor-se a que sejam produzidos e apreciados novos elementos de facto e novos elementos de apreciação, quer dizer, novos testemunhos, novas evidências, para se fazer mais rigorosa justiça e proporcionar uma maneira mais luminosa e mais justa de apreciar os mesmos factos e os mesmos testemunhos? Não, a lei não impede nem a discussão nem a censura, por viva e enérgica que seja, porque, se as impedisse, *ipso facto* renegaria e destruía todo o edificio e subestrutura do direito que constituía a essência da vida moderna e de todas as formas de democracia então existentes. Mais: para esse efeito, não fazia distinções entre os poderes. Se o fizesse, teria conseguido impedir o direito de fiscalização e de discussão dos actos públicos que, pelo próprio mecanismo do regime, o legislativo tinha então sobre o executivo, o executivo sobre o funcionalismo público, e era garantido aos jornalistas, e a todos os cidadãos em geral, pelas leis a esse tempo em vigor. Só asnos cheios de pesporrência abespinhente e de sobranceria se se podem considerar ofendidos por qualquer discussão em termos. Devendo acrescentar-se que nem se pode mesmo impedir quem quer



que seja de, para a qualificação dum acto, lhe aplicar a devida classificação pejorativa (sem exagero de tom nem recurso a um vocabulário despejado), o que equivaleria a impedir ou cercear gravemente o exercício desse direito de crítica que a pretende assegurar;

2.º — que esse artigo não distingue de facto, como já tivemos ocasião de afirmar, entre os poderes legislativo, executivo e judicial, no que se refere às *ofensas directas* a esses poderes ou a algum dos seus membros.

Que a lei por forma nenhuma confundia a crítica com a ofensa, é o que se depreendia de toda a nossa legislação. O diploma que a esse tempo regulava o exercício da liberdade de imprensa entre nós, que era a lei de 28 de Outubro de 1910, expressamente reconhecia o direito de discussão e da livre crítica. Segundo a lei, «não são proibidos os meios de discussão e crítica de diplomas legislativos, doutrinas políticas e religiosas, actos do governo, das corporações e *de todos os que exercem funções públicas*, com o fim de esclarecer e preparar a opinião para as reformas necessárias pelos trâmites legais, e de zelar a execução das leis, as normas de administração pública e o respeito pelos direitos dos cidadãos» (art.º 13.º). Segundo o artigo 10.º, § único, só podia haver abuso da liberdade da imprensa, nos casos previstos no art.º 181.º do Código Penal, quando no escrito se contivesse «injúria, difamação ou ameaça contra as pessoas ou indicadas». Estas disposições foram reproduzidas, na íntegra, pela lei de imprensa decretada pela ditadura revolucionária de 29 de Maio, em 29 de Julho de 1926 (decreto n.º 12008), no seu art.º 12.º. Todas as palavras comuns a estes dois artigos, o 13.º de 1910 e o 12.º de 1926, são pedacinhos de ouro, pois todas elas têm toda a razão de ser e aplicação neste caso. De facto, se empenhei a pena para chamar a atenção pública sobre os actos decorridos na Sala do Risco, foi para conseguir que se esclara-



recesse, preparasse e reformasse e se falasse, e velasse pelos direitos dos cidadãos.

Como se vê, nenhuma dessas leis distinguem entre o poder judicial e os outros poderes, pois a todas elas englobam sob a designação Genérica: *Todos os que exercem funções públicas*. Ficou assim mais uma vez legalmente reconhecida, pelo menos teoricamente e em princípio, a liberdade de crítica aos actos *de todos os que exercem funções públicas* — mesmo judiciais.

Voltando ao Código Penal, torna-se manifesto que, tanto ele não quis impedir o direito da crítica, que, na parte em que trata em geral dos delitos «contra Roma, difamação, calúnia e injúria», também claramente o reconheceu. É certo que o art.º 407.º estabelece que, quem imputar a outrem um facto ofensivo da sua honra e consideração por reproduzir tal imputação, estará sujeito à sanção penal. Mas se mais não dissesse o Código, ficava a imprensa periódica impedida de exercer a sua tarefa informadora quotidiana, pois que todo o Ex.<sup>mo</sup> Larápico de quem se narrasse a proeza, poderia considerar tal facto *ofensivo da sua honra e consideração*, e sentir-se autorizado pela lei a querelar por esse facto o jornal. Tais narrativas, e os verbos substantivos e adjetivos (e até advérbios de modo) que os costumam exprimir, não tem efeito *ofensivos da honra e consideração* dos srs. larápicos mas os srs. larápicos têm uma excelente maneira de evitar essa desonra e desconsideração: é não dar lugar a elas pelos seus actos de discutível benemerência. Sem a liberdade reconhecida a essas imputações, não haveria possibilidade de uma massa enorme de informações jornalísticas, ver-se-ia reduzido o noticiário a celebrar os chás dançantes, os méritos dos benfeitores, e a homenagear o génio, o saber e a virtude. É óbvio que assim não podia ser. Por isso o Código não tarda a declarar, no art.º 409.º, que quando o acusador, no caso que nos



ocupa, provar a verdade dos factos imputados, será isento de pena. Assim, o Código pune a calúnia, mas não a imputação.

Em parte alguma, portanto — nem na Constituição, nem no Código penal, nem na lei que regulava o exercício da liberdade de imprensa, se via proibido ou sequer tolhido ou cerceado o direito de discussão e crítica dos actos públicos. Nenhuma lei nos prescrevia o silêncio sobre eles. Nenhuma lei nos inibia de levantar o mais aturado e enérgico protesto, por meios sérios e honestos, contra os processos de administração da justiça no nosso país, quer nos tribunais civis, quer nos militares, contra a criminosa impunidade que, de há muito, premiava as agitações dos caudilhos e dos bandidos, pois já o célebre capitão de ladrões João Brandão gozava da escandalosa protecção da justiça, e a própria Legião Vermelha (contra a qual os homens da direita tanto bradavam) beneficiara da cumplicidade dos nossos jurados e dos nossos juizes. Dir-se-ia que o maior crime, em Portugal, era ser-se honesto, diligente, trabalhador, bom chefe de família, bom funcionário, escritor probo, honrado jornalista. Nenhuma lei nos inibia também de promover uma campanha de imprensa para a revisão da nossa legislação penal, sobretudo na parte que dizia respeito à *revisão das sentenças*, ampliando os julgados absolutórios, diminutos ou excessivos, o que já era lei do nosso país em relação às sentenças condenatórias, e apenas no caso de se poder invocar, no processo de revisão, a absoluta inocência do condenado. Em parte alguma li que, uma vez pronunciado um veredicto, sobre ele haja que se guardar perpétuo silêncio e sobre ele pôr-se uma pedra sem título, sejam quais forem as condições — como se ele tivesse emanado de Deus.

Porque a verdade é que a legislação vigente até 1926, se garantia o exercício da liberdade de crítica em relação



aos poderes legislativos e executivos, não o garantia menos em relação ao judicial. Porque, de facto, a *lei não distinguia*; ou antes, se qualquer distinção havia era de pormenor e *essa relativa, precisamente, a esse poder legislativo* que, a coberto do poder judicial quase com a aprovação do Presidente e do Promotor do Tribunal, fora coberto de insultos na Sala do Risco.

De facto, a lei punia particularmente as ofensas dirigidas ao Congresso ou Assembleia Nacional, pois o § único do art.º 411.º do Código Penal taxa como delicto que corresponde a pena mais grave, *a ofensa contra alguma das câmaras legislativas* — coisa que se fartaram de ofender os homens que se reuniam naquele tribunal. A única distinção que encontro na lei é esta: não vejo outra. Nesta ordem de ideias, a lei não põe o Judicial antes pelo contrário, acima do Legislativo. É o que acontece, aliás, no actual regime.

Tenha-se em atenção que, em todas as disposições legais a que fizemos referência, se fala sempre em *ofensas*. A palavra é expressa. E pode-se perguntar, como já se disse, se o poder que neste país tem a missão de exercer a justiça se sente ofendido por ver discutidas as suas sentenças e os seus actos, mesmo nos termos mais elevados e mais calmos. Não são admissíveis nem sofismas nem subterfúgios: eles são indefensáveis e inconfessáveis. Além disso, voltavam-se eles não só contra os Cunhas e Costas, os jornalistas políticos que se colocaram ao lado do veredicto da Sala do Risco, como contra aqueles que, investidos nas funções de membros dum tribunal, ou dentro dum tribunal militar e envergando, como em serviço militar, uma farda do Exército português, se fartaram de usar, e abusar, do direito de criticar as instituições, o parlamento, o Governo e o próprio Chefe do Estado.

Para a lei, ofender não pode significar discordar, com-



bater, até com vivacidade, uma ideia um acto ou uma atitude, afirmar a nossa divergência, repugnância, protesto ou mesmo revolta contra qualquer procedimento de qualquer poder do Estado, seja ele qual for. É o que se infere da letra e do espírito da lei, e de todas as disposições conjugadas e associadas, assim como do espírito vivo das instituições que então nos regiam. Nem sequer se poderia impedir, repito, fundado na lei e no direito, a viveza e o ímpeto da argumentação, a energia da apóstrofe, o acento de combate e do protesto, pois tal tom poderia ser exigido pela grandeza do delicto a verberar, pelas leis morais e jurídicas que teriam sido agravadas, pela soma de interesses privados ou colectivos que ele viesse a lesar, de paixões, de nepotismos, de facciosismos, de subserviências, de monstruosas cumplicidades e de violências que pudessem ter conspirado para evitar a aplicação da lei e a reparação da injustiça, e ainda pela massa, o número de pessoas que pudessem ter partilhado da falsa convicção da inocência ou da culpa. Sobretudo quando os tribunais condenam um inocente, ou podem abalar os fundamentos da sociedade e do Estado.

Nada deve, efectivamente, repugnar mais ao justo do que ver um homem condenado por um crime que não cometeu, e ver destruir em torno de si todo o edificio do direito e das garantias mais fundamentais da civilização.

Portanto a discussão, e discussão viva, com os qualificativos e o tom que a gravidade do caso requerer, não era impedida pela lei. O que a lei punia, em primeiro lugar, era o abuso desse direito (Constituição, art.º 3.º, n.º 13); e, segundo lugar, a calúnia (Código Penal, art.º 409.º).

De facto, o que a lei não pode garantir é a irresponsabilidade. Reconhecer a alguém a faculdade do exercício dum acto não é eximi-lo da responsabilidade que lhe



possa caber pelo abuso possível dessa faculdade. A lei exige, pelo contrário, e muito bem, a mais efectiva responsabilidade pelas ofensas e acusações dirigidas, seja a que título for e a quem for, grande ou pequeno, funcionário ou particular. «A liberdade de imprensa — escreve Marnoco — não significa irresponsabilidade. Não há liberdade que não encontre o seu limite natural na liberdade dos outros e na vida do próprio Estado. Mas o Estado não pode intervir senão por via de repressão ou reparação, e de nenhum modo por via preventiva.»

Estas últimas palavras justificam o direito de resposta, mas não a censura prévia — *tal, pelo menos, como ela é concebida e exercida pelos Estados de ditadura.*

De facto, em boa verdade, todo o homem justo concebe uma *censura prévia* que seja não legítima como também salutar.

Eu peço-a para tudo quanto escrevo.

Querendo impedir os abusos da liberdade de imprensa, a lei não poderia deixar de punir o emprego do vocabulário despejado e de atitudes descompostas; porque um jornalista tem a obrigação estrita de ter *maneiras*. Ele tem, por uma questão de dignidade própria, de refrear a sua linguagem, de coibir-se do escárneo e da insolência, de não consentir que saia da sua pena um termo menos limpo e menos decente. Numa palavra, a sua honra de homem e de escritor exige-lhe que use duma linguagem *policuada* por ele mesmo.

Evidentemente, casos há que a hesitação é possível entre a discussão lícita e a ofensa culposa. Para tais casos estabeleceram os juristas o seguinte critério prático de decisão: «Quando é... que a discussão lícita degenera na ofensa possível? É uma avaliação de facto para que a ciência não pode oferecer nenhum critério absoluto,



embora adopte como preferível uma tendência liberal: «*in dubiis pro libertate.*» (1)

O que a lei punia também era a calúnia: «se quem imputar a outrem qualquer facto irregular não provar a verdade da imputação — reza o art. 409.º do Código Penal — será punido como caluniador». A calúnia não era, pois, livre: para a lei, o caluniador era um criminoso. O articulista conservava a esse tempo o direito de acusar, inerente à sua participação na coisa pública, mas com uma contra-partida indispensável: a obrigação de provar.

A acusação sem prova é, só por si, monstruosa iniquidade, embora o acto sobre que ela incida seja verídico, e a infracção à lei moral e jurídica objecto de sanção legal. Todo o crime é inexistente desde o momento em que sobre ele se não faz prova. Ninguém pode ser pronunciado sem nota de culpa e corpo de delicto, nem condenado sem ser ouvido. Demais é a quem acusa que compete a prova do acto incriminado. O *onus probatio incumbit ei qui dicit, non ei qui negat*, era um princípio dos *Digesta* de Justiniano; não cabendo a ninguém a obrigação de se defender de uma acusação vaga, insidiosa, sibilina e inconsistente, ou não apoiada em provas de facto, numa evidência abjectiva que se imponha ao acusado e ao público.

Doutrina análoga à do Código Penal encerra a lei de imprensa de 28 de Outubro de 1910, nos seus artigos 17.º e 18.º, por sinal integralmente reproduzida nos artigos 16.º e 17.º da lei de Julho de 1926. «O acusado é sempre obrigado, em todos os casos de difamação, a provar a verdade dos factos imputados, seja qual for a qualidade da pessoa difamada, e respeite ou não essa ofensa ao

---

(1) V. E. Orlando, «Principii di diritto costituzionali», 94, p. 243.



exercício das suas funções. A injúria considerar-se-á difamação, para os efeitos deste direito, quando atinja qualquer das pessoas indicadas no artigo 181.º do Código Penal ou outros que exerçam funções públicas... Não é admissível prova de difamação nem de injúria quando dirigida contra o Presidente da República, os soberanos e chefes de nações estrangeiras e qualquer ministro diplomático de nação estrangeira. *Se, no caso de difamação, o acusado provar, como lhe é sempre exigido, a verdade dos factos imputados, será isento de pena.* Se o acusado não quiser provar ou de facto não provar as imputações, seja qual for a razão ou protesto, será punido como caluniador...»

Portanto, é perfeitamente lícita uma atitude polémica veemente, desde que ela se traduza com elevação, sempre com o tom proporcionado à gravidade do mal que se combate, sempre com justiça e com o maior sentido das responsabilidades, sempre pronta a dar satisfação e reparação a todo o ofendido por todos os meios legítimos e a reconhecer nos outros o direito de reciprocidade, e portanto o de crítica e resposta.

Singulares críticos seriam os que reconhecessem o direito de tudo criticar, menos o de criticar a própria crítica!

Devo acrescentar que, para o espírito de equidade ser inteiramente satisfeito e a democracia liberal ser realizada nos factos, a lei nunca deveria, a propósito das imputações feitas na imprensa cuja prova ela admite e tem que admitir como absolutória, a falar em «crime». Só há crime quando há falta. Se um jornalista chama a atenção do público para uma irregularidade que haja sido praticada por um ministro ou qualquer funcionário, não comete um crime, cumpre um dever, e por vezes pratica um acto de indiscutível coragem moral, por poder expor-se às represálias do poder, à vindicta dos



particulares, aos ódios de classe, à reprovação ou opróbrio de uma parte importante da opinião pública. Muitas vezes não devia sair do tribunal absolvido, mas coberto de louros: não como um homem que *se absolve*, mas como um triunfador. Cumprir esse encargo social não é coisa a que toda a gente esteja disposta: é regalia espinhosa de uma minoria actuante, de um escol que junte a audácia à combativa generosidade. Por isso uma legislatura tem que chamar à responsabilidade o jornalista pelas acusações que possa fazer, mas não começa por praticar a injustiça de o pronunciar como autor de um crime, por um acto que pode ser, é certo, um delicto, mas pode ser, pelo contrário, uma grande afirmação moral. O crime duma imputação moral está na falta de justificação ou no móbil grosseiro ou inferior a que obedece quem o faz. Ora o acto de criticar pela imprensa tem que ser considerado como um verdadeiro serviço público, por vezes mesmo como um acto de heroicidade. Por conseguinte, em princípio nunca se devia falar de *crime* senão no caso de actos puníveis *a priori*, embora o incriminado por ele viesse a demonstrar a sua inocência. Pode-se imputar injustamente a alguém um crime de peculato ou de suborno, mas se o peculato ou o suborno é cometido, o crime fica provado. Já o mesmo não sucede com a censura exercida por via de imprensa, pois não se define como crime unicamente por ter sido feito, visto poder ser justamente o contrário. Uma censura pública a um alto potentado, a um conjunto de potentados ou a um sistema inteiro de poderes fechados no exercício da sua missão e da sua autoridade, pode ser, em si mesmo, um acto benemerente e necessário. Porque o peculato ou o suborno é *sempre*, um crime, enquanto a censura do jornalista pode precisamente visar ou denunciar um sistema completo de peculatos, ou de concessões, um sistema de cri-



mes. Ele institui-se, meritoriamente, em auxiliar preciosíssimo e indispensável do *contrôle* público, do exercício da justiça e da democracia.

Porto, 1949.

(Na Seara Nova, N.ºs 1297/1298, 1311/1314, 1317/1318  
e 1325/1326, Janeiro/Fevereiro de 1956, Abril de  
1956 e Agosto/Setembro de 1956)

## Perdoar, Não!

### Carta aberta ao director de *O Século*

Tem V. Ex.<sup>a</sup> publicado sobre o último movimento revolucionário uma série de artigos incendiários que me têm deixado subjugado e estarrecido. Como V. Ex.<sup>a</sup> é audaz e furibundo na vitória! Como lhe dá o triunfo a eloquência do vitupério! E como faz justiça aos adversários! Segundo V. Ex.<sup>a</sup>, Jaime de Moraes, o general Sousa Dias, Tamagnini Barbosa, Sarmento Pimentel, o coronel Freiria, os majores Severino, Varão e Faria Leal, o coronel Costa Pinto, os capitães Ramalho e Marrecas Ferreira, o tenente Pereira de Carvalho, Pina de Moraes, Jaime Cortesão, o capitão Chaves, os tenentes Alexandrino, Ernesto de Almeida, Torres, Barrosa, Seca, o capitão Pizarro e mais de 200 oficiais que se bateram contra o governo, são bolchevistas! Sobretudo o artigo que V. Ex.<sup>a</sup> intitulou *Os Inimigos da Liberdade*, e em que afirma, com denodo inconcebível, que o governo que aí está — o mesmo que vem exercendo há nove meses um regime de censura prévia sem precedentes em Portugal, e que ainda por cima destaca bolchevistamente



delegados seus para junto dos mais pálidos e titubeantes fantasmas de opposição — que esse governo, ia dizendo, se destina «a restabelecer as liberdades públicas em toda a sua pureza», parece-me uma obra-prima de desfaçatez, estando muito longe de sê-lo, é evidente, do sofisma. Sente-se, em todas as linhas, que V. Ex.<sup>a</sup> está absolutamente convencido que não tem razão. É incapaz de esconder as violências, as torturas a que submete o pensamento nas suas palavras atabalhoadas. V. Ex.<sup>a</sup> mente, calunia, deturpa os factos, torce a lógica, inverte a moral, com uma consciência que só tem igual na falta de talento com que o faz. Nunca vi maior raiva de bandido numa pena; nem maior inabilidade para aguentar um raciocínio falso sem que o leitor descambe na mais ruidosa gargalhada. V. Ex.<sup>a</sup> não hesita mesmo em se apresentar como um apóstolo do liberalismo e em afirmar que nunca consentiu que diminuíssem a sua liberdade. Comediante! tartufo! E todavia, no mesmo número em que isto escreve, ostenta no lombo o ferrete da escravidão: «Este número de *O Século* foi visado pela comissão de censura!» É essa por acaso, senhor apóstolo da liberdade, a sua carta de alforria?

E o silêncio que V. Ex.<sup>a</sup> tem guardado sobre a obra mais completa de descalabro financeiro que se tem realizado em Portugal?! Onde está o seu amor pelo país? a sua independência? a sua liberdade de juízo? Comediante! tartufo!

Há, porém, um artigo de V. Ex.<sup>a</sup> que deve merecer o mais caloroso aplauso dos que, sem nenhuma preocupação política partidária, e apenas movidos por uma alta finalidade nacional, honraram no Porto, como nunca, o nome do Exército português, batendo-se corajosamente, até ao último cartucho, pela liberdade, pela honra da sua farda e pela disciplina, ao contrário das tropas governamentais, que se bateram, com granadas



incendiárias, por uma política que financeiramente nos deu já 350 000 contos de créditos extraordinários e que usurpou o Poder contra os mais sagrados interesses do Exército e da Pátria. Refiro-me ao vibrante artigo que V. Ex.<sup>a</sup> rotulou de *Perdoar, não!* Realmente, V. Ex.<sup>a</sup>, *revoltando-se pela primeira vez contra aquilo contra que eu me tenho revoltado sempre* — isto é, a impunidade de que têm gozado os movimentos revolucionários em Portugal, desde que há República, e de que tanto usaram e abusaram, *com aplauso de V. Ex.<sup>a</sup>*, os homens que detêm actualmente o poder, interpretou o pensamento dos revolucionários de Fevereiro. Ao contrário dos «abrilistas», ao contrário dos que, querendo estrangular de facto a Constituição, como vieram a estrangular após o 28 de Maio, foram para o tribunal justificar-se de ter feito o 18 de Abril e o 28 de Julho para restabelecer as garantias constitucionais (!), ao contrário dos que, pela boca dos juizes dos tribunais militares, do Sr. Gomes da Costa e do Sr. Carmona (agora tão partidário da severidade), consagraram o direito revolucionário e a doutrina da *boa intenção* (havemos de desenterrar-lhes os discursos!), os homens do 3 de Fevereiro, junto dos quais, por minha espontânea vontade, estive com orgulho, não pedem o perdão, nem são dignos dele. Reclamam, por isso, pelo contrário, como uma honra, todo o rigor, não da lei (porque fora da lei está, desde o início, o actual governo, porque segundo a lei fundamental da Nação eles seriam absolvidos), mas do arbítrio desses militares que, desonrando a sua farda, traindo a sua função de servir, vilipendiando a República, veem fazendo a obra de insânia, de ruína e tirania que só por acaso não foi vencida nos dias tormentosos que passaram. Não, o perdão, nunca! Escaldar-nos-ia a face, como a última das afrontas. Nós somos, pela primeira vez em Portugal, os homens que se bateram até ao fim. Somos também



aqueles que se não renderão nunca moralmente. Duros na adversidade, como duros no triunfo. Somos implacáveis para os outros e para nós mesmos. Uma nova fé, uma nova moral, uma nova esperança, uma nova chama — eis o que nos abrasa. A nação pode confiar em nós: somos alguma coisa de novo e de diferente. Nem é entre nós que ela encontrará algum dia os defraudadores do tesouro, os negociantes de empréstimos à porta fechada, os inimigos da liberdade, os bolchevistas do jornalismo, os cultores da mentira, os caluniadores dos adversários, os incendiários das cidades e os assassinos dos oficiais da Grande Guerra.

Não aceitamos, pois, que nos perdoem, como lhe não perdoaremos, Sr. director de *O Século*, quando o nosso dia enfim raiar, o acervo de mentiras, de calúnias, de torpezas e de vergonhosas e mal alinhavadas baboseiras que, no silêncio forçado dos vencidos, e aproveitando-se dum regime de imprensa que só permite a liberdade de infamar os inimigos da situação, tão miseravelmente tem assacado contra nós.

Sim quando o nosso dia enfim raiar... Estamos assistindo à luta do Espírito contra a Matéria. Não confiar no nosso triunfo definitivo seria o maior pessimismo, seria não confiar na vitória do Espírito. A nossa derrota seria a diminuição da Pátria. Nesta luta não são já os princípios republicanos, mas todas as forças de revivescência nacional que estão em jogo. *Nós somos a vontade obstinada da Pátria a querer salvar-se.*

Sentimos, neste instante, que para outros seria de desalento, a mesma vontade, a mesma fé, a mesma esperança de vitória. Julgaram-nos liquidados mortos, sem fôlego vivo; mas a verdade é que não somos homens nem para temer nem para desesperar. Recomeçaremos.

20 de Fevereiro de 1927.



## O Programa do Sr. Gomes da Costa: «Integralista por sugestão»

*O general Sr. Gomes da Costa, ministro da guerra, apresentou ontem (14 de Junho de 1926), em conselho de ministros, um projecto de programa político a executar pelo actual governo.*

*Satisfará ele as aspirações, afirmadas nacionais, de todas as correntes que colaboraram no movimento militar?*

*Julgamos oportuno registar as opiniões dos homens de situação marcante no nosso meio. Escolhemos o Sr. Raul Proença, individualidade conhecida pela sua extrema probidade política, conhecedor profundo dos problemas nacionais e autêntico valor mental.*

*Elemento de intrínseco valor, de um grupo técnico e intelectual — a Seara Nova, que revela um valor homogéneo de competências seleccionadas nas diferentes características dos ramos de actividade nacional — o Sr. Raul Proença, republicano indefectível, fala claro, em flagrante contraste com a atitude adoptada por muitos outros, alheio às consequências das suas palavras desasombradas.*

*— Qual a sua opinião sobre o programa político do general Sr. Gomes da Costa? — inquirimos.*

*— Não tive ainda tempo — responde o Sr. Raul Proença — para o analisar na sua essência, ponto por ponto.*

*Dá assunto para uma larga crítica que a Seara Nova desenvolverá no seu órgão político.*

*Contudo, pela primeira impressão, posso desde já afirmar-lhe a minha opinião pessoal.*



O programa publicado denota uma forte inspiração monárquico-integralista, abertamente contrária a todos os princípios republicano-democráticos.

O programa do general Gomes da Costa vem, de resto, confirmar a intuição geral de que a tendência do movimento foi desde o seu início, ultraconservadora.

Os movimentos revolucionários caracterizadamente destrutivos só podem justificar-se com um plano antecipado de reconstrução. O plano apresentado continua a ser destrutivo...

— Mas — observámos — o general Sr. Gomes da Costa tem afirmações que o ligam aos princípios. Ele mesmo o afirma, no seu intróito da declaração ministerial.

O nosso entrevistado ri francamente e responde:

— Em matéria política não conheço maior incompetência que o general Gomes da Costa. Quanto à garantia republicana das intenções há uma no governo, o comandante Cabeçadas, tão incompetente, de resto, como o general.

E após uma pausa:

— O programa que o Sr. Gomes da Costa apresentou ao país não é da sua autoria. Ele não seria capaz de o elaborar. Obedeceu a sugestões, como disse, monárquico-integralistas.

Alguns dos pontos do plano são «balões de ensaio», princípios a lançar para experiência: o integralismo dentro da República.

Como complemento fatal, no caso de esses princípios serem aceites, viria o rei, que seria aceite como consequência de uma situação, então normal, à custa de uma política mais ou menos violenta.

— Especialmente sobre os diferentes pontos do programa, pode dizer-nos alguma coisa?



*Com o desassombro habitual, o Sr. Raul Proença responde prontamente:*

*— A maioria deles são tendenciosamente monárquicos, outros vagos, como por exemplo: «alargamento do poder pátrio», «resolução do problema dos tabacos», «remodelação da legislação das sociedades anónimas», «resolução do problema das estradas», etc., etc. Sob este critério de exposição, poderia eu apresentar um programa de dez volumes compactos...*

*Outros pontos são aqueles que cabem dentro de todas as tendências, que representam a expressão de aspirações nacionais, insolúveis ou desprezadas até hoje.*

*Quanto à parte que se refere à transformação do sistema político, caracterizadamente reaccionário, como já disse, é, todo ele, tendente a estabelecer a política de campanário com representação de interesses em prejuízo absoluto dos direitos individuais, largamente preconizados pelo grupo Seara Nova, que estabeleceria o seu sistema pelo princípio da competência, da técnica e da representação homogénea nacional, num circuito só, sendo possível, para que não predominasse a luta acentuadamente regionalista.*

*Isto são princípios republicanos.*

*Pena é que republicanos estejam apoiando um movimento que lhes condena o sistema, perfilhando uma situação de mentira e que — já o disse e não me repugna continuar a afirmá-lo — considero a maior das ignomínias.*

*Concluindo, o Sr. Raul Proença afirma:*

*— Movimento caracterizadamente monárquico, mentirosamente rotulado de «republicano-nacional», arrastou consigo valiosos elementos republicanos, levados pela sua boa fé e mantendo-se preponderante com valores*



mulos no governo, de uma incompetência rematada, fortemente sugestionados por integralistas. Tal é a minha opinião.

(Entrevista de Raul Proença ao jornal A Tarde,  
de 15 de Junho de 1926)

## A grande miséria do nosso ensino

### Como se educam os nossos filhos

Tenho presentes umas *Breves noções de Ciências-Físico-Naturais, Zoologia, Botânica, Geologia e Minera-logia* publicadas para uso da 4.<sup>a</sup> classe do ensino elementar, «em harmonia com os programas em vigor de 1929». Editadas pela Livraria Popular de Francisco Franco (Lisboa, rua de Barros Queirós, 14-18), foram impressas na rua da Rosa, 24. É impossível encontrar em qualquer livro de ensino de qualquer país, excluindo Portugal, tamanha ignorância, tanta tacanhez de espírito e tal incapacidade de redacção. Não direi o nome do autor; não é meu intuito humilhar ninguém. Apenas direi que se trata dum professor oficial, também autor dum manual de *Ciências Físico-Naturais, Higiene e Agricultura* e duns *Exercícios de Redacção*. Aliás, se já é grave que tal ou tal professor possa cometer tais ou tais dislates, muitíssimo mais o é, evidentemente, a aprovação oficial de semelhantes livros e a ausência absoluta do protesto da parte dos professores que por eles têm de ensinar, assim como dos pais dos alunos que por eles têm de aprender. Que soma prodigiosa de inconsciência colectiva, que falta total de espírito cívico ou que crassa



estupidez não pressupõem tais factos? Repito: a existência de tais livros em nenhum outro país do mundo seria possível.

Seguem alguns dos muitos trechos que poderia transcrever para comprovar o meu asserto <sup>(1)</sup>:

— OS CORPOS dividem-se em *naturais* e *artificiais*.

— CORPOS NATURAIS são os que a natureza produz: *animais, vegetais* e *minerais*.

— CORPOS ARTIFICIAIS são os que o homem obtém, servindo-se dos corpos naturais, como um quadro, um barrete, um banco, uma embarcação, etc.

— OS CORPOS NATURAIS têm também o nome de *seres*.

— SERES são todos os corpos que compõem a Natureza.

— NATUREZA é o conjunto dos entes e forças que constituem o Universo.

— UNIVERSO é a reunião de todos os seres já conhecidos e ainda por conhecer.

— PRODUTOS são corpos que procedem naturalmente dum ser (cortiça, canela, borracha, mel, etc.), ou são preparados pelo homem (vinho, cerveja, manteiga, vinagre, algodão, linho, lã, etc.)

— O Homem é ANIMAL, mas é RACIONAL porque tem não só RACIOCÍNIO, mas também VONTADE PERFEITA, e por isso deseja conhecer os seres abstractos, isto é, os que não têm corpo: a alma, a inteligência, a justiça, a sabedoria, etc.

Os restantes animais são *irracionais*; não possuem aqueles desejos.

— HISTÓRIA NATURAL é a ciência que trata dos diferentes produtos da natureza.

— EXISTEM MUITOS E VARIADOS ANIMAIS NO PLANETA QUE HABITAMOS. Uns têm OSSOS, como o cão, a cabra, o cavalo, o boi, a galinha, o pombo, etc.; outros NÃO TÊM OSSOS: a pulga, o percevejo, a aranha, a mosca, a borboleta, a lagarta e ainda mais animais.

---

<sup>(1)</sup> Para dar o maior rigor às transcrições, conservamos a distinção de tipos gráficos empregados pelo autor.



Os primeiros têm uma SÉRIE, isto é, uma continuação ordenada e sucessiva de ossos furados e em pilha (<sup>1</sup>), além dos ossos da cabeça, dos membros e de outros. Esses ossos têm a denominação de VERTEBRAS.

— Há [mamíferos] que vivem, ora na água, ora na terra; são os anfíbios (*crocodilo, foca*)

— O CARACOL TEM UM CORPO, em que as suas diversas partes são indistintas, porque compõe-se apenas de confusa substância mole; é provido duma concha globosa e em espiral.

— AVES são animais vertebrados que têm o corpo coberto de penas.

— PASSAROS são animais vertebrados de pequena corpulência.

— A FACE compreende os ossos que formam o rosto do homem, e que vão desde o queixo até à parte inferior do nariz.

— O TRONCO é a parte do corpo que vai do pescoço às coxas.

— A parte posterior do tronco tem o nome de *costas*; a parte anterior denomina-se: *peito*, a parte de cima; *barriga*, a parte de baixo.

— As costelas, parte da coluna vertebral, e o esterno formam uma espécie de cárcere, onde estão alojados os pulmões e o coração.

— Para que os músculos funcionem bem é preciso desenvolvê-los pelo exercício, que todavia deve ser feito moderadamente, e por isso é necessário dar descanso ao corpo; é o que principalmente fazemos, quando dormimos.

— Os dentes têm muito valor, porque, sem eles, muitos alimentos não poderiam ser divididos e triturados, e consequentemente o estômago teria grande trabalho para os digerir.

— Os dentes, segundo a função que desempenham, denominam-se *incisivos*, *caninos* e *molares* (queixos).

— Não devemos beber líquidos frios, quando a boca está muito quente.

Podemos limpar os dentes com pó de carvão vegetal, o que é extremamente económico.

— O homem enquanto está vivo tem que desempenhar muitas e diversas funções, portanto tem que conservar a vida e de se relacionar com os outros homens...

---

(<sup>1</sup>) Nota do autor: Montão de ossos acamados.



— O tronco divide-se em três partes: coluna vertebral e esterno.

— OS RINS SÃO DUAS GLÂNDULAS à maneira de feijões, colocadas num e noutro lado da coluna vertebral, na região lombar; são as que segregam a urina.

— Sucos digestivos são os líquidos segregados por glândulas especiais: saliva; suco gástrico; suco pancreático; suco entérico e bÍlis.

— DIGESTÃO é a transformação dos alimentos.

— SANGUE é um líquido viscoso, de sabor ligeiramente salgado e dum vermelho vivo (*sangue arterial*), ou vermelho escuro (*sangue venoso*).

— O HOMEM É UM MAMÍFERO; é um animal que se eleva acima de todos os outros pelos dons particulares, que recebeu da Natureza.

É dotado da razão e da palavra, atributos preciosos que lhe permitem distinguir o bem do mal. Se o homem pela organização do seu corpo se liga aos outros animais, é superior a eles pelos dons extraordinários, que possui: INTELIGENCIA, RAZÃO E CONSCIÊNCIA.

— O HOMEM, POSTO QUE MAIS FRACO QUE OUTROS ANIMAIS, é muito superior a eles, porque o seu organismo forma um conjunto perfeito; é o único que anda direito sobre o Globo, e tem perfeitos os cinco sentidos e todas as qualidades físicas, que lhe permitem ocupar o primeiro lugar na criação.

— O DESENVOLVIMENTO DO HOMEM NÃO SE FEZ RAPIDAMENTE... Enquanto se exerce esse desenvolvimento, necessita constantemente de muitos cuidados na alimentação para reparar as forças, que também constantemente vai perdendo, isto é, necessita de criar sangue.

— DURANTE O SEU DESENVOLVIMENTO O HOMEM PRECISA TAMBÉM DE HIGIENE, e, principalmente, de educação física, intelectual e moral, para que um dia possa ser um cidadão útil a si e à Pátria, mas isto, bem entendido, sem pôr de parte a grande infinidade de carinhos, que exige na sua evolução progressiva desde o nascimento.

— O HOMEM TEM DE CONSERVAR A SUA VIDA para se pôr em relação com a vida externa.

— QUANTO A DURAÇÃO a raiz pode ser *anual, bienal, perene, lenhosa e herbácea*.

— A zona pilifera pode ver-se distintamente, pondo alguns grãos de trigo sobre uma rede de malhas finas, que cobre um



frasco de boca larga, cheio de água, e envolvidos em terra, que deve estar sempre húmida até que as raízes penetrem na água.

— A RAIZ TUBERCULOSA tem a raiz principal muito volumosa e grande.

— PLANTAS HERBÁCEAS (*ervas*) são as que podem ser cortadas com a unha (*urtiga, papoila, trigo*).

— As formas do caule *aéreo* divergem muito, umas das outras.

Podemos por consequência dividir o caule aéreo, quanto à forma, em *tronco, espique e colmo*.

— ABRAÇOS OU GAVINHAS são filamentos alongados, que gozam da propriedade de se agarrar aos corpos vizinhos.

— CAULE SUBTERRÂNEO é a parte mais delgada que vive dentro da terra.

— ARBUSTOS são plantas que têm menos de 5 metros.

— TRONCO é o caule lenhoso, mais grosso em baixo do que em cima.

— CAULE LENHOSO é o que é tão grosso em baixo como em cima.

— BOLBOS são caules subterrâneos.

— RIZAMOS são caules subterrâneos com raízes adventícias na face debaixo e ramos na face de cima.

— LIMBO é uma espécie de LÂMINA.

— PECÍOLO é o apoio da folha.

— PLANTA VIVAZ é a que perde a parte aérea.

— TERRENO FRANCO, ou *normal*, é aquele cuja composição serve de modelo.

— Um terreno plano e com leve inclinação tem muito mais valor do que outro de superfície irregular.

— O HUMOS é uma substância negra quando está seca.

— EXISTE OUTRA ESPÉCIE DE GRANITO, com *mica preta*, na Peneda e no vale do rio Cávado, assim como também existe outro muito empregado em Braga nas construções e que differença-se do primeiro que tem a *mica branca*.

Observação — *Mica* é uma substância de brilho metálico.

— PÓRFIRO é uma rocha tão dura como o granito.

Sendo assim «educada» a nossa gente, que admira tudo o que sucedeu, tudo o que sucede, e tudo o que, necessariamente, fatalissimamente, terá ainda que suceder?



Depois disto, que surpresa pode inspirar-nos a nossa incapacidade de distinção das ideias, que admira que confundamos tudo, liberdade e licença, religião e clericalismo, exército e militarismo, autoridade e autoritarismo, democracia e demagogia, realismo e sentimento das realidades, idealismo e quimera, legalismo, conformismo, individualismo e egoísmo (quando não poder pessoal) ?

Que admira ainda a nossa incapacidade de distinção dos valores, que ponhamos os imbecis num trono, enquanto os homens inteligentes e capazes passam por lunáticos ou insensatos, são condenados ao exílio ou se sentem como que degredados na sua própria terra ?

Em que é que nos pode surpreender que, durante três anos consecutivos, dia a dia, um pobre doente tenha dado o espectáculo degradante e nauseante da sua imbecilidade, da sua senilidade precoce e do seu psitacismo de psicopata, sem que por isso tivesse corrido outro precalço senão o de ser considerado como o maior jornalista do seu país ?

Perante isto, que admiram as nossas consabidas frases feitas: o *Portugal maior, a ordem nos espíritos e nas ruas, o venerando cidadão Jacinto Nunes*? Que espanto pode haver no nosso frenesi por Sidónio Pais — e pelas chinesas dos bichos. Que pode surpreender a página bibliográfica do *Diário de Notícias* e a exploração feita pelo jornal de maior circulação no nosso país, dum fútil acidente na vida dum *revisteiro* ?

Quem pode estranhar que um eminente jornalista haja ainda há pouco sentenciado que o maior mal da nossa época está no seu exagerado idealismo, e que um inspector das belas-artes e das bibliotecas e arquivos, Lino da Assunção, tenha definido *monolito* uma coluna de pau ?



Sim, idiotas, videirinhos, egoístas, incapazes, isto é a vossa Terra da Promissão! Em nenhuma parte, como aqui, vós poderíeis ter assentado as vossas tendas! E somos assim desde a instrução primária... «O humos (*sic*) é uma substância negra quando está seca»: poucos Portugueses exigem, seja no que for, maior precisão de espírito do que a que revela semelhante definição!

(Na Seara Nova, N.º 246, de 2 de Abril de 1931)

## No álbum da senhora democracia

— Poderíamos definir o Estado democrático desta maneira: discussão e *contrôle*, princípio da liberdade; deliberação, princípio das maiorias; execução, princípio da autoridade. Um amador de compromissos à Montesquieu poderia dizer que há aqui, ao mesmo tempo, respeito pela anarquia proudhoniana, pela «democracia» rousseauniana e pelo autoritarismo maurrassiano. O que há, afinal, é a compreensão exacta da Democracia, das suas exigências e dos seus limites, dos fins do Estado, das condições reais de toda a sociedade empírica, das garantias das liberdades harmónicas e coexistentes. Não saber distinguir entre discussão, deliberação e execução — eis o vício dos Estados fracos ou tirânicos, opressivos ou incapazes.

— Um governo incapaz de exercer a autoridade não me garante a liberdade. Um governo que não me garante a liberdade não pode gozar senão duma autoridade precária.



— Se o meu adversário não desfruta duma liberdade igual à minha, já me sinto menos livre. Já não posso atribuir à faculdade de opção o que é simples concórdia com o pensamento do Poder. Assim, terei a impressão exacta não de que defendo as minhas ideias porque sou livre, mas de que sou livre porque defendo tais ou tais ideias. Uma liberdade desta ordem pesarme-ia como uma grilheta.

— Os reaccionários procedem como se pensassem: «Todos os políticos são uns trastes; é preciso, pois, dar a um certo número desses trastes o poder absoluto.»

— Queixava-me de ti porque, mesmo fiscalizado, procedias mal; fiz uma revolução para que não mais te fiscalizassem e pudesses tudo.

— Há só uma maneira de evitar a formação dos partidos: é criar o monopólio dum partido, é confundir o partido com a Nação. Ora isto não é suprimir a ideia de partido, mas exaltá-la até aos seus últimos limites.

— Falas-me em união, cristianíssimo! Mas repara, não me amordaces com tanta força...

— Liberdade nula para os governados, liberdade absoluta para os governantes, tal a doutrina dos pretendidos adversários das pretendidas liberdades absolutas.

— A diferença essencial entre o liberalismo ortodoxo e o socialismo liberal é que o primeiro confia da pura espontaneidade o reino da Liberdade, enquanto o segundo o concebe apenas como obra de esforço e organização. Ao contrário do dito de Rousseau, nós não viemos ao mundo livres, mas escravos. A liberdade é meta da consciência, acto de vontade, criação — seta disparada ao alvo. O homem não encontrou *feito* o mundo à sua medida, na escala do seu desejo. O socialismo é um liberalismo penetrado de vontade, tentativa deliberada e permanente para pôr o mundo à escala humana.



— O exemplo da Rússia, e muitos outros, provam à evidência que o primeiro passo para a realização do ideal socialista não deve consistir na socialização da propriedade ou do lucro, mas na *socialização do Poder*. O verdadeiro socialismo só é possível numa sociedade democrática onde o poder se encontre profundamente socializado. Porque é que seria impossível tratar os proletários dos países capitalistas como o pseudo-socialismo soviético trata os proletários russos? É porque os proletários dos países capitalistas conhecem regimes semi-democráticos, enquanto os proletários russos vivem num país de escravatura. Ora não se realiza o socialismo em países de escravatura.

— Tendo sido feito senhor dos seus destinos, possuindo o *contrôle* democrático, o povo não permitirá que o explorem em nome do Socialismo.

— Esta verdade primária que a *socialização do Poder* (quer dizer, a democratização completa do Poder) é o primeiro passo para a edificação do Socialismo, já vai sendo hoje reconhecida por grande número de militantes socialistas.

— Se não te dispões a exercer o *contrôle* de baixo para cima, sofrerás a exploração de cima para baixo.

— Dum modo geral este aforismo é verdadeiro: Todo o bem que um governo pode fazer é o bem que se lhe exigir que faça.

— Uma palavra, um hino, uma bandeira, eis aquilo por que tantos «republicanos» se sentem capazes de dar até à última gota do seu sangue. Dá-se muitas vezes a vida por miseráveis futilidades.

— Diz-me os propagandistas republicanos que tiveste, e dir-te-ei a República que tens.

— A Censura é para muitos um escudo e uma trincheira. Se ela não existisse seria preciso inventá-la.



— *A República amanhã será plutocrática ou não será?* — eis a questão capital, vital, essencial, nevrálgica — e não essa pseudo-organização do Estado republicano com que se não consegue outra coisa senão desviar a atenção das questões essenciais.

— É preciso associar isto: a ideologia mais avançada e mais da esquerda com a maior largueza de espírito. Excluir do Socialismo toda a espécie de jacobinismo.

— O Socialismo tem por fim a realização dos ideais do Individualismo por meio duma organização *colectiva* do trabalho, da produção, do poder. Do *Individualismo*, quer dizer: do bem-estar, da dignidade, da liberdade, da cultura, dos *direitos reais de todos os indivíduos*, e não apenas do Sr. Mussolini ou de Luís XIV. As acepções em que vejo por vezes empregada a palavra individualismo dão-me melancolia.

— O que mais me importa na Sociedade é que ela seja para mim uma garantia, que me inspire confiança. «Com o que posso eu contar?» — eis a questão essencial. Tenho necessidade de me sentir em segurança, de pisar um mundo sólido, consistente, que se me não furte debaixo dos pés, que não me reserve surpresas, ciladas, armadilhas, alçapões. Portanto, antes de mais nada, antes dos caminhos de ferro, das estradas, das quedas de água, dos canais: o sentimento da segurança. O direito garantido, protegido — real, concreto, eficaz. Fim dos *guet-apens*, das escaladas nocturnas, dos golpes de Estado, das salvaçãoes. Não mais sermos salvos por mais ninguém — que impressão de inefável serenidade! Como será bom quando tivermos a repousante certeza de estarmos, enfim, salvos dos salvadores!

(Na Seara Nova, N.º 246, de 16 de Abril de 1931)



## O nosso fim

Vai este jornal sem intuitos lucrativos, antes de distribuição largamente pública e de carácter absolutamente gratuito, dizer àqueles que trabalham e que sofrem, num regime de opressão, que alguém pensa neles e que alguém por eles combate.

Vai... sem reclamos, nem privilégios, num sincero esforço para alguma coisa de melhor, numa serena compreensão da força de propaganda, fazer ver a todos os que ainda não viram a sublimidade da República, a excelência incontraditável do ideal democrático.

Vai... por essas aldeias e por essas serras, levar a cada lar onde um coração palpita, a cada canto onde um braço produz, que esse coração deve palpitar pela felicidade colectiva e que esse braço deve armar-se para a defesa da Pátria vilipendiada.

Vai... numa afirmação de coragem moral e de altruísmo, mostrar a força enorme das *ideias democráticas*, mesmo no espírito daqueles que, com retórica avariada, ainda defendem a monarquia neste país, falando constantemente numa enigmática e platónica liberdade que eles não sabem, ou não querem levar até ao fim.

Vai, para dizer tudo o que pensamos, sem hesitações nem cobardias, sem tibiezas, nem contemplações, porque, segundo a frase de um pensador, entendemos que «a primeira coragem do cidadão deve ser a de ousar dizer e fazer tudo o que a sua consciência lhe ordena».

Pregando o nosso ideal não ofendemos os contrários. Pugnando pelos nossos princípios, usamos apenas da liberdade da nossa opinião e não violentamos, de nenhum modo, a liberdade dos outros. Na crítica, nunca vai um ataque a pessoas; divergir em ideias não é sentir a raiva no coração: é sentir a independência do nosso juízo.



Discutir não é ofender; só o julgará quem não tiver da liberdade a justa e precisa compreensão.

Convergindo para este intuito, dentro desta orientação, o plano está definido. O nosso fim é defender a República, abertamente, lealmente, e levar na discussão o critério republicano até às suas últimas consequências; é mostrar a todos que o partido republicano, em Portugal, tem *soberanos princípios* e tem homens de valor incontestável; é, enfim, querer acender uma centelha de luz no cérebro de cada um dos nossos mais humildes concidadãos.

Tudo isto o faremos sem transigências, mas também sem desbragamentos de linguagem, só próprios da imprensa nacionalista que, não podendo vencer pela força tranquila de um ideal, pretende subjugar os ignorantes pela força imoralíssima dos seus dejectos jornalísticos.

Nós temos o prestígio de uma ideia e isso nos basta: não nos enlamearemos na lama onde o reaccionarismo precisa de ir buscar os seus argumentos de bordel. Sim, sem tibiezas, mas sem violências; a força é o vigor que tem consciência da sua justiça; a violência é o vigor que tem consciência da sua maldade.

Discutiremos os actos públicos da nossa terra? Quando isso for necessário, fá-lo-emos sem atendermos a amizades, nem temermos as consequências. Mas fique-se bem sabendo que não nos envolveremos em questões pessoais, que ferem sempre e com as quais nada se lucra. Ao ataque às doutrinas, responderemos com a delicadeza que é própria de gente que maneja uma pena e que escreve com sinceridade. Ao ataque a quaisquer pessoas que formam esta redacção, não responderemos aqui, porque da tribuna donde se prega a Ideia, não se pode vibrar a seta certa das represálias pessoais. Há campo para tudo e lugar para tudo. Daqui, só faremos obra útil, social, benéfica, pessoal talvez nas ideias que defendemos, mas absolutamente impessoal nas suas aplicações.



No referente a princípios e no referente a factos, então sim, o nosso pensamento será exposto desassombadamente, a nossa opinião será livremente expendida, porque não conhecemos outro limite às nossas ideias senão o dos limites estreitos do nosso cérebro independente.

E fazendo propaganda política, não nos conteremos apenas na defesa do aspecto político da doutrina por que combatemos. Não: este jornal tratará de todos os assuntos que se considerem importantes, assuntos de ordem moral, ou assuntos de ordem económica. Um jornal republicano não é apenas um órgão partidário ou de propaganda política: um jornal republicano é um *órgão do progresso*, isto é, um fautor de evolução e, por isso, visa sempre a contribuir, de todos os modos, para a elevação do nível moral dos seus concidadãos. Fazer a República, defender a República é fazer e defender a dignidade humana, é pugnar por todas as luminosas conquistas da Razão.

*(Em O Republicano, semanário de propaganda democrática republicana, N.º 1, de 14 de Junho de 1908. Publicado em Alcobça, com distribuição gratuita, tinha como director e redactor principal Raul Proença, que redigiu este editorial de apresentação)*

## Liberdade

Afonso Costa, no parlamento, acaba de pedir a reforma da lei da imprensa e a revogação da lei de 13 de Fevereiro de 1896 sobre os atentados anarquistas. Corresponde este trabalho do notável parlamentar a uma exigência do espírito público e a uma compreensão limpidamente democrática da liberdade.



A liberdade, ou não é uma palavra vã e deve dar-se-lhe toda a extensão que ela comporta, ou é uma mistificação, um embuste, e então não precisamos dela, porque antes o franco absolutismo, opressor e valente, que esta palhaçada ignóbil da liberdade a conta-gotas que no nosso regime constitucional se tolera. A liberdade da imprensa é uma das liberdades mais essenciais ao progresso de uma nação. Sem liberdade de imprensa, não há regularidade, não há moralidade governativa, não há elementos de civilização.

A imprensa é o facho de luz que deve iluminar todos os problemas: através dela devem passar todos os dias, como por momentos passam todos os acontecimentos pelo quadro de um cinematógrafo, os grandes factos sociais, a crítica de todas as doutrinas, a exposição de todas as teorias, a discussão de todos os problemas. Luz viva, esplendente, eléctrica; as almas, ao aproximarem-se dela, devem penetrar-se de uma claridade infinita, como se fossem banhar-se em ondas de Razão e de Justiça. A imprensa visa a servir a causa nacional e a contribuir para o progresso social. Sem liberdade, mas ampla e absoluta liberdade, impossível tudo isso: é como se, de vez em quando, adiante de um quadro cinematográfico, profundamente natural, da agitação fervorosa da vida, um severo polícia de chanfalho, ou um inquisidor de barba se perfilasse rigidamente, para impedir a visão das coisas aos espectadores.

Regime sem discussão é regime morto: é um regime que não tolera a luz; quer viver às escuras, no silêncio morno e na morta obscuridade de uma campa de cemitério. Não quer as janelas da imprensa abertas, porque não quer que cá para fora saia o cheiro revelador da estrumeira de almas que lá dentro fermenta. Um poder vigoroso não teme a discussão, não morre com ela: pelo



contrário, vive dela, serve-se dela. Quem tem a consciência branca nada teme; quem age com sinceros intuitos, só tem a lucrar com a discussão, que nos *contras* poderá confirmar os *prós* de um princípio, pela sua inutilidade, ou pode encaminhar para a verdade os cérebros que têm enveredado pelo erro. Que nos discutam, pois: só com isso lucraremos; que nos critiquem: os erros notados forçar-nos-emos por emendá-los e as calúnias escritas acabaremos por desfazê-las. Diga-se tudo, fale-se sobre tudo: nada, absolutamente nada deixe de interessar o agudo bisturi da análise jornalística; que ela escalpe todos os vícios de administração e a uma luz muito intensa e muito viva, apostolicamente, serenamente, inexoravelmente, vá marcando a ferro em brasa os crimes do poder e vá nimbando de auréolas as cabeças dos heróis. Nada escapa ao seu exame: política, ensino, religião, economia, administração, higiene, literatura, casamento. A imprensa é a história do dia de hoje: quem tenta impedir que ela se faça com esse rigor, essa imparcialidade e essa justiça que produzem a verdade, é um ferrenho inimigo da civilização.

Por isso, sufocar a imprensa é querer produzir em torno do poder um ambiente asfíxico, em que é impossível um movimento de protesto; sufocar a imprensa, restringindo-lhe a liberdade, é querer o silêncio em torno da vida pública, é querer a opressão dos governos, a impunidade dos criminosos e o obscurecimento das doutrinas.

Sabemos que há muito jornal calunioso, muito periódico dirigido por espíritos baixos e mesquinhos, que deturpam os factos, se insinuam nas vidas particulares como os vermes pela podridão da terra, redigido por homens cuja bagagem científica é nula e cuja competência nos assuntos discutidos é ridícula.



O jornalista é em geral um ignorante, presa de todos os ódios e paixões deprimentes: não é um *director* de consciências, é um *dominado* pelas paixões.

Há jornais no nosso país que são retretes imundas, sarjetas por onde são conduzidas todas as injúrias pessoais e todas as violências da palavra. O jornalista, em geral, é um violento: nunca nele essa tranquila serenidade que se coaduna com a justiça, essa forte combatividade que se inspira na Razão.

Tem impulsos de acometer como uma fera; lêem-se artigos de fundo e sentem-se ranger em cada sílaba dentes de canibais; apreciam-se as notícias e em cada uma descobrimos garra de bruto que quer rasgar.

Mas ainda para esses, liberdade, liberdade, e liberdade. Que apareça a infâmia à luz do dia, para que nós a discutamos; que apareça a calúnia em público, para que nós a conheçamos e a levemos ao tribunal da opinião ou ao tribunal da justiça para que a condenem. Sim, substitua-se a *censura da imprensa* pela *responsabilidade jornalística*; sim, um poder vigoroso não tem a temer nem os abusos de imprensa, nem os abusos de doutrinarismo ou das práticas revolucionárias. Para todos existe castigo.

A lei de imprensa deve ser liberal; a lei de 13 de Fevereiro deve ser suprimida.

Para os anarquistas de bomba há os códigos; para os caluniadores de jornal há os tribunais. Mas para todos, para tudo e sobre tudo queiramos a Liberdade vigorosa, a ampla e absoluta Liberdade, que é a condição essencial do futuro das nações.

Amemo-la muito, queiramos-lhe muito, porque sempre que o homem deu um passo para diante, no grande caminho da História, entrecortado de trevas e de crimes, ele praticou um acto de generosa e pujante liberdade.

(Em O Republicano, N.º 5, de 2 de Agosto de 1908)



## Revolução

Fala-se muito em *revolução*: muito poucos se penetraram ainda dessa ideia suprema. A Revolução que nós queremos — nós, os novos, os impulsivos, os arrebatados, segundo as palavras de algumas críticas sem ideias — não é essa revolução que tem por fim a desordem e a anarquia, não é essa revolução que faz cair exâ-nimes os braços dos trabalhadores, mas essa Revolução espiritual, amigável e nobre, sem armas, sem espingardas, que é a única solução radical para o problema político da nossa nação.

Hoje, mais do que nunca, é desnecessário que demos nas barricadas o sangue das nossas veias: o que é imperioso é que demos, dia a dia, hora a hora, minuto a minuto, num sacrificio constante, a nossa dedicação permanente à Pátria e à República pelo nosso aturado trabalho, pelo nosso esforço diligente. Revolução sublime essa que faz germinar a semente e faz florir o trigo, que dá o fruto na evolução natural.

O nosso maior mal, o mal que corrói pela raiz a nossa nacionalidade, é a ignorância absoluta, crassa, hedionda, em que vivemos. Ignoramos tudo. Os problemas mais fundamentais do mundo moderno são-nos desconhecidos. Onde está a nossa ilustração? Que é que sabemos nós? Como participamos nós dessa corrente impetuosa que, lá fora, vai renovando a civilização, construindo os seus alicerces e formando um novo espírito mais tolerante e mais largo? Que sabemos nós?

Todos nós que sabemos ler estamos sempre a apre-goar que o nosso mal é o analfabetismo dos dirigidos. Não: discordamos profundamente; o nosso maior mal é o ignorantismo dos dirigentes. Saber ler para quê, numa nação onde se começa por não saber escrever? Saber ler para quê, para ler os romances de Ponson, os



livros de Alfredo Gallis, as mistificações da imprensa e o catecismo do Anaquim? Saber ler! Saber ler é poder auferir ideias! Mas as ideias, onde estão elas? Quem no-las pode dar? Vão por acaso os nossos letrados decorar os versos de Camões? Ou vão eles digerir a prosa edificadora de Teófilo?

Há pior do que dirigidos sem letras, é dirigentes sem ideias. Saber ler é muito, mas ler é mais difícil. Saber agrupar as letras para formar as sílabas e as sílabas para formar as palavras, fazer corresponder o sinal gráfico à expressão fonética, é muito; mas adquirir esse cabedal precioso para vir aplicá-lo aos romances de Belot e ao catecismo católico, não é lastimável? Pois acaso a nossa instrução primária é a instrução primária da Bélgica e da Suíça? Pois acaso aqui, quando um professor pretende encaminhar os seus alunos no caminho das ciências naturais, as que fortalecem mais o critério e orientam a actividade, é ele louvado e estimado? Não, é repreendido. Que ensine mais catecismo e deixe a Agricultura e as Ciências Naturais, dizem. Que se cinja ao programa — isto é, que se limite ao absurdo. Então, sim, poderão jornalistas, sem a milésima parte de uma ideia, qualificá-lo de *emérito*. Decorar é o grande sistema. Vivemos no regime das palavras. Regras e mais regras. Absurdos e mais absurdos. E os nossos estudantes, cheios de distinções nas escolas, na vida prática abrem os olhos espantados diante do mais simples facto, sem o poderem resolver.

Diz-se que o nosso mal é o analfabetismo! Não, o nosso maior mal é a falta de ideias. No coração da Europa, não sentimos como a Europa; no cérebro da Europa, não pensamos como a Europa. Estamos numa região desse grande corpo em que se deu uma paralisia local: o sangue das ideias europeias, ao chegar aqui, na sua corrente construtiva, aniquilou-se e parou.



Como fazer vir ao corpo da nossa Pátria esse sangue salubérrimo que nos falta? Ah! Pelo grande renovador, pelo grande transformador, pelo agente mais revolucionário, mais intimamente revolucionário: pela instrução.

Sim, nós somos contra os combates das ruas e a conflagração das armas. Somos pelo combate dos cérebros e pela conflagração das ideias. A uma espingarda que fere, preferimos um livro que resgata. Mais um tiro? Mais uma morte. Mais uma ideia? Mais uma vida. Se combater é matar, instruir é reviver. Quem fez a Revolução Francesa? Foi Marat, foi Robespierre, foi Danton? Seriam, mas tê-la-iam feito sem a *Enciclopédia*, tê-la-iam feito sem Voltaire, Diderot e Montesquieu? Não! As grandes revoluções não são senão revoluções de ideias, mudanças no modo de ser íntimo das sociedades.

Ê essa a revolução a que visamos e, sob esse ponto de vista essencial *O Republicano* orgulha-se de ser o mais franco, o mais aberto e o mais lealmente revolucionário.

(Em *O Republicano*, N.º 5, de 2 de Agosto de 1908)

## Tipos da nossa terra — Os dissidentes

Grandes tipos, estes!

São os indefinidos... são os vagos... são o verbo revolucionário no infinitivo. São *liberais*.

Esses sujeitos ainda ontem berravam contra o adiamento das câmaras e hoje são pelo adiamento. Com a mesma desfaçatez, os que ontem combatiam em altos gritos — ferozes, hiperbólicos, selváticos — aclamam



hoje em êxtases pornográficos, em atitudes afrodisíacas, olhos em alvo, face injectada, boca espumante...

Ontem... o adiamento, que indecência! Hoje... o adiamento, que ventura!

Ontem... o tratado devia ser discutido, tinha de ser discutido, sem perda de tempo, o Parlamento tinha de sancioná-lo ou de o combater. Por patriotismo!

Hoje... que passem dois meses sobre a consumação do atentado; que protestem os outros; eles não estão para maçadas. Por patriotismo...

São uns exemplares patriotas, os dissidentes!

E aí está porque esses homens, que ainda há dias condenavam o tratado, que discutiam a sua ilegalidade, que davam o seu sangue rútilo só para que ele se não consumasse (heróicos filhos da Lusitânia!), que *combatiam* os adiantamentos, principalmente nas actuais circunstâncias, em objurgatórias terríveis, em cata-dupas hipertérmicas de palavras candentes, em niagaras de retórica e em epilepsias de gosto, hoje, sendo convidados por um partido democrático para discutir uma questão tão patriótica e tão importante, deixaram-se ficar em casa, mansos, angélicos, paradisiacos, como se o Espírito Santo tivesse baixado sobre o Sr. Egas Moniz, e o Sr. Alpoim, de Mefistófeles da Oratória, se tivesse transformado em querubim — a face diafanizando-se, a cintura estreitando, o corpo tornando-se ligeiro, a figura esbelta e *elancée*, e das costas dissidentíssimas despon-tando, a bênção celestial de duas asas brancas...

E cá temos o partido dissidente perfeitamente caracterizado.

É um partido que não é peixe nem carne, que não é amargo nem doce, que não é preto nem branco, odiando razoavelmente a monarquia por nela não haver lugar para eles e detestando sinceramente a república por nela não haver conselheiros; um partido que sobre os



outros partidos monárquicos tem a desvantagem de ter alguns homens inteligentes e de ser refinadamente hipócrita e desmesuradamente arranjista.

Preside a este partido o Sr. José de Alpoim — a hipertrofia estomacal de um desejo de governar — esse tonel ambulante da retórica nacional, donde sai o vinho da eloquência que perturba os espíritos e embebeda os correligionários. É um figurão de organização linfática e de política linfática; mascarado de um duplo *travesti*, por diante *sans-culotte* e barrete frígio, por detrás boné de pala e libré da casa real; homem público de revolucionismo com atenuação de virulência nos caldos de cultura do conselheirismo, a personificação hiperbólica de uma democracia monárquica, a penumbra da sombra, a pausteurização da república — eis o Sr. Alpoim.

Em redor deste liberal de opereta agrupam-se os restantes da companhia lírica, com *toilettes* mais ou menos vermelhas e todos cantando uma música já muito velha num libreto já muito estafado. *Leit motiv*: monarquia liberal.

TenORIZAM agora em árias ligeiras para logo surgirem como baixos profundos, subindo toda a escala, desde os sons mais graves aos mais agudos — políticos de furta-cores pela combinação no disco de Newton, dando uma impressão geral de pardo, agora vermelhos, logo azuis, esmaecendo ou reforçando-se como tintas simpáticas, diluindo-se ou concentrando-se como cores hifométricas, passando pelos mais diversos tons como certas passagens de barómetro — a dissidência progressista pareceu-nos sempre uma coisa burlesca, inodora e insípida... e boa condutora para todos os princípios, os mais opostos.

Eu, que sou partidário da liberdade sem sofismas, sem apostasias, sem restrições — eu, que não compreendo liberdade monárquica pela simples razão de que não compreendo liberdades com *senhores*, nunca tomei a sério



essa liberdade ridícula dos dissidentes, que se pode definir: a liberdade que deve ter cada grupelho de ir ao poder para fazer asneiras.

Sempre desconfiei deles e sempre que ouvia falar desses figurões tinha a impressão de ouvir falar em seres antediluvianos, em libretes pré-históricos, de ângulo facial desconhecido... Sempre desconfiei dos que dividem o seu campo visual em duas partes distintas... para não ver claro senão uma delas.

E agora...

Nós vimo-los de braço dado com os regeneradores, a partirem carteiras, os heróicos filhos da Lusitânia! E eu desconfiei logo daquela exaltação... Fui eu um dos que a condenei. Como vêem, tinha razão.

A indignação justa e sincera tem alguma coisa de altiva e de digna: chama as lágrimas aos olhos, não o riso às bocas abertas... E quem é que sentiu respeito por aqueles homens ao ver indignar-se aqueles farsantes?

Há a indignação da gente rubra e há a indignação das bestas.

Estas quebram as cabeças pelas paredes, racham carteiras, têm quadrupedismos de exaltação. Por isso, a oposição dos regeneradores e dissidentes era uma oposição que eu já tinha visto fazer nas cavaliariças, mas com uma diferença: era com as patas anteriores que no parlamento se rachavam as carteiras.

Hoje... todos quietinhos. Benza-os Deus que os fez tão iguais!

Está dito: a cor vermelha dos dissidentes... desbotou.

Foi o que aconteceu ao Sr. Ramalho e ao Sr. Fialho de Almeida.

Mas o partido republicano não sofreu nada com isto, porque é um partido de fé e de crenças: despreza os renegados e caminha para a frente, levando no seu seio



a coragem dos anónimos que valem tanto como os mais célebres e pelo coração valem às vezes muito mais.

O grande partido democrático ficou no seu posto.

Não segue o Sr. Alpoim, nem vai atrás do Sr. Fialho de Almeida.

È que ainda há vergonha...e bom gosto!

(Em A República, N.º 355, de 24 de Maio de 1908)

## Às avessas

João Gouveia construiu um aeroplano.

Estou a ver que muitos dos senhores vão imaginar que João Gouveia tem o curso de engenharia civil ou pertence, como qualquer sábio, ao 1.º grupo da Academia Real das Ciências.

Pois estão muito enganados.

João Gouveia nunca escreveu qualquer obra sobre a resolução das equações do sétimo grau ou sobre a electricidade nas suas relações com o magnetismo. João Gouveia é um poeta!

Um poeta que, cansado de cantar em todos os tons os olhos negros das suas vizinhas e as graças ocultas das mulheres, se pôs a pensar nos grandes factos científicos, nos grandes problemas da aviação, com um amor, uma dedicação e uma seriedade raras em Portugal.

Este facto, aparentemente isolado, veio-nos fortificar numa convicção antiga.

Parece-me que foi Fialho de Almeida quem primeiro fez notar que em Portugal toda a gente faz aquilo que não se esperava que fizesse e ninguém faz o que tinha obrigação de fazer.



Já se sabe, isto é uma afirmação absoluta e, como quase todas as afirmações absolutas, exagerada.

Fialho de Almeida, que é médico, começou por fazer pílulas e acabou por escrever prosa.

Mais tarde, Fialho de Almeida, livre-pensador, escreverá nos jornais nacionalistas, e Ramalho Ortigão, republicano, frequentará o paço e defenderá a monarquia.

Júlio Dinis, Manuel Bento, Marcelino Mesquita, Júlio Dantas, Fialho, médicos — fazem literatura. Os literatos, por seu lado — fazem ciência.

Constitui-se um ministério. Quem é que vai para ministro do reino? Um engenheiro! Quem ocupa a pasta das obras públicas? Um advogado! Para a pasta da guerra irá um oficial de marinha e para a marinha — não tenham dúvida — há-de ir um oficial do exército.

Estabeleceu-se um quadro de professores. Sabem quem será o mestre de latim? Um militar. E querem saber quem vai ensinar ciências naturais? Um bacharel em direito.

Organiza-se um congresso de instrução. Trata-se do ensino das primeiras letras — falarão os médicos. Trata-se dos anormais — discursarão os professores.

Discute-se o grande acontecimento científico das novas radiações, que lá fora achou eco profundo em todas as academias... de sábios. Aqui, em Portugal, surge um homem a falar também no rádio, nas novas doutrinas, em Curie e Le Bon, na desintegração da matéria... E o Sr. Dr. Virgílio Machado, sábio, químico e sócio da Academia? Não: é o Sr. Guerra Junqueiro, poeta, bacharel em direito e vinhateiro em Barca d'Alva.

Por outro lado, publica-se para aí um livrinho de versos. Quem o prefacia? É o Sr. Júlio Dantas, escritor, poeta e autor do *Serão das Laranjeiras*? Não: é o Sr. António Cabreira, matemático, géometra e autor da *Área dos Polígonos*.



Precisa de se estudar a defesa territorial do nosso país. Quem o faz? Um oficial da armada, o Sr. Ferreira do Amaral. O problema da defesa marítima, já se vê, há-de fazê-lo um oficial de infantaria.

Neste país, o Sr. Paçô Vieira, bacharel em direito, é ministro das obras públicas. Mas não se admirem: porque o Sr. Sebastião Teles, oficial de engenharia, é ministro do reino.

O *divórcio*, nas sociedades modernas, a quem favorece mais é aos homens. Lá fora compreende-se isso. Lei dos homens... lei dos homens... chama-lhe Hervieu. Pois bem: aqui em Portugal quem defende o divórcio é a Liga das Mulheres; quem será contra ele... é a câmara dos homens.

Um sujeito nunca soube aprender? Será professor Um indivíduo arruinou-se, nunca teve tino para administrar a sua casa? Irá para administrador da casa dos outros. Compreendem pois agora como o caso de João Gouveia não é um caso isolado. O poeta João Gouveia constrói aeroplanos, mas o físico Fonseca Benevides escreve romances de amor.

Os senhores querem edificar uma casa? Procurem um dramaturgo! Mas querem uns versos para um dia de anos? Vão ter com o Sr. António Cabreira!

Não há nada mais interessante. Hoje em dia não podem exigir-se descobertas científicas senão aos poetas. E já não há maneira de esperar bons versos... senão dos químicos.

E isto é um princípio tão geral, tão às avessas isto anda que hão-de ver: os homens que, em Portugal farão a república hão-de ser... os monárquicos.

Parece que todos erram a sua vocação em Portugal!

(Em A República, N.º 339, de 4 de Maio de 1909)



## A Legião Vermelha

*Nós somos os que não temos que perder!*

Porque tudo nos roubaram.

Vamos em marcha, cantando canções heróicas onde tremem as vibrações da voz de *Spartaco*, o *Surge et ambula* de uma legião de famintos...

Nós somos os que não temos que perder!

E sabes porquê, Burguês?

Porque andamos, desde pela manhã até à noite, a fazer-te o *Capital* com o suor do nosso rosto. Nós andamos com os nossos braços a criar o inimigo. O leite que geramos envenena-lo tu: é energia criadora; torna-lo energia inimiga. Nós somos como a Ísis lendária; tu és como o filho de Tifão.

Tu bebes-nos o sangue. E o teu sangue vermelho é feito do nosso sangue. Asfixiou-nos o vapor das tuas fábricas; andamos trabalhando cinco horas por dia para ganhar seis vinténs e para te produzir cem contos.

E por isso — nós não temos que perder!

E por isso avançamos. Porque uma força nova nos ergue dos *túmulos* onde vivemos, e vamos à posse de um mundo perdido. Afastai-vos, vós, os que temeis: não queremos magoar-vos o corpo, nem queremos enjoar-nos de vós. Afastai-vos depressa: nós somos uma calamidade que passa.

Passamos as Fábricas...

Que é do Pão?

Não há Pão!

Mas olhem a indústria moderna! Como tu a amas, Burguês! Ouvimos dizer que é o orgulho do nosso século. Sim, isto que nos mata — é o orgulho do nosso século! Contemplem esses prodígios de mecanismo, os milagres dos engenhos, a pressa nervosa dos êmbolos. Admirai,



esfomeados! Cai de cócoras, miseráveis! Não tendes pão em casa? Mas deveis alegrar-vos, porque isto é o orgulho do nosso século! Como deve encher-nos de satisfação o vermos que produzimos automóveis tão ricos, *toilettes* tão luxuosas, máquinas tão necessárias... e que temos os filhos tuberculosos!

A tua indústria! ah! A tua indústria é como um velho monumento egípcio: derreia os braços dos miseráveis; alimenta-se da fome dos vencidos.

Mas tu disseste: *Eu amo o trabalho e os que trabalham!*

Bravo, Burguês! Tu tens uma alta consciência moral!

Obrigado! Obrigado pelas tuas palavras!

Olhai, desgraçados do mundo!

Olhai, esfarrapados das sarjetas, ó aves nocturnas das minas! Aclamai esse homem que vos ama, porque vocês trabalham!

Tendes fome? Desfalece-vos a mulher nos braços? E os filhos pedem pão? Mas aclamai, aclamai este homem que ama os que trabalham.

Ah! Mas eu bem ouço a vossa voz ardente:

Desprezai essa fera que quer perpetuar o seu roubo!  
Desprezai esse bandido que ama o nosso trabalho!

E nós passamos os Lares...

Que é do Amor?

Não há amor!

A santíssima instituição do matrimónio é um negócio escuro. Nos teus filhos não há este natural produto de dois corpos que se amam: mas esta sordidez hedionda de duas moedas que se procuram. Geralmente, a única coisa que têm de ti é o teu orgulho e o teu dinheiro. O teu sagrado casamento é o *coemptio*; com esta diferença: que no tempo dos romanos simulavam a venda, tocando



a balança com uma moeda de cobre, e hoje não se simula a venda, porque a venda é real; e a respeito de moedas de cobre, só se ostenta a flor de laranjeira. A dissimulação é mais grave, a perfídia é mais vergonhosa.

Enquanto a nós, depois de esfalfados pelo trabalho violento, íamos receber nos braços, orgulhosamente, aquela que amávamos. Não íamos receber a tua sanção — amávamos livremente, esplendorosamente. Era a única coisa livre que fazíamos. Mas tu enojavas-te, digníssimo monstro, e chamavas a isto concubinato. No entretanto, tua mulher corria as lojas de modas; teu filho dormia com as criadas e tua filha andava em leilão.

Apressai a marcha, ó vós que vindes atrás! Pisai, pisai-me os calos e a Moral a esses burgueses! Lançai a voz, a hercúlea voz pelo espaço, e prendeí mais nos vossos lábios a libidinosa boca da vossa amante! Vede, ela é fresca como um morango metido na água e mais vermelho que uma veia cortada! E os seus lábios têm mais perfume que dois cravos regados com almíscar! E dissei comigo: Bendito, mil vezes bendito, mil vezes bendito o vosso concubinato!

Passamos as Academias...

Que é da Arte?

Vêm também connosco os poetas, os artistas, aqueles que compreendem o anseio férvido da linha e o espasmo sanguinolento da cor. Aqueles que mais descobrem no Universo e mais na Terra vivem, os que sabem ler nos gestos, e nas almas, os que compreendem o ritmo das coisas e o *correr* manancial da Harmonia. Ei-los, os teus inimigos, os filhos orgulhosos da Terra. Ser artista é saber dar alma às coisas; é viver num mundo de maravilhas. Vêm connosco esses filhos da maravilha. Cantam connosco esses criadores de beleza.



Passamos os Tribunais...

Que é da Justiça?

Não há Justiça!

«Meus irmãos, é permitido roubar o Trabalho! Mas não pode ser roubado o Capital!»

«Todas as revoluções são ilegítimas!»

«Quem rouba um pão tem a cadeia; quem mata mil vidas tem a Fortuna. As prisões estão cheias de explorados; os bancos acumulam o fruto dos latrocínios. Eis o Direito. Eis a Justiça.»

«O Capital é um roubo; é preciso garantir este roubo.»

«É preciso condenar sem lágrimas. Bom juiz é aquele que não chora. Uma sentença justa é a que se dá sem tremer.»

Mas digamos nós, bem alto e bem firme: Fora a Justiça dos que condenam tranquilamente! Fora os bandidos que condenam sem lágrimas! Daqui para o futuro, quando condenarmos, saberemos chorar!

Passamos as Democracias...

Que é da Liberdade?

Há só a liberdade de defender os preconceitos comuns. As bocas livres sufocam-se, e as respirações vigorosas oprimem-se. No tempo de Roma triunfante, mata-se Giordano; no tempo dos exércitos permanentes, prende-se Hervé. Dizei-me, dizei-me trampolineiros: que diferença existe?

Mas nós gritaremos, nós os sinceros, nós que conspiramos contra todas as opressões e contra todas as mentiras: que a Liberdade venha até para os nossos inimigos! E que a Palavra seja o único meio de condenar a Palavra!

E passamos as Igrejas...

Que é da Religião?

Não há Religião.



Cinco milhões de homens são cinco milhões de supersticiosos. Uns crêem no Santo António, outros crêem no fatal Determinismo.

Mas nós vamos viver religiosamente. Nós cremos no absoluto da nossa Justiça; há alguma coisa na nossa alma que nos diz: Não é baldado o teu esforço! E nem tudo são cinzas no momento final.

Deixai passar, honestos exploradores da carne; inconcussos juizes ferozes, dignos padres ateus, os que amam a Vida e desprezam os Adjectivos!

A Legião vermelha já não é feita de escravos: é o nosso bastão, é um ceptro de senhor.

Tremei, tremei, Burgueses! Deixai passar os soberanos! *Nós somos os que não temos que perder!*

(Em Alma Nacional, N.º 25, de 28 de Julho de 1910)

## O Partido Republicano e as crenças religiosas

Há certas verdades de tal maneira elementares e *centrais* num partido democrático que pareceria redundância estar a pô-las em evidência. Mas na vida há tempo para tudo menos para pensar. Daí o sobreexistir ainda hoje uma lamentável confusão entre os partidos políticos e as crenças religiosas, confusão que tem sido propositadamente favorecida pelos clericais e cegamente mantida por ingénuos ou por fanáticos.

Os homens da monarquia, de tal maneira se substanciaram com os clericais reaccionários e estes de tal maneira defendem a opressão do Direito monárquico, que não é nada para admirar que tal confusão se estabelecesse no espírito pouco esclarecido dos nos-



sos compatriotas. O clericalismo, longe de pôr a claro a questão, *para interesse da pureza da crença*, insistiu nesta imbecil e desgraçada mentira, *por conveniência egoísta de seita*. E os democratas, numa ingenuidade que seria pasmosa em gente velha, se não soubéssemos quanto pode ainda o autoritarismo dogmático, ei-los a servir os interesses dos reaccionários, repetindo a máxima clerical de que não se pode ser republicano e deísta ao mesmo tempo!

Por isso se ouve a cada passo dizer que o partido republicano português é e sempre foi livre-pensador (no sentido de ateu) e outras enormidades semelhantes, que só servem para comprometer sem vantagem a acção da sua política e diminuir singularmente a pureza do seu credo.

Num artigo de *A República*, no tempo em que colaborámos nesse jornal, dizíamos nós, ao escrevermos sobre a «disciplina partidária», que tanta gente confunde com a disciplina cega de um batalhão:

«Um partido monárquico é uma soma de consciências mortas; um partido democrático é um conjunto de liberdades vivas.»

Que queríamos dizer com isto?

Que um partido democrático não pode nem deve impor aos seus correligionários nada mais do que a observância rigorosa de certos princípios fundamentais, sem os quais esse partido não tem razão de existir.

Nós admitimos perfeitamente essa imposição *máxima* (se imposição se pode chamar a uma definição clara de atitudes) que não denota nenhuma intolerância. Os padres da Igreja não são intolerantes excomulgando aqueles que divergem de uma maneira absoluta dos seus princípios admitidos. A sua Igreja tem uma *acção*, um *destino*, uma *missão* a cumprir; fora dela pode admitir outras acções, outros destinos, outras mis-



sões diferentes; mas o que não permite é que se suponha filiado na sua Igreja quem está em contradição com o que constitui a alma da própria Igreja. *Excomungar* é, pois, dentro de limites prescritos, *reconhecer* uma divergência que os crentes foram os primeiros a levantar; como ninguém os obriga a concordar com as máximas fundamentais da Igreja (de outra maneira, não seriam excomungados, mas forçados a *comungar*) é, de um certo modo, *sancionar* a liberdade de discussão e representa, sob o ponto de vista moral, a disposição dessa Igreja em não colaborar na hipocrisia de um indivíduo que, tornando-se incompatível com os preceitos da sua seita, insistisse em dizer-se inspirado no espírito restrito da seita.

Por isso, se um republicano começasse para aí a defender a intolerância religiosa, as ditaduras políticas, o regime de perseguição, não era apenas um direito, mas um dever do directório do partido, depois de o ter inutilmente esclarecido, *excomungá-lo* da sua agremiação política, dizendo-lhe: Nós respeitamos de maneira absoluta a sua liberdade de consciência; dizemos-lhe mais: para nós, a sua liberdade de consciência, como a liberdade de consciência de todos os homens, é a coisa mais preciosa do mundo. Pode ser mesmo que tenha razão e que nós todos laboremos no erro; pois bem: a melhor maneira que o senhor tem de manifestar a sua razão e o nosso erro é confessar que não pertence ao nosso partido. Quando todos nós erramos, seria uma insistência imbecil querer sujeitar-se ao nosso rótulo — que é o nosso erro. Antecipamo-nos, pois, e acreditaremos, para não ter de duvidar da sua inteligência, que fizemos o que mais grato seria à sua vontade esclarecida.

Mas esta obediência *querida*, livremente consentida e livremente *aceite*, esta obediência, que não é propria-



mente obediência porque não representa uma sujeição servil, mas um acordo *consciente* e *voluntário* em determinados princípios «centrais» e «primordiais» de um partido democrático, levar-nos-á a estabelecer dentro dele uma «uniformidade» lata, de maneira que modos de pensar, de sentir, de compreender a vida e de a viver apresentem uma identidade absoluta? Nós que o quiséssemos e ser-nos-ia impossível. Fosse possível, e mal de nós se o quiséssemos.

O interesse de todos os partidos democráticos está na expansão da vida individual, na maior diferenciação possível, coexistindo com um *acordo mínimo* nos tais pontos de vista essenciais a que nos referimos. Um partido não é um rebanho: é uma agremiação de indivíduos livres *com uma acção comum muito precisa*. A *acção precisa* do partido republicano português é estabelecer na sua pátria uma nova forma do Direito, resolver os problemas nacionais da maneira mais lúcida e apressar o advento de um regime social em que as liberdades individuais coexistam sem mutuamente se deprimirem.

Com esta acção que têm a ver as doutrinas religiosas?

Eu não posso reconhecer a supremacia do princípio democrático, desejar a minha terra mais livre e mais perfeita e acreditar nas almas dos antepassados, como Nippon, ou no deus Phtah, ou em Buda, ou na Santa Madre Igreja?

Que tem a ver a minha doutrina social com a minha *religião pessoal*, que é o jacto mais fundo da minha personalidade e a expressão mais individual do meu sentimento humano?

Quem há para aí que, em nome dos princípios mais eternos, em nome das verdades mais altas e das



necessidades mais absolutas, tenha o direito de exigir que eu — não seja eu?

Explica-se facilmente a obnubilação dos espíritos nesta matéria. Todos os «dogmáticos», todos os autoritários pretendem *modelar* os outros pela sua estrutura psíquica, *vasar* todos os sentimentos alheios na forma da sua idiosincrasia, de maneira a quebrar, a torturar, a dissolver todo o vislumbre de espontaneidade individual, todas as arestas, todas as especificidades, todos os *relevos* da pessoa moral. O seu ideal *seria* — egotizar o mundo. Deles dizia Emerson, na sua bela linguagem:

«Vous essayez de faire de cet être humain un autre vous. C'est assez d'un.» (1)

São cristãos? Eles não admitem que no seu partido haja infiéis, porque o cristianismo é a doutrina da igualdade e da fraternidade e não se pode logicamente aclamar a democracia e negar o cristianismo. São deístas? Eles não compreendem como se possa desejar alguma coisa de profundamente justo sem a noção do Deus onnipotente. São ateus? Eles não percebem como se possa conceber a autoridade na forma monárquica e admitir ao mesmo tempo a doutrina da revelação. E todos, cristãos, deístas e ateus, acham muitas razões para excluir do seu grémio os que não pensem exactamente como eles.

Esta necessidade patológica da unidade absoluta, este autoritarismo surrelfia e ignaro, esta vontade de querer *rebanhos*, é preciso ser combatida a todos os instantes por aqueles que não desejem ver diminuído o valor da vida humana.

«É ser insociável, escreve o moralista contemporâneo Jacob, não amar na sociedade de que se faz parte

---

(1) *Pages choisies, public. por Dugard.*



senão o que divide os associados, em vez de amar aquilo que os une.» A nós, democratas portugueses, separa-nos muita divergência de ideias, de crenças, de aspirações, de caracteres; tem-se dito mesmo que, no partido republicano se formaram duas correntes; se alguma coisa há de triste nesta questão é o de não se terem formado, pelo menos três; pela minha parte, confesso que me sentiria muito embaraçado, se me tivesse de decidir por qualquer delas. Pois bem. É verdade que isto nos *separa*, mas não se trata de nos combatermos no que em nós é diferente, mas de nos amarmos no fito que nos une.

Reparai bem: eu não vos digo que *esqueçais* essas diferenças, que podem ser grandes e que eu quero supor importantes. Não se trata mesmo de exigir aos dirigentes do partido um silêncio profundo sobre as crenças religiosas. O que se trata é de cada um tratar o problema religioso *independentemente* do problema político, sem ter de dar satisfações a ninguém, o que seria baixeza, mas também sem envolver o partido de que faz parte, o que seria infâmia. Simplesmente, pelo facto de que somos livres pensadores e republicanos concluímos que todo o partido republicano é livre-pensador, é cometer uma generalização abusiva que ninguém nos deu o direito de cometer. Amanhã, diria eu que o partido republicano era antimilitarista, só porque o sou; eu sei que o antimilitarismo é bem, mas sei também que o partido republicano não foi fundado para a defesa desse bem. E ser-me-ia muito molesto se amanhã dissessem que os republicanos gostam todos de *omolettes*, só porque eu gosto extraordinariamente de ovos. Eu sei que há republicanos que não gostam de *omolettes*.

E note-se, *porque é preciso ir mais além*: podia o partido republicano, *de facto*, ser livre-pensador, isto



é, podiam todas as individualidades que hoje constituem o partido republicano confessarem-se ateus; isto não lhes permitia ainda que afiançassem que «o partido republicano era livre-pensador», porque seria fechar, sem direito nem razão alguma, a futuros democratas um campo que está aberto a todas as crenças religiosas. Seria como se disséssemos que o partido republicano é um partido de homens com cabelos escuros e olhos pretos, só porque, entre nós, não apareceu ainda um louro ou um moreno de olhos azuis.

O que é *aceitável*, e legitimamente *aceitável*, é que todos os que forem ateus o confessem sem peias algumas (o partido republicano foi feito para libertar das peias e não para as conservar), sem se importarem com certas conveniências de tática política, também muito discutíveis. Efectivamente, há quem pensa que não é boa tática atacar o cristianismo diante do grande público. Só a própria afirmação de que é preciso evitar a discussão de uma doutrina nos enche de calafrios; quando a oíço tenho a impressão de que alguma coisa no Universo tem diminuído de valor. Evitar, esconder, fazer mistério, tudo isso me revolta. Acho que é preferível *chocar, subverter, arrasar, incendiar* mentes, *convulsionar* almas, desencadear tempestades, a esta modorra paralisante da indiscutibilidade, que representa um desprezo pelos outros, uma abdicação da nossa pessoa e uma péssima educação cívica.

Só se faz educação cívica, dando exemplos de civismo: pondo o homem livre em acção. Só se ensina a tolerância, praticando a divergência.

Só clamando e gritando o que dentro de nós tem direito a ser clamado e gritado, só assim se pode preparar a geração do futuro, a grande geração acolhedora e livre, a geração que saberá amar e revoltar-se, a geração que saberá escolher e permitir...



Além disso, como afirmei no meu último artigo, as divergências que separam ateus e cristãos são mais aparentes que reais.

Tem-se atribuído às *religiões* um vício que pode coexistir com todas as *opiniões*: o despotismo sectário. Não é pelo que cremos que somos déspotas, mas pela maneira como cremos ou descremos, pela maneira como afirmamos ou negamos. Eu conheço muitos *liberais* portugueses que davam bem um *negus* da Abissínia.

Ao partido democrático português compete abrigar debaixo das suas bandeiras a todos os espíritos de bem, a todas as almas de amorosidade superior, a todas as consciências de devoção e de justiça, *seja qual for a crença religiosa que professem*.

Quando os sinceros cristãos entenderem que os infames, que na Liga da Defesa Monárquica fizeram a apologia da denúncia, só prejudicam o seu ideal de pureza e fraternidade, eles julgar-se-ão infinitamente mais solidários connosco do que com esses vergonhosos bandidos. Então o reaccionarismo, reconhecido afinal o que ele é — um *sistema de política* e não uma *doutrina religiosa* — sofrerá o mais rude e funesto golpe. Até lá, como as palavras os unem! E como elas nos separam!

Depende da nossa inteligência, do nosso trabalho, do nosso esforço, apressarmos essa vitória decisiva.

Digam os senhores monárquicos o que quiserem. A diferença que nos separa dos cristãos é mínima. Querer expurgá-los de nós por crerem em Deus, seria imitar os clericais no caso famoso de Mme. Duplessis — que foi expulsa de uma colectividade por não querer cortar os cabelos.

Parece-me que não será legítimo excluir do partido republicano aqueles que tenham a ousadia... de os querer cortar à escovinha.

(Em Alma Nacional, N.º 21, de 30 de Junho de 1910)



## Da ditadura à suspensão dos direitos políticos

Há tempos — antes do acto das espadas, símbolo perfeito dos nossos tempos de abdicação e de apagada e vil tristeza — em frente do espectáculo confrangedor das lutas dos partidos (a tal opposição *franca, leal e intransigente* que é um crime de lesa-pátria e de lesa-república) fazíamos num jornal republicano uma previsão nada optimista sobre o nosso futuro político, previsão a que os factos ulteriores nos dão o direito de considerarmos como profética. Fazendo essa previsão pessimista, nunca supusemos, porém, que chegássemos aonde chegámos. Acreditávamos na destruição da República, nunca pensámos na destruição dos republicanos. E outra coisa não foi o desolador repúdio de princípios que constituiu o apoio de republicanos à mais vergonhosa das ditaduras monárquicas que em Portugal têm desenrolado a sua vida asfixiante e miserável.

Façamos uma ligeira história, com esse escrúpulo de consciência e essa independência de espírito que sempre diligenciámos nas nossas críticas dos acontecimentos políticos. E porque já há a condenar, infelizmente, desde a queda da ditadura, historiemos a largos traços o período que vem desde a propaganda contra a guerra (ainda na vigência do gabinete Azevedo Coutinho e antes dela) até ao momento actual.

Qual foi a origem da ditadura?

Duas causas iniciais concorreram: de um lado, o egoísmo e cobardia de uns poucos; do outro, inconfessáveis interesses eleitorais de um número ainda mais reduzido. Havia quem tivesse interesse em que não nos fôssemos bater pela nossa independência e pela posse das nossas colónias, na Europa, ou fora da Eu-



ropa; outros havia que tinham interesse em que não fosse um ministério democrático que fizesse as eleições. Estes dois grupos de interesses, ambos miseráveis, vão entender-se. Os primeiros serão os braços que levarão ao poder o ambicioso do mando sem a única base legítima para ele se exercer numa autêntica democracia; os segundos serão a voz que gritará na imprensa pela nossa não intervenção na guerra europeia. Nunca se fez conluio mais vergonhoso, pois que nunca em tempo algum o partido da paz foi o partido das espadas, nem nunca um homem político, para subir de escadada às cadeiras do poder, se serviu de armas mais antipatrióticas.

Sobre a nossa intervenção na guerra, começa então a acentuar-se clara e abertamente, com fins eleitorais, uma propaganda que já de longe vinha, como que a medo e em surdina, a exercer a sua obra dissolvente na sociedade portuguesa, e que era dirigida por inimigos do regime, com o claro intuito de pôr em conflito o Exército com a República. Essa propaganda tenaz, que teve por padres-mestres a Alpoim e quejandos, já dera o seu fruto temporão na revolta de Mafra, a 20 de Outubro de 1914. Já conseguira mesmo dominar essa grande fé e esse belo entusiasmo que assaltara o povo português às primeiras novas da guerra. Como sempre, os dirigentes, longe de aproveitarem e analisarem devidamente as forças populares, desciam abaixo do povoléu, da *canalha*, em cujas energias vitais ainda reside alguma esperança, ténue esperança, de salvação. E a despedida das nossas tropas para África já se conseguira fazer quase no meio de uma gélida frieza do povo. *Parecia um enterro!* — diziam os monárquicos. Mas não acrescentavam que tinham sido eles os coveiros da nossa esperança e do nosso entusiasmo dos primeiros dias.



Tão tenaz e tão hábil foi essa propaganda antibélica que a muitos se afigurou estar a República em perigo. A vários oficiais ouvi eu gritar, em pleno Rossio, que uma revolta rebentaria se persistissem em os mandar para a guerra. E diziam isto inflamados e coléricos, como se estivessem a combater alemães... Seria a consciência deste perigo para o regime que decidiria Camacho a aproveitar o movimento e a canalizá-lo no campo republicano em benefício do seu partido? Seria ele levado ao mesmo tempo pelo seu interesse de facção e pelo interesse da República assim confundidos, tomando a frente a um movimento como republicano, para que monárquicos não se encarregassem de o fazer? Se assim é, uma atenuante existe para o seu procedimento, mas não bastante poderosa para inteiramente o absolver. Em primeiro lugar, republicanizar o movimento era dar-lhe probabilidades de êxito e, portanto, se contribuir para a estabilidade do regime, mais ainda contribuir para o afundamento da Pátria. Em segundo lugar, casos há em que é preferível perder-se tudo, a nossa vida e o ideal da nossa vida, o sonho que andámos architectando através de anos de luta, a colaborar com o medo e o egoísmo dos mais vis. Antes a República morresse que ser salva pela anuência a uma cobardia. Antes a República morresse materialmente que moralmente os republicanos... Foi pena que ela tivesse durado mais um dia...

A propaganda foi hábil e tenaz. E como, com o ar de *se não ir para a guerra* não se podia fazer um pronunciamento militar, pois seria de um cinismo ignóbil e a isso se recusaria a melhor e maior parte do nosso exército, a dezena de oficiais que desfaleciam de medo ante o perigo alemão e estoiravam de bravatas ante o Terreiro do Paço, numa valentia cómica que fazia rir e fazia chorar, procurou um pretexto de solidariedade.



E como sempre a Fortuna auxilia os audazes, esse pretexto acabava de apresentar-se. Um oficial monarquíssimo, segundo parece, com toda a justiça e por motivos estranhos à política, fora transferido de regimento. Parece ainda que o participante do acto que se imputava ao oficial monárquico (em que havia mais de Vénus que de Marte) era republicano. Era o pretexto procurado; tinha de ser agarrado pelos cabelos. E foi-o. Infelizmente, havia precedentes que vinham em auxílio dos inimigos do regime. Um general fora preso em tempos por um civil; no Algarve tinham esbofetado um oficial superior e, em plena baixa de Lisboa, à hora de maior concorrência, fora assassinado a tiro, revoltantemente, um desditoso oficial da marinha. É certo que nada disto se tinha feito em tempos normais; que, nomeadamente, este último caso, o mais grave, se fizera numa hora de perigo para a República, no mesmo dia em que os monárquicos faziam incursões pelo Norte, tentando envolver o país na guerra civil. É certo mesmo que nenhum jornal dos três partidos verberara esse acto e que todos se limitaram a lamentá-lo. Não importava! Era preciso fazer acreditar que fora o partido de Afonso Costa que cometera todas as violências, pois que era ele o *partido da guerra* e era preciso arrancá-lo do poder. Abaixo, pois, a *Formiga*! E o exército lançou-se na política, num momento de insânia e desvairamento que deve ser agora o primeiro a lamentar.

Como disse, o impulso original do movimento foi o egoísmo criminoso de uns tantos. A grande massa, porém, aderiu por espírito de solidariedade, não vendo atrás do caso do oficial perseguido a nossa intervenção na guerra, e outra parte aderiu por espírito de monarquismo, e outra ainda por espírito anti-radical. Tal foi a origem complexa do pronunciamento militar que devia levar à ditadura. O presidente da República,



que fora sempre respeitado, ao contrário do que acontecia com os outros partidos, pela facção que estava no poder, e a quem cumpria fazer tudo para que a supremacia do poder civil não sofresse um golpe cujas consequências se não poderiam prever, traiu o governo, negando a suspensão de garantias que ele lhe pedia, e chamou em gritos histéricos e aflitivos, que tiveram repercussão em todo o Portugal e no mundo, quem? O Sr. Pimenta de Castro!

Era seu amigo íntimo, segundo creio. Jogara com ele o voltarete nas noites do Paço e, no nosso meio, em que a maioria da gente não pode criar laços de ordem intelectual, o voltarete constituiu o segredo da maior parte das solidariedades. Do seu valor intelectual que esperar? Rezámos logo dele, nos primeiros dias da ditadura, num jornal do Norte, quando ainda toda a gente, amigos e inimigos, viam ou fingiam ver no pobre general um homem de largo estofa. (V. os artigos da *Luta* do princípio da ditadura e todos os outros jornais, mesmo os democráticos). Antes do Sr. Afonso Costa, comparámo-lo a uma das figuras ornamentais das ruas de Lisboa (*O Tlim das Flores*) e analisámos uma triste escorrência cerebral que em tempos ele produzira sobre o sufrágio popular (e a que o Sr. Brito Camacho chamou uma *obra inteligente*) demos-lhe o valor que depois tão desastradamente mostrou: isto é, menos do que nulo, porque negativo. É este homem sem ideias, sem planos, sem energia, tendo apenas a energia fictícia que lhe emprestam as espadas e, além de tudo, com uma simpatia pela República, graças a certos acontecimentos passados, muito longe de fervorosa, que vai assumir o poder na hora mais crítica para a nossa paz interior, para a nossa independência e para a nossa dignidade como nação. Começa o infeliz general, pobre paranóico sem asas,



por indicar como seu programa governativo, o famoso *pegar na lei e andar para diante*, que se pensaria saído da boca de um cabo de esquadra. A imprensa que o apoia — e entre esta figuram agora intervencionistas e não intervencionistas, pois acima de tudo o que é preciso é aniquilar Afonso Costa (a nossa independência, o nosso brio, a nossa aliada, as colónias e até a própria causa da *Liberdade e da Justiça* dos retóricos, tudo isso era de uma importância incompreensivelmente menor!) — a imprensa que apoia Pimenta esclarece, porém, o plano governativo com mais elevação e menos espírito de guarda policial. O governo tem por fim — diz-se — fazer a pacificação nacional; restabelecer o império da lei; permitir todas as liberdades; restaurar a disciplina; integrar os monárquicos na República; e, finalmente, presidir a umas eleições gerais absolutamente livres e imparciais.

Vejamos como o governo cumpriu o seu programa, assim enunciado pelos jornais da sua feição.

Fez o governo a pacificação nacional tão ardorosamente anunciada? Creio que nenhum governo ainda lançou mais sementes de ódio a esta desditosa terra portuguesa. Longe de pacificar, o governo fez uma política violenta e facciosa contra um partido, o partido mais numeroso e fortemente organizado da República, o seu mais forte esteio, aquele em que se conservou a grande massa dos republicanos de antes do 5 de Outubro, aqueles que, *no fundo*, são mais republicanos que monárquicos (1). Escuso de insistir sobre o que foi a obra de *pacificação* da ditadura Pimenta de Castro: sabe-se como se agitaram Coimbra, Évora, as Caldas, Braga, Santarém, Loures, Portalegre e, finalmente, Lisboa e Porto.

---

(1) V. adiante para perfeita inteligência desta alusão.



Restabeleceu Pimenta de Castro o império da lei? Nunca também nenhum governo, desde a implantação do regime liberal, mostrou menos respeito pela lei e mais alto pôs a sua vontade soberana. Tratou o país como ele dizia que o tinham tratado os seus predecessores republicanos, como autênticos cafres. Fechou violentamente as câmaras legislativas, assassinando a Constituição; atentou contra o *self-government* municipal, cometendo assim o maior crime que numa democracia se pode praticar; substituiu-se ao poder judicial; demitiu funcionários públicos sem culpa formada; substituiu-se ao poder legislativo, decretando leis, entre elas uma lei eleitoral que é uma mais que ignóbil porcaria e uma amnistia espantosa que introduziu no país alguns dos *contraditores* da República mais perigosos para a sua paz e estabilidade.

Permitiu o governo ditatorial a expressão do pensamento individual com toda a amplitude legítima? Nunca nenhum governo levou a tirania até ao ponto em que ele o fez, dando origem, por alguns ministérios, que os funcionários públicos não conversassem, nem mesmo fora das repartições, sobre política facciosa, isto é, já se vê (porque política facciosa só era a dos adversários), que não defendessem ideias políticas contrárias às que o governo partilhava.

Restaurou a ditadura, ao menos, a disciplina? Nunca em tempo algum passou pela sociedade portuguesa um vento de maior indisciplina, devíamos dizer, de mais miserável indisciplina. A indisciplina é sempre condenável, mas pode ser nobre, quando há risco em a cometer. No caso referido, a indisciplina fez-se contra os vencidos: foi a indisciplina dos cobardes. E que admira isso, se o movimento que originara a ditadura fora, já em si, um acto de indisciplina, e da pior? E assim, vemos oficiais a fazer reuniões políticas e a manifes-



tar-se em verdadeiros comícios; um tenente do exército defender em público, na Liga Naval, o integralismo monárquico; centenas de soldados entrarem em Braga aos gritos de *Abaixo a Formiga*; outros recusarem-se, em Estremoz, a embarcar no comboio, *porque tinham o mesmo direito que os oficiais*; e um numeroso grupo de empregados menores de um dos ministérios celebrar uma reunião em que cobriram de apodos de *Formiga* e de piores ainda um seu superior hierárquico, que esteve suspenso das suas funções, mas não fora demitido! A indisciplina chegou a tal ponto que até os apaches se sentiram protegidos e vararam a tiro um deputado nas ruas mais centrais de Lisboa. E, nos dias seguintes, na Havaneza e na Estrela Polar, nos meios aristocráticos e polidos, não se ouvia senão gritar aos quatro ventos que era preciso exterminar *aquela canalha*. Assim restaurava o governo militar a disciplina e assim elevava a consciência pública.

Conseguiu o governo do Sr. Pimenta de Castro integrar os monárquicos na República? Nunca nenhum governo fez mais para os afastar definitivamente do regime. Os jornais subiram de ponto na sua intransigência; fundaram-se numerosos centros por todo o país; alguns homens de bem da monarquia, que até aí tinham manifestado quase benevolência pela República, como Anselmo de Andrade, declaravam-se já favoráveis à ideia da restauração e afirmavam que seria mais fácil proclamar a monarquia que beber um copo de água; um dos periódicos reaccionários publicava, muito a sério, as opiniões dos maiorais monárquicos sobre quem devia ser chamado a cingir a coroa portuguesa, como se isso estivesse por dias e fosse preciso mandar dizer em telegrama ao pretendente para arranjar as malas. Os jornalistas monárquicos, numa estupidez que causava vertigens, já perdiam todo o



rebuço: o governo era seu; a situação era sua; o exército não era republicano, era do país, quer dizer, era deles; o *trunfo era espadas*; e só faltava, para tudo se consumir, que o general vestisse a farda — para receber com todas as honras o fugitivo da Ericeira. Por seu lado, alguns republicanos sentiam-se já um pouco monárquicos. Um deles dava abertamente a sua adesão, em termos infinitamente irrisórios. Outro, que poisa em filósofo do tom, pregava que a República se devia aproximar o mais possível da monarquia. «No fundo sou mais monárquico que republicano», dizia um terceiro a um jornalista reaccionário que o entrevistara. Enfim, tudo caminhava de maneira que, dentro em pouco, como disse, quando já não era preciso, Brito Camacho, não eram os monárquicos que se integravam na República, mas a república na Monarquia.

Finalmente: quis o governo da ditadura presidir a umas eleições libérrimas e imparciais? Nunca um governo em Portugal, nem nos tempos mais calamitosos da monarquia, se mostrou mais impudente e criminoso eleioeiro. Assim, fez uma lei eleitoral que não tem similar em nenhuma legislação do mundo, para aniquilar um partido; não satisfeito com isso, para impedir toda a fiscalização desse partido e entregar-se, portanto, às maiores traquibérnias eleitorais, fez um decreto ordenando que as mesas fossem nomeadas indirectamente pelo governo; e, finalmente, para ostentar claramente os seus intuitos de independência perante as urnas, resolver criar-se um partido por geração espontânea, levando às câmaras uns 80 representantes, que ninguém sabia se se diziam republicanos se monárquicos, mas que ninguém ignorava que eram, como o outro, mais monárquicos que republicanos. A partilha dos deputados e senadores pela facção governamental e pelos partidos que apoiavam a ditadura esse é o



espectáculo mais ignóbil e indecoroso que nos podia dar este governo que fora ao poder entre espadas para presidir a umas eleições libérrimas e que, antes do sufrágio popular, dividia os cargos dos representantes da nação como quem divide talhadas de melancia. Nunca se vira, *nunca*, uma coisa semelhante em impudência. O governo Pimenta de Castro teve o privilégio dos espectáculos inéditos.

Assim, faltara deliberadamente a ditadura militar ao seu pretendido programa. Procedeu de maneira tal que o programa que realmente a dirigiu era exactamente o contrário daquele que ela apregoava. Sobre a nossa intervenção na guerra o silêncio era profundo: a ditadura só pensava em desfazer algumas *complicações internacionais* (palavras do discurso de Pimenta de Castro aos militares), que assim chamava o ditador aos compromissos já tomados. Quer dizer: S. Exa. prometia-nos uma paz idílica — e era isso, está visto, o *essencial*. Arredada a nossa intervenção na guerra, arredado do poder o único partido que a queria incondicionalmente, estava resolvido o problema nacional. Quanto a ímpetos guerreiros, o Sr. tenente Vasco de Carvalho se encarregaria de os ter... na Liga Naval.

Mas qual era a atitude dos partidos em face desta miseranda ditadura, que excedera tudo o que a Monarquia tinha apresentado de mais vil, de mais tirânico e de mais impudente e que nos ameaçava da perda da nacionalidade? Os partidos apoiavam, bajulavam o ditador, faziam denúncias, pediam-lhe mesmo as maiores violências. Para eles o imbecil que presidia ao governo era o homem mais inteligente, o mais enérgico, o mais capaz, e os que se lhe opunham uma turba de ineptos e de farsantes. Machado Santos já não queria declarações de guerra à Alemanha e já não gritava, como nos primeiros dias da luta, que a vitória germânica seria



o triunfo da Reacção. Que importava que tivesse sido ele o primeiro a inflamar a alma do povo com os seus artigos estrondosos? Para aniquilar Afonso era mister que também ele entregasse a sua espada — e entregou-a. Quanto aos democráticos, uma temporada de férias numa colónia distante (em Timor, decerto) far-lhes-ia imenso bem. Tal era a política e a terapêutica dos *homens de bem* da República, que ainda há meses condenavam as violências de Afonso Costa e do seu partido!

O chefe evolucionista, que, referindo-se à idiota e hipócrita fórmula governativa «pegar na lei e andar para diante», dizia já a 13 de Fevereiro que tê-la encontrado manifestava «uma direcção filosófica e um sentido político», apoiou o gabinete Pimenta de Castro até ao extremo de afirmar que o seu partido lhe não sobreviveria e ainda depois da queda desastrosa do governo, ao contrário de Camacho, numa lealdade e meia coerência <sup>(1)</sup> que muito o honram, manteve com o ditador a passada solidariedade, que nada o honrou. Acima de todas as outras, a solidariedade deste homem foi estranha. Ele combatera o movimento das espadas e a tentativa da ditadura militar com um vigor igual aos democráticos. Como pôde, pois, apoiar um governo saído do movimento que condenara e que mais não era que uma ditadura militar? Ou dir-se-á que não se tratava de uma ditadura desta ordem, porque nem todos os ministros eram oficiais do exército? Tal objecção é infantil. Pois não sabiam todos que o verdadeiro poder mandante era o militar, que fora este que erguera o governo nas suas baionetas, que o apoiara em manifestações colectivas, que lhe reiterara depois a sua con-

---

(1) Meia coerência, porque o partido, é claro, não foi dissolvido.



fiança, que o inspirou e lhe fez imposições no decurso de toda a sua inglória vida? Que foi isto, em toda a extensão e profundidade da palavra, senão uma autêntica ditadura militar?

Por seu lado, o unionismo, porventura assim chamado por antífrase, leva a sua solidariedade para com o governo até à denúncia, e tão ciumento é nela que apresenta ao Ditador queixas do outro partido aliado, para que Ele não contemple com talhada igual na partilha do fruto eleitoral. No seu apoio ao governo, Camacho chega mesmo a ser bucólico: «Sentimos todos que se torna firme o terreno que pisamos e, porque os horizontes se nos mostram claros e limpos, o nosso espírito eleva-se e a nossa alma ri — como se reflorisse, dentro dos nossos peitos, uma esperança emurchecida.» (*Luta*, 28 de Fevereiro de 1915.) Não se podia levar a solidariedade para com o governo das espadas a um entusiasmo mais idílico! Brito Camacho não prestou o seu apoio ao governo até ao último dia, simplesmente porque lho retirou no dia antecedente, e não o fez em virtude das mil e uma violências praticadas, mas sim porque o ditador lhe não garantiu o número de deputados a que se julgava com direito, por ser o único homem capaz de salvar o país (<sup>1</sup>). Procedeu, depois disso, ao invés do evolucionismo e, se este traíra no começo da ditadura a sua solidariedade para com o poder civil, Camacho trai, no fim da ditadura, a sua solidariedade para com o poder militar. O governo do pronunciamento arrastara a sua vida entre duas traições.

---

(<sup>1</sup>) Leia-se aquele famoso artigo da *Luta* em que S. Ex.<sup>a</sup> censura o Presidente da República por ele não saber o que vale *um homem!* Como nós gostaríamos de ter por alguém a admiração que este político sente por si ...



Eis como todos os partidos políticos (afora o democrático) se agruparam em volta de um governo que não devia ter merecido nem por um só momento a simpatia de um só republicano *de verdade*. Se é certo que o democratismo cometera em tempo violências, cometera-as por acaso o anódino gabinete Azevedo Coutinho, em que só havia a censurar a subalternidade das figuras? Não escrevera a *Luta* artigos que em nenhum país do mundo seriam permitidos nas circunstâncias que atravessávamos? Se era mesmo na política conservadora da República que estava a salvação desta (do que em absoluto discordo), era essa a oportunidade de estabelecer dissidências, quando o momento era de união de todos os portugueses, sem distinção de partidos, como o preconizara já havia tanto tempo Afonso Costa? Desconheciam-se, por acaso, os móveis íntimos do movimento das espadas? E era com violências ainda inéditas e incomparavelmente mais revoltantes do que as que se atribuíam aos democráticos que se queria entrar no caminho da ordem e da legalidade? Nada absolve os republicanos dessa intolerável atitude, que manchou de uma nódoa indelével as primeiras páginas da história da República.

Infelizmente, fora dos partidos, nos meios conservadores mais inteligentes e mais cultos, não se formou, de uma maneira bem explícita, uma opinião que contrariasse a ditadura. Passava pela sociedade portuguesa um furacão de destruição e de loucura, e até as melhores consciências foram por ele açoitadas. Eu ainda hoje relembro frases, rememoro desejos ante mim expressos que retrogradavam os que proferiam ao nível moral do troglodita ou do chacal. Um dos meus amigos mais íntimos, uma das cinco ou seis pessoas de quem não posso falar sem funda admiração e que, a propósito de quaisquer erros de Afonso Costa, ver-



dadeiros ou falsos, bramia em frases coléricas (o *bandido*, o *tirano*, o *parlapatão*, etc.) via-o agora satisfeito, esfregando as mãos de contente, como se aquilo que se estava vendo fosse essa democracia e esse *self-government* municipal que ele defendera em límpidos e formosos livros. Outro, alma grande e bem formada, espírito arguto e subtil e que, ainda há bem poucos dias eu vira explodir em frases rubras de entusiasmo ante a partida das tropas portuguesas, ele, que fora um dos primeiros partidários da nossa intervenção militar, já nos dizia que à Inglaterra não convinha que nós entrássemos na guerra e que o que era preciso era pôr os chefes políticos na fronteira. Como tudo mudara em bem poucos dias, só porque a Afonso Costa lembrou a maldita ideia de defendermos com os nossos corpos esta Pátria que herdámos tão periclitante e que estava a pedir todo o nosso sangue para a alicerçarmos solidamente com uma argamassa heróica.

Aqui requere-se um parêntese acerca do problema da guerra, pois é em torno dele que gira toda a história política dos últimos tempos. Conforme eu vejo as coisas, não tínhamos de indagar, se o nosso auxílio era ou não vantajoso para a Inglaterra, mas ver se ele seria ou não de utilidade para nós. Sendo nós portugueses, era em torno do *sagrado egoísmo* de Portugal e não do *sagrado egoísmo* da Inglaterra que o problema da intervenção devia girar. Era útil intervirmos na guerra europeia ao lado da nação nossa aliada? Pois não devíamos esperar que ela nos pedisse o nosso concurso; devíamos oferecê-lo, instarmos mesmo pela sua aceitação. Se tal auxílio lhe era útil ou prejudicial, isso era com ela e não connosco, podendo ficar certos, contudo, que nada resolveria que fosse contrário aos seus interesses. Assim é que devíamos proceder, e não esperar-mos que a nossa aliada nos propusesse um negócio



que mil vezes mais útil do que a ela o seria com certeza para nós.

Mas há mais: a Inglaterra chegou a formular-nos o pedido de intervenção, como no-lo afirmam tantos testemunhos, entre outros os dos Srs. Bernardino Machado, Pereira de Eça, António José de Almeida, Machado Santos, João Chagas, para não falar nos mais recentes, deveras explícitos. Neste caso, ainda podia haver alguma hesitação? Não era nosso dever fazermos tudo para correspondermos aos desejos da nossa aliada, aproveitando uma ocasião única para tornarmos estável o nosso património? Sobre se era na Europa ou na África que devíamos exercer a nossa acção, isso era um problema para se deixar à *resolução* de técnicos e à deliberação da própria Inglaterra, tendo na devida atenção que, na África, às dificuldades inerentes a empreendimentos desta natureza acresciam as dificuldades de abastecimento e as contrariedades do clima.

Ah! Mas havia criaturas que, intervindo nós na guerra, ganhavam com as suas lãs ou os seus automóveis e isso influía muito no espírito arguto do portuguesinho valente para o afastar dos primitivos ímpetos guerreiros. Mas que importava que dez, vinte, cem indivíduos fizessem a propaganda da guerra para acrescentar a sua burra, se ela era exigida pelos superiores interesses nacionais? Pois era sensato arriscarmo-nos a perdermos as nossas colónias, faltarmos aos nossos deveres internacionais, sermos tidos como um povo vil (*o povo mais vil da Europa*, segundo o *Matin*) só porque queríamos fazer uma pirraça aos homenzinhos das flanelas?

Devíamos fugir da guerra por horror aos *empresários da guerra*, sem nos lembrarmos que íamos também fazer um gostinho aos *empresários da paz*? O meu amigo conservador não via as coisas como eu; repetia



os *clichés* da não conveniência para a Inglaterra da nossa intervenção militar — e apoiava o governo tão de boa-mente como um germanófilo.

Sendo assim, não havendo nos partidos conservadores senão apoio, não se vendo na opinião conservadora, para vergonha nossa, senão a mais inteira conformidade com os actos do governo, qual era o único meio de sair da situação a que chegáramos? Revolução. Não havia outro. O poder legislativo fora impedido de funcionar por uma violência do governo ditatorial e a opinião liberal e democrática era absolutamente desprezada, porque o *trunfo era espadas*. Quero que me digam se, em algum país do mundo e em qualquer época, havia outra maneira de decidir as coisas senão por meio de um movimento revolucionário. A Revolução está assim, pois, absolutamente justificada aos olhos do crítico e do historiador, porque o que se estava passando tinha que acabar e não havia outra maneira de o fazer. Coincidiu o triunfo com o interesse de um partido? Decerto, mas que importa, se quem triunfou acima de tudo foi a Democracia, gravemente comprometida com esse exemplo abominável da ditadura? Era preciso dar uma lição a quem quisera estabelecer formas autoritárias absolutas numa democracia nascente — e essa lição não podia ter sido nem mais eloquente, nem mais generosa. Decerto que nunca nenhum movimento revolucionário se fez com o mesmo sangue-frio e o mesmo grau de febre que se sente diante de um *bock* do Jansen. As revoluções não são pleitos académicos em que Sócrates seja lembrado, mas pugnas em que os instintos rompem à superfície e o fogo que temos dentro de nós se desprende em labaredas. Sendo assim pode-se censurar com justiça a revolução de 14 de Maio por feroz ou violenta? A Revolução foi tolerantíssima para com os seus adversários, que



eram *todos* quantos tinham apoiado a ditadura. Foi-o por necessidade e foi-o por íntima inclinação. Por necessidade, porque a República não pode nem deve viver com um único partido. Por íntima inclinação, porque o povo português, tendo qualidades «que contrastam por vezes singularmente com as dos chamados dirigentes» (Adolfo Coelho, *A Pedagogia do Povo Português*) encontra-se «a um nível em geral relativamente elevado».

Não teríamos, pois, hoje, outra coisa a fazer senão abençoar a Revolução, feita pela canalha, se as classes dirigentes, como sempre, não tivessem descido abaixo dela. Em primeiro lugar, não aproveitaram o movimento para tomar certas medidas radicais, que já à Revolução de 5 de Outubro esquecera, entre as quais tinha grande importância financeira a redução do numeroso funcionalismo que suga nas tetas da Nação. Entre nós, a sina do empregado público é ser explorador ou explorado, pois que, ou não cumpre o seu dever e o emprego representa o papel de uma assistência pública, ou cumpre-o integralmente e é miseravelmente retribuído. O número extraordinário de vadios sustentado pelo orçamento impede que se pague razoavelmente aos que trabalham e têm amor pela sua profissão, e por isso não há meio termo: ou o empregado é parasita do Estado, ou o Estado é parasita do empregado. «Actualmente— escreve o Sr. Anselmo de Andrade no *Portugal Económico* — custam os serviços públicos na Suíça 6 francos por habitante, na Inglaterra 10,5, na Holanda 11,5, na Áustria 14, na Alemanha e na Bélgica 15, na Itália 19,5 e na França 24. Esta percentagem da França considera-se assombrosa, mas Portugal excede-a, atingindo aqui perto de 30 por cento e sendo a maior parte absorvida por despesas pessoais... As despesas com o pessoal representam 23



por cento dos valores administrados, e todos podem calcular o que se diria de qualquer pessoa, sociedade ou companhia que consumisse em despesas de pessoal 23 por cento dos seus vencimentos.» A Revolução de 5 de Outubro passou por isto e nada fez; a revolução de 14 de Maio encontrou as coisas no mesmo estado e mostrou a mesma boa vontade em tirar de cima do país o peso esmagador do seu ocioso e incompetente funcionalismo. Percebe-se bem a razão do facto e vem a ser que às clientelas políticas não convém enfraquecer o seu maior ponto de apoio, reduzindo os talheres de que poderão dispor na mesa do orçamento. Mas essa política das clientelas tem de acabar, ou acabaremos nós.

Sobre funcionalismo, apenas se decretou agora que fossem retirados do serviço os funcionários que não dessem suficientes garantias de adesão à República — e que, além disso, lhes fosse suspenso o exercício dos direitos políticos por um espaço de 10 anos. Não discuto a primeira parte do diploma em questão, se essa disposição da lei apenas se aplicar aos lugares em que ser inimigo da República pode representar um perigo ou um estorvo para esta, isto é, os lugares de confiança e de finalidade propriamente republicana, como as secretarias de Estado, a procuradoria da República, as divisões do exército, a guarda municipal, a polícia. Os empregos públicos não são, em regra, do regime, sim da nação; mas em todas as nações há a necessidade da defesa do regime e não é lógico que os indivíduos encarregados desse serviço especial comecem por proceder como se o contrário se lhes exigisse. Para os outros lugares, como professores, conservadores de museus e bibliotecas, médicos dos hospitais, empregados de finanças, etc., etc., discordo absolutamente da aplicação da lei — a não ser que só os incompetentes fossem desviados do exercício das suas funções e se tapassem as



respectivas vagas, no caso de os lugares que restassem no quadro já fossem suficientes por *omnia sæcula sæculorum*.

Quanto à segunda parte da medida, aquela que suspende os funcionários monárquicos do exercício dos direitos políticos por um prazo de 10 anos, não se podia decretar nada de mais revoltante e de mais afastado do espírito da verdadeira democracia. Como defender efectivamente a suspensão dos direitos políticos a indivíduos que só cometeram o delicto de serem nossos adversários? É como funcionário público que alguém goza desses direitos? Não são, pelo contrário, os direitos políticos pertença inalienável do *cidadão*, que subsiste ainda quando o funcionário público desaparece? Faz sentido que o mais contumaz conspirador possa usar do direito de voto, se não é empregado público, e não o possa fazer o mais platónico realista, só porque se alimentou durante uns anos à mesa do orçamento?

Isto é uma violência que desonra a Revolução, que desonra a República, que nos desonra a todos nós. É preciso que ela seja derogada pelo futuro parlamento, sob pena de ele perder o direito a ser considerado como democrático e de a Democracia neste país não passar, afinal, na boca de gregos e de troianos, de um simples *flatus vocis*. E dizendo isto, tenho a infinita alegria de me reconhecer autoridade para condenar o facto. Sempre é bom ter combatido *todas* as tiranias, todas...

(Em A Águia, N.º 43, Julho de 1915)



## Unidos pela Pátria

Meu caro amigo,

Não me permitem as circunstâncias escrever agora um artigo para a *Águia*, como era do meu dever, ou melhor, o artigo que eu quisera escrever, que fora digno de ser escrito nesta hora de afirmações supremas, em que a palavra deve ser dada aos mais eloquentes — aos eloquentes cuja voz não treme... Mas não posso deixar de escrever algumas linhas para o número especial que o meu amigo houve por bem e tinha o dever patriótico de consagrar à nossa intervenção na guerra europeia. Não acudir ao seu apelo neste momento e com esta intenção seria quase como deixar de acorrer um soldado ao primeiro toque de clarim... Não serei dos que desertam...

Apenas me quero referir a dois pontos essenciais, em que não farei mais do que exprimir convicções em mim assentes desde o princípio da guerra: a propaganda que há a fazer para levantar o sentimento nacional e os actos que se nos impõem para realizar a única união sagrada que é possível no nosso país, nas actuais circunstâncias.

É preciso fazer-se, ou antes continuar a fazer-se, mas não só em Lisboa como em toda a província, e especialmente em toda a província, e com mais intensidade e mais alta inteligência, uma propaganda popular que faça compreender a todos os portugueses os motivos imperiosos por que entramos na guerra. Não tem decerto ouvidos, ou não anda pelos sítios onde se fala, ou é movido por um inepto, por um cobarde e por um criminoso sentimentalismo, todo aquele que imagina que há desde já em Portugal sobre a guerra um sentimento unânime. Nós, que temos ouvidos, e os temos para ouvir os outros, e não somos movidos por esse



sentimentalismo retórico que vê na realidade o que existe no desejo, podemos afirmar que ainda há uma corrente germanófila em Portugal e que essa corrente deverá tentar tudo para impedir que cumpramos o nosso dever. Não tem ouvido o meu amigo que não devemos ser inimigos da Alemanha, pois que ela nunca nos fez mal? Que a Inglaterra, pelo contrário, tem sido a nossa maior inimiga (ela, que ainda agora nos está esfomeando) — e a França depois dela? Que os republicanos querem apenas a guerra para colocar bem a República? Que devemos combater aqui, mas nos devemos recusar terminantemente a ir lutar lá para fora? Pois bem! Faça-se-lhes a vontade. Combatamos também aqui e seja este o nosso primeiro campo de batalha. O nosso combate deve ser contra a pusilanimidade dos cobardes, contra as trevas da ignorância e contra o crime sacrílego dos que pretendem aproveitar-se dessa cobardia e dessa ignorância para realizarem os seus intentos inconfessáveis. É preciso, pois, fazermos o que Augusto Casimiro, espírito gentil de poeta e de soldado (o mais enternecido dos poetas e o mais bravo dos soldados) aconselhava há dias numa conferência inesquecível: uma verdadeira mobilização moral. É necessário recrutarmos antes de mais nada os soldados do grande Patriotismo e da grande Indignação; do grande Patriotismo, para que marchem para as fileiras com a clara e serena consciência do dever; da grande Indignação, para que se ergam como um só homem contra os inimigos de dentro, que são duas vezes inimigos. *Mobilização moral* é o termo. Mas como não se faz mobilização material com armas de cana, cavalos de pau e peças de miolo de pão, também a mobilização moral se não pode fazer com tiradas de retórica e frases incendiárias contra os bárbaros alemães... É preciso dizermos ao povo as verdadeiras



razões por que temos de nos bater e porque é bom que nos batamos. Toda a verdade, mas nada mais do que a verdade.

Quais são então essas razões?

Precisamos mostrar, em primeiro lugar, que o futuro da nossa Pátria está envolvido, inextricavelmente envolvido, nesta pugna formidável. É evidente que nenhum dos contendores se está a bater pela sorte da nossa Pátria; todas as Pátrias são ainda bem pouca coisa para uma Pátria! Mas é também evidente que essa sorte será diferente, segundo vençam as nações aliadas ou os impérios do Centro. Estamos ligados por uma aliança e por uma íntima solidariedade de interesses com a Inglaterra, e nenhum de nós desconhece os intuitos da Alemanha quanto às nossas colónias africanas. A Alemanha, que nunca nos fez mal (resposta às víboras) está-se preparando já há muito para nos fazer o maior mal possível. Como pôde, pois, haver em Portugal uma corrente germanófila, ou sequer neutralista, logo que aqui se soube da conflagração europeia? Como se pudesse haver neutralidade em relação aos nossos destinos! Como se pudsésemos ser neutrais para connosco próprios! Desde esse momento, se em Portugal fosse possível a União Sagrada, ela tinha-se realizado espontaneamente e de uma maneira unânime. Se não se realizou então, é porque a União Sagrada em Portugal é actualmente uma utopia irrealizável, uma utopia mesmo muito perigosa. Dissemo-lo em 1914, ao estalar a guerra, dizemo-lo ainda agora ao entrarmos nela. Não há, não pode haver união sagrada num país quando falta a muitos dos seus membros o nexo mais elementar e mais poderoso que une as almas: o nexo patriótico. Como poder esperá-lo dos que preferem Afonso XIII a Afonso Costa e dos que ambicionam, como supremo desideratum, a intervenção estrangeira?



Como poder esperá-lo dos que, nas vésperas do 14 de Maio, exclamavam num jornal monárquico: «A Espanha não tolerará um só dia de rebelião»? Oh, manes dos mortos de Aljubarrota, de Valverde, de Montes Claros: A Espanha não *tolerará* um só dia de rebelião! Não, união sagrada com essa gente é impossível; e quem a quereria? Connosco apenas os que colocam acima dos regimes transitórios as Pátrias permanentes, dos que não pedem ao estrangeiro que não tolere as nossas dissensões, que no caso eram a nossa honra e o nosso orgulho! Inimigos de dentro — duas vezes inimigos...

Se a Inglaterra vencer, direi, reproduzindo o que em 1914 escrevi algures, representará isso para nós a posse repousada e tranquila como nunca de um vastíssimo território colonial, invejado dos mais poderosos; a independência firme e sólida como nunca, do nosso torrão continental. O que nos pertence agora, em circunstâncias tão aleatórias, pertencer-nos-ia de então em diante sem sobressaltos. A tranquilidade relativa com que possuíramos o que é nosso aumentaria, por assim dizer, a nossa riqueza; e sobre a África brilharia outra vez um sol radioso! Assim soubéssemos tirar partido das riquezas que por lá temos deixado inexploradas. Se a Alemanha, pelo contrário, vencer, virá para nós o golpe de misericórdia. Devemos, pois, fazer os máximos sacrifícios para que ela seja vencida; porque seremos também nós os vencedores, e não é nobre vencedor aquele que vence sem derramar o seu próprio sangue! Sim, não é só uma questão de utilidade, de resultados. Não só: lutar contra a Alemanha para que lhe seja assim mais difícil vencer; mas também: lutar contra a Alemanha para que a sua derrota não envergonhe o nosso triunfo. Tanto mais assegurado ficará o nosso futuro quanto mais numerosos forem os inimigos da Alemanha; jun-



temos pois os nossos esforços aos dos outros combatentes. E se nos disserem que o nosso esforço é bem mesquinho, que ele se dispensa, devemos dizer que o não dispensamos nós, pois é miserável o povo que se não bate quando o seu próprio destino está em jogo. Dizia-se por aí que apenas devíamos entrar em guerra logo que a Inglaterra no-lo exigisse. Diziam-no os mesmos que hoje, após o pedido da Grã-Bretanha, nos chamam seus vassallos. Mas, mais uma vez, só os mais vis dos homens se sujeitam a deixar resolver o seu destino sem oferecerem também o peito às balas. Seria isso e só isso a verdadeira vassalagem, a verdadeira servidão; seria como se não tivéssemos a nobreza de cavaleiros e não pudéssemos terçar armas, como os escravos, para defender o nosso património. Não há aqui sentimentalismo, meu amigo, pelo contrário; há aqui muito amor por nós próprios, muito elevado amor por nós próprios!

Havia, pois, na nossa intervenção, mesmo independentemente de qualquer pedido da Inglaterra, uma questão de resultados, de utilidade, e uma questão de utilidade, e uma questão de dignidade nacional. Não podíamos nunca ser neutrais, porque há uma espécie de neutralidade que ainda se não inventou: a que um povo exercesse para consigo próprio. Não podíamos ser neutrais porque não nos podíamos desinteressar dos nossos destinos, da nossa existência, da nossa própria dignidade.

Mas há ainda mais, meu amigo. Se a Alemanha ficar vencedora, não é o facto de não termos terçado armas com ela que impedirá que ela viole o nosso património. O nosso destino, no caso do improvável triunfo da Alemanha, já está há muito marcado, e já está escrito no velho livro do seu Deus das Batalhas tudo o que devemos sofrer. O contrário acontecerá, se forem os



aliados os vencedores. Então, as compensações a que teremos direito variarão com os sacrifícios que tivermos praticado. E, em qualquer dos casos, teremos conquistado este resultado positivo — o direito de defendermos por nós próprios a nossa causa na conferência da paz. Teremos evitado, assim, qualquer destes desastres: vencedores sem termos lutado, e vencidos sem direito a defender-nos e a defenderem-nos!

Vem agora, meu amigo, mas só agora, a fé dos tratados. Para falar nisso, se tudo corresse como dantes, não precisava mais do que pedir emprestada a sanfona ao vizinho do lado. Mas a velha sanfona (Inglaterra, Inglaterra, Inglaterra, dizia ela) emudeceu — e não nos é difícil saber porque é que a menina está muda... Somos aliados da Inglaterra, de uma aliança ofensiva e defensiva. As alianças não são meras amizades platónicas, nem as há ainda dessa espécie nas relações internacionais: são ligas fundadas em interesses mútuos e que dão origem a direitos e a obrigações recíprocas. Mesmo, pois, que o nosso destino não estivesse nesta luta intimamente ligado ao da Inglaterra pelos interesses actualmente em jogo, devíamos oferecer-lhe os nossos préstimos e batermo-nos por ela *onde quer que fosse preciso*. Tais são os deveres imperativos e insofismáveis da nossa aliança. Não devemos faltar a eles.

Não podemos faltar a eles. Se nos recusássemos a marchar, se nos servíssemos de evasivas ou subtilezas, se tergiversássemos, toda a dialéctica, toda a sofística dos padres-mestres de certa política tortuosa e bifronte resultaria inútil; a Inglaterra abandonar-nos-ia, partir-se-ia de uma das partes (mas ai! só de uma das partes!) o elo que nos liga visceralmente à guerra actual, e Portugal ficaria sujeito, em todas as hipóteses e sem defesa alguma de outras nações, à cupidez



de longínquos e à ambição de próximos. Se não mandássemos as nossas tropas para onde a Inglaterra o pedisse, teríamos de as mandar para as fronteiras e na alma de cada soldado iria uma parte da nossa vergonha...

Que dizem os da sanfona? A Inglaterra, a Inglaterra... A fé dos tratados... Pois foi a fé dos tratados que nos levou a praticar o único acto de beligerância que repugnava ao nosso temperamento e à nossa noção da propriedade e do direito de asilo. Quanto mais belo não seria, quanto mais nobre, o termos partido antes!

E há depois, ao que parece, a Justiça e a Liberdade. Se quer que lhe diga, meu amigo, eu não acredito que nenhuma nação da Europa se esteja a bater a esta hora pela Liberdade e pela Justiça. A França bate-se pela França, a Inglaterra bate-se pela Inglaterra, cada uma das nações se bate por si mesma e não parece a mais obrigada. Todos os direitos são ainda bem pouca coisa para uma Pátria! Longe ou perto virão os tempos (mas que não são estes ainda, sei-o bem) em que as nações se determinarão, como os mais altos tipos humanos, pelos fins ideais do direito e da liberdade. Esta guerra é, essencialmente, uma guerra económica; e que o é prova-o, além do que toda a gente sabe, o facto de que a paz que vier será ainda uma nova guerra, como o tem prometido a Grã-Bretanha. Estamos em plena luta de interesses comerciais e quando despirmos o dólman de campanha será para lutar ainda! Como o meu desejo ideal se confrange com estas misérias do homem actual! Mas o meu desejo exalta-me, não me cega; e o ideal que sinto em mim não me impede de ver a crua realidade. Não é, pois *essencial* dizer-se que nos vamos bater pelo direito dos Povos, para partirmos com fé, com firmeza e com os corações ao



alto. Nuno Álvares, quando se bateu em Aljubarrota, não sonhava sequer no direito dos povos. E não é bem o Direito que canta em cada uma das estrofes dos *Lusiadas*. Quem se envergonhará aí da fé de Nuno Álvares, da de Camões? Quem quererá empunhar espada mais firme, ou cantar versos mais gloriosos? A pátria de nossos avós corre perigo; e o que importa mais ainda que a pátria de nossos avós — a pátria de nossos netos. Quem precisa pois aí do Direito para partir? Será o Direito uma espada ou uma espingarda? Mata-se com o Direito? Pois quando partimos é só para matar! Dêem-nos o que mata! Dispensamos o que nos absolve.

O que é egoísmo para a Pátria é altruísmo, dedicação amorosa para os que delas fazem parte. Por isso, que a estrela de Nuno Álvares nos guie e os versos de Camões sejam rezados pelas nossas bocas!

Mas o que é certo (há um mas, meu caro Alvaro Pinto) é que, se ninguém se bate pela Liberdade e pela Justiça, é todavia a sorte da própria Liberdade e da própria Justiça que está agora a ser jogada sobre os campos de batalha. «Se há nesta guerra — dizia eu num artigo, em 31 de Outubro de 1914 — *quanto aos intuitos e causas iniciais*, uma luta entre dois grandes sistemas de interesses, e não há mais nada, há, *quanto aos resultados*, uma verdadeira luta entre duas civilizações antagónicas — uma, democrática progressiva, antimilitarista, outra, imperialista, medieval, caserneira... Para a liberdade das pequenas nações, para a justiça das formas e instituições sociais, para a paz do mundo, não é indiferente que um destes dois grandes grupos de interesses aniquile o outro. O mundo apresentará uma face diversa depois da guerra, conforme triunfe um ou outro dos contendores. «Tudo se passa, pois, como se a generosa França, a bem-amada França, e a democrática Inglaterra se batessem pelos credos



supremos, pelos valores máximos da civilização humana. E se assim é, porque não gritá-lo aos nossos soldados, para que partam com mais uma razão de agir e mais um dever imperativo de triunfar?

Quem é que nos diz que não se mata também com o Direito? Não há só o direito da força, há também a força do direito. Dai a um fraco a consciência de que luta pela razão: ele tornar-se-á forte; dai a um forte a consciência de que luta pela injustiça: ele ficará um fraco. O nosso patriotismo assim amplia-se, o nosso sentimento alarga-se, torna-se universal. Acima do alvo que guia o cano da nossa espingarda, há um alvo supremo para que marcham os nossos corações. Não vos esqueçais, pois, vós, os que falais, de dizer que esta luta é realmente uma luta de Liberdade e de Justiça; tudo o mais é agora vã disputa de escolásticos impertinentes; pois só o resultado importa; que influência terão agora as intenções?

Mas é preciso inutilizar ainda um argumento. É preciso responder de vez àqueles que por aí espalham que não temos razões de queixa da Alemanha e que temos, e muitas, da Inglaterra e da França. Invasões francesas — invasões inglesas... Mas a esses, mas *contra* esses, digamos que não é devido a razões históricas que vamos entrar nesta guerra. Não é para resgatar o passado, mas para garantir o presente e o futuro. Não temos, pois, de ver quem foi contra nós num passado longínquo, mas quem está contra nós neste mesmo momento. Não vamos procurar o inimigo aos tratados bolorentos da história nacional; esse inimigo está morto; vamo-lo procurar, sim, à realidade de hoje, porque esse é o inimigo vivo, o inimigo de carne e osso, o único inimigo. Tudo o mais é uma sombra do passado! Tudo o mais é um passado que só se pretende ressuscitar para não cumprirmos um dever presente. É um fantasma que



se evoca à nossa imaginação, para nos entregarem nos braços do inimigo real, do único inimigo...

A França e a Inglaterra também andaram em luta quando nós andámos. E a Rússia e a Itália? Isto está fora de toda a discussão, mas deveis gritá-lo ao povo, porque há quem queira fazer revivescer o ódio ao francês, o ódio ao herói das guerras da República, das guerras napoleónicas, ao herói de Verdun!

Faça-se compreender isto ao povo, e o povo, que eu tenho visto vibrar com as altas palavras de Leonardo Coimbra, de Jaime Cortesão, de Augusto Casimiro, há-de compreender toda a verdade. É ele a única força nacional que vejo neste momento, a *élite* de mãos suadas do meu país. A outra *élite*... Pode-se chamar assim a um certo número de *coteries* sub-humanas, que só se distinguem dos outros por saber falar francês, ter um imenso talento, ler muitos livros, dizer mal de tudo isto em chalaças imortais, usar monóculo ao canto do olho — e tremer como varas verdes ao simples pensamento de ter de marchar para a guerra? Que falange heróica, que ala de namorados, meu amigo! Como eu desesperaria de tudo isto, se não soubesse que o povo é a *élite* do meu país! Sim, os mais altos valores aristocráticos não são a erudição fradesca, a cultura literária, a *aisance* nas salas, ou mesmo o talento, o genuíno talento; mas a coragem, o heroísmo, a dedicação patriótica, o espírito de sacrifício, a nobreza de carácter e de atitudes morais, a aceitação do risco, a crença religiosa, a verdadeira crença religiosa, que os outros ostentam numa exterioridade postiça de *snoobs*, mas que apenas existe realmente quando há a convicção sagrada de que a nossa vida só tem sentido quando a fazemos parte integrante de uma Vida mais alta e, por isso, estamos dispostos a perdê-la a cantar, se for preciso. Na escala de valores do verdadeiro «aris-



tocrata» (no bom sentido) vileza, covardia, vaidade, cepticismo, canalha, snobismo, são os termos mais negativos, mais inferiores. A nossa pseudo-élite os tem, a de todos os partidos. O povo, pelo contrário, tem ainda a bravura, a heroicidade, a crença, o ímpeto, e ainda, como diria Emerson, prende o seu destino a uma estrela — cadente que seja... E é isso o que mais importa. Tudo o mais — apliquemos aqui a frase de Verlaine — *tudo o mais é literatura*.

Quando a aurora nasce, as aves cantam. Cantarão as nossas? Este número o dirá. Creio, porém, que muitas se calarão. A doença, a tristeza, o pessimismo... Quando é que Deus porá termo a tamanhos sofrimentos? Tenho visto com infinita mágoa que o escol intelectual da nação nada tem feito de comparável ao que lá fora fizeram, *mesmo nos países que se conservaram em neutralidade*, os poetas, os artistas, os sábios, os pensadores. Cá, com honrosas exceções, eles desinteressam-se completamente dos instantes que correm. E que pairam acima de todos os momentos; vivem para a eternidade; estão a escrever para o ano 3000. Que felizes os nossos descendentes!

A influência da *élite* sobre o nosso povo tem sido mesmo mais perniciosa que benéfica. Se eu considero o que foi a propaganda republicana e o que ela podia ter sido! Quando penso que a nossa percentagem em analfabetos é mais de 75 por cento, o meu coração estremece de júbilo. Porque os senhores não sabem o que significa terem 75 por cento dos homens da nossa grei podido furtar-se quase completamente à influência das nossas *élites*! Há dias, um dos meus amigos, ao falar em Deus, em público, foi ultrajado por um *livre-pensador*. O nosso amigo prosseguiu e os quase-analfabetos que o ouviam levantaram-se em peso a aclamá-lo. Sim,



o nosso povo adivinha. Se assim não fosse, como poderia ele saber alguma coisa?

Entro agora na segunda parte da minha carta, do meu artigo, se quiser... Falei do que há a fazer para despertar, para dinamizar a família portuguesa; quero falar agora do que há a fazer para a unir. É preciso que, neste momento, se não façam distinções senão entre patriotas e não patriotas; monárquicos e republicanos, nós não entendemos isso. É preciso, pois, fazer tudo para que a união dos bons patriotas, de todos os partidos, seja um facto. E para isso é necessário dar a cada um o direito de ser em política e em religião o que bem lhe aprouver. Sagrado direito de ser católico! Sagrado direito de ser monárquico e de o gritar! Mas a pena de morte (não a pena de duas mortes?) para o que quiser atraíçoar a sua pátria!

Revogação da lei que suspendeu os direitos políticos dos funcionários separados do serviço. Reintegração desses funcionários, se se trata de funções que não são da confiança do governo republicano. Emenda da lei de separação da Igreja e do Estado, na parte que restringe, injustificadamente, as garantias e os direitos dos crentes e dos ministros da religião. A crença monárquica em Portugal, tem vivido, em grande parte, de um grande equívoco a que o sectarismo republicano deu origem. Por baixo da crença monárquica quase que não há senão catolicismo; daí ao catolicismo o que se lhe deve e a crença monárquica escapar-vos-á das mãos, como coisa que só existia à custa da religião. Nas democracias, os valores máximos são constituídos pelos direitos. individuais. Respeitemo-los religiosamente. E, respeitando-os, temo-nos respeitado igualmente a nós próprios, todos nós os que amamos a democracia. Temos purificado o nosso ideal e dado aos outros aquilo que não lhes podíamos tirar sem tirarmos a nós próprios o que



forma a parte mais sagrada da nossa pessoa. Que o papel do Estado seja permitir o livre exercício dos direitos individuais e não manietá-los!

Neste momento, todos os patriotas portugueses devem ser irmãos de armas, comungando no mesmo ideal, com o coração votado à mesma terra sagrada. Ainda aqui há quem saiba que o medo é uma grande arma e quem não hesite em a manejar mais uma vez, pelos mesmos ignóbeis processos (Janeiro de 1915, gritos histéricos, data sangrenta: correu-nos o sangue das almas! E tudo para não correr das veias!), se não houver mais receio da nossa cólera do que dos canhões alheios. Todos unidos perante o Inimigo duplo, o Inimigo anfíbio. Ah! Se pudéssemos fazer como no Brasil! Aí quase não há monárquicos que queiram o triunfo da Alemanha. Aí todos têm o mesmo inimigo e todos desejam a mesma vitória. Foi o sentimento da distância que lhes fez nascer no peito esse amor sem restrições pela Pátria longínqua, para lá de muitos mares e de muitos montes; foi Nossa Senhora da Saudade que obrou esse milagre. Os seus próprios sentimentos realistas eram um aspecto do seu patriotismo. Eles queriam a Pátria tal como ela era, com todas as suas qualidades e com todos os seus defeitos; e até os seus próprios defeitos lhes pareciam perfeições. Ter saudades da Pátria era ter saudades das suas choupanas, do nosso céu alciónico, das nossas águas frescas, das nossas montanhas pensativas, das ceifas e das vindimas, das descamisadas ao som das violas e guitarras, da romaria de mais espavento da sua aldeia (na igreja mais esbelta de toda a terra, a Nossa Senhora mais linda de todo o mundo!) e até do Rei que herdara o ceptro dos grandes reis afonsinos e de Avis e que presidia aos destinos da sua bem-amada terra — seara, vinha, pinheiral, pomar, laranjal, amendoeiras em flor, batidos pelas águas do



mar, embalados pelas águas do mar... Aceitava-se, assim, da sua Pátria distante todo o passado e todo o presente; e, como nós, os que partimos um dia do seio da família estremecida, quase desejamos, ao voltar, encontrar do mesmo tamanho os filhinhos de um ano que deixámos, assim também eles queriam que o futuro do seu país não fizesse mais que reproduzir o seu passado. Bem comovente, afinal, para que os que sabem compreender e ajoelhar perante tudo, o realismo dos portugueses do Brasil! Para eles vão as nossas saudações mais fervorosas.

Aceite Portugal a lição do Brasil; façam os que sempre puderam gozar a felicidade única de viver sob o céu natal o que lhes ensinam os seus irmãos de além-mar, os pobres emigrados de há muitos anos que daqui saíram com os olhos rasos de água e de lá nos enviam um grande grito de esperança e de amor. Que esse grito não tenha sido soltado em vão. Que, quando partirmos para a batalha, possamos dizer: vamos pela Pátria, pela Liberdade, pela Beleza, pelo Direito, pela própria Vida; vamos lutar pela mais bela, pela mais leal, pela mais justa, pela mais unida das Pátrias. E com o nosso sangue teremos sagrado, santificado, justificado a Pátria de nossos filhos.

(Em *A Águia*, n.º 52, 53 e 54, de Abril, Maio e Junho de 1916).











